

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**ALICE CARVALHO DE MELO**

NA ORDEM DO TEMPO: A SISTEMATIZAÇÃO DO PASSADO NO JORNAL DO BRASIL  
(1962-1974)

RIO DE JANEIRO

2014

**ALICE CARVALHO DE MELO**

NA ORDEM DO TEMPO: A sistematização do passado no Jornal do Brasil (1962-1974).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Ana Paula Goulart Ribeiro.

Rio de Janeiro

2014

M528

Melo, Alice Carvalho de

Na ordem do tempo: a sistematização do passado no Jornal do Brasil (1962-1974) / Alice Carvalho de Melo. 2014.

214 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Goulart Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2014.

1. Jornalismo – História - Brasil. 2. Imprensa - Brasil. 3. Jornal do Brasil. I. Ribeiro, Ana Paula Goulart. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 079.81

Alice Carvalho de Melo

NA ORDEM DO TEMPO: A sistematização do passado no Jornal do Brasil (1962-1974).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.

---

Ana Paula Goulart Ribeiro – Orientadora (PPGCOM/UFRJ)

Doutora em Comunicação pela UFRJ

---

Fernando Lattman-Weltman (CPDOC/FGV)

Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ

---

Marialva Carlos Barbosa (PPGCOM/UFRJ)

Doutora em História pela UFF

*Em memória do meu avô, Nelinho.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, por tudo e mais um pouco.

À Ana Paula, pela confiança, amizade e paciência.

A Bruno e Rodrigo, pelas leituras e afagos. À Belle, ao Alexandre e colegas da revista, pela amizade.

À Alice K., pelo carinho e outro tanto.

À Marialva, pelos conselhos tão atenciosos.

À Capes, pela bolsa.

Aos entrevistados, Zé, Lili, Humberto e Lucyanne, por toda a ajuda desde sempre.

Ao leitor, pelo interesse.

Ao amor, pelas curvas tortuosas da vida.

## RESUMO

MELO, Alice. Na ordem do tempo: a sistematização do passado no *Jornal do Brasil* (1962-1974). Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta dissertação tem intuito de analisar os usos do passado no *Jornal do Brasil*, em um momento muito particular de sua história. Entre 1962 e 1974, o JB consolidava as reformas gráficas e de conteúdo iniciadas na imprensa brasileira nos anos 1950. Neste contexto, é criado o Departamento de Pesquisa e Documentação, um arquivo pioneiro no trabalho de catalogação de informação de imprensa, que, a partir de 1964, passa a ser também editoria de produção de texto jornalístico. O argumento central do trabalho é que é possível compreender algumas articulações de percepções do tempo naquele jornal, por meio da análise do trabalho desenvolvido pela Pesquisa. Chamamos de sistematização uma utilização específica do passado no presente social, que vale para aquele jornal, na época recortada. Este uso teria como finalidade reforçar a atualidade da notícia ao criar um lugar para o passado em suas páginas; além de reforçar a importância da própria mídia enquanto testemunha ocular dos acontecimentos. O passado engrenado pelo *JB* (por meio da Pesquisa) confere sentido ao presente social, em um momento de crise na ordem do tempo moderna. Com vistas para o futuro, o jornal tentaria explicar a realidade dentro de uma nova percepção de jornalismo, tempo e história.

**Palavras-chave:** jornalismo, tempo, história, usos do passado, *Jornal do Brasil*.

## ABSTRACT

MELO, Alice. Na ordem do tempo: a sistematização do passado no *Jornal do Brasil* (1962-1974). Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This dissertation investigates ways of using the past in *Jornal do Brasil's* newspaper, in a very specific moment at its history. Between 1962 and 1974, the newspaper consolidated the graphic and content changes developed in Brazilian press since the 1950's. In this context, the Research and Documentation Department was created and, in a few years, became a pioneer press archive in Brazil, which also was used to produce articles to be published close to the main texts made by other journalists (texts seen as the event's factual coverage). The main argument of this work is suggest that it's possible to understand the way of the newspaper dealt their time (characterized by the relationship between past, present and future in a specific society), analyzing the job done in its Research Department. What is called "systematization of the past" is a particular way of the past using in the social present, at that moment by *Jornal do Brasil*. This dissertation concludes that this way of the past articulations was intended to strengthen the immediacy of factual news by writing analytic and critics articles, based on archive information. As a result, the newspaper was put as an important eyewitness to the current events; and also reveals a perception of time built on an increasingly ephemeral present, within a new perception of journalism, time and history.

**Key-words:** journalism, time, history, systematization of the past, *Jornal do Brasil*.

## SUMÁRIO

### Introdução

<b>Capítulo 1. O arquivo no tempo</b> .....	14
1.1. A época de ouro.....	15
1.2. O tempo narrado do começo .....	24
1.3. Do texto ao contexto: a fenda na ordem do tempo .....	31
1.4. Segmentação do passado.....	44
1.5. Organizar, a meta de uma década .....	48
<b>Capítulo 2. Recortes do passado</b> .....	57
2.1. Uma redação dentro da redação.....	62
2.1.1. Produtos de “longo prazo” .....	78
2.1.2. Profissionalização da Pesquisa.....	83
2.1.3. Projetando o novo espaço.....	86
2.2. O arquivo é vivo.....	95
2.2.1. O tempo do arquivo.....	102
2.2.2. Um olhar sobre o Índice JB .....	117
2.2.3. Uma nova biblioteca.....	122
2.2.4. Capturas fotográficas.....	125
<b>Capítulo 3. O passado para o futuro</b> .....	131
3.1. Vamos à Lua com o JB.....	134
3.1.1. As articulações do passado.....	143
3.1.2. Instantaneidade e ansiedade coletiva.....	147
3.1.3. O futuro no passado.....	150
3.2. Tudo sobre a queda de Allende.....	159
3.2.1. O passado no presente.....	164
<b>Considerações Finais</b> .....	173
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	179
<b>Anexos</b> .....	187

## Introdução

*A Sra. Saeki voltou o olhar para as próprias mãos e, em seguida, para Nakata: “Lembranças o aquecem por dentro. Mas, ao mesmo tempo, lembranças são capazes de estraçalha-lo inteiramente”. Nakata sacudiu a cabeça. “Que problema difícil. Nakata ainda não entende o que é uma lembrança. A única coisa que Nakata sabe é sobre o presente”. “Pois, pelo jeito, sou o seu oposto”, disse a Sra. Saeki. (Haruki Murakami)<sup>1</sup>*

Esta dissertação é fruto de uma angústia (ou seria nostalgia?) que se transformou em objeto de pesquisa ao longo do tempo. Trabalhei no Jornal do Brasil em 2010 e conheci de forma muito particular seu arquivo, em um momento em que a edição impressa dava seus últimos suspiros. Escrevia uma coluna diária chamada Hoje na História: com base na efeméride, vasculhava o acervo para encontrar no rolo de microfilme um evento (previamente escolhido) que tivesse sido noticiado no jornal. Depois, redigia alguns parágrafos sobre aquilo, enfatizando também a cobertura jornalística realizada. De certa forma, a coluna lançava um olhar institucional em direção a um passado de que se queria recordar. Um momento glorioso de um jornal decadente – era interessante para o JB mostrar aos poucos assinantes aquilo que foi um dia. Assim como naquele mesmo ano, me parece, faziam velhos jornalistas que, ao se darem conta de que o JB deixaria enfim de circular no papel, se voltavam para a sua própria juventude, com saudade de si e também do antigo JB, ícone da imprensa brasileira na segunda metade do século XX.

O que parecia estar envolvido nesta história – e o que aparece nas entrelinhas de tudo o que vier nas próximas páginas - era um sentimento que, aos poucos, descobri em mim a contragosto. Ainda que soe piegas, amor. Em suas contradições.

---

<sup>1</sup> MURAKAMI, Haruki. *Kafka à beira-mar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. (p.480)

Durante a pesquisa solitária, impressionavam-me algumas coisas. Na condição de repórter iniciante, a qualidade do material de apoio à notícia produzido nos anos 1960 me despertava interesse, assim como entusiasmo - as matérias do JB tinham uma preocupação incomum em *explicar* e *contextualizar*. Na qualidade de curiosa (alguns diriam xereta), reparava nas minúcias do arquivo, que parece conjugar em um pequeno espaço resquícios de múltiplos tempos – tecnologia defasada, móveis inadequados; jornais antigos bem conservados, jornais antigos mal preservados; microfimes que pareciam novos, microfimes azedos e deteriorados; televisão de plasma; biblioteca com dicionários empoeirados e DVDs que sobraram de alguma promoção da redação. Como se, em seu silêncio e por meio de seus objetos, o arquivo falasse muito, e alto. Uma língua que a cada dia eu me esforçava para compreender.

Por alguma razão, não encontrei nenhuma bibliografia sobre o acervo do JB, que se chamava Departamento de Pesquisa e Documentação (DPD). E não Centro de Pesquisa e Documentação (CPDoc), como é atualmente. Na ausência de outras interpretações, iniciei por conta própria um mapeamento da trajetória do setor, por meio de fontes textuais que encontrava no arquivo, análise de edições passadas do JB e de conversas com os funcionários mais antigos que trabalhavam ali. O período poderia ser muito amplo, mas preferi me concentrar nos anos em que o DPD teve mais funções e, sobretudo, produzia texto.

Entre 1962 (momento em que nasceu como uma pequena biblioteca de livros de referência) e 1974 (quando o setor de texto foi extinto), o Departamento tinha uma equipe de redatores, que deveria cuidar dos produtos de “longo prazo” do jornal. Os textos eram os mais variados: do esporte à política internacional, escrevia-se um pouco de tudo, com intenção de dar apoio à notícia diária, elaborada pelas outras editorias. A pauta era decidida em conjunto, durante reunião geral, no início da tarde. Primeiro surgiu a Biblioteca (fontes para referência), pouco depois, o Texto. Mas, a ideia do editor-chefe Alberto Dines, que implementava o último ato das reformas de conteúdo no Jornal do Brasil, era de expandir o hábito da pesquisa antes da apuração da notícia às demais editorias. Assim nasceu a Documentação, que selecionava, catalogava e arquivava informações diversas, além de auxiliar o repórter, quando este precisava de dados para redigir a matéria.

Enquanto tentava compreender os trabalhos do departamento, me parecia interessante compreender a maneira como o jornal entendia a notícia e, sobretudo, como

percebiam a relação entre jornalismo e tempo – uma questão tão fundamental, se tratando de uma editoria cuja matéria era o passado. Ainda na graduação tive acesso privilegiado a caixas com documentos internos do jornal daquela época, que estavam sumidas há anos. Devido à ajuda preciosa dos funcionários do arquivo, consegui reencontrá-las.

Unindo as questões à minha relação pessoal com o arquivo, o objeto desta pesquisa se tornou a experiência do tempo, com especial interesse na elaboração (ressignificação e usos<sup>2</sup>) do passado no Jornal do Brasil, entre 1962 e 1974. Partindo do estudo do funcionamento do departamento, busca-se entender alguns usos que o jornalismo – em diálogo com sua época - faz do tempo pretérito. Neste caso, proporemos a ideia de que naquele momento houve um movimento de sistematização do passado no JB.

Na esteira das demais transformações advindas das reformas gráficas e de conteúdo colocadas em prática na imprensa carioca nos anos anteriores, a Pesquisa do JB surge como um editoria que trabalha com o passado e que possui peso similar às demais. O que é no mínimo curioso, já que naquele momento, havia um fortalecimento do modelo de jornalismo norte-americano importado no Brasil nos anos 1950, baseado em regras da informação objetiva, pautado na atualidade e na velocidade de transmissão de informação. A utilização de regras e a organização com que o jornal passou a ser produzido integram a nova forma de pensar a notícia, que inclui, naquele momento e naquele jornal, o uso do passado como elemento fundamental em um tipo de estrutura narrativa.

O DPD empregou em seu ápice, no início dos anos 1970, 40 funcionários. Produzia texto, arquivava informações, catalogava fotografias: se tornou referência de arquivo no Brasil. Em poucos anos, outros jornais brasileiros valorizariam seus próprios centros de documentação. Evidência de que o caso a que jogamos luz não está fora de contexto. Foi produto e também expressão de seu próprio tempo.

Por isso, buscaremos entender que tempo é este em que o jornal está inserido, recorrendo em alguns momentos a um debate desenvolvido na historiografia a

---

<sup>2</sup> Os usos aqui têm sentido de utilização de um valor de passado. Um valor atribuído pelos jornalistas e arquivistas daquela época, que selecionavam intencionalmente eventos já ocorridos para dar sentido ao presente ou até prever o futuro – e fazem questão de separá-lo da notícia diária. Este valor de passado independe de época: pode ter acontecido há um minuto ou há cem anos. O que é importante para nós é o que o jornal considerava passado e a forma como esse conteúdo temporal era utilizado no presente jornalístico.

respeito da mudança de experiência de tempo ocorrida na segunda metade do século XX. O conceito de “presentismo” elaborado por François Hartog (2013) em *Regimes de historicidade* parece responder algumas perguntas que faremos a respeito do momento a que jogamos luz; mesmo ciente de que este não é o único conceito ou a única corrente de pensamento existente nas Ciências Humanas capaz de explicar as relações entre passado-presente-futuro na contemporaneidade. O diálogo com o historiador francês ocorre principalmente por sua elaboração precisa do conceito de “brecha na ordem do tempo”, momento em que acreditamos estar inserido nosso objeto empírico. “Presentismo” seria a o nome à *ordem do tempo* instaurada após a crise da modernidade, na qual o progresso ditava a forma de ver, sentir e analisar o mundo. O “presentismo” é o tempo do consumo, época em que o próprio tempo se torna inclusive objeto de consumo. Haveria no contemporâneo um “alargamento do presente”<sup>3</sup>, de modo que a produção de tempo histórico pareça estar suspensa. Hartog aponta que, neste momento, o presente é o objetivo e é nele em que são produzidos diariamente passado e futuro: na medida em que o presente acontece, logo quer se fazer histórico, parte do passado. Ou mesmo capaz de ser um prenúncio do futuro que nos espera. Ao mesmo tempo em que se expande, o presente se esgota, abrindo o passado como recurso fundamental para que se criem laços de sentido e identidade no contemporâneo.

Ao longo do século XX, os meios de comunicação de massa emergiram como atores fundamentais na articulação de experiências de tempo já que começaram a funcionar como produtores de acontecimentos. Cada vez mais, a mídia e os consumidores de informação prezam o instantâneo. As múltiplas vozes que atuam na internet protagonizando acontecimentos que por vezes são considerados históricos evidenciam o desejo de presenciar o que se tornará passado. Mesmo que por trás de câmeras de celular e mediados por aparelhos eletrônicos. A sociedade ocidental passa a experimentar o tempo de uma nova forma. Não aconteceu de uma hora para outra, já que acreditamos na história enquanto processo e não como linha evolutiva na qual se enxergam apenas seus pontos. Estaríamos inseridos no atual regime de historicidade ao qual Hartog traça as bases.

---

<sup>3</sup> Outros autores consideram o fenômeno na verdade como uma contração do presente: a efemeridade do tempo em que se vive causada pela rápida evolução das tecnologias, e a angústia diante de um futuro catastrófico, produziria a presentificação do passado, consumido e manipulado excessivamente pelos meios de comunicação de massa.

Em diálogo com a época, o jornalismo se transformou, acompanhando as mudanças na construção do conhecimento científico - as quais impulsionavam o nascimento de novas visões de mundo principalmente nas Ciências Humanas e Sociais. As reformas implementadas pela imprensa brasileira – sobretudo carioca – a partir de meados do século teriam colocado em prática a experiência de tempo dos sujeitos que faziam o jornalismo diariamente, conforme será explicado no capítulo 1.

A ruptura da lógica temporal causada pelo aprofundamento da percepção da aceleração do tempo (Nora, 1992) se origina no colapso da crença do progresso. Quando o futuro para de ser um destino para o qual a humanidade caminha e organiza a vida presente, o presente se alarga e o passado é buscado como forma de dar sentido, à título de identidade, ao presente. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as experiências de tempo começaram se modificar no Ocidente. Nos anos 1960, estavam em ebulição os anseios de uma época cuja produção intelectual (as vanguardas artísticas e intelectuais) sobre seu tempo anteciparia o fim dele. Na década da fragmentação e especialização do conhecimento científico, a sociedade começava a duvidar que a sede de progresso pudesse trazer segurança ao presente. Em 1968, os movimentos sociais, nas ruas, clamavam pela voz das minorias, igualdade de direitos, fim da repressão política, no caso da América Latina. A conjuntura de transformação afetou a linguagem dos meios de comunicação de massa, também afetada (e muito) pelas novas tecnologias de informação: em 1969, a chegada do homem à Lua aliada ao aprimoramento da transmissão via satélite permite que por meio de televisores, milhões de pessoas acompanhassem o desenvolvimento do grande acontecimento midiático.

Neste período no Brasil, começa o processo de consolidação da linguagem jornalística da imprensa brasileira: após passar por um momento de “transição”<sup>4</sup>, chega à maturidade. O Jornal do Brasil passou pelos últimos atos das transformações no momento em que dividiu o periódico em editorias, em 1962, com a contratação de Alberto Dines como editor-chefe do jornal. Separado por assuntos, o JB se tornava mais organizado e de fácil acesso para o leitor (tendência que acompanhava a reforma gráfica, iniciada em 1956, por Amílcar de Castro).

Justamente neste momento, a Pesquisa se torna um braço da redação que passa a produzir matérias para contextualizar a notícia no presente e atribuir significado

---

<sup>4</sup> Apontada por Abreu, A. Latman-Weltman, F. Ferreira, M. Ramos, P. (1996) e desenvolvida por Ribeiro (2007).

a ele. A intenção, segundo explicações dadas posteriormente por Alberto Dines<sup>5</sup>, era de se fazer um jornalismo interpretativo, um estilo que seria a única forma de competir com o telejornalismo em ascensão. Deixando de lado, por ora, as forças que atuam sobre o sujeito no ato de narração do passado, levemos em conta essa possibilidade de se querer criar um estilo de jornalismo impresso interpretativo e sistemático. Com opinião, mas de forma organizada, setorizada, dividida por conteúdo. O principal conteúdo trabalho pelo DPD era o passado. Passado recuperado a partir de motivações do presente, vislumbrando um futuro possível.

É interessante demarcar a diferença entre o passado agenciado pelo DPD (enquanto um valor) e o passado enquanto dimensão do tempo (a experiência vivida por si ou por outrem, neste caso, acessada por meio de vestígios). Em *História da comunicação no Brasil*, Marialva Barbosa (2013) explica que toda “ação humana no presente” pressupõe uma inter-relação entre as múltiplas temporalidades. O jornalismo usa o passado como forma de consolidar sua identidade no presente. Porque o presente só ganha sentido na medida em que é acrescido de significados. A autora reforça a ideia de que o passado é presente sempre que a memória é aguçada e seria por meio dela que se construiriam os sentidos e identidades das coisas.

O que parece mudar em sincronia com a *ordem do tempo* é a maneira como o agenciamento do passado (e também do futuro, além de uma percepção particular do presente) é feito. Barbosa (2013) indica que os meios de comunicação no século XX reconfiguraram duas tipologias de temporalidade. A do presente “transformado em instante e nomeado tempo real” e a do “passado como acontecimento presente”, durante a celebração de efemérides. Entendendo a comunicação como um processo que ocorre em diálogo com seu tempo, percebemos que os meios que se utilizam da narrativa para transmitir mensagens ao público de massa também exprimem sua experiência do contemporâneo.

No caso do DPD, parece ser interessante notar a manifestação de desejo de passado de forma sistemática. O passado canalizado por meio da Pesquisa parece indicar a própria experiência de tempo compartilhada por aqueles profissionais e também pela sociedade na qual estavam inseridos. A intenção de quem participa do processo parece trazer à tona as raízes do acontecimento para se tornar fonte histórica no futuro, mas o realiza por meio de diversos filtros, mesmo que não o repare. Os filtros

---

<sup>5</sup> Em entrevista à autora, em 23 de abril de 2011.

aos quais nos referimos são múltiplos: permeiam a seleção do evento passado que será narrado em várias superfícies. E oscilam entre a interpretação do repórter ao acontecimento presente, à linha editorial do jornal; ou critérios pessoais de busca e pesquisa e a maneira como este passado se apresenta no arquivo. Ou seja, a forma como foi guardado e catalogado.

O material ao qual o repórter tinha acesso no período recortado (fosse ele da Pesquisa ou de outras editorias) era disposto de maneira que variava conforme a direção dada pelo Departamento. Por mais voraz que fosse o pesquisador, ele se depararia com um universo limitado de possibilidades. Sua informação seria extraída de recortes de notícias antigas de diversos jornais, fotografias, textos e colagens, organizados previamente segundo um sistema de catalogação que, como veremos no capítulo 2, funcionou durante muito tempo ancorado pelas adaptações dos jargões jornalísticos, o que, por um lado facilitava as buscas e, por outro, dificultava. Livros de referência e as lembranças de repórteres e arquivistas também eram levadas em consideração nessa busca por informação. Muitas delas, percebidas a partir de acontecimentos narrados pela imprensa de outrora.

Por isso que na segunda parte desta dissertação abordaremos a maneira como o arquivo funcionou e se organizou no espaço e tempo: não há como entender seus usos e a maneira como a informação era trabalhada no jornalismo diário sem compreender de que forma ela pode ser acessada. O que o arquivo deixa lembrar e o que descarta? A que ele dá destaque e relevo? Quais critérios norteiam esse agenciamento? A ideia é realizar uma espécie de passeio pelas dependências do arquivo no período.

Para compreender o trabalho que torna vivo um arquivo que era chamado de “morto”, trabalharemos com a ideia de que é impossível lembrar naturalmente de tudo – uma concepção antiga, que foi retrabalhada pelos pensadores da modernidade num novo regime de historicidade. A partir de meados do século XX, dentro de uma nova forma de se perceber o tempo, se valorizam os agentes da lembrança, ou talvez “lugares de memória”, como sugeriu Pierre Nora (1993), espaços destinados a recuperar variadas versões daquilo que já passou, mas que precisa ser trazido à tona em um impulso de dar sentido e segurança ao indivíduo moderno. Nossa memória se tornaria, como observa Hartog, “apaixonadamente arquivística”. Neste momento há a profusão das instituições de salvaguarda e catalogação de fragmentos do passado e a organização de movimentos sociais em busca de uma reescrita da História – obedecendo a todos os procedimentos

técnicos da operação historiográfica, mas com um declarado objetivo político: uma nova inserção no presente.

Arquivos, bibliotecas, monumentos, museus, efemérides ganham espaço privilegiado neste contexto. E é justamente o que vemos ocorrer a partir dos anos 1970: uma explosão destas instituições. De repente, lembrar virou um dever e a possibilidade de acesso ao passado tornou trivial para a nova significação do presente. A estas instituições são delegados incontáveis valores patrimoniais – hoje, é possível lembrar-se tanto que novos tipos de instituições foram criadas especialmente para este fim: elas devem se manter intactas como referência do que já passou.

Nesta dinâmica, os meios de comunicação - especialmente os jornalísticos - ganham destaque. A mídia, como instituição de memória, registra a partir de critérios próprios ao seu universo, os acontecimentos que considera relevantes; guarda este material em arquivos e logo faz com que ele seja fonte histórica para o futuro (Ribeiro, 2010). E, no futuro, utilizar seu próprio material de arquivo para recapitular o que ocorreu no passado é – cada vez mais – um mecanismo de afirmar sua autoridade na sociedade. Deter o passado é deter a verdade, é ter poder. Esta discussão será feita no capítulo 1, no que diz respeito ao entendimento das relações entre jornalismo, memória, história e tempo, para compreender a dinâmica da Pesquisa e do arquivo em sua época.

É intenção desta pesquisa indicar que é possível perceber, em outros contextos sociais e temporais, o desejo de passado que atravessa o jornalismo e outros tipos de ações humanas no presente. A corrida pelas digitalizações na atualidade, os projetos de memória de organizações espalhados pelo mundo e o próprio consumo da memória e do passado indicam que este desejo está hoje em múltiplos espaços. Mas o jornalismo, sobretudo se for pensado a partir de uma duração temporal mais longa, se constrói sempre no tempo não linear da memória. E este tempo parece ser a chave para se compreender esta dissertação: a princípio, pensei em fazer da memória um capítulo, mas ela permeia toda a narrativa, a interliga.

No ato de lembrar, o sujeito seleciona, esquece, atribui significados a representações de passado construídas de acordo com o contexto em que está inserido. Paralelamente, elabora, na medida em que tece a narrativa sobre o evento que passou uma identidade no presente. Os usos do passado, portanto, podem ser compreendidos por meio da narrativa: tanto no que diz respeito à da notícia (de que maneira o passado era utilizado intencionalmente nas páginas do jornal daquele período?), quanto à história

de vida (como as pessoas elaboram a história de si e do local em que trabalharam). Por considerar inviável compreender uma editoria dentro de um jornal sem entender as pessoas (e seu trabalho) que a constituíram, utilizamos nesta dissertação a memória dos vivos. Foram realizadas entrevistas com funcionários que fizeram parte do Jornal do Brasil no período recortado e que, no presente, se constroem enquanto sujeitos dessa história e, também, de sua própria história.

Levaremos em conta adiante que a memória é fluida e inconstante, feita no presente, a partir de diferentes estímulos, capaz também de se fixar em pontos de referência os quais sustentam a identidade unificada de um sujeito ou de um grupo (Halbwachs, 2012; Pollak, 1992). Perceber a maneira como o entrevistado constrói a si mesmo ao evocar determinadas lembranças do passado, driblando ou não as memórias encobridoras que induzem ao “esquecimento de reserva” (Freud, 1997); e também levando em conta a interferência de quem ouve, ou conduz a entrevista nesse processo, parece um caminho interessante. Mais do que fonte de uma pesquisa, o protagonista da conversa é sujeito de sua própria história. E, por mais que se tente extrair uma narrativa linear e a partir do que é dito por ele, talvez seja mais coerente que esta história seja a de quem conta, naquele momento, a experiência de uma vida, a versão de um fato ou a impressão que tem de si mesmo – diante do eu e diante do outro.

Dessa forma, a pesquisa fica mais rica. Porque, além de se tentar extrair informações precisas das fontes (sejam elas da ordem oral ou escrita), tentamos perceber a matéria subjetiva que permeia as relações humanas. Não percebi isso a princípio, foi necessário um grande esforço, que será relatado no capítulo 2. Inclusive, o estilo narrativo adotado na confecção desta dissertação acompanha essa intenção, o que torna frequente as vezes em que apareço, em primeira pessoa, no texto; realizando comentários a partir de observações empíricas ou de percepções subjetivas em determinadas situações.

Em abril de 2011, por exemplo, quando realizava meu trabalho de conclusão de curso de graduação, tentei agendar uma entrevista com um senhor de nome Jessé do Nascimento. Demitido do Jornal do Brasil em 2009, era apontado pela maioria dos funcionários que ainda trabalhava no JB como uma das figuras mais antigas da Pesquisa. Nascimento já passava dos 70 anos, dono de lembranças detalhadas era figura simpática e doce, essencial para o trabalho ainda tão escasso de informações.

Fiz o contato por e-mail. Nascimento recebeu minha mensagem com carinho, mas não aceitou minha visita. Mora em Angra dos Reis e se disse muito ocupado. Insisti. Falou-me que procuraria um material em sua biblioteca e retornaria o contato. Dias depois, recebi uma mensagem de seu filho. Ele me contou que o pai não passara bem ao revirar os papéis e que sua demissão do jornal havia sido traumática e lhe rendera uma ponte de safena. Avisou-me para ficar longe e que não o procurasse mais.

O impacto que meu contato causou em Jessé me fez mal. Conteí o acontecido a algumas funcionárias do arquivo, que me repassaram uma mensagem que ele lhes escrevera. Ele se disse um ‘Homem das Cavernas’, que não conseguia conviver com a modernidade tecnológica do JB. Contou que viveu uma intensa história de amor com o jornal e, ao ser demitido, se desligou e só queria pensar nos amigos que fez neste tempo e jamais na empresa. E que, por fim, não gostaria de conversar com quem quer que seja para tentar relembrar fatos que traziam uma profunda tristeza. Para ele, ao ver o material das extintas seções de Índice e Recortes sendo descartado pela última administração do jornal, sentia como se o “trabalho de toda uma vida” tivesse sido “jogado no lixo”.

Ele não foi o único a lamentar com pesar o fim do Departamento de Pesquisa. Parece que a informatização, aliada à má administração e ao início do processo de falência do JB nos anos 1990, tiveram impacto muito negativo em alguns funcionários. Surtiram um tipo de revolta que vem à tona no presente quando revisitam o passado. Ecleia Bosi já definiu muito bem a velhice como o ‘tempo por excelência da memória’ (2012). A contemporaneidade, no entanto, não seria afável à lentidão do ritmo do velho, o qual vê cada vez mais o mundo conhecido se esvaír sem despedida no universo da globalização. O crescimento das cidades apaga os rastros de um espaço que um dia foi conhecido; e a transformação acelerada das tecnologias torna cada vez mais a certeza que se tem do mundo, incerta. Expropriado da função de trabalhar, o velho perderia também a função de lembrar: o jovem cada vez menos tem disposição para ouvir o que as gerações anteriores têm a dizer. O velho se torna, na sociedade contemporânea, um “homem das cavernas”, como bem lembrou Jessé. E quanto mais a tecnologia avança, mais fácil é se sentir ultrapassado no meio social.

A relação de alguns ex-funcionários com o JB, mais do que um laço profissional, era um laço de afeto. E, por causa disso, como geralmente acontece em

relacionamentos amorosos, o rompimento causa demasiado sofrimento. Ainda mais quando o rompimento envolve uma empresa considerada durante muito tempo o ideal de trabalho de jovens jornalistas, diagramadores, copidesques e até arquivistas. Compreendemos que o afeto, a dor e outros tipos de sentimentos, não podem ser desprezados quando se tenta pintar um retrato de uma instituição, ainda que ela tenha deixado vasto legado que pode ser interpretado como objetivo. Pelo contrário, a subjetividade enriquece e acrescenta tons vivos à pintura que sempre será (como toda a pintura ou como toda evocação do passado) uma representação de algo que já não é mais.

Entre o discurso institucional encontrado em memorandos e relatórios arquivados em pastas referentes à própria história do departamento, e os relatos orais de quem viveu o período, inserimos, aos poucos (e com mais ênfase no capítulo 3), a produção técnica do setor de Texto naquele período. De que maneira passado, presente e futuro eram percebidos a partir de suas publicações?

No capítulo 3, portanto, optamos por fazer esta análise do uso do passado (enquanto ideia da equipe do que seria considerado como tal) na cobertura de dois acontecimentos. A chegada do homem à Lua, em 1969 – evento que contou com grande trabalho da Pesquisa (cerca de 1/3 do material produzido nas três edições rodadas em menos de 24 horas foi produto dos redatores da editoria); e a morte do ex-presidente chileno, Salvador Allende, em 1973 – quando a Pesquisa inaugura a primeira (e última) edição daquilo que seria seu maior subproduto: *Tudo sobre*. Duas vezes em que há uma comercialização da cobertura jornalística à exaustão, nas quais os usos do passado aparecem enquanto elemento retórico para o embasamento da narrativa do acontecimento.

A ideia seria produzir “tudo sobre” algum evento periodicamente, sempre que um fato chamasse atenção. Neste material, vendido separadamente, o JB tinha a possibilidade de explicar determinada conjuntura social, política e econômica a partir de seu próprio arquivo, com ênfase na cobertura realizada por seus repórteres. Nos dois casos, o jornal soube capitalizar sua cobertura e comercializar a informação que tinha como principal recurso a explicação do presente (e futuro) pela análise do passado.

Com ajuda de alguns subprodutos do JB, como *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* (1968 a 1974), o *Jornal do JB* (1965 a 1973), *Nós do JB* (1974 a 1978); recolhemos informações úteis ao entendimento sobre a maneira como o passado se

construía nas páginas do periódico, além de como o jornal acreditava estar se inserindo como fonte de “história” e agente de memória na sociedade brasileira naquele período. Na contracapa de *Tudo sobre a queda de Allende*, Alberto Dines, escreveu que “os jornais sempre foram fonte de História”:

O Jornal do Brasil, empenhado a cada dia, a cada hora, a cada minuto, na luta pela notícia objetiva e exata, tem também a consciência dessa missão documental que lhe cabe. Fazemos jornalismo e, ao mesmo tempo, numa perspectiva distinta, contribuímos para fazer história. A manchete de hoje não desaparece com o correr dos dias, nem dos anos. Transforma-se. (...) Fiéis à missão da imprensa, que não se anulou, mas se aprofundou a partir dos meios de comunicação de massa, tratamos diariamente de não apenas dar a informação sobre o Chile, mas também de entendê-la, de pô-la no registro exato e interpretá-la. (*Tudo sobre a queda de Allende*, Jornal do Brasil, 1973, p. 2).

Parece uma tentativa de elaborar uma consciência de sua produção como um veículo que agenciava o passado, ancorado no presente, preparando material para ser fonte de história no futuro. Em alguma medida, há um esforço pela naturalização do convívio entre distintas temporalidades nas páginas do jornal, esforço que pode manifestar a tentativa de se produzir um laço de confiança com o leitor, baseado no passado, mas que sugere que o presente pode ser, naquelas páginas, melhor compreendido.

Ana Paula Goulart Ribeiro (1995) reforça que a imprensa assume um lugar de “historiografia do cotidiano” nas sociedades contemporâneas. E afirma que “Apresenta-se não só como referenciadora do mundo e das suas transformações, mas também como sua explicadora” (1995: 140). De acordo com a autora, o jornal seria uma instância do sentido, cujas funções seriam “captar, descrever, analisar e, por fim, registrar”. Ao construir esta consciência de tempo, a imprensa seria capaz de deixar para o futuro, um modo de lembrar o passado quando for consultada por pesquisadores, fazendo com que seja um lugar de memória privilegiado na sociedade.

Na sociedade da tecnologia, na qual um instante é capaz de tornar o novo obsoleto, o passado se alarga como força essencial, capaz de conferir sentido, segurança, solidez ao presente – é o que se chama de boom da memória ou imediatização da história, conforme será discutido. “Relembrar o passado é fundamental

para o nosso sentido de identidade”, afirmou Lowenthal (2010: p.83). Porque, para ele, “saber o que fomos confirma o que somos.”

Talvez, a partir da análise do Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil seja possível entender o desejo de passado que se fazia presente naquela “ordem do tempo”, em acordo com o espaço social no qual estava inserido. Como será detalhado adiante, a representação dessa relação com o tempo será percebida a partir de três aspectos: a segmentação gráfica do passado nas páginas do jornal – capítulo 1; a mudança do lugar do arquivo no jornal (de forma física e metafórica) – capítulo 2; a sistematização do passado enquanto recurso discursivo para se explicar o presente e com intenção até de prever o futuro – capítulo 3. Talvez, essa análise se faça útil para compreender um pouco da relação do jornalismo com seu tempo, ontem e hoje.

## Capítulo 1 - O arquivo no tempo

Em um sofá na sala em que ocupa na TV Brasil, onde apresenta semanalmente o programa *Observatório da Imprensa*, Alberto Dines se aconchegou, diante de mim, para uma entrevista previamente marcada, em 18 de abril de 2011. O assunto? A história da criação do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil. “Eu geralmente não dou entrevista para aluno da graduação”, revelou em tom bem-humorado ao se sentar. Na época, eu fazia meu trabalho de conclusão de curso e pedira alguns minutos de seu tempo para me contar, se ainda se lembrasse, de como teve a ideia de criar tal departamento e, também, como era o funcionamento deste setor durante os anos em que o jornalista ocupou o cargo de editor-chefe do JB.

“Este assunto é muito importante e pouco falado também. Por isso aceitei falar com você. Eu dou muita entrevista sobre o JB, a maioria das coisas de que eu me lembro já estão em algum lugar”, acrescentou. É verdade. Antes de elaborar minha lista de perguntas, li várias entrevistas nas quais o jornalista falava sobre os dez anos em que permaneceu no jornal: na maioria delas, respostas muito parecidas ilustravam sua versão cristalizada sobre aquele passado.

Dines ocupou o cargo de editor-chefe entre 1962 e 1973. Neste período, arrematou as mudanças inseridas pelos periódicos fluminenses nas décadas anteriores ao sistematizá-las num modelo completamente novo<sup>6</sup>. Entre as ideias colocadas em prática, estavam: a divisão do jornal em editorias, a instituição de reuniões de pautas diárias, a valorização da profissão de jornalista por meio de melhores salários; a criação dos suplementos literários e outros cadernos; a implementação do que chamou de “jornalismo em profundidade” – para além do texto factual em modelo norte-americano chamado de pirâmide invertida, procurou incentivar a realização de um jornalismo mais reflexivo. E é aí, também, que entra o trabalho do Departamento de Pesquisa: acreditamos que ele tenha funcionado como laboratório das novas ideias, as quais influenciariam posteriormente a mídia impressa brasileira a mudar sua forma de abordar

---

<sup>6</sup> Sobre as reformas na imprensa carioca nos anos 1950, a bibliografia é farta. Aqui, as obras que serviram de referência para esta pesquisa: Abreu & Lattman-Weltman, 1992; Ferreira & Montalvão, 2002. Lessa, 1995; Ribeiro, 2007; Romancini, 2007.

a notícia, além de indicar como caminho possível um trabalho estreito entre pesquisa e redação.

Neste capítulo mostraremos as circunstâncias que permitiram a criação do Departamento: parece ter havido uma intenção de separar o conteúdo da Pesquisa do produzido pelas outras editorias. O material apresentado como “apoio” ou “interpretação” da notícia diária, ganha um espaço delimitado no jornal diário: separado por fios, o jornal parece organizar as dimensões do tempo e enxerta o passado como forma de explicar acontecimentos que se desenvolvem no presente.

### **1.1. A época de ouro**

Assim que a conversa começou, notei que o entrevistado já sabia o que queria dizer. O encontro durou pouco menos de uma hora: Dines logo elegeu o ano de 1962 como marco fundador do departamento, apesar do nome só constar no expediente do jornal, desta forma, a partir de 63. Para ele, a criação de uma biblioteca de livros de referência e também do arquivo fotográfico figuram como início deste setor que, em 1964, passaria a produzir texto<sup>7</sup> e se tornaria uma editoria independente, cujo conteúdo era o passado.

Quando eu cheguei lá, o jornal não tinha uma série de coisas. A estrutura básica, a estrutura física dele... A parte de funcionamento era muito precária. E eu notei que não tinha arquivo de negativos. O que era uma coisa fundamental em jornal naquela época. Hoje você tem tudo em disquete. Naquela época você precisava ter tudo em negativo para você pegar uma fotografia, ampliar e utilizar ela com outro corte. Não tinha. E não tinha um departamento para livros de referência, dicionários, estas coisas. Eu falei ‘não, tá errado. Um jornal desse porte não pode ser assim’.

O pequeno acervo de referência, assim como o arquivo chamado de morto – coleção de jornais antigos, desde o início da circulação do JB, em 1891 - ocupavam a mesma sala da redação, no prédio da Avenida Rio Branco, número 100. Os negativos,

---

<sup>7</sup> A produção frequente de textos, de fato, começou a partir de março de 1964, como veremos a seguir. No entanto, localizamos três artigos assinados pelo DPD que foram publicados antes disso: dois em 1962 (17 de maio e 10 de julho) e um em 1963 (7 de setembro). O contraste com os outros anos é grande. Em 1964, por exemplo, é possível afirmar que o DPD assinou ao menos 200 textos, entre março e dezembro.

outras dependências que, por sinal, ficavam embaixo de uma escada de madeira – um lugar bastante “esculhambado”, conforme descreveu o jornalista Marco Sá Correia, em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional, em 2008. Segundo ele, que começou sua carreira no jornal como estagiário de fotografia, sempre que alguém pisava nos degraus para subir ou para descer, feixes de luz entravam por entre as frestas e, se por acaso algum filme estivesse sendo revelado naquele momento, poderia se perder para sempre.

Na salinha da TV Brasil, Dines contou que, ainda no início do ano, poucos meses após ter sido contratado pelo JB, passou uma tarefa ao repórter Nonnato Masson: fazer uma lista de livros de referência que pudessem ajudar a equipe durante a apuração das notícias. O maranhense que, à época, escrevia para o Caderno B (criado em 15 de setembro de 1960), também era novo na empresa - a Condessa Pereira Carneiro aceitou empregá-lo após receber uma indicação do conterrâneo José Sarney. Masson tinha um texto “reflexivo”, segundo Dines, mas que não chegava a “fazer um mergulho histórico”. Tanto é que, depois, pediu parar sair da pesquisa e ficar no copidesque do jornal.

Quanto à missão passada a ele, o rapaz cumpriu com esmero. Ao fim do dia, entregou uma lista com cerca de 20 nomes de obras que, logo, foram compradas pela empresa. Entre elas, dicionários bilíngues e obras de interesse geral, como *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, de Hélio Vianna, e *Efemérides Brasileiras*, escrita pelo Barão do Rio Branco.

Durante alguns meses, Masson se encarregou de abastecer a biblioteca, passava pelos sebos da cidade e anotava os títulos importantes. O acervo foi crescendo. Em 1963, já com o nome de Departamento de Pesquisa, o setor dispunha de outras funções: seleção e organização de um pequeno arquivo de pastas temáticas, com recortes de notícias de jornais variados, a fim de auxiliar na cobertura diária das notícias – além de separar, por assunto e autor, as reportagens publicadas no jornal a partir de então.

O jornalista Israel Tabak trabalhou na editoria de Cidade entre 1966 e 1997 e conta<sup>8</sup> que, no final dos anos 1960, fazia parte da rotina dos repórteres consultar a Pesquisa – tanto para saber mais sobre o assunto sobre o qual iriam escrever, quanto para fazer cópias de seus próprios artigos. Ele, por exemplo, era leitor assíduo do livro

---

<sup>8</sup> Em entrevista concedida à autora deste trabalho, em 19 de agosto de 2013.

*Histórias das ruas do Rio*, de Brasil Gerson, que consultava a fim de entender melhor a dinâmica de crescimento e estruturação da cidade. “Eu podia pesquisar na minha casa, em qualquer lugar, mas tendo uma biblioteca e um arquivo dentro do jornal, era muito mais prático”, observa. E acrescenta ainda que: “Isso era uma verdadeira novidade no Brasil. Ajudou muito o trabalho dos jornalistas. O JB era a verdadeira Meca do jornalismo brasileiro naquele tempo”. Como veremos mais a frente, o JB se tornou, após as reformas gráficas dos anos 1950, um espaço de trabalho cobiçado por jovens jornalistas – inclusive pelo fato da direção ter valorizado financeiramente a profissão. O aumento nos salários permitiu que os profissionais mantivessem apenas um emprego, sem precisar se dividir em outras redações. Não foi o caso de Tabak, no início.

Ele conta que, mesmo depois de formado, passou por um estágio com remuneração baixíssima para ser aceito como repórter no Jornal do Brasil. Ainda assim, segundo ele, valia a pena. Dividir a sala com grandes profissionais, como Carlos Lemos, Alberto Dines, era por si só uma recompensa. Apesar de ter se formado em jornalismo na Universidade do Brasil (atual UFRJ) – um curso que ainda era muito recente -, Tabak conta que foi no JB em que mais aprendeu sobre a profissão. Para ele, a consulta periódica à biblioteca e aos textos das pastas possibilitava ao repórter se familiarizar mais com o assunto em pauta e, dessa forma, denunciar os problemas, em seu caso, da cidade com maior fundamento:

O JB criou a editoria de cidade. Nessa época, a cidade tinha muita importância. Por exemplo, congestionamentos no Rio viravam notícia de primeira página, porque a cidade estava se modernizando, era uma novidade. Hoje, editoria de cidade é polícia, antes não. Antes, tratávamos estes assuntos de forma sistemática.

Ao lembrar a época que chama de “era de ouro”, o atual professor de jornalismo indica que, às vezes, quando tinha tempo, consultava o arquivo sem necessitar da ajuda de bibliotecários ou arquivistas que trabalhavam lá. Mas, “dependendo da pressa”, passava a pesquisa para alguém que pudesse coletar as informações mais rapidamente. Segundo Tabak, havia também “excelentes redatores na Pesquisa”, como Fernando Gabeira, João Máximo, Renato Machado, Luiz Paulo Horta com função de preparar textos coordenados às notícias do dia e alguns produtos

independentes. Estes redatores que, segundo Dines, tinham um perfil mais “intelectual”, integravam o que se passou a chamar de Texto.

Inaugurado em março de 1964<sup>9</sup>, com artigo assinado pelo mineiro Murilo Felisberto, então chefe do Departamento, o Texto funcionou durante o período em que Alberto Dines permaneceu no jornal e foi esvaziado pouco mais de um ano após a saída do editor-chefe, em 1973. Conforme veremos no capítulo 2, este setor ajudava na produção de publicações como *Cadernos Especiais*, *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, chegou a editar inteiramente o *Tudo Sobre*, e redigia artigos diários com base em informação de arquivo, pautados no calor dos acontecimentos.

A primeira produção de texto dentro do padrão vigente durante seus anos de funcionamento<sup>10</sup> foi um *box* intitulado *História da reforma agrária*, que acompanhava a matéria “Goulart quer a imediata desapropriação de suas fazendas”<sup>11</sup>; e realizava um breve retrospecto da reforma agrária no Brasil. Dois dias antes, o então presidente João Goulart (1961-1964), no palanque do “Comício da Central”, no Rio de Janeiro, assinara um documento que previa a implementação das Reformas de Base, um dos carros-chefes de seu governo, gerando uma polêmica na sociedade que seria aproveitada pelas forças extremistas de oposição que, no fim do mesmo mês, articulariam com outros setores políticos e militares o golpe que o tiraria do poder.

É importante lembrar que o JB era, na década de 1960, um veículo que reunia “quatro atributos que sempre nortearam sua atuação. Era católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (DHBB, p.2870). Apoiou, como outros grandes jornais, o golpe militar de 1964 - na esperança de que um governo mais conservador pudesse devolver ao país a estabilidade econômica e a dita moralidade social, que teria sido “desviada” nos anos do governo de João Goulart; e atravessou o período dos “anos de chumbo” com uma postura reservada, permitindo “algumas frestas de oposição em seções internas, onde eram veiculadas ideias liberais” (Lima, p.120).

Com a intensificação da censura aos meios de comunicação, após 1968, o jornal tentou manter em diálogo um número considerável de intelectuais e políticos capazes de trazer à tona o debate cultural, social e político de seu tempo, ao passo em que se preocupava com a cobertura do noticiário local, de forma que mantivesse o

---

<sup>9</sup>MARRA, 1967. *Cadernos de Jornalismo*, número 7, p.5.

<sup>10</sup> Retângulo de texto separado por fios da notícia “quente”, que tem no topo a assinatura de quem o produz: inicialmente, o nome do redator. A partir de 1965, apenas “Departamento de Pesquisa”.

<sup>11</sup> Jornal do Brasil, 15 de março de 1964, p. 20.

interesse do pequeno anunciante. Paralelamente, dava liberdade a alguns autores em seções específicas, com mensagens contrárias ao regime passadas de forma sutil, para tentar (nos casos em que a censura apertava o cerco a determinado assunto) exprimir algum tipo de opinião de oposição. Sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde, por exemplo, o escritor Alceu de Amoroso Lima explicitava seu pensamento contrário ao governo Médici (1969-1974), ainda que a postura do jornal fosse favorável às decisões econômicas de sua gestão, como as implementadas pelo ministro Delfim Neto no Ministério da Fazenda.

Ficaram célebres durante o período os quadros no canto superior esquerdo na primeira página do jornal relatando uma previsão do tempo que não tinha necessariamente a ver com o clima meteorológico. Às vezes, ela media as oscilações de temperatura pelo termômetro da política. O caso mais conhecido foi o do dia 14 de dezembro de 1968 – dia seguinte ao Ato Institucional Número 5<sup>12</sup>. “Tempo negro, dia sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Max: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras” – vinha escrito naquela edição que não fazia questão de esconder o descontentamento do JB com as atitudes tomadas no governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969).

Neste episódio, a redação estava sob vigilância de majores do exército que se comportavam como censores. Para contornar a situação e comunicar aos leitores o trágico significado do fato que acabara de ocorrer no país, o quadro que subvertia a previsão do tempo no canto superior esquerdo foi acompanhado por outro, só que ao lado direito da logomarca, onde se dizia “Ontem foi o dia dos cegos”. Foi Roberto Quintaes, o futuro editor da Pesquisa, mas, naquele momento, copidesque do jornal, quem criou a previsão. Em entrevista à pesquisadora Rosa Maria Nava (1996), Quintaes relata que a ideia de passar a mensagem nas entrelinhas da primeira página do JB foi do editor-chefe. Segundo ele, Dines caminhou até sua mesa e sibilou: “Recrie a previsão do tempo”.

Conversamos numa tarde de verão em sua casa. Quintaes se lembra desta história com emoção, considerando que, naquele dia, o JB recebeu uma visita de oficiais

---

<sup>12</sup> Decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. A partir de então, o presidente da república ganhava poderes excepcionais, podendo interferir em todas as instâncias do Executivo, sem qualquer aviso prévio. Suspendiam-se os direitos políticos, aboliu o *Habeas Corpus* para crimes políticos, e proibiam-se atividades e manifestações sobre assuntos dessa natureza, condicionando a infração a severas penalidades, desde a liberdade vigiada ao “domicílio determinado” (ou seja, cárcere).

da aeronáutica, que tinham a ordem de inspecionar o jornal que circularia na manhã seguinte. Ele relata:

O Lemos e o Dines combinaram fazer uma edição furtiva, combinou-se de trocar, na “hora H”, chapas, uma coisa pela outra. E o Dines passou pela minha mesa e disse assim “faz uma previsão do tempo de acordo com a política”. E aí eu escrevi “tempo negro e temperatura sufocante, o país está sendo varrido por fortes ventos. Temperatura máxima 38 graus – que era o ato complementar 38 -, nas Laranjeiras, temperatura mínima 5 graus – que era o AI-5 –, em Brasília”. A gente na hora que baixou a primeira página - lá no alto da primeira, ficava a previsão do tempo -, baixou com a previsão do tempo normal, e aí um daqueles milicos olhou, leu a coisa toda, foi pra oficina. Quando chegou na oficina a outra já estava composta pra substituir, quando o jornal rodou já rodou com a nova. No dia seguinte foi um auê, porque o jornal saía da máquina com nos todos na beira da máquina, com várias coisas dessas pra ludibriar a pressão militar e os militares apareceram no jornal de novo. Às 10h da manhã, uma tropa querendo prender todo mundo foi pra oficina. Nós tirávamos provas de prego borradíssimas, que eles não sabiam como pegar, se sujavam todos, ficavam irados, diziam que iam botar no pau de arara...<sup>13</sup>.

Em março de 1964, o JB ecoava, em alguma medida, a opinião dos setores conservadores da sociedade brasileira. Sob tom negativo, noticiava as reformas do governo de Goulart e, posteriormente, daria suporte à gestão de Castelo Branco (1964-1967) – à época visto pela direção do jornal como um homem forte e que iria exercer “real autoridade” no Executivo<sup>14</sup>. Nesse sentido, João Goulart não era tão bem-querido quando aquele *box* sobre a história da reforma agrária foi publicado pela Pesquisa na seção de política [ver imagem na próxima página]. Mas, ainda assim, Murilo Felisberto tentou seguir o princípio básico da objetividade que guiava o texto jornalístico moderno, apesar de transparecer um incômodo com a desapropriação de terras e a influência socialista no governo, como ocorre neste trecho:

O problema agrário no Brasil conheceu sua maior crise, com 1400 famílias preparando a invasão de terras em Governador Valadares, Minas. O superintendente João Pinheiro Neto conhece também nessa época os perigos de sua função, quando é quase atacado na cidade, recebido

---

<sup>13</sup> Depoimento de Roberto Quintaes à autora deste trabalho, em 4 de dezembro de 2013.

<sup>14</sup> DHBB, p.2871.

que foi com o comércio de portas fechadas e a rádio local acusando a presença na cidade de um agente comunista. (Jornal do Brasil, 15 de março de 1964, p.20)

Assim como ocorreu nesta ocasião, a partir do momento de sua criação uma parte da Pesquisa se dedica a realizar este “background” – nas palavras de Alberto Dines - das notícias do dia a dia. Os quadros contornados por fios que levavam o selo não se restringiam à política: logo passaram a produzir conteúdo para o Caderno B, Internacional, Local (a partir de 1966, Cidade), Esportes, Revista de Domingo.

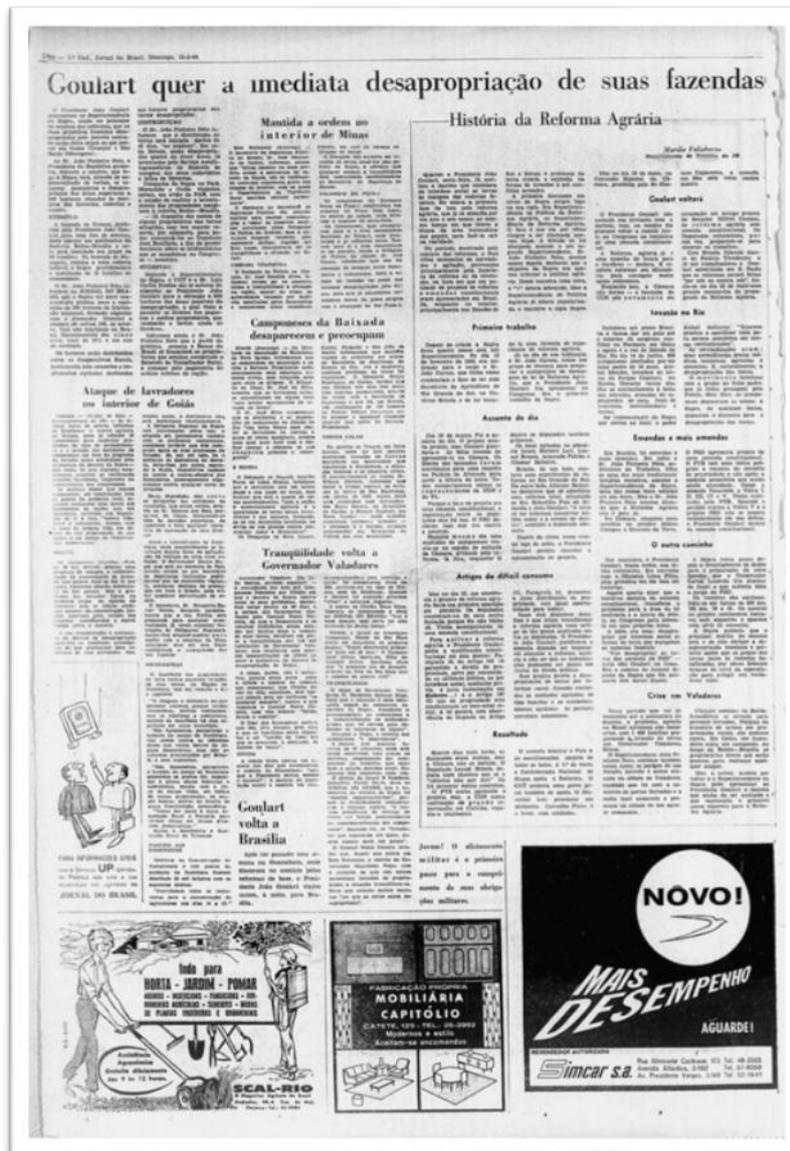


Figura 1 O Box História da Reforma Agrária, primeiro texto oficial da Pesquisa, foi publicado no Jornal do Brasil do dia 15 de maio de 1964, p.20.

Mesmo com o aumento da produção, não havia um quadro fixo de quantos textos a Pesquisa precisava produzir por edição. O trabalho era decidido diariamente após as reuniões de pauta – o chefe do departamento, de acordo com Rosa Maria Nava (1995), participava das reuniões diárias 15h e 19h. Foi só em 1965 que o DPD regularizou suas atividades em uma editoria de produção de texto, que elaborava as matérias em diálogo com as notícias do dia<sup>15</sup>. Um pouco antes, em 27 de dezembro de 1964, a equipe constituída já por dez jornalistas da Pesquisa ter editado o “Caderno Especial – Ano 64”, um suplemento de 16 páginas vendido junto com o JB do dia, que fazia um retrospecto dos fatos eleitos como principais daquele ano (de política à literatura e religião).

A título de curiosidade, não foram os funcionários do DPD os responsáveis por escrever a análise política do ano que passou. A tarefa foi realizada pela editoria da qual este assunto faria parte. Mas, ainda assim, é interessante observar a forma como o golpe foi articulado em suas páginas. Chamado de “Revolução”, o evento que ocorreu em 31 de março de 64 e suas consequências não são explicados de forma tão clara, faz-se um “parêntesis de natureza teórica” e linguagem difícil, que se opõem aos demais retrospectos e, também, previsões para o próximo ano. Após ler e reler o artigo, compreendemos que foi escrito em tom de apoio ao governo, mas também de advertência. Parece que a opinião política do jornal aliava-se ao governo autoritário, mas fazia questão de reforçar que se caracterizava como um “ciclo”, com data definida para acabar: 1965.

A autoridade que se prolonga será, porém, a autoridade de estagnação, caso não surjam os frutos esperados a partir de 1965. Em 1964, muito foi semeado em sangue, suor e lágrimas. Há momentos assim na história dos povos. Não compreender isso é não compreender nada. Carpir apenas, sem participar. Abdicando da participação e da porta estreita. Chegar a um novo ciclo de liberdades através de longo ciclo de autoridade, mal iniciado, é esforço que exigirá mais do que clarividência – disposição de sacrificar-se pelo essencial. (Caderno Especial, 27 de dezembro de 1964, p.15)

Assim como foi feito com o caderno retrospectivo de 1964, a função do DPD seria levar adiante os projetos “de longo prazo”, como costuma descrever Alberto Dines, a partir de então.

---

<sup>15</sup> Tabela com um levantamento da produção de texto do DPD disponível no capítulo 2.

Ele conta que “a Pesquisa tinha material para, em qualquer circunstância, produzir matérias interessantes e bem fundamentadas e, quer dizer, gastava dinheiro para isso”. O jornal investia na compra de material de referência, além de assinar periódicos que circulavam em todo o mundo. “Hoje é muito fácil. Você liga na internet, põe no Google... Naquela época você precisava contratar, comprar essas informações e armazená-las”, acrescenta.

O jornalista Antônio Beluco Marra, que se tornou chefe do DPD em 1965, descreve em texto publicado na sétima edição dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, em 1967, o funcionamento do setor, classificando o trabalho desenvolvido por ele e seus colegas como “jornalismo de pesquisa”:

Desde o dia em que começou a funcionar o DPD do JB desviou-se de seu objetivo inicial – fornecer dados complementares ao trabalho dos redatores e repórteres, escrever pequenas biografias – para criar as próprias matérias. Estruturou uma equipe de redatores e repórteres (que passaram a ser chamados de pesquisadores). Passou a ser uma editoria. Não será uma atividade subsidiária, mas participará, com matérias redigidas, da totalidade do jornal. Começa a ser transmissora de informação com características de periodicidade, de atualidade, de recepção coletiva (jornalismo) e recuperadora de informação, participando da organização do acesso à informação (documentação). (MARRA, 1967. *Cadernos de Jornalismo*, número 7, p.5)

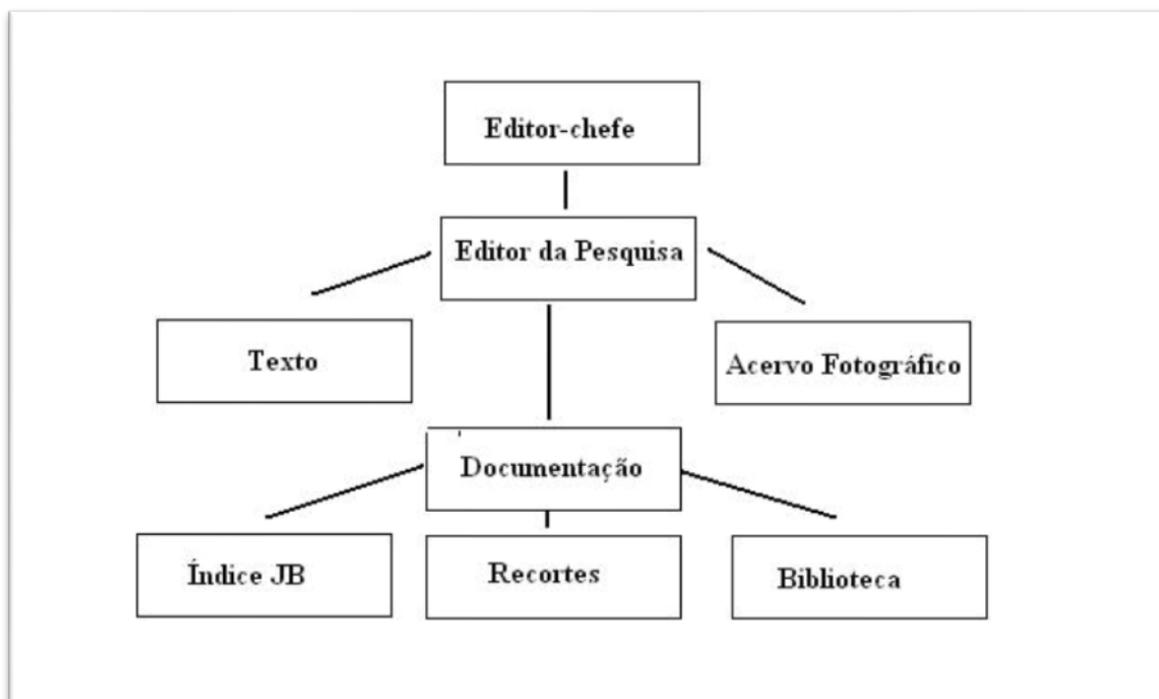
Em 1971, o DPD era composto por 40 funcionários; e possuía nas prateleiras do arquivo cerca de 15 mil pastas temáticas, dentro das quais estavam catalogados 100 mil assuntos. Quanto à parte fotográfica, em menos de dez anos de existência já juntava algo em torno de 1 milhão de negativos<sup>16</sup>. Dois anos depois, o DPD já era subdividido em seis áreas, segundo relatório interno encontrado na pasta “JB – HISTÓRIA”, no atual Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil<sup>17</sup> (CPDoc JB): Documentação (“encarregada das pastas com recortes”), Marcação (“responsáveis pela leitura e classificação de publicações nacionais e estrangeiras”), Índice (“relaciona as informações publicadas pelo próprio jornal”), Arquivo de Fotos (“quase 3 milhões de negativos”), Biblioteca e Texto (“redige matérias de apoio ao

---

<sup>16</sup> Informações publicadas no *Jornal do JB*, edição de abril de 1971, p.6.

<sup>17</sup> O documento, digitado em letra de máquina, descreve as funções de todas as editorias do JB. Acredito que tenha sido redigido entre 73 e 74 porque em 74 o setor de Texto é extinto.

noticiário”). A ilustração abaixo mostra como era organizada esta divisão, a partir de 1969, que será melhor explicada no capítulo seguinte:



## 1.2. O tempo narrado do começo

Entre 1962 e 1964, o setor funcionou como uma espécie de “arquivo morto”, coisa que já era comum em alguns periódicos nos Estados Unidos, por exemplo, como as revistas *Time* e *Life* que, junto ao jornal *New York Times*, aliás, serviram de inspiração para a criação do DPD do JB. Segundo Beluco Marra (1967), os funcionários que engrenavam o setor de indexação e catalogação de informação das revistas *Time* e *Life* trabalhavam “para que o Arquivo e a Biblioteca possam fornecer cada vez pastas mais completas aos redatores a fim de que montem suas matérias” (p.7). No que diz respeito à Pesquisa do *New York Times*, a estrutura era um pouco diferente e funcionava como uma espécie de produtor de conteúdo pontual: redigia pequenas notas, principalmente obituários e textos de caráter enciclopédico, tal como se configurou também o DPD JB no primeiro ano de existência.

O exemplo destes veículos de comunicação como base para a estruturação do DPD JB não foi arbitrário. De fato, eles influenciaram o pensamento de Dines, que, no final de 1964 viajou aos Estados Unidos a mando do JB, para realizar um curso na Universidade de Columbia, junto a outros editores de jornais do mundo inteiro. Neste período em que esteve fora do país, aproveitou para conhecer a redação de grandes empresas de notícias e, segundo ele, adaptou algumas novidades instauradas lá na redação da qual fazia parte. Marra (1967) observa que:

A ideia inicial para o funcionamento do DPD tinha o *New York Times* por modelo. No seu *review* semanal o NY Times publica pequenas biografias de personagens que estiveram nas manchetes durante a semana; (...) Muitas vezes o jornal traça também um pequeno histórico do fato que está acontecendo. (...) Estas pequenas matérias vêm cercadas por fios, que indicam serem elas um subsídio para o review semanal. Elas vem do que podemos chamar de Departamento de Pesquisa e Documentação do NY Times. Já as revistas *Time* e *Life* pratica hábitos diferentes quanto a estes departamentos. Aqui, este departamento seria chamado de arquivo morto. (MARRA, 1967. *Cadernos de Jornalismo*, número 7, p.5)

A partir de 63, o jornal acumulou material: tanto no que diz respeito ao trabalho feito por quatro funcionários da parte de fotografia e negativos, quanto ao que diz respeito aos jornalistas e arquivistas incumbidos da função de recortar e armazenar trechos de matérias de periódicos diversos, nacionais e internacionais, um setor incipiente, que seria chamado de Documentação.

Seguindo esta lógica de “aprofundar a notícia”, o elemento que movia a Pesquisa era o passado ancorado no presente: tanto no que dizia respeito ao arquivamento de matérias, quanto ao processo de recuperação de acontecimentos que podem ter ocorrido ontem ou em séculos anteriores no intuito de levar mais informações ao leitor.

Em sua dissertação de mestrado, Rosa Maria Dales Nava caracterizou o tipo de trabalho feito pela Pesquisa no JB como jornalismo interpretativo, que, em sua concepção, é um gênero jornalístico que dá profundidade à notícia, com “liberdade estilística”, permitindo que o autor contextualize fatos e se posicione no texto – um pouco diferente do modelo moderno de jornalismo, adotado no Brasil nos anos 1950,

baseado em regras de pretensa objetividade e imparcialidade, que discutiremos no final deste capítulo.

Em *Saber para continuar* (1995) – o único trabalho acadêmico encontrado por nós sobre o DPD –, Nava defende a ideia de que o Jornal do Brasil desenvolveu com o Departamento de Pesquisa do JB a primeira experiência de jornalismo interpretativo no Brasil. Para ela, esta prática seria uma “forma de tratamento da informação inserida na categoria de jornalismo informativo” (p.9), o qual pretende ser “o retrato fiel da realidade” (p.10). A pesquisadora não leva em consideração que o jornalismo, enquanto prática comunicacional, é atravessado por múltiplas temporalidades: acontece no presente com vistas para o futuro, mas, no momento em que se realiza, já é passado. E, como toda narrativa, existe enquanto interpretação da realidade e não como a realidade por si só – um espelho do evento ou acontecimento.

Em sua pesquisa, que possui alguns erros factuais – que se devem, em grande parte, à utilização da fonte oral como sinônimo irrefutável de verdade, sem levar em consideração a dinâmica entre lembrança, esquecimento, silêncio e poder que constitui a memória –; Nava chega a afirmar que o jornalismo se difere da filosofia e da história por ter como foco da análise o presente, feita “à luz do interesse coletivo e transmitida periodicamente à sociedade, com objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública no sentido de orientar o bem comum” (p.10).

Ao se apropriar do discurso dos entrevistados sem deixar claro se o que diz é fruto de pesquisa empírica ou de opinião pessoal, ela incorpora ressentimentos que, ao que parece, afloraram no decorrer das entrevistas que realizou com Beluco Marra, Alberto Dines, Fernando Gabeira, Roberto Quintaes, Murilo Felisberto. Em seu trabalho, parece dividir a redação em dois lados antagônicos: o “bom” (constituído dos jornalistas que trabalharam na Pesquisa na “época de ouro”, em que se colocou em prática a primeira e única experiência de jornalismo interpretativo no Brasil) e o “mau” (os jornalistas da redação que por “inveja”, teriam conspirado para acabar com a equipe de Texto, após a saída de Alberto Dines, em 1973).

A autora se deixar levar pela narrativa das fontes sem exercer um pensamento crítico sobre elas e chega à conclusão de que a equipe de Dines foi demitida sumariamente devido, principalmente, a “ressentimento e inveja” (p.22). Além disso, ao utilizar uma metáfora bíblica comparando o cenário do JB em 1974 à última ceia de Jesus Cristo, identifica na figura do jornalista Paulo Moura, Judas Iscariotes. Ao lado de

Walter Fontoura, Moura teria escrito um relatório em que manifestava a insatisfação da redação com o DPD. Nava descreve da seguinte forma:

Toda equipe do JB foi dispensada. Poucos foram poupados porque se tornaram reféns de salários. Acabaram com todos os produtos criados pela Pesquisa. Queriam matar Alberto Dines, mataram seus filhos. Não abra seu coração para ninguém. Podem tirá-lo e oferecer numa mesa de pedra. Uma troca. Sua vida pela chance dele. Uma simples barganha. A criatividade pela mesmice. Um câmbio. Seu salário pelas trinta moedas de Judas. (Nava, 1995, p.124)

Aqui, evitaremos utilizar o termo “jornalismo interpretativo” nesse contexto, já que envolve uma série de discussões teóricas que não são o foco deste trabalho. Jornalismo, para nós, é uma prática social atravessada por tensões culturais, políticas e históricas, como bem definiu Letícia Matheus, em sua tese de doutorado que versa sobre *Comunicação, tempo e história* (2011). Apesar de se levar em conta a carga ficcional da narrativa jornalística, concordamos com Matheus a respeito de que “pesa sobre o jornalismo a expectativa do real” (p.18). Caso contrário, poderíamos tomar como jornalístico outros tipos de narrativa, como contos e fábulas. É com base nessa referência ao real, ao reforço positivo do papel do testemunho, em que o jornalismo – seja ele impresso, audiovisual ou radiofônico – se constrói. Levando em consideração também o espaço institucional em que este tipo de narrativa é veiculado – que necessariamente conta com um tipo de legitimação social. Ou seja, ao ocupar uma posição institucional determinada, lhes é conferido o direito de “produzir enunciados em relação à realidade social aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros”, conforme observou Ribeiro (1995, p.26).

Foi, portanto, por meio da Pesquisa que o JB engrenou, de forma sistematizada, o passado no presente social. De maneira a reforçar a atualidade da notícia, em um período em que a linguagem jornalística se consolidava. No período inicial, os textos produzidos pelos jornalistas deste departamento eram mais enciclopédicos, pontuais, traziam informações a respeito de um determinado tema, a toque de caixa. Mas isso logo se tornou mais complexo. Principalmente após 1965, os artigos se tornam mais opinativos.

No dia seguinte à posse do Marechal Castelo Branco à Presidência da República, o JB publicou retângulo de texto vertical que ocupava três quartos da página

15, destinada a assuntos de política, assinado pelo Departamento de Pesquisa<sup>18</sup>. Com o título “As posses de lá para cá”, curtos parágrafos informavam como ocorreram ao longo da história do país os primeiros momentos dos chefes de Estado no poder: de Deodoro a Mazzili. “O primeiro presidente brasileiro, o Marechal Deodoro, tomou posse no antigo palácio do Conde dos Arcos, onde funcionava o Congresso numa época em que o entusiasmo pela Proclamação já tinha acabado”, vem escrito na primeira linha.

O texto seco e que responde a uma lógica cronológica pouco inventiva, passou a ser substituído por artigos mais criativos e leves, no decorrer do ano, principalmente em cadernos ligados à arte e cultura. Por exemplo, em janeiro de 1965, a Pesquisa assinou um artigo longo, que ocupou uma página inteira do Caderno Especial dedicado a Lyndon Johnson, o 33º presidente dos Estados Unidos. Na ocasião, a Pesquisa constrói uma fábula que narra a trajetória do chefe de Estado, na tentativa de responder a pergunta que se faz na abertura da publicação: “Quais são as perspectivas dos Estados Unidos nos próximos 4 anos?”<sup>19</sup>

Podemos reparar que, aqui, o passado é utilizado pelo jornalismo no sentido de não somente explicar um acontecimento presente - a recente posse do presidente norte-americano - como também de tentar especular caminhos futuros. A leitura do texto sugere: Johnson teve uma trajetória notável. Nascido em família rica, decidiu bancar os estudos trabalhando como zelador. Mas já tinha um futuro garantido desde o dia de seu nascimento:

Para os habitantes de Johnson City, o neto de Samuel Ealu Johnson – fundador da cidade e homem mais rico da região – antes mesmo de nascer já tinha um lugar reservado na política americana. Foi por isso que pouca gente duvidou, quando ele, na tarde de 27 de agosto de 1908, chamou a vizinhança e declarou alto, com sotaque texano: Um senador dos Estados Unidos nasceu esta manhã.

Em outros casos, os textos se valiam do passado como artefato para sustentar um tipo de narrativa bem humorada, que podia dizer respeito, por exemplo, a práticas de comportamento. Na última página do B, em 6 de julho de 1964, um artigo chama atenção. “O monoquíni tem lugar no seio da história” ocupa uma página entre letras e ilustrações, e não se avexa em fazer bom uso de trocadilhos e metáforas para realizar, sob pretexto de ter sido lançado em Paris o “meio-maiô”, um retrospecto

---

<sup>18</sup> Jornal do Brasil, 16 de abril de 1964, p.15.

<sup>19</sup> Jornal do Brasil, Caderno Especial, 24 de janeiro de 1965, p.2.

histórico sobre aparição de mamilos e sua eventual cobertura ao longo dos séculos. “Antes de Cristo e do Império Romano, tão antiga é a moda de se mostrar os seios, de acordo com a História”. E segue: “pois três mil anos antes da era cristã, já as mulheres da Ilha de Creta encaravam os seios nus com muita seriedade, porque da beleza deles dependia um bom casamento”. No rodapé, uma crítica ao moralismo: “Os alicerces da família se abalam com as notícias de que ‘as mulheres evoluídas’ estão dispostas a organizar um movimento de âmbito internacional pelo direito de usar o monoquíni, sob pena da abolição definitiva do soutien”.

Mas, é bom lembrar: apesar de investir em textos mais reflexivos e com pitada de humor, a Pesquisa seguiu redigindo artigos factuais: o modelo do texto variava conforme a informação que se queria passar e onde ela seria publicada. Assinava, por exemplo, a coluna dos livros mais vendidos do mês.

Paralelamente à evolução do texto, o acervo de Recortes e Índice ia crescendo. A fim de dar suporte à redação, cada vez mais era frequentado pelos repórteres e também começaram a servir como centro de pesquisa externa.

A partir de 1965, o DPD funciona em horário integral. Tudo teria começado, segundo relatos dos funcionários, quando Maria Cristina Nascimento Brito, filha do diretor geral do JB, telefonou um dia de manhã para a Pesquisa a fim de tirar dúvida de um trabalho de escola. Não encontrou ninguém: ficou sem completar a tarefa. Os funcionários até então só chegavam depois das 13h, conforme lembrou Dines durante nossa entrevista, mas, depois do evento, precisaram se organizar de forma a acompanhar o ritmo da redação. Com a decisão, a direção da Pesquisa optou por aumentar o quadro de empregados.

Em relatório interno<sup>20</sup> enviado ao editor-chefe Alberto Dines, em 1969, Roberto Quintaes, então diretor do DPD, relata os problemas do arquivo e solicita que a direção tome providências em relação ao aumento dos salários dos funcionários assim como a contratação imediata de mais profissionais. Quintaes também pede novos móveis, uma nova fotocopadora e o fechamento das estantes que dividem os Recortes do Acervo Fotográfico, para evitar furtos devido ao vai e vem não vigiado de pessoas que transitam pela redação. O jornalista cita um relatório também interno produzido por Moacyr Andrade, supervisor da Documentação, no qual se observa:

---

<sup>20</sup> Correspondência interna de 5 páginas está arquivado na pasta ‘JB – História’, no CPDoc JB. Foi escrito em 1969, por Roberto Quintaes.

O segundo grave problema está na carência de pessoal, acentuada com as novas características da produção do Departamento. Trabalhando no ritmo antigo, já éramos numericamente deficientes (há muita coisa por dia: a abertura de pastas que não vinha e não vem sendo feita no mesmo instante do surgimento do assunto; parte do serviço de arquivo de fotografias não foi mudada ainda para o Sistema Remington; desatualização dos Índices do JB e do L'Express; parte dos livros encaixotados quando da reforma das instalações em dezembro-janeiro não foi ainda recolocada nas estantes).

Neste mesmo documento, Quintaes relata que o aumento do horário de funcionamento do DPD é indispensável para o abastecimento da redação com material da Documentação. Neste sentido, solicita que se faça “duas admissões” no setor de Índice: um para a ocupação que realiza “leitura e marcação” e outro para “atualização e preparação de pastas”. Para todo o setor, Quintaes descreve como urgente a aquisição de dez máquinas de escrever, porque considera “desagradável o empresta-empresta com a Economia e o Esporte”.

Com o crescimento do DPD, outros jornais brasileiros também começaram a criar seus próprios acervos, no intuito de que servissem de apoio à redação. A revista *Veja* foi uma delas. Durante nossa conversa, por exemplo, Dines comenta que, em 1966 ou 1967, o fundador do Grupo Abril, Roberto Civita, enviou para a redação um jovem jornalista que nem “ousava” falar com o editor-chefe do *Jornal do Brasil*: Juca Kfourri.

Segundo o relato, Kfourri trabalhava no recém-criado Cedoc da Editora Abril e foi fazer um estágio de algumas semanas no Rio a fim de aprender os métodos de organização do DPD para levar algumas ideias para São Paulo. O estágio teria rendido bons frutos ao grupo paulista – na edição de número 37 dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, por exemplo, uma entrevista com o jornalista Mino Carta chamada “*Veja* e a afirmação do jornalismo interpretado” (1972), é precedida por um parágrafo produzido pelo DPDJB, no qual se afirma que:

Lançada há quase quatro anos, a revista *Veja* firmou no Brasil uma linguagem jornalística que foi iniciada na Editoria de Pesquisa do *Jornal do Brasil*: a notícia comentada e analisada subjetivamente, de maneira sintética e, muitas vezes, bem-humorada. (1972, p.33)

Beluco Marra (1967) aponta outros periódicos que teriam seguido o modelo do JB nos anos que se seguiram à sua criação: Jornal da Tarde, Realidade, Estado de Minas, Diário de Minas, Jornal do Commercio, Correio da Manhã. Na opinião do jornalista, o que se fazia no departamento era “colocar a notícia em seu contexto histórico”.

Podemos perceber que o DPD foi a primeira instituição que tornou a prática de pesquisa um hábito da profissão de jornalista no Brasil, especialmente depois de entendermos de que forma a imprensa se comportava antes das mudanças inseridas no JB após a contratação de Alberto Dines. Luis Edgar de Andrade, por exemplo, ao escrever sobre a experiência de ter fotografado os dois grandes “K” de seu tempo (Nikita Krushev e John Kennedy), em Viena, em 1961, afirma: “O arquivo é o céu dos jornalistas”<sup>21</sup>. Neste texto, aliás, no qual utiliza o pretérito imperfeito para descrever a cena, não tem cerimônias em desenhar, em palavras, a silhueta do líder soviético: “era baixinho, barrigudinho e redondo”. Interrompe a narrativa e observa: “noto que estou escrevendo no passado, como se [ele] tivesse morrido. Pode ser que não, mas dá no mesmo: foi fazer companhia a John Kennedy numa prateleira dos nossos arquivos”.

### **1.3. Do texto ao contexto: a fenda na ordem do tempo**

O DPD JB sistematizou o modo de se comunicar o passado para um fim pontual na mídia impressa diária: explicação do presente. Acreditamos que ele foi produto e expressão de seu tempo. Nos anos 1960, observa-se um movimento geral de especialização e segmentação do conhecimento científico no Brasil e no mundo. A multiplicação dos movimentos sociais nas ruas, que ganharia mais corpo na década seguinte, reivindicando igualdade de direitos entre os homens, além de liberdade política e de expressão, é traduzida no campo das mentalidades, principalmente a partir de maio de 1968. A nova dinâmica cultural, política e social global afeta a percepção da passagem do tempo e se deixa transparecer nas práticas e tecnologias de comunicação de massa.

Mais de duas décadas depois de iniciada a ruptura definitiva com o regime de historicidade chamado por ele de “futurista” – o regime que prevaleceu durante a

---

<sup>21</sup> Jornal do Brasil. Caderno B, 5 de novembro de 1964, p.3.

maior parte do século XX -, o historiador francês François Hartog (2013) desenvolve um pensamento, dentro da historiografia, a fim de entender seu próprio tempo. Hartog define regime de historicidades como uma forma de se “engrenar passado, presente e futuro”, diagnosticando no objeto em que se estuda o predomínio de uma destas temporalidades; e situa as últimas décadas do primeiro milênio como o momento em que a superioridade histórica acabou.

A partir de então, não haveria mais a possibilidade de se pensar passado e presente sem assumir o lugar a partir do qual se fala: a pretensa objetividade e a busca pela verdade no sentido de construir um conhecimento que caminha em direção ao futuro, sob a égide do “progresso”, também colide neste momento definido pelo autor como crise da ordem do tempo moderno. Para ele, o regime de historicidade predominante no século XX se esvaiu nos anos 1980, com a derrocada comunista e a espera de uma possível revolução, assim como a escalada de múltiplos fundamentalismos.

A história não é feita de rupturas fundamentais, mas de continuidades e sobreposições. Conflitos de gerações e experiências distintas de tempos em uma mesma época. Tendo isso em vista, Hartog identifica a crise do futuro, que se assentou visivelmente no mundo no decorrer dos anos 1980, como elemento chave para o atual alargamento do presente e busca desenfreada pelo sentido na tradição. Esta década pode ser interpretada, portanto, como um momento de ruptura, uma “brecha entre o passado e o futuro”, utilizando aqui o conceito desenvolvido por Hannah Arendt nos anos 1950.

Arendt, aliás, define como ‘brecha’ os momentos em que se percebe que está num entremeio do tempo histórico, e que as ações humanas no presente são regidas “por coisas que não são mais e coisas que não são ainda” (2011). Ao efetuar a metáfora do testamento, ela afirma que se o passado não se materializa no presente sob a forma de tradição, “parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo” (p.31).

Nestes momentos de ‘brecha’ ou fenda na ordem do tempo haveria, na concepção de Hartog, a coexistência de regimes de historicidade. Ou seja, a coexistência de diferentes maneiras de se organizar o passado, senti-lo no presente e também de enterra-lo e supera-lo. A sobreposição de percepções da passagem do tempo causaria uma situação de angústia: há, em larga escala, o conflito de gerações. Isso é o

que garantiria, de acordo com o pensamento do autor, o avanço de um mundo novo, que se reassegura e também se legitima por meio do tempo que já passou.

Em 1968, percebemos esta fenda quando os movimentos sociais se dispõem a questionar o progresso do capitalismo e duvidam, ao que indica o autor, da própria ideia de tempo como progresso. A crise do petróleo e financeira que abate sobre o mundo nos anos 1970 parece vir para confirmar isso.

Jogar luz sobre a ideia de progresso é uma forma interessante de se entender a ordem do tempo moderno em coexistência com o que Hartog chama de presentismo, nos anos 1960. Foi Reinhart Koselleck quem definiu com exatidão esta percepção do tempo como típica dos tempos modernos, nos idos da década de 1970. Em *Futuro passado* (2006), o historiador desenvolve uma teoria muito utilizada pela historiografia atual a respeito das relações entre passado, presente e futuro na modernidade, ordem de tempo que rege as relações humanas no período em que estudamos. Para fazer isso, utiliza os conceitos de ‘espaço de experiência’ (o passado atual, ou seja, a experiência do passado que se concretiza no presente, por meio de vestígios) e ‘horizonte de expectativas’ (o futuro presente, universo de antecipações que se referem ao que ainda virá). Segundo o autor, cada presente ressignifica tanto o passado como o futuro. E essa relação seria capaz de conferir sentido ao modo de existir do ser no tempo.

No que diz respeito à modernidade – a ordem do tempo na qual estava inserido quando refletiu sobre ele -, há um predomínio do futuro no presente. O horizonte de expectativas conduz a ação dos homens em direção ao progresso. O ritmo emplacado por ela foi tão frenético que desembocou na maior das catástrofes globais, nos anos 1940: a Segunda Guerra Mundial. No período que se estende depois disso, o horizonte de expectativas passa a não ser tão promissor, mas também o espaço de experiências não consegue mais dar conta do presente, explicando o futuro de forma profética, como ocorria nas sociedades industriais. Desta brecha no regime de historicidade, o presente se alarga, ainda que seja sentido como instante ou efêmero.

Sobre a questão, Barbosa (2013) define muito bem: “Na medida em que a expectativa não pode se fixar no futuro, o próprio presente se situa entre um passado superado e um futuro que recua em direção ao presente, construindo-se uma espécie de eterno-presente” (p.364). Nesse sentido, a dimensão do presente, marcada por “múltiplos agoras” se estende, na medida em que o futuro é incapaz de ditar o modo de ser e agir do presente, porque se apresenta como catastrófico e, ao mesmo tempo,

inevitável. Mas, nos anos 1960, essa consciência do contemporâneo e o modo de se sentir no mundo ainda estava em gestação.

O historiador Eric Hobsbawm (2010) definiu a década, por exemplo, como um momento em que há o enfraquecimento dos Estados Nacionais: a perda de controle propício para que haja uma contestação plural a respeito da hegemonia do Estado sobre a ação dos indivíduos. A tendência de expansão da capacidade de “poder e ambição” dos Estados que dominou o mundo chamado pelo historiador de desenvolvido desde o século XVI, se vê ruir nesta época. Os meios de comunicação de massa aceleram o processo de globalização, principalmente com a difusão da televisão e a possibilidade de transmissão de acontecimentos internacionais em tempo real.

A descentralização do poder afetou também a estruturação das instituições, alcançando o pensamento científico que, em compasso ao tempo, transforma-se. Legitimado pelas teorias sociais e representado pelos movimentos que tomam as ruas das grandes cidades, o indivíduo passa a ter o direito de se encaixar em múltiplos lugares nas mais diversas hierarquias de poder que constituem a sociedade.

Desde o século XIX, quando a História ascendeu como ciência e se fez escrever à luz do progresso, o documento era para ela, fonte primordial e incontestável de verdade: passado e presente eram separados pelo hiato do tempo da vida humana. A memória era vista como um fenômeno impreciso, falho, cheio de idas e vindas que não poderia ser, de forma alguma, instrumento deste campo do conhecimento. Ao ser interpretada por Le Goff (1982), a memória começa a ser vista como possível fonte da história, na medida em que o historiador saiba como utiliza-la. Então, se começa a aceitar o pouco de verdade que há na fonte oral e reflete-se também sobre a quantidade de mentira implícita no documento escrito. Para o historiador, o documento, assim como o monumento – um objeto construído pelos homens com a função exclusiva de fazer o ausente presente em sociedades futuras -, é uma montagem que se faz perpetuar. É resultado da sociedade que o produziu e também “das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado pelo silêncio” (p.114). E conclui: “o documento é monumento. É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias” (*idem*).

Os documentos – e a forma de armazená-los – transparecem o momento histórico e a relação com o tempo dos indivíduos de um grupo social. Para o autor, nos

anos 60 se inaugurou a “era da documentação de massa”: a partir daí, tudo passa a ser registrável e armazenável. A partir dos anos 1980, arquivos, bibliotecas e museus se multiplicam exponencialmente na França e no resto do mundo. A história passa a não se interessar apenas pelos grandes homens, conforme lembra Le Goff. Ela passa a ouvir e estudar também todos os homens e isso suscita uma nova hierarquia nos documentos: passa-se a conservar a memória de todos os homens.

A ânsia de se armazenar tudo para evitar a perda da memória foi muito bem definida por Pierre Nora (1991). Para ele, a sociedade de seu tempo – principalmente a dos anos 1980 - vive uma ruptura clara com o passado, causada pela globalização e seus efeitos, como democratização, massificação, midiaticização. A aceleração da história causa o fim da memória tradicional – o impulso de transmitir o conhecimento de pai para filho e explicar o futuro com base na experiência de passado. Nora observa que “se habitássemos a nossa memória, não haveria necessidade de consagrar-lhe lugares” (1991, p.11).

Neste momento, a dinâmica (e percepção) do acontecimento muda: nasce, na sociedade midiaticizada, o “acontecimento monstro”, utilizando aqui o conceito cunhado por Nora na década de 1970 e desenvolvido em extensão pelo historiador François Dosse, no livro *O renascimento do acontecimento* (2013). Dosse explica que um fato para ser elevado à categoria de histórico, ou seja, se tornar um acontecimento capaz de figurar como momento de ruptura na linha do tempo social, precisa ser acrescido de significados. Não é todo fato que automaticamente se torna “memorável”. No contexto de descentralização da autoridade científica e da proliferação da disputa por lugares de fala que constitui os anos 1960 não cabe apenas ao historiador dar significado aos acontecimentos, desta forma ele *renasce* em proporções muito diferentes, mediado por outros atores, conforme explicaremos no Capítulo 3.

Os meios de comunicação de massa passam a entrar na disputa de significação do passado, presente e futuro por meio da criação e manipulação dos acontecimentos. Catalisam os efeitos sociais de um fato e também são capazes de promovê-lo ao status de grande fenômeno. Nesse sentido, disputam um lugar como porta-vozes da verdade no seio da sociedade e são legitimados por ela para exercer tal função: eles agenciam de forma consciente a informação, principalmente por meio de imagens – que hoje se constituem quase como sinônimo de realidade. Uma discussão importante nesta pesquisa que será exemplificada no capítulo 3.

A respeito disso, o Hartog observa (2013) que a economia midiática do contemporâneo insiste em produzir o acontecimento. Diz que o presente, na medida em que é feito, já se deseja olhar como histórico ou passado. “Volta-se, de algum modo, sobre si próprio para antecipar o olhar que será dirigido para ele, quando terá passado completamente, como se quisesse prever o passado, se fazer passado antes mesmo de ter acontecido plenamente como presente” (p. 150).

Em decorrência disso, os meios de comunicação reforçam seu lugar social de “historiografia do cotidiano”, como definiu Ana Paula Goulart Ribeiro (1995). Se tornam espaço privilegiado para se entender cultura e sociedade, na medida em que se esforçam não apenas para informar, mas também para se tornar fonte histórica do futuro. A autora observa que a “distinção entre passado-presente-futuro” é sujeita a manipulações. Resultado de uma interpretação que se tem dele. Durante séculos, a historiografia se ocupou de eleger, com base em interesses do presente, elementos, fatos, rupturas, que fossem dignas de perdurar no tempo: o que deve ser lembrado e por quê. Assim se construíram as identidades nacionais: baseadas em um discurso de tradição, o que foi dava sentido ao que se é.

Mas, no momento em que a mídia entra no processo de criação e elaboração do acontecimento, reforça seu papel na construção da memória social. Em pouco tempo, indivíduos e grupos sociais passam a se lembrar de “fatos” por meio de imagens e referências terceirizadas. Testemunhadas pela mídia, mas transmitidas “em tempo real”. Em consciência disso, os meios de comunicação, nos quais se incluem também o Jornal do Brasil, passam a dar mais páginas (ou mais segundos, se for caso de transmissão de informação pela TV) à cobertura de um acontecimento conforme o consideram importante ou não tanto para o presente quanto para o futuro. E, logo, o que não é noticiado, automaticamente passa como um fato de pouca ou nenhuma importância no conjunto da sociedade. O jornal, além de fonte de acontecimentos passados, é protagonista no processo social da lembrança do grupo ou do indivíduo. Ao trazer à tona o passado ancorado em necessidades do presente para embasar a notícia – frequentemente utilizando mecanismos para reforçar a ideia do “nós estivemos lá” – o meio de comunicação ativa correntes de pensamento que podem levar o grupo social a lembrar. Ainda que as pessoas não tenham testemunhado o acontecimento, podem recordar de narrativas de outrem sobre ele.

Como lembra Ana Paula Goulart Ribeiro (1995), o fato jornalístico começa a ganhar peso de fato histórico, fenômeno que se intensifica no fim dos anos 1980, durante a cobertura do colapso da União Soviética. Segundo a autora, o mito da objetividade “é um dos grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem. Ainda hoje, o seu discurso se reveste de uma aura de fidelidade aos fatos, que nos leva a acreditar que o que ‘deu no jornal’ é a verdade” (1995: p.27).

O sociólogo argentino Eliseo Verón também se empenhou em entender o acontecimento na sociedade atravessada pela mídia de massa. Ao realizar um estudo de caso sobre notícias nos meios de comunicação da França a respeito de um problema com uma usina nuclear nos Estados Unidos, Verón (2002) esmiúça o caminho percorrido entre o fato e o acontecimento, levando em consideração as consequências sociais (objetivas e subjetivas) desse processo mediado pela imprensa. Para ele, os acontecimentos sociais são objetos que se tornam conhecidos pelos meios de comunicação de massa com maior ou menor fidelidade e “só existem na medida e que estes meios os elaboram” (p.11).

Foi dessa forma que, por exemplo, um vazamento na usina nuclear de Three Mile Island, nos Estados Unidos, em 1979, foi capaz de causar pânico generalizado inclusive em outros países. Considerado o segundo maior acidente nuclear da história (classificado no nível 5 da escala internacional de eventos nucleares – INES -, que vai de 0 a 7), a catástrofe ocorreu por conta de falha humana e desde os primeiros instantes em que se soube que houve um defeito em uma das comportas do reator principal, a mídia internacional cobriu à exaustão multiplicando o alcance do acontecimento. O que Verón mostra em seu estudo é justamente o que está entre o evento (o problema em si) e o acontecimento midiático, levando em consideração seus efeitos imediatos. Objetivos (a evacuação de 140 mil pessoas de uma cidade próxima à usina) e subjetivos (o medo generalizado de uma possível hecatombe nuclear).

Neste momento, percebe-se um fenômeno que permeia esses discursos proferidos por jornalistas tanto na rádio, quanto na televisão ou na mídia impressa: a antecipação do futuro por um presente ansioso, que se esgota assim que começa a existir, e, ao mesmo tempo, alargado, já que o futuro é inevitável, se tem a impressão de só se viver no agora. Uma percepção de tempo que se tornaria dominante principalmente após 1989.

O exemplo cabe neste contexto: o JB, em sintonia com o tempo e com a forma de se fazer jornalismo e também de se situar frente ao acontecimento, cobriu em grande escala o acidente em Three Mile Island. Enviou correspondentes e trabalhou à exaustão o assunto, também articulando um discurso profético, quando era conveniente. “Usina nuclear está à beira de catástrofe”, anunciou a manchete do Jornal do Brasil, em 31 de março de 1979. “Se ocorrer um derretimento (a pior catástrofe numa usina nuclear) – e ele pode ocorrer a qualquer momento – até 1 milhão de pessoas terão de ser retiradas da região”.

Marialva Barbosa (2013) indica que nesse tempo de *boom* de memória, aceleração da história e transmissão das notícias em tempo real, os jornalistas precisaram reconfigurar a existência em uma nova dimensão temporal. É preciso narrar o evento durante sua transformação em acontecimento e, dessa maneira, transformam sua profissão em “consagradora do tempo do mundo e do tecnoconsumo” (p.361).

Barthes (1970) viu nos acontecimentos de maio de 1968 na França um momento expressivo para a construção do acontecimento pela mídia:

A palavra informativa do repórter foi tão estritamente misturada ao acontecimento, à própria opacidade do seu presente, que era o seu sentido imediato e consubstancial, o seu modo de aceder a um inteligível instantâneo; isto que dizer que, nos termos da cultura ocidental, em que nada pode ser privado de sentido, ela era o próprio acontecimento.<sup>22</sup>

Ao se interpor como construtora do acontecimento, a mídia de massa realizaria maior ou menor cobertura de um fato, se o considera “importante” ou “histórico. Considerando os anos 1960 como momento de crise da ordem do tempo moderno, ou mesmo uma brecha na percepção do tempo do mundo, conseguimos identificar, em alguma medida, esse fenômeno (consumo da memória, mercantilização do acontecimento histórico e culto ao passado no contexto de aceleração da percepção do tempo) através da análise dos usos do passado no Jornal do Brasil. Ainda que os anos 1960 fossem o momento em que essa forma de se viver ainda estava germinando.

A sociedade do pós-guerra se sente cada vez mais, segundo o pensador alemão Andreas Huyssen (2012), seduzida pela memória. Parece que, quanto mais

---

<sup>22</sup> Barthes, Roland. "A escrita do acontecimento". In *Rumor da Língua*. Lisboa, Edições 70, [1970]. Apud Ribeiro (1995), p. 34.

acelerada é a percepção da passagem do tempo e mais catastrófica se torna a possibilidade de futuro, o passado se abre como um produto mercantilizável. E a memória ascende como uma preocupação cultural e política central das sociedades ocidentais: quanto maior a sensação de aceleração da passagem do tempo diante da incerteza que se tem quanto ao futuro que nos espera, mais o passado se abre como forma de frear essa angústia que consome a sociedade destituída da função de progredir.

O pensador alemão diz que a partir da década de 1980, o foco se desloca dos “futuros presentes para os passados presentes”. Nesse sentido, há também uma modificação do discurso sobre a memória e se tornam múltiplas as lutas pelo tradicionalismo e por lugares de fala. Principalmente lugares de fala com relação ao que ocorreu no passado.

Percebe-se que, a partir daí, cada vez mais a mídia (em sua pluralidade de agentes) se impõe como um lugar de construção do real, de representações de identidades, valores e práticas culturais. Alfredo Vizeu Pereira Jr. (2004) destaca que o jornalismo tem papel privilegiado neste processo, sendo “a grande praça pública do país”, um lugar de debates que oferece o presente social. Sem ela, este presente ficaria pobre. Os meios de comunicação têm papel fundamental para a transmissão, representação e consolidação de valores – e, portanto, são espaços privilegiados de reprodução cultural. As representações da realidade articulam individual e social em três diferentes campos de investigação: o conhecimento, o valor, a ação. Ou seja, as representações são apreensões da realidade de determinado grupo ou sociedade por um indivíduo e sua subsequente reprodução. Essa apreensão, ao mesmo tempo em que tenta congelar a imagem do acontecido no ato da comunicação, é uma interpretação de um fato ocorrido.

Isso ocorre diariamente na dinâmica de construção da notícia na mídia de massa. O jornalista enquanto testemunha ocular do acontecimento do presente narra o fato por meio da linguagem e imprime no ato da elocução sua impressão daquilo que ocorreu, tornando-se fonte de pesquisa para as gerações futuras. É seu ponto de vista (e mais o das fontes ouvidas), ainda que seu discurso esteja imbuído de uma carga de pretensa imparcialidade, cujo objetivo final é ‘a verdade’. Por mais completa que seja a narrativa, jamais será o fato em si: é apenas uma representação dele.

A antropóloga Ana Lúcia Enne (2004), ao estudar as representações sobre a Baixada Fluminense em alguns jornais cariocas, reforça que o jornal é fonte de

conhecimento, um veículo através do qual se lança um olhar sobre o outro; sendo conveniente e até indispensável entendê-lo na busca por uma compreensão da realidade social de um tempo. O importante para o antropólogo – ou pesquisador de qualquer outro campo do conhecimento - que se debruça sobre este material é ver o que foi representado e a maneira como foi representado, além do que foi esquecido e deixado de lado. Neste sentido, entendendo a tensão constante entre lembrança e esquecimento de que se constitui a memória, percebe-se com facilidade que a mídia – e neste caso, principalmente a imprensa - é local fundamental para a construção de memórias coletivas.

Levando em consideração este momento de “brecha na ordem do tempo”, percebemos, portanto, que ao passo em que há a profusão de museus, bibliotecas, monumentos, arquivos, ou seja, instituições destinadas a lembrar e a manejar o passado na sociedade do pós-guerra, as mídias de massa entram em cena e disputam, com os lugares de memória tradicionais, a possibilidade de agenciar o tempo. Fazendo isso, também cava em torno de si um lugar para se mercantilizá-lo.

O passado se torna, portanto, um valor e, inclusive, arma política quando utilizada por meios baseados em um pretense discurso de verdade e objetividade, fundamental no processo de construção de identidades. Quem detém o conhecimento sobre o passado nesta nova sociedade é capaz de ocupar lugar privilegiado na organização das hierarquias de poder sobre as quais atuam vozes de verdade. E, neste sentido, também tem lugar de destaque dentro de uma estrutura de reprodução de padrões culturais, o que pode implicar no reforço de uma formação sociocultural e, inclusive, na sua superação, levando-se em consideração que a cultura não é homeostática.

Cresce, neste contexto de tecnoconsumo, o desejo de passado, já que esta é uma importante ferramenta capaz de conferir sentido ao presente. O que defendemos aqui é que este desejo, que começou a aparecer de forma modesta nesta fenda que se abriu no mundo entre a Segunda Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim, se manifestou de forma sistemática no *Jornal do Brasil*. Ou seja, alinhando essa percepção do tempo a uma observação da forma como o passado se apresenta no *Jornal do Brasil* a partir de 1962, esboçamos a ideia de sistematização do passado e indicamos que ela pode ser percebida, na prática, tanto a partir da linguagem jornalística - através da

produção e organização do texto nas páginas das publicações; quanto pela organização e estruturação (inclusive espacial) de seu arquivo.

Neste momento no JB o uso sistemático do passado acompanha uma estratégia de consumo do acontecimento e da notícia. Projetado por uma nova experiência coletiva da realidade - o “assistir com”, conforme apontou Barbosa (2004) - que, conforme veremos no capítulo 3, é inaugurada com a cobertura midiática da chegada do homem à Lua, em 1969, o consumo do passado aumenta conforme a proporção de um evento. Quanto mais os meios de comunicação de massa conseguem imediatizar a história no acontecimento que se constrói no decorrer dos dias, maior é o consumo deste passado. A produção de informação (principalmente de arquivo) cresce e começam a ser produzidos subprodutos variados, capazes de alimentar a ansiedade coletiva em torno do evento midiático.

Conforme havia relatado Alberto Dines, o DPD era responsável por planejar conteúdos principalmente de apoio à notícia diária e de “longo prazo” – apesar destes materiais de longo prazo terem sido concluídos em poucas ocasiões, como veremos adiante, há uma visão bastante interessante por parte de quem fazia o jornal de que o departamento era importante ferramenta para explicar o presente com vistas para o futuro, confeccionar material de duração. A possível “memorabilidade” de um fato levava seus funcionários a intensificar a produção de texto para acompanhar a cobertura diária. Parece que quanto maior o impacto que se desejava dar sobre um assunto, mais “quantidade de passado” seria necessária para explicá-lo, neste momento. Quanto mais impactante se julgasse ser o acontecimento, maior seria a possibilidade de que fosse consumido.

O jornal impresso tentava enfrentar a instantaneidade introduzida pela transmissão ao vivo televisiva e – entre outras razões - intensificou a mudança na forma de se pensar o texto jornalístico. O fenômeno já vinha ocorrendo nos Estados Unidos desde os anos 1940, quando a televisão começou a se popularizar, mas ganhou o Brasil justamente nos anos 1960 e teve como espaço de experimentação o JB: um jornal que crescia enquanto empresa – recebia investimentos para isso e tinha apoio por parte da direção para implementar as mudanças necessárias que o consolidassem no topo das grandes tiragens.

O jornalista Beluco Marra (1967), ao relatar as funções do DPD e inseri-lo numa nova forma de pensar a notícia naquela época, percebe, à sua maneira, esta

relação entre jornalismo e tempo e diz que: “colocada na perspectiva da história, [a notícia] integra e reconcilia o homem desinformado com seu tempo, quebrando a barreira que o separa dos acontecimentos e de suas implicações” (p.9).

Neste texto, Marra escreve para a comunidade jornalística – estudantes e profissionais (os *Cadernos de jornalismo e comunicação* eram uma publicação voltada para este público). Tenta elaborar um pensamento crítico a respeito do trabalho que realiza. Inserido em seu tempo e espaço social, ele reforça o papel do jornal como agente que se situa entre o acontecimento e a sociedade, além de exercer uma função fundamental incorporada pela imprensa brasileira desde seus primórdios, que é a de explicar e educar.

Barbosa (2013), ao tecer uma história da comunicação no Brasil, indica que, ao contrário do que ocorreu na Europa, não houve neste país uma política de “massificação educacional”: a população brasileira permanece imersa em práticas de oralidade que permeiam também a ordem escrita. A profusão de jornais no século XIX e a consolidação do modelo de jornalismo empresarial no alvorecer da República influenciaram em grande medida a familiarização com práticas de leitura pela população pobre, principalmente devido à incorporação de elementos orais ao discurso informativo. Os periódicos desejavam ser lidos por uma gama maior de leitores, que escapava dos domínios da aristocracia letrada.

Se aproveitando do espaço que lhes foi concedido no passado, a grande imprensa da segunda metade do século XX chama para si uma função de educar, só que de uma maneira um pouco diferente. Não no sentido de incorporar as vozes das ruas, mas mais para um modo educacional elitizado, uma informação passada de cima para baixo: saindo das mãos de quem detém o conhecimento, passado sob forma de ensinamento para quem seria desprovido dele.

No Jornal do Brasil há, nesse contexto, uma preocupação em reafirmar o papel do jornal como construtor de memória social. E, também, como protagonista da própria história, aliando isso a um discurso educacional e explicativo com uso de elementos de autorreferência, de explicação do presente por meio de suas próprias notícias.

Além do uso frequente dos textos da Pesquisa, surgiram, no período, outras práticas de cunho educativo no jornal. Por exemplo, ao mesmo tempo em que foi criado o DPD, fundou-se também o Departamento Educacional, cujo principal objetivo era o

de produzir material com base nas informações publicadas no JB para ser distribuído em escolas públicas e bibliotecas. Como informação para o aluno e também servindo de apoio ao trabalho do professor. O Educacional produziu o *Jornal do JB*, entre 1965 e 1973; e o *Jornal Mural*, um encarte de uso exclusivo de professores. Tanto o *Jornal do JB* quanto o *Mural* nutriam a característica de reforçar, por meio do texto, o papel do JB enquanto porta-voz da verdade no sentido de reforçar seu lugar enquanto espaço de memória na sociedade.

Ao ter como proposta ajudar professores e alunos a entender o presente - já que estes suplementos abordavam assuntos que seus produtores elegiam como memoráveis e passíveis de se tornarem objeto de estudo -, levavam a estas pessoas o conhecimento sobre o passado a partir das notícias produzidas pela própria empresa. A partir de uma narrativa criada no desdobramento do acontecimento.

Utilizemos como exemplo o primeiro número do *Jornal Mural*. Esta peça, cujo tamanho não passava de uma folha de jornal, foi distribuída para cem escolas do Rio de Janeiro, acompanhada de um suplemento produzido exclusivamente para uso do professor<sup>23</sup>. Trazia como tema principal “A Índia de Indira”, com um artigo curto (meia coluna) que explicava quem era Indira Gandhi, onde ficava a Índia e quais os conflitos que estavam em questão na época. Em um ano, o JM, que visava “motivar os alunos para os fatos que complementarão as aulas”, passou a ter tiragem de mil exemplares e a ser distribuído também em bibliotecas, na zona metropolitana do Rio de Janeiro<sup>24</sup>.

Além das colunas que comentam assuntos da atualidade com resgate pontual de passado, era comum se fazer no *Jornal Mural* um calendário temático, na última coluna vertical do lado direito. Tendo como gancho o mês enquanto efeméride, se escolhia um “acontecimento histórico” que tivesse ocorrido na mesma época de um passado longínquo ou não para, a partir dali, lembrá-lo, reelaborá-lo no presente no sentido de transmitir um saber ao outro. Em setembro de 1968, a equipe comandada pelo educador Dymas Joseph elegeu o “Calendário Negro”. Desde a abolição da escravidão nos Estados Unidos, à morte de Martin Luther King, naquele mesmo ano.

---

<sup>23</sup> Sobre o assunto: “*Jornal Mural* saiu da China de Mao para as escolas do Rio”. In: *Jornal do JB*, outubro de 1968, p.4.

<sup>24</sup> Conferir: *Jornal Mural do Brasil*. In: *Jornal do JB*, julho de 1969, p.2.



Figura 2 Jornal Mural do Brasil, edição de 13 a 20 de outubro de 1975.

#### 1.4. Segmentação do passado

Esse movimento linear em direção ao futuro seria a forma de relação com o tempo privilegiada pelo jornalismo impresso, conforme observou Letícia Cantarella Matheus (2011). Para a autora, o jornalismo seria “ancorado na demanda de atualização, como índice de uma suposta mudança em andamento: espécie de livramento simbólico do passado, de superação performativa de estruturas sociais” (p.16).

Definimos sistematização do passado como a forma instrumental por meio da qual o JB articulou a ideia do tempo pretérito no intuito de dar sentido ao presente, dentro de uma lógica de segmentação, organização e especialização típica de seu tempo. Ele é evocado como um valor é capaz de explicar, em alguma medida, o novo, mas sempre se fazendo perceber como um tempo ido, que se tornou em alguma medida obsoleto na linha contínua do progresso.

No Jornal do Brasil dos anos 1960, é possível perceber a intenção de separação do passado do presente de duas maneiras: a primeira ocorre ao se designar um setor cuja função primordial é realizar este trabalho de agenciamento entre o acontecimento que já foi e aquilo que ainda está em movimento – tanto no que diz respeito ao trabalho do próprio arquivo, de selecionar, recortar, indexar e arquivar informações; quanto ao que diz respeito ao setor de texto, cuja função é colocar no papel uma narrativa com base no passado, mas que explique, em algumas vezes, o presente, como uma relação de causa/consequência.

A segunda forma dessa separação pode ser notada ao folhear o jornal do período: o passado manipulado intencionalmente aparece separado por fios das notícias que são consideradas atuais. Há uma segmentação visual da noção de tempo. O passado aparece inserido, de fato, no presente. Essa ideia é perceptível por meio dos retângulos que trazem no cabeçalho o selo (que varia com os anos): Departamento de Pesquisa do JB (até 1965), Departamento de Pesquisa (até 1972), Editora de Pesquisa (apenas em 1972) e Pesquisa JB (até 1974).



Figura 3 Abaixo da notícia principal, DPD assina matéria de arquivo "As armas da Igreja" com indicação para artigo anterior (p. 7) com "resumo amplo da nova Enciclica", em 8 de novembro de 1964, p. 11.

Se compreendermos aqui o período como um momento de “brecha” na ordem do tempo, dentro da acepção sugerida por Hannah Arendt (2011) e desenvolvida em grande medida por Hartog (2013), aceitamos a ideia de que seja típico destes períodos de ruptura a sobreposição de noções de temporalidade e experiências de existência.

Desde as reformas gráficas iniciadas no JB em 1956, que os fios vêm sendo retirados paulatinamente dos espaços entre uma notícia e outra. Antes, a ideia de se dividir o conteúdo pelos traços era comum: o processo de feitura dos jornais era praticamente manual, não existia muita forma de organizar as notícias já que não se usava a noção de lauda fixa e tipografia que obedecesse a um padrão pré-determinado. Conforme vimos ao longo deste capítulo, essa ideia de segmentação e sistematização se instaura principalmente no contexto do pós-guerra.

Dessa forma, quando o ímpeto concretista de Amílcar de Castro substituiu, entre 1956 e 1959, os fios por espaços em branco, colocava-se em prática uma nova forma de perceber o tempo e de se relacionar com o mundo e as coisas. Quando os jornalistas da Pesquisa começam a produzir texto, ainda que os fios entre as colunas estejam praticamente extintos, ainda prevalece a lógica de segmentar visualmente aquele conteúdo do que se tinha por notícia no espaço externo ao box.

Talvez, fosse a materialização deste diálogo entre o passado, presente e futuro, tanto no que diz respeito a valores, como também experiências de existência no mundo. Matheus (2011) observa que os jornais brasileiros contextualizavam um pouco mais a notícia no século XIX e, tão logo as reformas nas práticas de se fazer e pensar a notícia começaram, em meados do século seguinte, o passado passou a ocupar “box de memória e infográficos” (p.170). Para a autora esse processo se daria concomitantemente à condição imagética que o acontecimento adquiriu no século XX. Na década de 1960, há esta sobreposição de ordens do tempo. E a força da imagem ascende no cenário midiático brasileiro, com o crescimento do mercado televisivo.

Ao longo da década, os fios que segmentam esse módulo de “passado” ou “contexto” desaparecem. A partir de 1966, cada vez menos o vemos separando o conteúdo da Pesquisa do resto da notícia. A matéria *Morto já entra em fria*, publicada em 18 de janeiro de 1967 (p.9), por exemplo, aparece sem o contorno dos fios, sob o cabeçalho da Pesquisa.



Figura 4 Jornal do Brasil, 18 de janeiro de 1967, p.9.

O artigo aparece como apoio a uma reportagem especulativa sobre os avanços da medicina: *Defunto canceroso poderá ficar 2 mil anos no gelo*, anuncia que um homem morto de câncer nos Estados Unidos no dia anterior fora congelado pela Sociedade de Estudos sobre o Frio, na Califórnia, para testes de ressuscitação em um futuro muito distante (cerca de dois mil anos depois, quando fosse encontrada a cura do câncer). O texto da Pesquisa, logo abaixo, faz uma análise sobre os avanços da ciência e a maneira como vem tentando criar vida artificial, listando alguns dos órgãos que a ciência ainda não conseguiu reproduzir. Ainda que os fios desaparecessem, a manutenção do selo do DPD enquanto idéia de assinar as matérias de apoio, garantem a permanência dessa lógica de segmentação do tempo, a partir da confirmação da atualidade da notícia.

Para compreender melhor os usos do passado naquele presente jornalístico (que chamamos de sistematização) é necessário entender a lógica que engrena o tempo dos jornalistas no período que antecedeu as reformas, a segmentação, a sistematização. Não só do tempo, mas da notícia. Por enquanto, vimos a estruturação do jornal em compasso à percepção de tempo, mas ainda não chegamos a percebê-lo no que diz respeito a uma trajetória de mudanças na própria forma de se fazer e pensar o jornalismo. Ao entendê-las, se torna possível perceber melhor de que forma o Departamento de Pesquisa e Documentação e, com ele, o passado, se organizam no

jornal e permitem ilustrar a maneira com a qual o jornalismo lidou com as múltiplas temporalidades naquela época.

### **1.5. “Organizar”, a meta de uma década**

Marcada por novidades tanto no campo da política, quanto no da economia e no da cultura, a década de 1950 transpareceu os primeiros traços de uma frágil democracia – coibida durante a ditadura de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945) e chacoalhada com a morte do ex-presidente, em 1954. Apesar das tentativas de golpe durante aquela década, de alguma maneira, a vontade popular se fez valer por meio do voto.

O período foi marcado pelo incentivo à indústria e ao desenvolvimento financeiro, aliado ao aumento demográfico que impulsionava o processo de urbanização. Ângela de Castro Gomes (2013) observa que, entre 1930 e 1960, grande parte da classe intelectual e política do Brasil estava interessada em “organizar uma nova nação”. Eram movidos pela ideia de que, por meio de políticas públicas do Estado, era possível modificar aquilo que até então fazia do Brasil, Brasil. O consenso de que a nação ganhava uma face mais moderna, urbana e civilizada impulsionava a ação destes setores da sociedade em direção ao “desenvolvimento”. Um conjunto de elementos que também possibilitou a consolidação da empresa jornalística como uma máquina comercial.

Os benefícios da publicidade em jornais e revistas começaram a ser repensados e potencializados nesta época – com o fortalecimento dos meios de comunicação de massa e a chegada da televisão no Brasil. Além disso, novos movimentos culturais irromperam a cena: o movimento concretista (nas artes e na poesia), a Bossa nova, o Cinema Novo e a música de protesto foram alguns exemplos das mudanças artísticas que compuseram o quadro desta década, dentro da qual o jornalismo brasileiro teve liberdade e motivações para se transformar. A mídia impressa vivencia, conforme observa Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), a passagem do jornalismo político-literário de inspiração francesa para o jornalismo informativo, baseado nos conceitos norte-americanos. Há uma mudança de mentalidade de produção: progressivamente, acentua-se o caráter empresarial nas empresas jornalísticas,

acompanhado de um modo de fazer a notícia sob um rigor quase científico, intensificado com a profissionalização dos repórteres.

A afirmação do modelo empresarial de jornalismo faz ruir o modelo panfletário e efêmero, que se via com mais frequência no século XIX. À frente desta modernização estiveram os periódicos cariocas que implementaram modificações no texto, na estética e na administração do jornal; além de repensarem a função social do jornalismo e reconhecerem (e valorizarem financeiramente) este trabalho como uma verdadeira profissão. Parece que “organizar”, o verbo da década, também figurava no vocabulário dos homens da imprensa.

As mudanças são ápice de um processo, cujas raízes se apoiam nas bases da República brasileira: incipientes nas últimas décadas do século XIX. Neste período, os maiores jornais começaram a importar máquinas novas e caras já utilizadas nos parques gráficos europeus. Abrir um periódico passou a demandar um grande investimento: apenas pessoas ricas ou sociedades anônimas tinham capital para dar início ao negócio. O jornalismo panfletário, político, efêmero e amador vigente no país desde o fim da censura prévia em 1821, começava a sair de cena diante concorrência das grandes empresas. O território passava a se tornar hostil ao pequeno jornal, que trazia pouca informação e muita opinião.

Cinco décadas foram necessárias para que o modelo se consolidasse e modificasse a estrutura da imprensa brasileira: os ares liberais democratas respirados no Rio de Janeiro de meados do século passado deram margem para que as grandes reformas ocorressem. Sem a censura prévia exercida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na Era Vargas, os jornais adquiriram a liberdade. Mas tornava-se menos comum a utilização do periódico como meio de manifestação da opinião de forma panfletária, sem distingui-la da notícia. Essa abertura permitiu a entrada dos princípios de objetividade e imparcialidade implementado pelo jornalismo norte-americano anos antes.

O *lead* e a estrutura textual de “pirâmide invertida” colocaram a informação e a notícia como principais produtos do jornal; e a criação de editorias concomitante à reformulação gráfica dos impressos corroborou para que houvesse a definitiva separação entre informação e opinião. As reformas no texto jornalístico foram as primeiras a serem importadas. Como pioneiros destas mudanças podemos destacar o Diário Carioca (1928-1965), que tinha como idealizador das reformas, Pompeu de

Souza. O periódico, apesar da baixa tiragem em comparação aos principais diários da época (como Última Hora, A Notícia, O Globo), influenciou diretamente as mudanças adotadas pela grande imprensa.

Em março de 1950, o Diário lançou o primeiro manual de redação do país, um folheto de 16 páginas, cujo objetivo era formalizar as principais mudanças introduzidas por ele. Destacam-se aqui a substituição do chamado “nariz de cera” pelo *lead* (estrutura no qual o primeiro parágrafo do texto deve responder às seis perguntas: quem? O que? Aonde? Por quê? Quando? Como?) e o uso do inédito sublead (invenção brasileira do jornalista Luís Paulistano para a forma do segundo parágrafo do texto); além disso, o Diário inovou na adoção do copy desk na redação – um grupo de redatores que reescreviam as matérias dos repórteres de acordo com as novas regras do jornal. A profissão só desapareceria décadas mais tarde, quando a popularização das escolas de jornalismo iria fazer com que chegasse ao mercado profissionais mistos, que aliassem à técnica do texto à prática da apuração.

O Diário, apesar de ter sido símbolo das primeiras reformas do período, no entanto não conseguiu fazer “repercutir estas ideias no meio jornalístico” (Ribeiro, 2007, p. 53), mantendo-se apenas como espaço de formação de grandes jornalistas. Foi só com a fundação da Última Hora (1951-1982) e a consolidação da reforma do Jornal do Brasil (1891-atual) que se pode começar a pensar em um novo modelo de imprensa brasileira.

A Última Hora (UH) surgiu no início da década a partir de uma aliança política entre Getúlio Vargas e Samuel Wainer. Vargas, interessado em subsidiar um veículo de apoio ao seu governo, incentivou a criação de um jornal por Wainer, cujo sonho era fundar seu próprio periódico. O amadurecer da UH se deu principalmente após a morte do presidente, mas foi durante aquele governo em as bases da reforma começaram a ser fundamentadas e os contornos do futuro “jornalismo popular” começaram a ganhar cores. A UH servia como um elo de ligação entre o governo e seu eleitorado. Veiculava as principais notícias oficiais, quando o resto da imprensa resistia em fazê-lo. O jornal logo que criado adotou um vocabulário simples para atrair os leitores das camadas mais baixas da população – os trabalhadores, a maior parte do eleitorado de Getúlio. Também pensando nesta aproximação, o periódico de Wainer trouxe inovações para a primeira página no intuito de chamar atenção do leitor: a UH reinventou o trabalho com a tipografia ao brincar com letras e tamanhos para valorizar

mais ou menos determinada chamada ou matéria; deu destaque à fotografia jornalística e informativa, além de conceder espaço para que repórter de texto e fotógrafo assinassem matérias e fotos, respectivamente; deu mais visibilidade à caricatura, principalmente como meio de ridicularizar seus adversários políticos (Ribeiro, 2007); e também incentivou artistas brasileiros a produzirem historietas em quadrinhos para serem colocadas em suas páginas – já que os grandes nomes do *cartoon* internacional eram exclusivos das páginas de O Globo (1925-atual). Diz-se que a reforma da UH foi uma das grandes inspirações da reforma gráfica do Jornal do Brasil.

Ao passo em que a Última Hora, a Tribuna da Imprensa e o Diário Carioca iam produzindo bons jornalistas e boas ideias, o Jornal do Brasil comprava novas máquinas que permitiam a impressão mais rápida e com maior qualidade. A reforma do JB foi importante não apenas pelas inovações gráficas e de conteúdo inseridas por ele, mas também pelas mudanças de gestão e administração que implementou na imprensa brasileira, se sustentando durante décadas como um modelo empresarial sólido e inovador, colocando o periódico em lugar de destaque no jornalismo brasileiro.

A estabilidade financeira do JB para sustentar os gastos com as mudanças e a visão vanguardista de seus diretores foram fatores de peso para que o contexto dos anos 50 se aplicasse tão bem à nova empresa que ali emergia. O Jornal do Brasil tinha todos os ingredientes para se tornar o maior periódico do país.

A reforma foi pensada por seus gestores como uma saída aos problemas internos que deixavam o JB na linha das tiragens medianas. O sucesso dela inclusive pode ser observado pela boa aceitação do público imediatamente após o lançamento da nova cara do jornal – a revista Publicidade e Negócios publicou no dia 20 de março de 1957 que a tiragem do JB aumentou em 40% após a reforma de 56, representada pelo lançamento do Suplemento Dominical, em março daquele ano (Ribeiro, 2007). Em pouco tempo, a vendagem do jornal superaria a do Correio da Manhã, até então o matutino de maior expressividade no mercado.

Washington Dias Lessa dividiu o período de reformas do Jornal do Brasil em três fases: a primeira teria sido de junho de 1956 a maio de 1958 – período no qual houve a contratação de Odylo Costa Filho e a criação de uma página feminina, embrião do futuro Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil* (SDJB); a segunda vai de maio de 1959 a 1961 – período em que Jânio de Freitas permaneceu à frente das mudanças (sua saída foi concomitante à de Amílcar de Castro); e a terceira se daria de 1962 a 1973 –

período de consolidação da reforma com a contratação de Alberto Dines para a chefia da redação.

Odylo Costa Filho chegou ao JB já com a proposta de transformá-lo. Para fazer com que as mudanças engrenassem, contratou e demitiu muitas pessoas – iam-se os velhos jornalistas e chegavam os jovens cheios de “energia e boas ideias” (como diria Alberto Dines sobre os homens que levaria à Pesquisa em 1962<sup>25</sup>).

A nova horda de jornalistas era um misto de jovens sem experiência e repórteres oriundos do *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, os quais já traziam na bagagem uma nova forma de fazer jornalismo – mais objetiva, enxuta, direta. Entre os novos nomes estavam “Ferreira Gullar, Jânio de Freitas, Carlos Lemos, Hermano Alves, Quintinho de Carvalho, José Ramos Tinhorão, Carlinhos Oliveira, Nilson Lage e Carlos Castelo Branco” (Ribeiro, 2007: 159).

Com os novos profissionais, o texto do JB foi logo se modificando. Ali, aliavam o estilo agressivo da *Tribuna* ao toque de leveza e humor do *Diário Carioca*. Ao lado das mudanças no texto, vinham também as gráficas e estruturais. As futuras editorias (seções temáticas) começaram a surgir, importou-se o *copidesque* e instalou-se um padrão de lauda fixa, para evitar que o texto estourasse o limite de espaço. A medida facilitou a diagramação que, por ventura, também sofreria grandes transformações, culminando no modelo que se tornaria marco do *design* brasileiro.

O ritmo das reformas, no entanto, apesar de ter sido incentivado pela direção do jornal, não foi traçado em um plano premeditado. O trabalho teria sido feito “a duras penas, com muita relutância e fruto de um trabalho coletivo e de equipe” (Brito, N. *apud* DHBB: 2870).

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida à autora em 23 abril de 2011.

Num tempo em que o concretismo tomava formas sólidas na capital carioca, contratou-se no JB um artista para por em prática as reformas gráficas. Amílcar de Castro trouxe ao jornal a ideia de “limpeza da página” como uma mudança eficaz. Queria facilitar a leitura retirando a informação visual desnecessária. “Fio não se lê”, era a frase de Castro que viraria lema da reforma. Antes disso, usava-se muito fios para separar uma matéria da outra, sublinhar títulos e informações antes consideradas



Figura 5 2 de junho de 1956. É colocada em prática a reforma gráfica idealizada por Amílcar de Castro

importantes. Como a diagramação não tinha um padrão rígido e fixo, os textos e títulos eram montados durante o fechamento sem qualquer limite de espaço. Aqui era comum, por exemplo, uma matéria começar em uma página e terminar em outra, sob forma de um pequeno retângulo no meio de outros assuntos – entre parêntesis, ao fim do texto, o leitor se deparava com “continua na página x”.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) observa que a primeira experiência “sem fios” foi utilizada na página 5 do primeiro caderno do JB no

dia 29 de março de 1957. Ali, foi mantida a organização em estilo “mosaico” como nas outras páginas. A diferença foi a adoção de espaços em branco como linhas divisoras dos blocos de texto. O êxito da iniciativa levou à retirada dos fios no SDJB. Em 1958, os editores do caderno de esportes, Carlos Lemos e Jânio de Freitas, importaram as mudanças promovidas por Amílcar de Castro. Após alguma resistência por parte de Nascimento Brito, a inovação chegou à primeira página em 2 de junho de 1959 – até aquele momento foi mantida na capa apenas a fotografia como destaque, mas os anúncios ainda ocupavam a maioria do espaço abaixo da logo do jornal.

A primeira página do JB no dia 2 de junho foi um marco na história do jornalismo brasileiro. Ali, Amílcar de Castro colocava em prática seus valores estéticos concretistas e, junto com os fios, eliminava também grande parte dos classificados – herança do velho modelo “boletim de anúncios”, adotado por Pires do Rio na década de

1930. O JB começava a se livrar do apelido de “Jornal das Cozinheiras” e passava a se firmar como um espaço de diálogo cultural.

Naquela capa, destacam-se algumas inovações: o ganho de um espaço de destaque para a fotografia, a utilização do formato em “L” como solução gráfica para adaptar os classificados ao novo conceito estético e a paulatina diminuição dos seus espaços na capa, a remoção dos fios que contornavam os blocos de texto.

É importante destacar a relevância do SDJB (Suplemento Dominical do Jornal do Brasil) neste processo. Criado em 1956, o suplemento partiu de uma ideia de uma página com publicações voltadas para o público feminino e progrediu para um espaço onde se agrupariam assuntos de artes e literatura.

A inspiração concretista saiu das mãos do jornalista Reynaldo Jardim que, em 1959, publicaria na capa do suplemento o “manifesto neoconcreto”, por meio do qual os artistas cariocas se separavam da corrente concretista paulista criando um novo movimento. A visão dissidente buscava se afastar da “perigosa exacerbação racionalista” para qual o concretismo tinha se encaminhado. Além de Jardim, assinaram o manifesto Amílcar de Castro, Ferreira Gullar, Franz Weissman, Lygia Clark, Lygia Pape, Reynaldo Jardim e Theon Spanudis, inaugurando uma nova fase na arte e no próprio jornalismo cultural brasileiro.

A segunda fase da reforma gráfica do JB começa com o afastamento de Odylo Costa Filho do jornal, em dezembro de 1958. Odylo saía de cena por razões políticas: em agosto, publicara na primeira página uma foto em que o presidente Juscelino Kubitschek aparecia com uma das mãos estendidas ao secretário de Estado dos Estados Unidos, Foster Dulles, como se estivesse pedindo dinheiro. A fotografia teve repercussão mundial e Nascimento Brito resolveu afastar Odylo do cargo.

Com a saída de Odylo, Amílcar de Castro e Jânio de Freitas aceleraram as reformas. Foi com eles à frente das mudanças que a capa do JB recebeu o aspecto assimétrico da página em “L”, do dia 2 de junho de 1959. Além das mudanças gráficas inseridas pela dupla, Freitas teria mais orgulho das mudanças estruturais inseridas por ele naquele contexto: “Gosto de ter feito um plano de cargos, salários e funções. Foi o primeiro da imprensa brasileira com o qual os jornalistas passaram a ganhar um salário com o qual podiam viver sem ter emprego público” (*apud* Ribeiro, 2007: 163).

Em 1960, Jardim retira de vez os classificados da primeira página e os insere em um caderno especial, o “Caderno C”. Na mesma época seria criado por ele

um caderno para ficar no meio, um espaço para cultura, artes, entretenimento, o “Caderno B”. Na edição comemorativa de 30 anos do “B”, publicada em 15 de setembro de 1990, Jardim deu um depoimento sobre isso:

Sempre achei os classificados a parte mais democrática de qualquer jornal, além de um bom indicador da situação social do país. Convenci a direção a reservar um caderno exclusivo para eles. E já que existia um primeiro caderno, de atualidades, e um de classificados, faltava alguma coisa no meio: o B. Um espaço para a cultura.

Realizadas as mudanças gráficas e de texto, o *Jornal do Brasil* precisava de alguém para consolidar as ideias implementadas durante os anos 50. Em janeiro de 1962, Nascimento Brito contratava como chefe da redação o jovem jornalista Alberto Dines, que trabalhava na revista *Fatos e Fotos*, na ocasião.

Em um depoimento concedido a um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2002, Dines fala sobre seus primeiros dias no JB e a pressão sofrida para que mudanças rápidas fossem feitas na redação.

Eu assumi o Jornal do Brasil e o meu primeiro dia de trabalho foi o 6 de janeiro de 1962. Era uma segunda-feira e o Nascimento Brito falou “olha Dines, bem-vindo e tal, mas amanhã eu quero um jornal novo”, ele queria mudar aquela experiência fantástica que foi a mais importante evolução gráfica e editorial já feita na imprensa brasileira. E ele queria borrar isso, ele queria tudo novo. E eu falei “não, isso não dá para fazer. O que dá para fazer é ao longo do tempo a gente ir aprimorando uma série de coisas, eu nem saberia fazer um jornal novo e não é necessário fazer um jornal novo. Agora, aprimorar e avançar a gente pode conseguir”<sup>26</sup>.

Segundo ele, o que mais faltava na empresa era “organização”. A redação estaria precisaria de mudanças de forma que ali fossem fundadas “bases de um jornalismo de sucesso”. Neste momento, foram implantadas por Dines a reunião de pauta diária no começo da tarde, às 14h, para criar uma rotina de trabalho na redação e antecipar o processo de feitura do jornal; além de alguns departamentos seccionados por assunto que, em 1965, ganhariam o nome de editorias.

---

<sup>26</sup> Entrevista com Alberto Dines, 21 de agosto de 2002. Programa “Memória da imprensa carioca/UERJ”. Entrevistadores: Maria Aparecida Costa e Antony Devalle. Disponível no site da TV Brasil [http://tvbrasil.org.br/observatoriodaimprensa/sobre\\_dines/memoria.htm](http://tvbrasil.org.br/observatoriodaimprensa/sobre_dines/memoria.htm)

Nesta última fase, ao que parece, as reformas buscavam organizar aquilo que vinha sendo colocado em prática anteriormente. Procurava-se compreender a profissão de jornalista, assim como refinar a linguagem da comunicação. Em compasso com a ordem do tempo, as mudanças tinham o sentido de organizar, sistematizar, segmentar. Aliar agilidade de leitura (que vinha sendo já trabalhada pelo novo formato de texto, de organização do jornal em lauda fixa), com a facilidade de se encontrar o tema procurado (sistematização) e, também, informar mais do que as mídias instantâneas (como o rádio e a TV).

Neste sentido, ao se criar uma editoria que pudesse trabalhar com o passado de forma palpável (arquivando, catalogando, pesquisando informações), ou discursiva – elaborando textos cujo conteúdo era informação de arquivo -, o jornal legitimava sua posição como um agente importante na construção do acontecimento e também da história. Já que, conforme veremos no capítulo 3, cada vez mais é difícil separar um fato histórico do fato noticioso – e a busca pela exaustão de informações e aspectos correlatos ao evento caracterizam a construção do acontecimento midiático contemporâneo: para os veículos de comunicação e informação se sustentarem no meio social, é necessário que se façam onipresentes, que tornem o ordinário sensacional.

Assim como os fios vão sendo retirados do contorno das notícias diárias (e também da borda do material que se vê como “passado”), a separação muito reforçada das dimensões temporais nas páginas do jornal vai desaparecendo. Conforme veremos, a maneira sistematizada de lidar com as dimensões do tempo no JB nasce no início da década de 1960, tendo o DPD como seu principal expoente e enfraquece ao longo dos anos 1970, podendo ser representada não apenas pelo fim do setor de texto da Pesquisa, mas também por uma forma específica de se ver e pensar o jornalismo.

## Capítulo 2 – Recortes do passado

*Não há sentido unívoco para as coisas do passado, e o arquivo contém em si essa lição. Frágil lembrança, ele possibilita ao historiador isolar objetos e testá-los.*  
Arlette Farge<sup>27</sup>

Pastas encardidas pela umidade do acervo mal conservado ainda revelam vestígios do tempo corrido de quem as manuseava diariamente. Rabiscos coloridos, frases sublinhadas e anotações abreviadas nas bordas de fichas indicam a pressa com que as tarefas eram executadas no setor antigamente. Hoje<sup>28</sup>, o cenário é bem diferente, mas o relógio também não dá trégua para José Martins, o único funcionário do CPDoc JB, desde 2012. Nos últimos anos, Martins tem atendido tanto a pedidos da pequena redação do JB Online, quanto a de pesquisadores externos, interessados na reprodução de fotografias armazenadas no acervo de mais de 10 milhões de negativos. No último dia em que estive lá, em março de 2014, ele deveria entregar uma pesquisa de 200 imagens para a produtora de um documentário, além de listas e mais listas de solicitações da redação, que preparava um Especial sobre os 50 anos do golpe de 1964.

O acervo tem apenas um scanner de mesa e outro de negativos. Duas CPUs, usadas simultaneamente para mais agilidade. Ainda assim, o sistema é lento. Ele não consegue dar conta de todas as encomendas. O tempo de espera pelo trabalho arrastado das máquinas obsoletas não condiz com a velocidade com que os e-mails abarrotam a caixa de entrada, nem é desculpa para a impaciência dos clientes que “precisam” do material quase que imediatamente.

A ânsia pela conclusão das tarefas parece não corresponder à mecânica do ofício. Martins se vê obrigado a se estender em minutos de espera. Se tivesse outro

---

<sup>27</sup> FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. (p.92).

<sup>28</sup> Estas observações foram feitas após inúmeras visitas realizadas pela autora deste trabalho ao CPDoc JB entre 2011 e 2014.

scanner, reclama, ele poderia “adiantar” outra coisa. O máximo que consegue fazer é selecionar outras pilhas de negativos para cópia.

O silêncio preenche os corredores das três salas do arquivo que armazena as pastas temáticas do acervo fotográfico, a Coleção Centenária do jornal impresso e seis estantes com o que restou da Biblioteca<sup>29</sup>. Às vezes, colegas entram na sala para cobrar um pedido, conversar ou reparar algum aparelho defeituoso.

Peço uma pasta específica. A cobertura de sujeira é espessa e parece ter feito parte da embalagem desde sempre. Os anos amoleceram o papel Kraft, dobraram suas arestas, tornaram as inscrições à máquina na borda de catalogação quase translúcidas. Folheio. “O que significam essas siglas?”, pergunto ao examinar as tiras de contato da pasta *Revolução de 64*. Há marcações em caneta colorida ao redor de algumas miniaturas fotográficas. Em preto, verde, azul. Martins me explica que são iniciais de algum pesquisador. Provavelmente circulou a foto que desejava para qualquer finalidade e, depois, marcou com a letra que indicasse a escolha. Alguém se esqueceu de retirar. Explica-me que, agora, o papel já absorveu e que, “se limpar, estraga”. Uma falha grave. Mistura de pressa com sobrecarga de trabalho? Descaso? Impossível saber. O CPDoc JB é um conjunto de peças fora do tempo (a sobreposição de vestígios de outros tempos?).

Às costas de Martins, uma porta dá para a primeira sala do arquivo, onde as estantes deslizantes que outrora ocupavam parte dos 100 m<sup>2</sup> de área projetada especialmente para elas, no prédio da Avenida Brasil, hoje se adaptam num espaço com um terço do tamanho, no primeiro piso da Casa do Bispo, no Rio Comprido. Uma mansão alugada pela empresa Docas S.A., que administra o JB, e que concentra o que ainda restou do jornal depois do fim da edição impressa, em 2010.

Quando se avança pelo o arquivo móvel, chega-se aos pilares de ferro em que pastas corrugadas de plástico guardam, em posição horizontal, as edições originais do JB desde sua fundação (1891) até meados da década de 1980. Um conjunto de papel imprensa original de distintas épocas. Não há climatização ou higienização do material da forma recomendada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), mas não é algo que se possa notar à primeira vista. São minúcias que passam despercebidas aos “olhos

---

<sup>29</sup> De acordo com contagem realizada pela autora em 2013, são cerca de 200 obras. Em 2005, quando o acervo foi transferido do Centro do Rio para o bairro do Rio Comprido, começou o descarte da coleção, que somava mais de 9.000, segundo entrevista da então chefe da Biblioteca, Flor Marinho, concedida à autora em 2011.

de um leigo”, como me alertou a antiga chefe da Biblioteca, Floripes Marinho, em 2011, em entrevista. Na ocasião, eu ingenuamente comentara que o material me parecia bem.

Os olhos de um leigo não captam todas as irregularidades que um arquivista ou bibliotecário percebem. Mas não é preciso muitas voltas pelos corredores mal iluminados para que o nariz de um alérgico sinta facilmente micro-organismos coçarem as mucosas e que a poeira, que descansa entre uma pasta e outra, pinique os olhos quando despertada pelo movimento mais sutil. A escuridão também denuncia o abandono e acusa, em silêncio, a solidão de quem cruza os corredores para manter a sobrevida do arquivo.

Entender um arquivo, como observou Arlette Farge (2009), é interpretar também suas ausências, perceber o que ele existe em sua falta, pelas brechas. Porque o arquivo só serve de observatório social “por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstituído de acontecimentos obscuros” (2009: p.91). No arquivo, o que se conserva tem igual importância ao que se descarta.

Os critérios que norteiam a permissividade da informação variam no tempo, mas se baseiam nos usos do material passado no presente, sempre em perspectiva de utilidade futura: se guarda o que se acha importante para usar amanhã, com base na noção que se tem no agora.

Muita coisa foi descartada do arquivo do Jornal do Brasil desde o momento de sua criação. Desde as informações que outrora os funcionários não consideravam relevantes para indexar, até a necessidade de se jogar parte do acervo no lixo para abrir espaço, num contexto de falência. As perguntas são parecidas. Do que precisamos hoje? Do que precisaremos no futuro?

Para ter acesso a esta história, parti do presente e com muita ajuda. A primeira delas chegou de forma inesperada, quase que a contragosto de quem o fazia. Em 2011, quando tentava sem sucesso marcar uma entrevista com Jessé Nascimento, que integrou a equipe do Índice JB entre 1968 e 2008, soube de informações preciosas, que trilhariam meu caminho ao passado de forma fundamental. Em dois aspectos.

Nascimento não queria conversa comigo, mas não percebi. Foi preciso que ele comunicasse o incômodo a outra pessoa, que me encaminhou a mensagem. Ele morava em Angra dos Reis e eu achava que era apenas esta a dificuldade que ele tinha para não poder me encontrar. Com quase 80 anos, ele dizia que não desejava conversar

com quem quer que fosse “para tentar lembrar fatos que trazem uma profunda tristeza”. Mas fez algumas observações pontuais, sobre documentos que considerava haver no arquivo, quando foi demitido. Ele dizia se lembrar de algumas coisas que poderiam me ajudar: um livreto azul que contava a história do departamento, uma edição da publicação *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, um informativo do início dos anos 1980, além de pastas da Documentação indexadas sob nome de JB-JB e JB-História. Mas desconfiava que essas coisas já tinham sumido quando ele ainda trabalhava no setor de Índice.

Sua mensagem me ajudou a compreender a dimensão afetiva intrínseca à relação do sujeito com seu trabalho, mas também a localizar uma parte desta documentação interna pouco conhecida. A pasta sobre o DPD, conforme ele acusou, de fato sumiu. Mas, com ajuda de funcionários do arquivo, tive acesso ao que restou desta pasta “JB – História”: são 15 documentos de origem distinta. Relatórios internos, cópias de cartas enviadas aos editores-chefes, uma papelada vai de 1969 a 1981. E que ajuda a compreender uma fração de como funcionava o dia a dia da Pesquisa e, principalmente, da Documentação.

Percebemos que o tempo do arquivo de um jornal é acelerado. Os braços que o compõem precisam selecionar com velocidade o material de que o repórter necessita para realizar seu trabalho. O arquivo do JB foi criado pelas mãos de jornalistas e mantido, em sua primeira década, por funcionários que entendiam esta dinâmica e, muitas vezes, tinham dupla formação profissional.

Após altos e baixos, trocas de nomes: Departamento de Pesquisa, Editoria da Pesquisa, Departamento de Pesquisa e Documentação? Foi longo o caminho que percorreu até se tornar CPDoc JB. E muito separa aquele DPD que funcionava em “ritmo ideal”<sup>30</sup>, do repositório de documentação que se tornou ao longo dos anos 2000, no qual o único empregado atua sob o compasso lento da tecnologia ultrapassada.

Neste capítulo, pintamos alguns retratos do DPD em seus primeiros anos (1964-1974), que são, pela falta dos vestígios ao alcance dos dedos, os mais complicados de serem recuperados. Os registros são escassos, a memória, falha. Investimos neste período por perceber que foi o momento em que o setor teve o maior número atividades. Pode ilustrar o que ameaçamos chamar de sistematização do passado

---

<sup>30</sup> Em carta a Carlos Lemos, o então editor da Pesquisa, Roberto Quintaes identifica que o setor funcionava “em ritmo ideal” de produção, em dezembro de 1973. Para ele, a quantidade de funcionários dava conta da quantidade de trabalho que chegava na editoria. Fonte: JB-História, CPDOC JB.

no Jornal do Brasil, dentro do processo de consolidação do jornalismo moderno brasileiro.

Para tanto, o capítulo se subdivide em duas partes. Na primeira, narramos, entre fragmentos de documentos e saltos no calendário, o funcionamento da área de Texto, já que as outras foram nascendo a partir dela. Em um segundo momento, estruturamos a Documentação (o arquivo propriamente) que, na verdade, deveria abranger um período maior: 1965 a 1979. As razões ficarão mais claras nas próximas páginas, mas adiantamos que parte da época em que as primeiras pastas de recortes foram montadas e avança até o momento em que uma demissão coletiva fechou a Pesquisa por dois anos. Uma paralisação da qual jamais se recuperou. As forças que ancoravam o tempo do arquivo em relação à redação eram outras e sua lógica de estruturação e funcionamento também. Como veremos, o lugar do arquivo no jornal se transforma: não apenas o lugar que ocupa fisicamente na redação, mas o seu lugar útil na lógica de produção diária da notícia.

Nesta história, alguns personagens se destacam. Não pelos papéis desempenhados dentro da empresa naquela época, mas sim por uma opção que faço no presente, a partir do material que consegui recuperar e da maneira como a narrativa foi sendo construída ao longo das páginas. Além dos fragmentos documentais e quantidade de entrevistas que foi possível realizar, há também – e acho importante ressaltar – o olhar que jogo sobre o material reunido.

## 2.1. Uma redação dentro da redação

Silêncio não era bem uma característica da redação do Jornal do Brasil, no início dos anos 1960. De frente para uma das avenidas mais movimentadas da cidade do Rio de Janeiro, a Rio Branco, a sala abafada que ocupava o 3º andar do número 110/112, aproximava quaisquer pessoas. O grunhido do assoalho, as conversas, risadas e discussões dos repórteres, e o tilintar das teclas das máquinas de escrever faziam parte do cotidiano dos funcionários. A voz imponente do locutor do jornal falado da Rádio JB, que apresentava os boletins diários em um estúdio improvisado bem ao lado da Geral, era um dos únicos elementos que conseguia fazer calar quem estivesse nas imediações: a maioria se juntava à porta para ouvir o noticiário.

Na redação da Rio Branco as equipes se misturavam, trocavam informações, equipamentos e era frequente que o trabalho dos jornalistas tivesse a intervenção de colegas. A “organização”, de que falávamos no capítulo anterior, chegou ao ápice com a transferência para o novo prédio da Avenida Brasil. Um espaço *ultrassegmentado*, que era erguido sob encomenda no fim dos anos 1960.

Em entrevista concedida em sua casa, na Zona Sul do Rio de Janeiro, o jornalista Roberto Quintaes descreveu com detalhes (incluindo desenho livre sobre uma folha branca) como funcionava a redação do JB quando ainda era copidesque, em 1964:

Naqueles dias da implantação da ditadura, do regime militar, eu fui desligado por política da rádio, e o JB me convidou pra fazer parte do incrível copidesque que o JB tinha naquela época. Era na Rio Branco, 110, de frente pra a avenida. Dois terços eram ocupados por um grande salão onde ficava o copidesque do JB, com gente como o cineasta Nelson Pereira dos Santos, Leonardo Machado, Manuel Bandeira, Hélio Pólvora... Timaço. E do outro lado ficava o departamento dos jornais falados da Rádio Jornal do Brasil do qual eu, muito garoto, era o editor de reportagem. Quando o pessoal do jornal soube que eu estava saindo da rádio, o Lemos me convidou pra ir pro jornal e eu fiquei no copidesque do JB cinco anos, já

muito rapidamente um dos redatores que fechavam o jornal.<sup>31</sup>

O barulho ainda perturba os ouvidos de muitos. Mas, passados os anos, vem à tona de forma nostálgica. Sérgio Fleury, repórter da Geral no JB entre 1965 e 1990, hoje organiza os encontros “Jotabenianos”, em que reúne todo ano o pessoal “da época de ouro”. Eles se encontram geralmente em uma pizzaria no bairro do Leme, trocam presentes e jogam conversa fora. Segundo ele, é um grupo de mais ou menos 40 pessoas. Com muito gosto, se lembra do “burburinho” na redação da Avenida Rio Branco, que considera “apertada”, mas que foi crescendo com os anos. Era “super unida e bagunceira”. Entre cafés e bolinhos, num *Starbucks* no bairro de Ipanema, ele conta:

Como não tinha muito essa divisão específica da Geral, era um “guetozinho” no terceiro andar, que juntava a redação da rádio, ao lado a Pesquisa, tudo pequeno, no fundo tinha a Agência JB que era junto da *Associated Press*, do lado a Internacional, depois a Geral, depois tinha o Caderno B, que era rádio, Pesquisa e Caderno B, e depois tinha o copidesque. Essa época o JB era o único do Rio forte – O Globo tava começando ainda –, então a relação do leitor com o jornal era muito maior. O leitor chegava ali na Rio Branco e subia na redação ou pra entregar uma carta, ou fazer uma reivindicação, ou pra esculhambar o governo. Então essa relação repórter/jornalismo e leitor era muito grande.<sup>32</sup>

Alfredo Herkenhoff, secretário de redação do JB durante três décadas, relembra em um livro de memórias as dependências da antiga redação, que considerava “minúscula”. Ele conta que faltava silêncio e espaço até para conversar, no salão principal. “Era comum se reclamar por falta de mesa e cadeira. Por isso, por exemplo, a criação do renomado Suplemento Dominical [1956] se deu na redação da Rádio Jornal do Brasil, no mesmo prédio” (2010, p.73).

Foi ali que o Departamento de Pesquisa e Documentação nasceu. Conforme dissemos no primeiro capítulo, a Pesquisa começou a ser esboçada em 1962, ainda sob forma de uma pequena biblioteca, por comando do maranhense Nonnato Masson. À época, ela se espremia em estantes e armários no fundo do segundo andar. O laboratório fotográfico, assim como seu arquivo, ocupavam uma salinha embaixo da escada.

---

<sup>31</sup> Depoimento de Roberto Quintaes à autora (já citado)

<sup>32</sup> Sérgio Fleury em entrevista à autora, em 7 de julho de 2013.

Era um “cubículo quente” e nada propício para revelação de negativos, já que deixava a luz ambiente vazar por entre as frestas, sempre que alguém pisava nos degraus de madeira, conforme lembrou Marcos Sá Correa, em depoimento à Revista de História da Biblioteca Nacional, em 2008. Na primeira metade da década de 1960, Sá Correa trabalhava como estagiário de fotografia no JB e observou com bom humor a precariedade das instalações:

O Jornal do Brasil funcionava, ainda, na Rio Branco, tinha um departamento grande de fotografia mas era uma coisa muito esculhambada. Engraçado que era muito primitivo, funcionava debaixo da escada, naquele prédio antigo. Você, quando revelava as fotos, tinha que tomar cuidado porque se alguém pisasse nos degraus, eram de madeira, podia entrar luz. E é tudo assim meio esculhambado mas muito bom. Era um dos melhores grupos de fotografia do Rio de Janeiro. Eu entrei ali para aprender e era um bando de cobra criada que tratava estagiário meio na brincadeira. [No meu primeiro dia, quando voltei da rua,] revelei três fotos e aquilo ia sendo levado, correndo, para as reuniões dos editores e alguém, eu nunca soube quem, eu não sabia, não conhecia o processo dessas escolhas no jornal, foi colocar, no dia seguinte, na primeira página. Quando eu abri o jornal, tomei um susto. Estava lá na primeira página do jornal e assinada<sup>33</sup>.

O ambiente apertado e caótico também salta na memória de Sônia Benevides, arquivista e jornalista, que se tornou pesquisadora da Documentação, em 1969, permanecendo no jornal por mais dez anos. Ao se recordar do espaço, ela conta em voz suave, quase inaudível, que “você chegava, tinha uma salinha de entrada e a Pesquisa ficava depois do Esporte. O Esporte subia de escada e era tudo apertadinho. Tinha uma salinha dividida em duas, aí ficavam os intelectuais, que eram os redatores. E uma outra sala comprida, que era uma mesa com as pastas de recorte”. Ela acrescenta: “o arquivo fotográfico também era lá atrás. Assim como as coleções do JB, que ficavam com um senhor, o seu Marcelo, que era uma pessoa bem mal-humorada.”<sup>34</sup>

O espaço apertadinho dificultava a situação de quem queria se concentrar, mas permitia que houvesse uma circulação grande dos repórteres nas editorias e troca de informações. A proximidade da Pesquisa com o Esporte, por exemplo, permitiu que

---

<sup>33</sup> Trecho não publicado de entrevista realizada para o número 31 da Revista de História da Biblioteca Nacional, de abril de 2008.

<sup>34</sup> Sônia Benevides em entrevista à autora deste trabalho, em XX de janeiro de 2014.

João Máximo trabalhasse em ambas as editorias. O jornalista, que ganhou o Prêmio Esso de reportagem em 1967, por uma matéria sobre o futebol e o subdesenvolvimento<sup>35</sup>, chegava à Pesquisa às 12h, saía às 17h, quando se mudava para o Esporte, por um acréscimo de salário. Começou a fazer parte do time de redatores ainda em 1964 e, às vezes, sequer mudava de mesa para iniciar suas tarefas. Máximo teria sido um dos primeiros redatores da Pesquisa porque precisava de um dinheiro a mais e, não querendo trocar de jornal (já que gostava de seu local de trabalho e também sabia que ali se pagava melhor), negociou com Dines um aumento, fazendo um turno extra, só que no novo setor, que precisava de jornalistas.

A proximidade com o Esporte facilitou. Além do compartilhamento de repórteres, era mais comum (e “desagradável”, conforme lembrou Quintaes em um relatório interno em 1969) o “empresta-empresta” das máquinas escrever com a editoria vizinha. Na Pesquisa, a reclamação principal naquela época era que faltavam equipamentos e sobrava trabalho. O jeito era improvisar.

A pequena biblioteca funcionou de uma forma improvisada por dois anos. Em 1964, foi organizada em um novo setor. A equipe cresceu. O jornalista Murilo Felisberto (1939-2007), primeiro coordenador da Pesquisa, contou que a pequena área era, naquele momento<sup>36</sup>, uma “salinha muito pequena, com divisórias baixas”<sup>37</sup>.

Mineiro, Felisberto morava em São Paulo quando recebeu o convite para integrar a equipe do JB. Era repórter da sucursal da revista Manchete e, antes, passara pela Folha de S. Paulo. Em 1964, aceitou o desafio de se mudar para o Rio de Janeiro apesar de não ter apoio dos colegas, conforme revelou em entrevista à pesquisadora Rosa Maria Nava, em 1995<sup>38</sup>. Para eles, trabalhar em arquivo de jornal era “fim de carreira”. Além disso, Felisberto era noivo, e precisou reservar uma fatia do “belo salário” para “viver na ponte aérea”, como lembrou seu amigo e ex-repórter da Internacional, José Maria Mayrink<sup>39</sup>.

É de Felisberto a autoria do texto tido como o primeiro produto da Pesquisa<sup>40</sup>. Durante o ano de sua gestão, montou uma equipe composta por dois

---

<sup>35</sup> João Máximo ganhou com o Jornal do Brasil o Prêmio Esso de 1967, pela reportagem: *O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama*.

<sup>36</sup> Ver cronologia nos anexos.

<sup>37</sup> Murilo Felisberto em depoimento à pesquisadora Rosa Maria Nava (1996, anexo 11).

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> MAYRINK, J. Murilo, eterno Murilo. Disponível em:

<http://blogdosamigosdomurilo.blogspot.com.br/2008/08/murilo-eterno-murilo.html>

<sup>40</sup> Texto “A história da Reforma Agrária” já foi discutido neste trabalho. Ver p.24, Capítulo 1.

funcionários que faziam *clipping* de matérias de jornais e revistas nacionais e internacionais, organizando em cinco pastas temáticas. Formou-se o primeiro escopo da Documentação. Além disso, contratou uma dupla de contínuos que arquivava e catalogava a produção fotográfica do JB; e oito repórteres de Texto, entre eles Luís Paulo Horta, João Máximo e Luiz Carlos Lisboa.

Lisboa hoje mora nos Estados Unidos, mas aceitou dar um depoimento por e-mail. Formado em Direito, advogou durante cinco anos em Buenos Aires antes de se mudar para o Rio de Janeiro e tentar a sorte trabalhando com a escrita. Segundo o jornalista, não tinha nenhuma vocação para o tribunal. Por isso, fez um teste de tradução aplicado por Alberto Dines, em 1962 ou 1963, e entrou como auxiliar de repórter da Geral.

Pouco depois, ele teria se interessado pelo trabalho que Murilo Felisberto desenvolvia no novo setor e logo ingressou no DPD, com um pequeno acréscimo de salário. Antes das primeiras pastas do arquivo de Recortes serem montadas, ele lembra que “colhia os dados na Biblioteca Nacional (indo a pé até lá) ou em outra fonte, e voltava para redigir o texto”. Logo depois, passou a ajudar a formar o acervo do JB: “a pasta de recortes da Pesquisa foi iniciada por mim a pedido do Murilo. Não foi consultada por ninguém mais durante um ano, a não ser por mim”<sup>41</sup>. Além disso, ele conta que os repórteres da Pesquisa “buscavam suas fontes onde bem queriam” e ele decidiu criar “por conta própria” uma caderneta de bolso com lista de fontes seguras para se pesquisar, fossem elas arquivos, bibliotecas ou pessoas que pudessem dar entrevistas. Segundo ele, neste momento inicial do Departamento, ele mantinha um pequeno arquivo das fontes dentro de uma gaveta na Pesquisa, separada do material das outras editorias.

A estada de Lisboa na Pesquisa foi breve: quando Felisberto deixou o jornal, ele foi transferido para o copidesque, onde permaneceu por anos. Mas, ainda hoje, se lembra da primeira grande pauta que fez na editoria e um pouco do cotidiano de seu trabalho. Ele conta:

O primeiro grande texto, redigido por mim, foi uma página central do Caderno B, dirigido por Nonato Masson, sobre Cecília Meireles, que acabara de falecer. O Dines entrou no departamento para me cumprimentar.

---

<sup>41</sup> Luiz Carlos Lisboa em entrevista à autora, em 11 de abril de 2014.

[A pauta diária era discutida com Felisberto:] eu propunha os assuntos e ele discutia comigo e concordava ou sugeria alguma coisa aproximada. Fiz matéria grande sobre o Jardim Botânico do Rio, ocupando duas páginas centrais do Caderno B, seguida de uma série de matérias sobre Lampião e o cangaço no Nordeste, entrevistando o irmão do cangaceiro<sup>42</sup>.

O caso de Luís Paulo Horta foi um pouco diferente. Beirando os 20 anos, o jornalista chegou à Pesquisa um pouco depois de Lisboa. Segundo Felisberto<sup>43</sup>, Alberto Dines queria aumentar a equipe do departamento e teria pedido a Jaime Negreiros, então chefe de reportagem, que liberasse dois de seus funcionários. Houve resistência e, irritado, Negreiros teria dito que liberaria, sim, mas os piores homens da redação. Luís Paulo Horta era um deles. Leitor assíduo, o futuro membro da Academia Brasileira de Letras ainda não dera certo em nenhum periódico. Ele próprio contou que “rodou” do Correio da Manhã - que enfrentava uma grave crise administrativa no início dos anos 1960 – por ser jovem demais. E, assim que começou os trabalhos no JB, quase foi demitido:

Me puseram para cobrir Carnaval. Tinha que acompanhar o Rei Momo, e aí as minhas reportagens não foram boas. Eu estava um pouco fora do meu ambiente, não sou exatamente carnavalesco [risos]. Eu levava livros para o baile de carnaval e ficava lá lendo. É claro que não podia dar certo<sup>44</sup>.

O “pior” homem da Geral foi cedido a Dines por “sorte”. Permaneceu no DPD até a produção de texto acabar, em 1974, quando migrou para o Caderno B – seus textos reflexivos sobre música, filosofia e esportes logo o tornaram um redator conhecido interna e externamente. Em 1976, já começaria a escrever os editoriais do JB. Em entrevista concedida a alunos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disponível por meio do projeto Memória do Jornalismo Brasileiro, desenvolvido nesta instituição, descreveu de forma positiva seu trabalho na Pesquisa:

---

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Depoimentos colhidos por Rosa Maria Nava, em 1995.

<sup>44</sup> Depoimento de Luís Paulo Horta a André da Silva Tunis de Virgiliis, Daniel de Lima Fraiha, Eduardo Butter Scofano e Pedro Leonardo Gomes de Carvalho, colhido em junho de 2010. Disponibilizado pelo projeto Memória do Jornalismo Brasileiro: [www.mjb.com.br](http://www.mjb.com.br).

O JB, em 1964, estava criando o Departamento de Pesquisa, que foi uma coisa nova na época. Hoje, é comum. A ideia era dar certo aprofundamento da notícia. Era responsabilidade do Murilo Felisberto, um baita jornalista. Ele gostou de mim, eu comecei a escrever. A Pesquisa era uma coisa incrível, houve uma época que tinha uma redação dentro da redação, nós tínhamos 15, 16 redatores. Renato Machado, Mário Pontes, Sérgio Augusto, Argemiro Ferreira. Se eu te falar todo mundo, você vai ficar espantado com o time que tinha ali. Era uma outra época do jornalismo, mais calma, a gente podia ficar pesquisando três dias para fazer um texto. O Nelson Rodrigues ficava gozando a gente, fazia umas crônicas sacaneando o pessoal de Pesquisa<sup>45</sup>.

O advogado Denis Borges Barbosa, hoje professor de Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi foca no JB quando era muito novo, tinha 15 anos. Segundo ele<sup>46</sup>, seu pai conhecia o pauteiro do JB, que lhe encheu de avisos e o indicou para uma vaga de iniciante no Departamento de Pesquisa, em 1964. Um local que, segundo ele, era uma “Via Láctea”. Foi lá que aprendeu tudo o que sabe sobre técnica jornalística: depois, “estava pronto para a vida”.

Jamais se esqueceu dos conselhos de Luis Carlos Lisboa, quando em seus primeiros dias, o colocou sentado em frente a uma lauda em branco na máquina de escrever e apontou para o papel. Hora de tomar nota. “Who, when, what, why, how”. Tudo no primeiro parágrafo. Isso, garoto, é o lead. Parágrafos de cinco linhas, frases de duas. Depois do lead, explica mais um pouquinho, mas conciso feito uma gilete desencapada. É o sublead. Nada mais foi dito, e nem aprendi, seis anos depois, na Escola de Comunicação da UFRJ”, lembra.

Seu primeiro texto foram 45 linhas sobre folclore: levou dois dias para prepará-lo e conseguiu que fosse publicado “quase sem copidesque”. Também, o assunto era fácil para o rapaz: sua mãe era professora desse tema e o que não faltavam eram livros sobre cultura brasileira nas estantes de casa. Depois, foi para a rua. Caprichou ao escrever uma matéria sobre uma greve dos coveiros no Rio de Janeiro, ganhou a primeira página do Caderno B. “Pesquisa aí, garoto, nas pastas e fichas dos jornais antigos”, era o que diziam. Em um relato bem delicado, ele descreve o clima daquela editoria nos tempos de Murilo Felisberto:

---

<sup>45</sup> Luís Paulo Horta em depoimento já citado.

<sup>46</sup> Em seu site, Denis Borges Barbosa escreve sobre a experiência que teve no Departamento de Pesquisa do JB. “O foca” está disponível em: <http://denisbarbosa.addr.com/foca.htm>

Alberto Dines, transformando a casa de um balcão de classificados num jornal de verdade, tinha importado a ideia americana de calçar a notícia com fundamento. O gato salvo pelos bombeiros era escorado com dados sólidos sobre o número de animais rescaldados pelos entes públicos durante o ano, do Afeganistão ao Zâmbia, e mais a história dos felinos domésticos desde Nínive. Tudo isso era orquestrado pela habilidade de Murilo Felisberto, moído pela inclemência ruiva de Moacir Japiassu, sopesado pela prudência da Luis Carlos Lisboa, e refinado pela erudição de Luis Paulo Horta. Sem falar da graça de uma estagiária passarinhesca, essa uma estudante de jornalismo de verdade, Clotilde [Hasselman], e na sinuosidade de um fotógrafo recém importado do Nordeste se dizendo fugido daquela “Revolução” que tinha acontecido umas semanas antes, mas que depois se revelaria como feroz malabarista nos sadismos da repressão.

Neste clima de descontração, a Pesquisa nos três primeiros anos de funcionamento se concentrava em produzir um “background” à notícia diária, assim como textos próprios, em ocasiões especiais, como falecimento de pessoas famosas. Além disso, fornecia material de base jornalística para servir como substância para o texto das outras editoriais. Alberto Dines costuma contar que decidiu construir, no bojo da consolidação das reformas de conteúdo no Jornal do Brasil, um departamento que servisse de fonte para a redação, mas que também tivesse redatores próprios para criar textos “em profundidade”.

Em sua opinião, o trabalho da Pesquisa teria se intensificado a partir de 1965, por conta da inauguração da TV Globo. Quando relembrou este momento 45 anos depois, relatou que naquela época podia “prever” que o jornalismo impresso seria ameaçado pela emissora, criada com apoio do *Time-Life*, um “grande grupo jornalístico”. Aqueles seriam “os concorrentes de fato”. A importância da Pesquisa, conforme narra o jornalista, aumentava neste contexto. “Se eles, de noite, fazem um telejornal maravilhoso, o que a gente vai fazer no dia seguinte?”<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Neste trabalho, levamos em conta a dinâmica de construção da memória como um fenômeno que se faz no presente, suscetível a uma série de ações e disputas, que tornam as recordações do passado, material fluido e sujeito a transformações ao longo da vida. A ideia que se tem do passado depende da forma como ele é acessado. Mesmo tendo isso em vista e jamais tentando extrair uma verdade de qualquer fonte histórica (seja ela da ordem da memória ou do documento escrito), não podemos deixar de chamar atenção para alguns fatos. O Jornal Nacional, assim como a construção da televisão em rede, só ocorreu em 1969. Em 1965, a TV Tupi ainda conquistava a maior fatia da audiência televisiva e os programas que tendiam ao “grotesco”, como shows de calouros e auditório, eram os mais assistidos da televisão. A própria Globo, em seus primeiros anos, investia neste tipo de programa para alavancar a

O jornalista também comentou que redigira um memorando interno, de dez páginas, destinado aos editores do JB, defendendo a ideia de que o jornalismo impresso precisava implementar mudanças dentro de um novo contexto. E a solução encontrada seria a elaboração de reportagens em profundidade, capazes de levar à tona elementos que o curto noticiário televisivo não conseguiria esgotar por conta do tempo limitado:

Então eu fiz um memorando – eu tenho esse memorando até hoje, mas não quero nem mexer, porque tem tanta papelada, tanta poeira, que um dia vou pegar aquilo e vou... Mas há uns dois anos que eu andei mexendo lá e ele tá lá... E aí eu fiz um memorando grande, umas 10 laudas, espaço 1, para todos os editores. Dizendo assim: “Olha, agora temos um concorrente e agora nós temos que começar a fazer uma estratégia para enfrentá-lo. E a estratégia é essa. Nós temos que apresentar na manhã seguinte ao telejornal, um produto muito mais qualificado, eles vão fazer coisas rápidas, nós vamos fazer coisas profundas... Esse vai ser o diferencial”. E aí eu elenquei uma série de coisas e disse “a partir de agora, vamos começar a produzir matérias também com regularidade no Departamento de Pesquisa, assinada como Departamento de Pesquisa”. E o jornal começou a preparar matérias quase diárias, sempre tinha... O editor de Pesquisa sempre participava da reunião de pauta, o Murilo. [...] Eu estou fantasiando, mas seria esta situação. Mas com textos acabados, não é um textinho anotado não. Texto acabado, elaborado, bem escrito e criou-se um produto dentro do jornal reconhecido pelos leitores. Quer dizer, quando ele vê aquele selinho de “editoria de pesquisa”, era um selo de qualidade, era coisa boa de ler. De ler e de apreender o que estava ali, né? Eram informações boas. E isso foi muito importante porque o JB não sentiu, pelo menos naquele período, a concorrência da televisão. E nós conseguimos enfrentar o Globo nos.. cinco, oito anos seguintes... que O Globo tinha de certa forma a cobertura da televisão e nós enfrentamos com vantagem o Globo. Ganhamos todos os embates jornalísticos, né? Aí houve uma disputa...<sup>48</sup>

Os eventos coincidem com o período em que a Pesquisa se estruturou melhor. Mas em 1964, antes da implantação da TV Globo, a primeira equipe do

---

audiência. Em 1969, quando conquistou o primeiro lugar no ranking de popularidade, os shows mais assistidos eram *Programa Silvio Santos*, e, em 1971, *Mister Show* e a novela *Irmãos Coragem* (MIRA, 1995). O jornalismo e a informação só passaram ser pilares de sustentação da imagem de credibilidade que a emissora queria vender ao público, a partir de 1973, conforme demonstra Sacramento (2008). Essa relação entre jornalismo, imediatismo e televisão, foi construída apenas ao longo dos anos 1970.

<sup>48</sup> Alberto Dines, em entrevista já citada à autora.

departamento fora responsável pela redação de 165 matérias entre março e dezembro<sup>49</sup>, além de ter produzido um caderno especial de retrospectiva do ano que passou, uma produção mais densa do que de costume. Conforme indicamos no Capítulo 1, era um suplemento de 16 páginas vendido junto com o JB do dia, que fazia um retrospecto dos fatos eleitos como principais daquele ano (de política à literatura e religião). O momento político era delicado e a crítica ao governo, moderada. Havia ânsia em definir a “revolução” como um momento transitório, com data para terminar: 1965, quando haveria eleições presidenciais.

Murilo Felisberto deixou o DPD no fim de 1965, quando se juntou à equipe de outros jovens jornalistas para criar o Jornal da Tarde e, depois, o primeiro número da revista *Realidade* (1966-1976), um periódico mensal que também compartilhava da ideia de um jornalismo com embasamento em pesquisa e ponto de vista crítico sobre os acontecimentos, unindo uma redação livre, aproximando-se ao jornalismo literário norte-americano. Com a saída de Felisberto quem assumiu o comando do setor foi outro mineiro: Samuel Dirceu.

Dirceu vinha da Internacional e incorporou algumas regras desta editoria, instituindo, por exemplo, horário de trabalho para os funcionários da Pesquisa. A sugestão de matérias mais longas nas reuniões de pauta aumentou, assim como a inserção de textos assinados: em 1965, cresceu o número de linhas dos artigos regulares (de dez para cem). As mudanças foram acompanhadas de outras transformações no próprio Jornal do Brasil. Em fevereiro, o Primeiro Caderno passou de 18 para 20 páginas.

A produção de texto da Pesquisa (conforme será mostrado em tabela na página 100) tem seu ápice justamente no momento em que Dirceu assume o comando da editoria: tudo o que fugisse da abordagem regular diária do jornalismo caía nas mãos dos redatores. Em um intervalo de seis meses, por exemplo (de janeiro a junho), a Pesquisa publicou 232 textos em diversas editorias, com ênfase nos Cadernos Especiais (eram média de dois artigos por domingo da publicação). Bastante coisa, comparando com o primeiro semestre do ano anterior (46) e do posterior (219). Depois, com a organização das pastas temáticas e estímulo à profissionalização do setor de Documentação, repórteres das demais editorias passam a frequentar mais o acervo e ser responsáveis pela abordagem aprofundada em suas matérias - a Pesquisa continuava

---

<sup>49</sup> A soma é aproximada. O número foi calculado mediante consulta das edições do JB, no ano de 1964.

produzindo material, de acordo com as demandas diárias, mas já passamos a perceber o mesmo estilo de texto aparecendo pelas mãos de outros repórteres.

É bom observar que até 1969, a maior parte dos textos da editoria se inseria no Caderno Especial: eram dois quadros por edição dominical. Depois de 1969, o que se vê são mais textos publicados no Caderno B (principalmente por causa do Jornal do Futuro, seção que analisaremos com mais detalhes no capítulo 3); e Esporte (por ocasião das Copas do Mundo de 1966 e 1970, por exemplo, a Pesquisa produziu bastante material sobre a história do futebol e do campeonato mundial).

Em abril de 1965, foi publicado o Caderno Especial, em parceria com a Internacional. Pouco depois (maio), a editoria acompanhou Alberto Dines na empreitada de lançar o primeiro número dos *Cadernos de Jornalismo*, um projeto inteiramente novo que seria voltado para outros jornalistas, a fim de discutir a profissão. A ideia de Dines era fazer da Pesquisa uma “redação dentro da redação”, capaz de levar adiante os projetos de longo prazo do jornal, já que era difícil sobrar tempo no cronograma dos jornalistas que cobriam notícias diárias. No DPD, o ritmo era outro: apesar de trabalharem o mesmo número de horas que os demais repórteres, o tempo era percebido de outra forma.

O jornalista Mario Pontes, em entrevista à Associação Brasileira de Imprensa (2007)<sup>50</sup>, conta que começou a trabalhar na Pesquisa em 1969, onde fazia inúmeros trabalhos de tradução. Segundo ele, para integrar a equipe do departamento já nesta época precisava “necessariamente de bom nível intelectual”. As matérias, lembra, não eram assinadas: “éramos anônimos, mas gostávamos do que fazíamos. Cada dia era um desafio intelectual”. Ficou lá até 1974, quando o Texto acabou. Foi transferido para o *Caderno B*, que naquela época funcionava num esquema de revezamento de espaço com o copidesque. Até às 15h, os repórteres do B tinham espaço para redigir suas matérias e fazer os ajustes. Depois disso, tinham que pegar as coisas e ir embora, já que os rapazes do copidesque utilizavam o espaço para trabalhar. Pontes lembra:

Em 1969 fui para o Departamento de Pesquisa do JB, quando aquela editoria estava em um bom momento. Éramos oito redatores. Tínhamos de escrever bons textos sobre os mais diferentes assuntos. Era um trabalho que exigia muito, muito mesmo. Numa segunda-feira, ao chegar no jornal, mandaram que me apresentasse ao

---

<sup>50</sup> Entrevista disponível no site da Associação Brasileira de Imprensa: <http://www.abi.org.br/entrevista-mario-pontes/>.

editor, Alberto Dines. Ele me disse: “Está vendo este livro? Quero que você vá pra casa e o leia. Sexta-feira você volta e me escreve uma página dupla do Caderno Especial.” Era um livro de umas 300 páginas, intitulado *The american way of war*, uma variação do conhecido *american way of life*. O livro tratava da ideia norte-americana de estratégia, das guerras da Independência até o Vietnã, a guerra deles naquele momento.

Na produção de texto do Departamento de Pesquisa e Documentação o tempo podia ser aproveitado para leitura e reflexão – pelo menos nos primeiros anos, quando se produzia conteúdo diariamente. Ainda que os funcionários dessem plantões nos fins de semana e feriados, como os repórteres das outras editorias, a dinâmica de produção era diferente. Os redatores eram aconselhados a se aprofundar nos assuntos, como mostrou Pontes. Este ritmo mais lento se destoava do trabalho corrido e exaustivo dos repórteres de outras seções – ainda que, a partir de 1965, o DPD tivesse duas redatoras que fizessem matérias na rua, Clotilde Hasselman e Elisa Patti.

Sérgio Fleury sempre foi repórter da Geral<sup>51</sup>. Gostava de escrever sobre comportamento. Em 2013, comemorava seus 47 anos como jornalista e fez questão de me dizer: “jornalista que é jornalista, está sempre atento”. Fleury ia constantemente se informar na Pesquisa antes de fazer as matérias, nos anos 1960. Ele conta que, depois da reunião de pauta diária, quando os pauteiros listavam o que havia de mais importante para ser investigado, costumava passar no acervo. Ele lembra que nos primeiros anos em que o departamento se estruturou não havia “tudo mastigadinho” e o bom repórter precisava gastar um tempo consultando as pastas marrons daquele “Google da época”. Fleury destaca que o trabalho era estimulado pelos editores. “Você era incentivado a enriquecer a matéria justamente com a pesquisa. Às vezes, tinha uma cobertura qualquer e você lia no dia seguinte a matéria do JB e dos outros concorrentes. Você via a diferença de informação, a riqueza e a clareza de informação [que saía no JB]”<sup>52</sup>.

O cotidiano na Geral era agitado, mas o esforço de enriquecer a matéria, comenta, valia à pena. Ele destaca que escrever naqueles tempos “não era como hoje”. “O bom repórter escrevia à máquina três cópias: uma para o editor, outra pra rádio e outra de arquivo. Escrevia com papel carbono e não podia errar. Se não, tinha que bater de novo”.

---

<sup>51</sup> Entrevista com Sérgio Fleury já citada.

<sup>52</sup> Idem.

Roberto Quintaes conta que era frequente que jornalistas de outras áreas insistissem por uma vaga como redator do DPD: dependendo das características do jornalista, o salário podia ser maior do que outros repórteres (se o profissional falasse outras línguas e fizesse traduções, por exemplo). Havia três patamares salariais: redator A, B e C. A quantia paga ao nível A era, em 1969, NCr\$ 1.443. A desigualdade salarial acontecia, sobretudo, entre os funcionários da Pesquisa. Os redatores ganhavam mais do que os arquivistas-pesquisadores. Quintaes lembra:

Havia dois salários para os redatores da Pesquisa, um salário que eu chamaria de ‘salário A’, para quatro ou cinco redatores que eram tidos como os redatores de melhor texto, que falavam francês, inglês, que tinham boa cultura e que podiam entregar um material, desde um tratado sobre o papel de Wagner na música clássica na época do Terceiro Reich até uma matéria sobre a relação dos sorteados no concurso “Seu talão vale 1 milhão”. Eram eles Juarez Barroso, Marcílio Andrade, Luís Paulo Horta. (...) Então tinham três ou quatro que tinham salário pouco mais definido, o resto tinha um salário igual. Uma das coisas que eu lutei muito, o Lemos ajudou muito, foi que na Documentação todo mundo ganhava igual. Evidente que os quatro ou cinco marcadores, classificadores, que liam e selecionavam o material, tinham um salário diferenciado. Mas a turma toda que fazia leitura complementar, recortava, colava, separava e colocava nas pastas, todo mundo tinha o mesmo salário.<sup>53</sup>

Pelo relato, os salários dos redatores eram iguais aos da redação, com exceção de alguns repórteres, que ganhavam um pouco mais (se realizassem outras funções dentro da redação, já que, como vimos, ainda era comum naquele momento a dupla jornada de trabalho). Já na Documentação, o caso era um pouco diferente. Quintaes fala que tentou elevar o piso salarial da outra parte da equipe. Em três cartas assinadas por ele (1969, 1973, 1974), que localizamos no CPDoc JB, é possível observar estas negociações.

---

<sup>53</sup> Entrevista já citada de Roberto Quintaes à autora.

	Salários 1969	Salários 1973
Redator A	NCr\$ 1.443,00	?
Redator B	NCr\$ 744,00	Cr\$ 1.454,00
Arquivista A**	NCr\$ 744,00	Cr\$ 1.454,00
Arquivista B	NCr\$ 596,00	Cr\$1.167,00
Arquivista C	NCr\$ 448,00	Cr\$876,00
Arquivista D*	NCr\$ 329,00	Cr\$ 644,00

Tabela 1 \*\* Em função de chefia, há acréscimo de salário ao valor de Arquivista A. \* Apenas no Arquivo Fotográfico era possível o cargo/salário Arquivista D<sup>54</sup>.

Em uma destas cartas, Quintaes menciona uma briga no DPD, em 1973, por conta disso. Em uma tarde do mês de dezembro, Aldemar Vaz Ferreira, chefe do Arquivo Fotográfico, “explodiu” com o editor porque teria considerado que havia uma “visão externa do nosso trabalho como secundário”. Na carta endereçada a Carlos Lemos, Quintaes menciona o caso, defende a importância do trabalho realizado pelos funcionários do Arquivo Fotográfico e solicita que haja o “estudo de uma promoção geral – de [pesquisador] D a [pesquisador] C (de Cr\$ 644 a Cr\$876)”, além de um acréscimo salarial a Vaz Ferreira<sup>55</sup>.

Apesar de defender o aumento de salário, Quintaes desmerece a função realizada pela equipe do Arquivo Fotográfico ao afirmar que não tem “nada contra essa promoção; na verdade, algumas etapas da rotina da área são tão mecânicas (corte de negativos, numeração, colagem) que qualquer pessoa de razoável coordenação motora nelas se sairá bem”<sup>56</sup>.

Essa sensação de que a equipe de Texto era mais valorizada do que as outras era comum. Apesar de, nas entrevistas, alguns ex-funcionários dizerem que a relação entre os setores era “a melhor possível”, quando perguntava diretamente, notei um tipo de ranço em minúcias.

<sup>54</sup> A título de comparação, o salário mínimo no Brasil em 1969 era de NCr\$ 156,00. Em 1973, o piso nacional era Cr\$ 312,00.

<sup>55</sup> Carta de Roberto Quintaes a Carlos Lemos, 5 de dezembro de 1973. CPDoc JB.

<sup>56</sup> Carta de Quintaes a Carlos Lemos, 5 de dezembro de 1973. JB – História, CPDoc JB.

Sônia Benevides tem dupla formação profissional: cursou Comunicação Social na Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro - e, depois, concluiu Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional. Resolveu trabalhar em arquivos de jornal desde cedo. Primeiro, passou pelo arquivo da Manchete e, em 1969, com a entrada de Quintaes na chefia do DPD, foi convidada para trabalhar com ele. Permaneceu no JB durante dez anos. Ela lembra do DPD com muito carinho. Em nossa conversa, ela fala quase sem pausas sobre o que se lembra, numa narrativa nada linear, que vai e volta, se perde, se acha. Considera interessante lembrar que sua mãe foi uma de suas maiores inspirações para ingressar nesta carreira, da ordem da memória. A progenitora não fez faculdade, era dona de casa, mas os parentes gostavam de chamá-la de “testemunha ocular da história”. Benevides comenta: “se ela fosse num canto, contava a história daquele lugar. Sempre me incentivou a ler e ter curiosidade”<sup>57</sup>.

Quando perguntei a ela sobre a diferença de salários entre profissionais do Texto e das outras áreas do Departamento, ela não sabia responder (um relatório interno mostra que, em 1973, seu cargo ocupado na Pesquisa era de “redatora A”). Mas faz uma brincadeira espontânea, que não passou despercebida: “A gente chamava assim ‘os intelectuais e o pessoal da ralé’. Nós éramos da ralé”<sup>58</sup>.

Roberto Quintaes também mencionou que havia no jornal uma diferença de *status* entre o trabalho realizado do setor de Texto e o dos outros setores e mesmo editorias do jornal:

Era uma área onde se você bobeasse a vaidade chegava e imperava. Eu não posso negar, e a gente teve muitas conversas sobre isso, os redatores da Pesquisa se achavam os ‘reis da cocada preta’. Trabalhar na Pesquisa era como colocar uma coroa na cabeça. Tanto que houve meia dúzia de situações em que havia necessidade de fazer matérias simples e que a turma ficava “Oh, mas eu vou fazer isso?”. Houve essas situações mais ou menos assim. Com todos não, eu tive um subeditor que era de uma seriedade... O Moacyr Andrade. Que foi um dos melhores profissionais que já trabalhei na vida, que era pau pra toda obra, solidário, parceiro, sereno, não criava caso, e que dava um brilho genial ao material da Pesquisa. Ele não era um redator culto, como o Luís Paulo Horta, mas tinha uma visão das questões que apareciam nos jornais, na mídia, muito interessante.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> Entrevista de Sonia Benevides à autora. Já citada.

<sup>58</sup> Sonia Benevides em entrevista já citada à autora.

<sup>59</sup> Roberto Quintaes em entrevista já citada à autora.

Alice Ferry de Moraes chegou à Pesquisa em 1972. Ela era secretária do setor de relações públicas do JB e foi transferida quando souberam que ela era jornalista profissional e, além disso, falava outras línguas. Uma qualidade muito apreciada no departamento, por sinal: algumas tarefas diárias do setor incluíam a indexação e catalogação de periódicos internacionais e a tradução de alguns artigos para serem publicados nos Cadernos Especiais do JB (que circulavam às segundas-feiras), ou mesmo nos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, essa publicação mensal que, até 1969, foi editada com ajuda da Pesquisa.

Chegando no DPD, Ferry de Moraes assumiu funções no Índice, substituindo Sonia Vasconcelos, que saía de licença maternidade. Ela conta que sua relação com a Pesquisa já era antiga. Quando era repórter da revista *Joia*, em meados dos anos 1960, costumava pesquisar no acervo do JB, já que nutria alguns amigos na redação. Ao lembrar dos primeiros dias de trabalho no terceiro andar da Avenida Rio Branco, não esconde a emoção. Descreveu com entusiasmo as diferentes áreas e definiu os jornalistas que trabalhavam no setor de Texto como “a fina flor do samba”<sup>60</sup>:

Quando eu cheguei lá, a Pesquisa já tinha a Documentação, que eram recortes guardados em pastas, o Índice, e o pessoal da redação que era a fina flor do samba. Quem trabalhava lá: Raul Riff, Sílio Boccanera, Renato Machado, Luís Paulo Horta, Mario Pontes, era o *crème de la crème* do jornalismo. Eles ficavam lendo jornais, vendo aquelas pastas, examinando aqui tudo, ou produziam textos, boxes pra ilustrar alguma coisa que tivesse acontecendo, ou até prevendo coisas. Então a gente tinha isso que foi o que facilitou muito a minha vida acadêmica. Porque você conseguia ver lá na frente. Esse tipo de trabalho era comum. Eu participava depois, como chefe da biblioteca da pesquisa, da reunião de pauta então a gente começava a cantar pedra. “Olha lá na Ucrânia tá com problema...” ai já deslocava um jornalista da área e não dava outra, a gente chegava primeiro com a notícia, porque a gente tinha esse *feeling*, esse estudo.

Essa relação imediata que Ferry faz do trabalho realizado pela Pesquisa com o “futuro” aparece também em outras ocasiões, como veremos com mais detalhes no capítulo 3.

---

<sup>60</sup> Alice Ferry de Moraes, em entrevista à autora, em 01 de abril de 2014.

### 2.1.1. Produtos de “longo prazo”

Entre 1965 e a entrada de Quintaes, em 1969, uma das funções da Pesquisa era de ajudar a editar os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, uma publicação extra, com circulação separada do jornal que tinha como objetivo discutir jornalismo e comunicação social, em um momento em que crescia no Brasil curso superior nesta área. Os cadernos tiveram uma trajetória longa e inconstante: de 1965 a 1974, ora foram publicados mensalmente, ora trimestral ou semestralmente.

A Pesquisa atuou na maior parte do tempo como apoio, já que a partir de 1969, uma área externa ao jornal assume as atribuições de publicar o material. Até 1973: quando é criada no jornal a Edições JB, uma pequena editora que teria como função levar adiante os subprodutos da empresa. Em setembro daquele ano a Edições JB surge sob coordenação de Roberto Quintaes<sup>61</sup>, abarcando todos os subprodutos do jornal (os antigos e os que seriam desenvolvidos a partir daquele momento): *Tudo sobre, Brasil S.A., Cadernos de Jornalismo e Comunicação, Essências*. Chegava a hora em que a Pesquisa ficaria encarregada de todo o material de longo prazo. Mas duraria pouco: com a demissão de Dines, em dezembro daquele ano e de Quintaes nos meses seguintes, Edições JB, Pesquisa e todos os subprodutos da marca seriam extintos.

Infelizmente, não dispomos de muita informação sobre a editora (já que foi fato novo, descoberto no final da pesquisa realizada para esta dissertação). Em pequeno trecho no Jornal do JB de número 96 (novembro de 1973), é dito que a Edições JB nascera para ampliar as frentes da marca no mercado editorial brasileiro.

Segundo levantamento feito por uma importante entidade de pesquisa norte-americana, as médias e grandes agências internacionais de notícias fazem circular diariamente cerca de 20 mil diferentes informações. E como o JB tem convênios com as principais agências do mundo, recebe um grande volume de informações por dia. Juntando as notícias internacionais às enviadas pelas

---

<sup>61</sup> As informações de que dispomos da Edições JB e seus produtos são escassas. No arquivo do Jornal do Brasil, hoje, não há nenhuma edição de *Essências* ou Brasil S.A. Sabemos com base no Jornal do JB que Brasil S.A. foi lançada em setembro de 1973 e teria o segundo número em janeiro de 1974, mas não encontramos nada que indique que isso realmente aconteceu.

sucursais e correspondentes nacionais e internacionais, calcula-se que a quantidade seria suficiente para elaborar de dois a três jornais diários. (Jornal do JB, n.96, p.3).

Segundo cálculos realizados pela equipe, o JB publicava apenas 50% do volume de informações de que dispunha. Ao levar adiante este material extra, poderia comercializar o trabalho realizado no curso dos dias, já que o jornal diário tinha espaço muito limitado. Dessa forma, nasceu *Essências*, semanário com tiragem de 500 exemplares distribuído a anunciantes e parceiros, que podia também ser vendido pela Agência JB. Trazia uma condensação de matérias sobre os fatos que envolviam cultura e sociedade modernas. Abordavam temas relacionados à filosofia, política, economia, educação, saúde, habitação, etc. Já Brasil S.A, que também teve sua primeira edição em setembro de 1973, sendo uma publicação destinada a empresários brasileiros, com análise crítica sobre a economia brasileira e investimentos.

Voltando aos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*: Fernando Gabeira, copidesque do JB, assumiu a chefia do Departamento em 1967 e embarcou nos projetos de “longo prazo” com Alberto Dines. A primeira edição de *Cadernos de Jornalismo* (o nome naquele momento) foi modesta. Foi produzida para ser lida apenas pelos próprios colegas do jornal, com artigos de autores estrangeiros e textos produzidos pela equipe do JB. O intuito era discutir aspectos da profissão. Uma introdução escrita por Alberto Dines indica:

Este não é o jornal do jornal. É apenas um tímido ensaio de um jornal para jornalistas. Será isso possível? Será isto por demais pretensioso? Nós que conseguimos manusear com tanta habilidade a atenção e o interesse de centenas de milhares de leitores não conseguiremos manobrar com os meandros da curiosidade dos jornalistas? Jornalista não é leitor? (...) Com estes pequenos segredos estamos querendo, modestamente, iniciar o processo do aprimoramento técnico dos jornalistas. (...) Este não será um jornal de críticas, mas de estudos. Qualquer colaboração neste sentido será bem-vinda. É uma publicação de uso interno, mas está aberta a todos os interessados, especialmente os estudantes. (*Cadernos de Jornalismo*, número 1, p.2)

Em nossa conversa, Dines relatou que queria que *Cadernos de Jornalismo* fosse uma adaptação do *media criticism* do jornalismo norte-americano para um modelo

de pensamento e discussão brasileiro. Nas primeiras edições, os assuntos se limitavam ao jornalismo dentro do JB, mas logo passou a reunir em suas páginas artigos encomendados a repórteres externos, professores dos incipientes cursos de Comunicação Social no Brasil, sociólogos, filósofos e historiadores.

O produto começou como circulação interna e, a partir de 1968, ganhou as livrarias e bibliotecas das principais cidades do país. Pode-se afirmar que *Cadernos* foi a primeira publicação técnica em jornalismo<sup>62</sup> – a experiência acabou por influenciar outras empresas e instituições a produzirem material de reflexão e estudo dos meios de comunicação de massa (como os *Cadernos de Jornalismo* da editora Bloch).

Com *Cadernos* se passou a discutir no Brasil a imprensa nacional e internacional; tecnologias e estéticas de comunicação de massa, práticas e usos do jornalismo no período, assim como história da imprensa. Em algumas edições, como a de julho de 1968 (edição de número 12), havia um tema que guiava os artigos – no número citado, o tema eram as revoltas estudantis de maio daquele ano no mundo. Foram publicados textos sobre os conflitos, artigos sobre a imprensa internacional, código de ética do jornalismo, a cobertura dos eventos, notícias que foram capa e indicação de livros relacionados à comunicação e história. Entre os nomes que assinaram os artigos deste número estavam: Alberto Dines, Marina Colassanti, Hannah Arendt, Carlos Castello Branco e Ortega y Gasset.

A partir de 1968, outra mudança foi inserida em *Cadernos*: passou-se a publicar no final da edição um resumo ou uma versão compacta de um livro que discutisse de alguma forma a comunicação e pudesse ser utilizado por estudantes.<sup>63</sup>

*Cadernos* começou como uma publicação feita para sensibilizar fotógrafos, repórteres e estudantes para uma reflexão crítica sobre a profissão e passou, a partir da edição de abril de 1968 com o nome de *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, a se preocupar com um público maior, interessado nos assuntos contemporâneos brasileiros e mundiais, podendo ou não se relacionar com as práticas profissionais do jornalismo. A mudança é expressa num editorial que abriu a edição de número 8, de dezembro de 1967, na qual Dines anunciava novos rumos da publicação para o ano seguinte:

---

<sup>62</sup> Lima, 2006.

<sup>63</sup> Informação obtida após consulta a todas as edições dos “Cadernos de Jornalismo”, arquivadas no CPDoc JB.

Quando em maio de 1965 era publicado o primeiro número dos *Cadernos de Jornalismo*, depois de alguns meses de vacilações, não poderíamos nem de longe imaginar a rapidez que aquele assunto, tratado por nós com tantos cuidados, tomaria conta dos meios intelectuais brasileiros. Quando naquele mesmo primeiro número tentávamos oferecer aos jornalistas e aos interessados em informação novos conceitos sobre comunicação de massas e engenharia de massas, mal poderíamos imaginar que, passados apenas três anos, estaríamos envolvidos de tal forma pelo processo de comunicação colocado em termos tão evidentes e às vezes de tão comunicados, tão simplificados. (...) Em face disto e especialmente da procura que tem sofrido as nossas modestas tiragens, os *Cadernos de Jornalismo* também estão dando um passo a frente. Já no primeiro semestre do ano de 68 estaremos com novas roupagens de uma publicação regular, mensal, profissionalizada, com assuntos que interessam a jornalistas, educadores, administradores, publicitários e sociólogos e com anúncios, evidentemente. Para demonstrar que sabemos comunicar a comunicação. (pp. 4-5)

Nas primeiras edições, a equipe se envolvia na produção. Sérgio Fleury<sup>64</sup> se lembra da intenção educacional do JB nesta época. E conta que ajudou a preparar os *Cadernos* em algumas ocasiões, “até escrevendo sobre a experiência do dia a dia, ‘o que que é uma reportagem geral?’”, comenta.

A publicação rodava nas gráficas do JB, mas tinha uma verba separada. Possuía espaço para publicidade e, ao ser vendido em livrarias, bancas de jornais ou por assinatura, produzia um lucro que viabilizava sua tiragem irregular nos anos em que circulou (se a coleção que existe no CPDoc JB hoje estiver completa, “Cadernos” foi publicado de maio de 1965 a meados de 1974, sendo a última edição a de número 46). Anunciaram em suas páginas a fábrica alimentícia Fleischmann Royal, o Banco Nacional de Minas Gerais, a Cia. de Cigarros Souza Cruz, as Indústrias Klabin de celulose, o Investbanco e a Financilar, companhia de crédito imobiliário<sup>65</sup>.

Fizeram parte de seu conselho editorial e equipe de produção entre 1965 e 1969: Alberto Dines, Fernando Gabeira, Wilson Figueiredo, Nélio Horta (diagramador), Roberto Quintaes, Luiz Carlos de Oliveira e Roberto Machado. Após a saída de Dines da redação, só foram produzidos mais três números do título.

---

<sup>64</sup> Sérgio Fleury em entrevista já citada à autora.

<sup>65</sup> LIMA, 2006, p. 132.

A publicação mobilizou durante aquele período intelectuais e estudantes em torno dos bastidores da notícia, das práticas e tecnologias da comunicação de massa e da crítica e análise do tipo de serviço prestado à sociedade no período em que um certo modelo de linguagem se consolidava.

Durante nossa entrevista o professor Israel Tabak comentou que a prática da pesquisa durante a apuração de reportagens era muito incentivada pelos editores do JB naquela época e que, com *Cadernos*, os jornalistas (principalmente iniciantes, como ele) se sentiam instigados a buscar um olhar crítico sobre sua profissão e melhorar seu desempenho enquanto repórter – uma tendência que, como veremos, dominaria a prática jornalística em poucos anos, que seria da convergência de funções de reportagem em um único profissional, qualificado inclusive pelo Ensino Superior. Tabak comenta:

Mas o Dines incentivava não só a Pesquisa a subsidiar as matérias, como os repórteres eram estimulados por exemplo a fazer artigos sobre seu dia a dia nos cadernos de jornalismo e comunicação. Eu lembro que eu fiz um artigo chamado “A reportagem de cidade”. Na época eu era subeditor e eu escrevi sobre o que era preciso pra ser um bom repórter de cidade. Pela primeira vez a gente começou a discutir em livros mais acadêmicos questões ligadas ao que a gente discutia no dia a dia. A maioria dos chefes de jornalismo não era formado, eu fui um dos primeiros repórteres formados em jornalismo. Peguei quase todos os repórteres especiais da época não formados, eram repórteres que seguiam uma tradição romântica. Onde às vezes tinha um pouquinho de invenção, de ficção. Mas o pessoal era tão deslumbrado pelas novas maneiras de fazer jornalismo que essas pequenas impressões da ficção eram relevadas em nome da beleza do texto, essas pequenas distorções. Eram excelentes repórteres mas dariam melhores ficcionistas. São detalhes. Mas a gente se sentia valorizado primeiro que nós éramos invejados, que ninguém tinha Departamento de notícias, editoria de Cidade. Tudo era inovação.

Com *Cadernos*, o JB colocava em prática esta outra frente editorial de educar e incentivar a profissionalização dos jornalistas. Quando passou às mãos da Pesquisa, em 1973, meses antes de encerrar de vez as atividades, a publicação tinha uma tiragem pouco superior a 3 mil exemplares e reunia artigos sobre problemas dos meios de comunicação de massa, opinião pública, propaganda e técnicas de jornalismo.

### **2.1.2 – Profissionalização da Pesquisa**

A estruturação da Documentação foi lenta: requeria estudo e mão de obra especializada. Reunir, catalogar e arquivar material de diversas fontes de informação para que, em pouco tempo, ficasse disponível às mais variadas demandas da redação, não era tarefa muito fácil.

E foi preciso um ano para que o editor da Pesquisa percebesse isso. Conforme lembrou o jornalista Luiz Carlos Lisboa, em 1964, era ele o único responsável por organizar este material. Por vezes, Murilo Felisberto o ajudava, já que a equipe era pequena. Mas, com a saída do editor e entrada de Samuel Dirceu em seu lugar, em 1965, algumas transformações ocorreram.

No início do ano, a Documentação tinha apenas cinco pastas temáticas de “Recortes”. Em 1969, o número pulou para 10 mil. Segundo Nava (1995), em 1965, Dirceu reparou a precariedade do material existente e sugeriu a troca do suporte de arquivamento por um papel mais resistente. A autora comenta que a empresa Xerox teria projetado um modelo de pasta especialmente para o Jornal do Brasil: com capa revestida em papel Kraft e pregas na base sanfonada. A borda lateral superior se destacava, de modo que pudesse inscrever ali o tema desejado. Dessa forma, a pasta ficaria de pé em uma estante, porém com a indexação ao lado. O que possibilitaria uma pessoa que estivesse andando pelo corredor do arquivo, avistar de longe os temas indicados (antes, isso era feito em etiquetas convencionais, coladas na capa da pasta: para se chegar ao assunto desejado, necessariamente se deveria passar por todos os outros que viessem antes).

O novo modelo se tornou definitivo. Apesar de atualmente não ser possível visualizar a disposição da Documentação – porque o acervo remanescente dos contínuos descartes se encontra encaixotado em um depósito na Ilha do Governador -, conseguimos ter uma ideia a partir da observação da arrumação das pastas temáticas do Arquivo Fotográfico.



Figura 6 Disposição das pastas temáticas do Acervo Fotográfico, em 2009. Imagem foi utilizada em relatório interno. Fonte: CPDoc JB.

Aos poucos, o departamento cresceu. Em 1966, Samuel Dirceu criou o Índice JB (um índice remissivo que catalogava as notícias do próprio jornal, fichando-as por temas). Assim como iniciou a produção regular de uma relação de efemérides, que poderia ser utilizada pelos próprios redatores, como gancho para as mais diversas matérias.

Em carta direcionada a Alberto Dines e assinada por Quintaes<sup>66</sup>, em 1969, o editor àquela altura defende que a Documentação é “o que tem de mais importante no departamento” e afirma precisar de uma infraestrutura melhor, para que possa funcionar bem. O sumiço de material era uma preocupação. A princípio, foi resolvida dentro das possibilidades, Quintaes sugeria o fechamento de alguns corredores para evitar a passagem de pessoas não autorizadas, assim como a contratação de um bibliotecário para fazer a guarda e manutenção do pessoal. Ele relata outras carências:

A Documentação necessita permanentemente de quatro máquinas de escrever (no momento, só dispõe de duas). Uma das razões é a adoção do preparo de fichas (sucessão de transplantes, assaltos a bancos, etc), no invés da conservação de recortes.

---

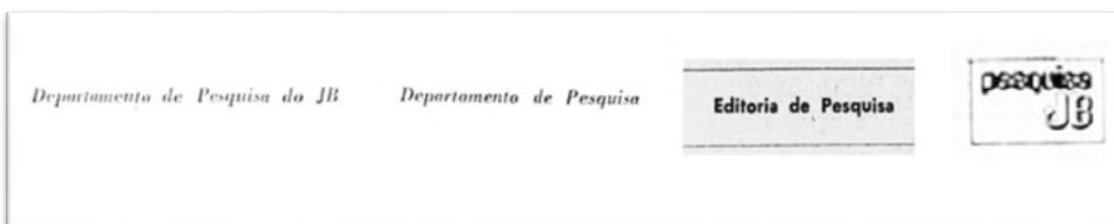
<sup>66</sup> Quintaes, Roberto. Carta a Alberto Dines, 29 de abril de 1969. Pasta 2, JB – História, acervo CPDoc JB.

Em outro relatório, desta vez destinado a Caros Lemos em dezembro de 1973, Quintaes quis mostrar que a Pesquisa estava se profissionalizando: enumera todos os funcionários, por setor, citando salários e formação acadêmica, além de tempo de empresa. Faz elogios e, polidamente, defende o número de pessoas que ali trabalham para manter tudo funcionando. No que diz respeito aos Recortes, ele indica que 11 pessoas trabalham na parte de “corte-cola”, sendo 9 formados em Biblioteconomia ou Arquivologia. “Muita gente, não é?”. Ele responde que não.

O JB marca diversos jornais, em todos os sentidos (há sempre alguém interessado na cronologia dos acidentes em cancelas, no número de leis que regem as atividades mais estranhas, etc), e todo material é recortado, colado, catalogado, guardado. Não existe a menor capacidade ociosa e a qualidade do trabalho, o produto final, é muito bom.

Neste relatório, o jornalista reclama que se atribua pouca importância ao setor de Marcação, argumentando que grandes periódicos, como o *New York Times*, “depositam, na área, grande confiança, comprovada com melhores salários”. Entre janeiro e março de 1973, a marcação teria sido, segundo ele, consultada 210 vezes pelos jornalistas da redação. O Índice, 160. Documentação, 940; Arquivo Fotográfico, 640.

Com a mudança para a Avenida Brasil, e a projeção de uma área específica para abrigar o departamento, a dor de cabeça com a perda de material e precariedade da infraestrutura diminuiu, mas persistiu.



Acima, a evolução da assinatura da Pesquisa (que apareceria no cabeçalhos dos textos escritos pela editoria) ao longo dos anos dá ideia dessa profissionalização que se materializava no curso dos dias. Departamento de Pesquisa do JB (até 1965),

Departamento de Pesquisa (até 1972), Editoria de Pesquisa (apenas em 1972) e Pesquisa JB (até 1974).

### 2.1.3. Projetando o novo espaço

Sobre uma folha branca a caneta *Pilot* preta desliza ao comando de uma mão firme, que desenha retângulos e círculos em linhas irregulares. Roberto Quintaes julgou ser mais fácil de entender como funcionava a redação do Jornal do Brasil se ilustrasse sua disposição no papel. A ideia era comparar o ambiente caótico e apertado da Avenida Rio Branco com o espaço segmentado e organizado de parte do sexto andar da Avenida Brasil. Foi a partir da demanda de funcionários que arquitetos projetaram o novo edifício sede do periódico, entre 1970 e 1973.

Quintaes conta que ajudou bastante neste processo. Segundo ele, Alberto Dines, teria dado carta branca para que fizesse exigências para a construção da “melhor Pesquisa que o jornal já viu”.

Roberto Quintaes parece ser um sujeito sem rodeios ou meias palavras. Pelo menos foi o que me pareceu, durante nossa entrevista, gravada em seu apartamento na Zona Sul do Rio de Janeiro<sup>67</sup>. Ele me recebeu em uma sala espaçosa, cuja varanda dava para um bosque. Perguntou algumas vezes sobre a minha pesquisa e se espantou com a minha aparência quando abriu a porta. Insistiu que eu era muito “novinha” e penso que, talvez por isso, tenha explicado detalhadamente fatos, datas e contextos históricos como se estivesse dando mais uma de suas aulas (durante alguns anos, foi professor de Jornalismo nas Faculdades Integradas Helio Alonso – FACHA). A entrevista durou quase três horas.

Assim que me sentei no sofá e preparei o gravador, ele comentou com inquietude, mas entusiasmo: “vamos ver o que falar, porque essa história da Pesquisa dá mais que duas semanas de conversa”. Entre um sorriso e outro, contou que hoje faz consultoria para empresas sobre comportamento no ambiente de trabalho. Dirige um grupo de Comunicação e Gestão, chamado LQC. E diz que usa na prática muita coisa que aprendeu enquanto editor da Pesquisa, o “momento mais importante da minha carreira”. Destacou que um dos principais elementos que tenta ensinar para as empresas é o que chama de “imponderável”.

---

<sup>67</sup> Roberto Quintaes em entrevista já citada.

Eu hoje sou consultor de empresas para comportamento, eu costumo dizer muito para as empresas o seguinte: ‘Existe uma coisa que a gente não domina que é o chamado imponderável. Ele é invisível, vocês não veem, eu vejo. Ele tá sentado ali naquela prateleirazinha, ele gosta de tirar sarro da gente, gera um acidente, uma frase, alguma coisa. Se a gente não tiver pronto pra interpretar o imponderável, ele vai rir da nossa cara, que nós somos apenas pretensiosos, não somos competentes’. A gente vivia o tempo inteiro nessa luta de dominar os processos do tempo que a gente vivia, fossem políticos, econômicos, artísticos e por aí a fora<sup>68</sup>.

O imponderável é um adversário na “luta de dominar os processos do tempo”, e é, em meio dessa disputa, que o jornal de cada dia é produzido. Quintaes conta que foi pensando em possíveis adversidades que elaborou o projeto da nova Pesquisa, reunindo conselhos dos funcionários do setor, para que a editoria fosse abrigada em um lugar que conjugasse as necessidades daquele tempo.

Na redação da Rio Branco, a movimentação no departamento era intensa. A proximidade com o Esporte e outras editorias fazia com que a segurança com o material fosse uma preocupação. Era comum que jornalistas cruzassem a Pesquisa para ir de um canto ao outro do prédio, ou que visitassem o setor para consultar algum material e saíssem com ele em mãos. Era normal que livros de referência parassem no outro lado da sala e que pastas de recortes desaparecessem em meio ao caos.

De acordo com um relatório interno escrito por Roberto Quintaes, em 1969<sup>69</sup>, o acervo sofria com a “evasão de recortes, revistas, livros e até pastas”. Neste documento, endereçado a Alberto Dines, Quintaes solicita ao editor-chefe mudanças na estrutura do arquivo para evitar este tipo de problema, que ocorria com frequência também na biblioteca. O jornalista argumenta que “o acervo da documentação é o que de mais importante existe no Departamento e tudo deve ser tentado para preservá-lo”.

Por isso, a princípio, o editor veria como principal mudança, conforme já mencionamos, “o fechamento da estante”, a limitação de quem podia mexer e transportar pastas e, por fim, “o fechamento do corredor ao lado da estante, usado pelos funcionários do Arquivo de Fotografias. Essa passagem única força a Documentação a permanecer aberta mesmo quando todos os seus funcionários já foram embora”.

---

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Carta de Roberto Quintaes a Alberto Dines, 29 de abril de 1969. CPDoc JB.

Ao longo dos anos, enquanto a redação ainda funcionava na Avenida Rio Branco, o espaço físico da Pesquisa foi se fechando na base do improviso. Mas, como as dependências na Avenida Brasil foram construídas praticamente sob medida, a equipe opinou bastante a respeito da maneira como o setor funcionaria na nova sede – e o que desejava enquanto espaço ideal. A solução foi o fechamento completo da Pesquisa e a separação das outras editorias: o departamento passa a ocupar uma sala própria no sexto andar do edifício, ao lado das editorias, porém separados por grossas paredes.

Mais tarde, as demandas que levaram à segmentação da Pesquisa seriam o principal motivo de reclamação dos funcionários: a luta pelo lugar ideal acabou isolando o setor. Ao se lembrar do projeto para a mudança, Quintaes conta que a Pesquisa foi “o maior grupo profissional e a maior área do Jornal do Brasil naquele momento”. Em 1973. Eram cerca de 40 funcionários, distribuídos em Texto, Documentação, Biblioteca, Índice JB, Arquivo Fotográfico. Com auxílio da caneta preta e da folha em branco, ele faz um esboço da área enquanto narra:

Quando o jornal começou a se preparar para a mudança, aconteceu o seguinte: o Dines um dia me chamou e me deu uma tarefa. “Os arquitetos vão te procurar pra você dizer como quer a Pesquisa na Avenida Brasil, não quero queixa depois que tá faltando espaço, se planeje”. E nós fomos pra Av. Brasil onde era mais ou menos assim: tinha uma área que era área o Texto - eu ficava aqui -. Tinha a área das fichas, do Índice JB; e aqui ficavam – e eram áreas enormes tanto que, no primeiro momento, sobrou espaço – a Documentação, que eram as pastas, nos armários super bem desenhados, as estantes de correr; e leitura e marcação. (...) O pessoal do Texto quando tinha que fazer matérias, pedir ajuda, vinha pra cá [corredor da Documentação]; isso aqui era um trânsito intenso. Num primeiro momento, até tinham umas mesas para que os redatores das outras editorias pudessem trabalhar na Pesquisa com folga perto do material de arquivo.

Pelo que ele conta, no início da transferência para a nova sede, o espaço era grande e bem aproveitado. Comportava com conforto toda a equipe com suas subdivisões.

Fernando Albina Rosa era arquivista-pesquisador do Arquivo Fotográfico àquela altura e se lembra bem da disposição da pesquisa nas novas dependências, local

em que permaneceu até a mudança da redação para a outra sede, em 2000. Ele conta<sup>70</sup> que a Pesquisa ocupava uma grande sala, em frente aos elevadores e, dentro dela, havia um espaço menor, “chamado o Clube do Bolinha, que era um lugar onde só trabalhava a garotada, os rapazes [do setor de Texto]. E você tinha a Biblioteca que era ao lado da própria pesquisa [no caso, Documentação e Índice]. E era coligada diretamente”.

A imagem da Pesquisa que figura na memória de Israel Tabak<sup>71</sup>, repórter da Geral nos anos 1970, inclui os mesmos elementos. O departamento era “uma portinha logo na frente do elevador, que dava para a Pesquisa, mas era cheio de paredes, divisórias, uma coisa horrível. Aquele prédio foi projetado realmente de uma forma infeliz”. Tabak era um dos muitos jornalistas de outras editorias que vivia na Documentação para consultar o material das pastas temáticas ou mesmo conversar com amigos que trabalhavam no setor. Ele ressalta que “a Pesquisa não tinha só recortes de jornais, tinha livros e toda sorte de instrumentos que você podia ter pra apurar coisas”. E, assim como outros colegas, associa a construção do prédio na Avenida Brasil à decadência financeira do jornal. Por mais que a antiga sede fosse precária, sem espaço e barulhenta, a nova, como ele relata, foi um “desperdício de dinheiro” e “um verdadeiro elefante branco”.

Sérgio Fleury também não se adaptou à nova casa. Ele considera<sup>72</sup> que o prédio ficou isolado do resto da cidade, já que a redação foi deslocada do centro para a Zona Portuária, numa altura de difícil acesso a pedestres, por exemplo. Além disso, parece considerar que este isolamento se refletiu na organização interna da redação. O excesso de espaço e organização acabou separando e segmentando os jornalistas. Em sua interpretação, o JB deixou de ser “uma empresa familiar” e passou a ser “ditada pelo marketing”, “voltada para o lucro”. Com certo pesar, ele relembra a mudança:

Em 1973 fomos pra a Av. Brasil. Era um prédio de oito andares, três ou quatro vezes maior. A redação era no sexto andar. Foi a época coincidente com o aumento de repórteres. Mas a gente ficava muito longe, o acesso era um horror. A gente considerava aquilo um elefante branco, uma megalomania. A gente só conseguia sair de carro, tinha Kombi pra levar repórter pro centro da cidade. Então aí começou o declínio do JB. O bom é que os malucos deixaram de aparecer. Mas em termos de

---

<sup>70</sup> Fernando Albina Rosa em entrevista já citada à autora.

<sup>71</sup> Israel Tabak em entrevista já citada à autora.

<sup>72</sup> Sérgio Fleury em entrevista já citada à autora.

conforto era muito melhor. Enquanto na Rio Branco a gente convivía com cheiro de chumbo, na Av. Brasil não tinha esse problema. Mas tinha coisas que a gente via que era desperdício. Eu lembro que nos elevadores tinha uma plaquinha dos andares, que de noite eram trocadas. Detalhes que eram totalmente desperdício de dinheiro. Essa foi a diferença. A Pesquisa aumentou em termos de conforto e espaço. Mas tinha o desperdício, por exemplo, tinha um andar que nunca foi usado [que era pra TVJB]. Nunca foi usado.

Sonia Benevides, “marcadora”, do setor de Documentação no ano da transferência, também afirma ter sido prejudicial tanto a mudança para a Avenida Brasil, quanto o isolamento da Pesquisa no sexto andar deste novo endereço. Ela conta que, naquela época, “não tinha nada ali em volta do JB”, era “um isolamento total”<sup>73</sup>. Em sua opinião, “o jornal caiu por causa disso”. Ela relata:

Porque, imagina, embora a gente tivesse condições ali dentro, tudo bonito, o jornal perdia vida. Porque ele era ali na Rio Branco e você sabia do que estava acontecendo na cidade, sentia o clima todo. Aí ele foi ali pra aquele negócio e ficava isolado do resto da cidade, como se não fizesse parte do Rio de Janeiro. Aí começou todo mundo a ir embora, ir pra São Paulo, pra outros lugares, e o jornal foi caindo em qualidade, embora ainda tivesse aquela coisa do JB. Aí foi caindo, e quando chegou em 79 que teve a crise.

Com a saída de Alberto Dines da chefia do jornal, o JB começa a dar sinais da crise interna, que culminaria com a falência. Há falta de retorno dos investimentos financeiros na nova sede e, também, prejuízo com a não concessão do canal de televisão, que se chamaria TV JB. Na Avenida Brasil, um andar inteiro foi equipado e preparado para receber a emissora, que não logrou. A ideia da direção, diante da crise do papel jornal e do crescimento do mercado televisivo, era formar um complexo jornalístico com base no audiovisual para divulgar seus produtos e atingir uma fatia maior do mercado consumidor (LIMA, 2006). Esta instabilidade se refletiu na redação, que, a partir da gestão de Walter Fontoura, começou a demitir funcionários. A Pesquisa também foi afetada por isso. O setor de produção de texto, por exemplo, deixou de existir.

---

<sup>73</sup> Sonia Benevides em entrevista já citada à autora.

Por mais que seja importante refletir a crise da Pesquisa como resultado de um problema administrativo e financeiro do JB, também é necessário pensar que, a partir da década de 1970, a emergência de tecnologias de informação gera mudanças fundamentais nas rotinas profissionais e nas práticas de apuração jornalística. Fenômeno que de qualquer maneira se faz repensar as funções do arquivo dentro do jornal.

Conforme veremos adiante, o caos interno acelerou as mudanças na Pesquisa: havia falta de recursos e uma sobreposição de tecnologias que misturavam práticas de um tempo obsoleto; e novidades de um futuro cada vez mais presente. Diminuiria, portanto, a separação entre pesquisa e jornalismo, ilustrada, por exemplo, com a segmentação espacial que ocorreu no prédio da Avenida Brasil: após a experiência cotidiana da década de 1960, houve a elaboração de um projeto arquitetônico ideal, que atendesse às necessidades da equipe. O projeto separou com paredes espessas os dois setores. Como os fios negros que marcavam a fronteira entre a notícia “quente” e a fria – esta sob selo do DPD. Fronteira entre passado e presente nas páginas do jornal. Ao longo da década de 1960, os fios foram retirados, mas não as paredes. O arquivo ganhou uma nova função dentro do jornal. Produto de seu tempo.

O jornalismo do futuro, impulsionado também pela proliferação dos cursos de graduação em Comunicação Social, uniria as funções de pauta, apuração, pesquisa, e redação em uma só pessoa. Convergência que existe hoje. Extirpou-se, por exemplo, duas figuras muito comuns até então: pauteiro e copidesque. Os próprios redatores da Pesquisa, que tinham um perfil mais intelectual e produziam textos reflexivos, foram deslocados para outras áreas e acabaram desenvolvendo o mesmo tipo de trabalho, que, aos poucos, foi acompanhado pelos colegas. Como pensar o arquivo nesta conjuntura? A crise do JB acelerou a transformação da Pesquisa que, mais dia menos dia, sofreria mudanças em sua estrutura, no compasso do tempo do mundo, que ditava as novas formas de se pensar e fazer a notícia.

O fim do setor de Texto não alterou o volume de trabalho mantido nos outros setores. Inclusive se implementou uma nova área no DPD, a Biblioteca. Como veremos adiante, antes das novas dependências, a Biblioteca não se constituía em um setor, não era dotada de catalogação profissional e tampouco era coordenada por funcionário com formação em biblioteconomia. Na nova sede, o setor passou a reunir periódicos científicos que antes eram armazenados em algumas pastas temáticas e também passou a redigir fichas catalográficas sobre as obras das estantes, que resumia

em poucas palavras o conteúdo de cada volume, facilitando a busca. Além disso, a coleção de papel imprensa, ou seja, todas as edições do JB desde o ano de sua fundação (1891), passaram a ficar sob responsabilidade da Biblioteca.

Ao longo dos anos 1970, esta coleção foi microfilmada, para evitar o manuseio excessivo dos originais. Na década de 1980, a então coordenadora da Biblioteca, Floripes Marinho, passaria a chamar a Coleção Centenária de “Nome da Rosa”, em uma brincadeira com o livro homônimo de Umberto Eco, para indicar que tratava o acervo como uma preciosidade e o mantinha trancado, fora do uso diário. “Para evitar o desgaste do material”<sup>74</sup>.

Conversei com Flor (como gosta de ser chamada) numa tarde abafada de abril, na confeitaria Cavè, no centro do Rio de Janeiro. O tilintar dos talheres nas diversas mesinhas do salão apertado era ensurdecedor. O local estava lotado, foi difícil conseguir uma mesa. E, ao longo da conversa, mais difícil ainda ouvir o que Flor tinha a dizer. Por diversas vezes tivemos que interromper a entrevista e aguardar que um rebuliço qualquer, geralmente causado por um cliente nervoso diante de um garçom distraído, cessasse.

Flor começou a trabalhar na Biblioteca em 1984, justamente quando foi formada a nova Pesquisa, após o período em que permaneceu fechada. Ela seguiu como funcionária do JB até 2006. Neste momento, a empresa estava sob administração da família Tanure. Diferente dos outros funcionários entrevistados por mim, Flor não chegou a trabalhar na sede da Avenida Rio Branco (110/112). E considera ideal o clima de trabalho na Avenida Brasil, antes do fechamento do Índice JB e a Documentação. Ela foi uma das poucas funcionárias que não foi demitida nos anos 1990 e ajudou na mudança do Departamento de Pesquisa para a rua São José, 90, no ano 2000. Depois, também contribuiu para pensar a disposição do material no prédio do Rio Comprido, em 2006. Portanto, pelo que ela conta e a maneira como fala sobre sua passagem pelo JB, o momento considerado por ela “áureo” foi o que passou na Avenida Brasil, já nos anos 1980.

E é interessante perceber, mesmo que de forma pontual, a transformação do espaço de trabalho da Pesquisa. Daquela mantida por Quintaes na recém-inaugurada área da Avenida Brasil, à deixada às costas, com a mudança novamente para o centro do Rio de Janeiro.

---

<sup>74</sup> Floripes Marinho em entrevista já citada à autora.

No início de nossa conversa, Flor falou sobre o JB em tom um pouco ríspido, mas que logo se mostrou ser algum tipo de carapaça capaz de camuflar pifidamente um ressentimento muito doloroso. Pergunto sobre o cotidiano de trabalho na Avenida Brasil, o que fazia lá, e como era sua relação com a redação. Ela responde de pronto que começou a trabalhar “ainda nos bons tempos da Avenida Brasil 500, que é o local de que eu tenho saudades”. E imediatamente sugere o contraponto, ou seja, o local de onde “não tem nenhuma saudade”, fazendo ressalvas com relação a outro detalhe importante, a nomenclatura do arquivo:

Depois da Avenida Brasil 500, não. Não tenho nenhuma saudade porque foi só decadência. E, assim, o Centro de Documentação [CPDoc] não era Centro de Documentação. Ele passou a ser Centro de Documentação depois que ele saiu da Avenida Brasil. Antes, ele era Departamento de Pesquisa. Ele era voltado para o atendimento da redação que era na nossa vizinhança. A nossa sala era colada à redação do Jornal do Brasil. Então nós tínhamos contato diretamente com os jornalistas, se precisassem de algo. Depois, quando saímos da Av Brasil 500, aí sim, o nosso contato passou a ser virtual. E os jornalistas, nós não víamos onde eles estavam. E foi horrível, porque a graça do nosso trabalho estava em participar do dia a dia da redação. Assim é que tinha graça, depois nós passamos a ser um Google, entendeu? Passamos a mandar coisas, aí foi perdendo a graça, mas enfim.

Em 1984, o setor de Texto enquanto parte da Pesquisa não existia mais. E o departamento já assumira esta função primordial de servir como acesso ao passado para os jornalistas que trabalhavam na sala ao lado, sem funcionar como produtor de conteúdo. É interessante notar que, para Flor, que começou a trabalhar na Pesquisa quando ela não era mais formada por jornalistas, pensando o jornal enquanto editoria, o serviço principal do Departamento era de ajudar os jornalistas na apuração diária da notícia. E, seguindo esta lógica de relação com o espaço de trabalho e com a função desempenhada diariamente, o prédio da Avenida Brasil nos anos 1980 se mostra como aquele de que ela tem saudade. E não como “desperdício de dinheiro” ou “elefante branco”, conforme caracterizado por Fleury e Tabak. Ou mesmo como símbolo de modernidade, segundo aquele que ajudou a pensar a maneira como ela se estruturaria, como aparece no discurso (e na memória) de Quintaes.

Mas, voltando à redação que figura nas lembranças de Flor Marinho, parece que a Pesquisa, enquanto Documentação, Índice e Biblioteca, dos anos 1980, mantinha as atribuições consolidadas ao longo dos anos, com exceção à ideia inicial de que o setor seria “uma redação dentro da redação” – que tocava os produtos de longo prazo. Ela lembra com satisfação:

A Pesquisa fornecia não só o material para a redação, como para as agências, para a Rádio JB... Então era uma coisa muito dinâmica. Eu costumava brincar que era uma gincana por dia. Porque, você imagina, o que é você atender uma redação inteira, o telefone toca, morre alguém importante, você tem que levantar toda a vida da pessoa. Ou então alguém de ciência resolve perguntar alguma curiosidade sobre uma coisa que tem que publicar. E você que tem que achar... Então era uma coisa dinâmica nesse ponto. Porque você testava a sua cultura diariamente ali no jornal e dar respostas erradas era imperdoável.

Flor observa que ajudou a organizar o setor em suas duas mudanças de sede subsequentes e se lembra bem do último dia em que pisou no sexto andar do edifício da Zona Portuária. Para ela, foi “deprimente”: os coordenadores da Pesquisa foram os últimos a deixar o prédio, já que o acervo não era algo fácil de ser transportado. Entre soluços e lágrimas, ela conta que “via a vida extinta” ao passar pelos corredores vazios do edifício. Objetos abandonados, móveis espalhados e quebrados, “parecia que tinha passado um furacão por ali”. E acrescenta, com a voz embargada:

Você vê assim, como um filme. Você vê aquela redação lotada, cheia de vida e, de repente, parece que passou alguma coisa ali que levou aquilo tudo embora, entendeu? A sensação é que eu não fazia mais parte do JB. E realmente. A partir dali, o setor de Pesquisa morreu para a redação. Eu acho que todo aquele dinamismo que a gente tinha acabou ali. E a gente passou a ser alguma coisa que de vez em quando se pesquisava, mas não tinha aquele ritmo. Perdeu o sentido. Porque o sentido da pesquisa era acompanhar a redação. Depois, não. Então morreu a redação.

Antes de “morrer para a redação”, o arquivo era bem vivo. E seu ritmo era ditado pelo compasso do cronômetro da notícia.

## 2.2. O arquivo é vivo

Pequena, de aparência frágil, Sonia Benevides foi contratada para trabalhar na Documentação em 1969. Integrava uma nova leva de funcionários que chegou junto com o novo coordenador do departamento, Roberto Quintaes. Durante os anos que permaneceu no JB, Benevides ajudou a pensar o sistema de arquivamento e catalogação da Documentação. Conversamos num café próximo ao lugar em que trabalhava no momento, a biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ela iniciou a entrevista por conta própria, sem esperar perguntas<sup>75</sup>. Estava muito quente e eu me atrasei. Por trás dos óculos de armação de acrílico, os olhos cansados sorriam ao se lembrar dos tempos do jornal. Corri para ajeitar o gravador, mas perdi alguns segundos. Lembro que me contava que ficou feliz com o convite. Falar sobre o jornal a alegrava muito. Da mesma forma que pareceu não gostar tanto de narrar os últimos anos na redação. Na entrevista, ao falar sobre seus últimos meses no jornal, houve algumas confusões e, em seguida, passou a narrar também o modo como foi demitida da Documentação do Jornal O Dia, na década de 1990. Àquela altura, a redação do outro periódico carioca passou por um processo de informatização e a direção julgou desnecessário o trabalho dos funcionários do arquivo. Mais ou menos como ocorreu no Jornal do Brasil no mesmo período. Benevides foi demitida. E ressentiu um pouco: “não está certo isso, está?”.

Sentada em um banco de plástico, ela se mostrou à vontade durante a conversa, embora franzisse o cenho quando, em alguns momentos, esquecia nomes de ex-colegas, datas e fatos. “Uma coisa chata de ser velha é isso”, confessou ao não conseguir lembrar o sobrenome da amiga Heliete Vaitsman, repórter do Caderno B, Internacional e Ciência naquela época (informações que veio a me passar mais tarde, por e-mail). “Eu era aquela pessoa que se lembrava de tudo, que servia de memória para os outros e, de repente, me dá um branco”, acrescenta antes de mudar de assunto quando digo que “isso é normal e que, daqui a pouco, o nome vem”.

Benevides pediu demissão da revista Manchete para trabalhar no JB. Ficou na redação até 1979, quando assinou uma carta de demissão coletiva da Documentação,

---

<sup>75</sup> Entrevista com Sonia Benevides foi realizada pela autora em 7 de fevereiro de 2014.

em protesto contra cortes de pessoal que a diretoria exigiu que as chefias realizassem: em novembro daquele ano, 41 pessoas deixaram de vez a redação, “pela porta da frente”<sup>76</sup>. Depois, voltou ao JB no fim dos anos 1980 para trabalhar em projetos sobre a memória do periódico. Formada em jornalismo e em biblioteconomia, seu trabalho no setor de Recortes consistia em selecionar, separar, colar e catalogar matérias dos jornais e revistas “mais importantes do Brasil e do mundo”. Ela lembra:

A gente selecionava as notícias, que dava pra recortar, dava uma classificação. Dava pra outra pessoa numerar e jogava nas pastas. Aí quando vinha alguém pra fazer alguma reportagem, perguntava o que queria. Ou a gente entregava as pastas e a pessoa ficava desesperada, com tudo misturado, fora de ordem. Naquela loucura que era o jornal, tínhamos 300 e tantas publicações, entre as que iam só pra Biblioteca e as que a gente fazia recorte. Às vezes a gente tinha a mesma notícia publicada em várias línguas.<sup>77</sup>

Perguntei quais eram os critérios para se selecionar as notícias mais importantes e como era criado esse filtro. Ela me respondeu que “tinha uma formação para isso”. E que era um trabalho difícil. No fim, arquivavam aquilo que consideravam de mais importante entre a chuva de informação publicada periodicamente.

Alice Ferry de Moraes, que integrou a equipe do Índice JB e, em 1973, assumiu a coordenação da Biblioteca, observa que o fato da Documentação armazenar diferentes tipos de publicações e separá-las dentro de temas fazia com que os redatores do jornal tivessem a melhor informação possível. E, para ela, somente assim, seriam capazes de chegar ao “tom certo” das matérias que precisavam de algum tipo de análise crítica. Por exemplo:

Eu tive visitando a pesquisa do Estadão, da Folha, da Veja, trabalhei na pesquisa da Globo, ninguém tinha o nível de pesquisa que a gente tinha lá. O melhor nível de pesquisa. A gente comprava uma revista de esquerda, uma de centro e uma de direita, então os nossos redatores liam as três, a gente tirava uma média, e chegava a conclusão do que estava realmente acontecendo. A gente só com a Documentação conseguia matar a charada do que tava acontecendo e no que ia dar, a gente já mandava pro correspondente material e era mais fácil ele já montar

---

<sup>76</sup> Conforme lembrou Alice Ferry de Moraes, em entrevista à autora, em 1 de abril de 2014.

<sup>77</sup> Sônia Benevides em entrevista já citada.

uma estratégia de pesquisa baseado nisso. O JB tinha excelentes jornalistas correspondentes, era indiscutivelmente o melhor jornal, a paginação era simpática, quando aconteceu a reforma, era muito gostoso de ler<sup>78</sup>.

Roberto Quintaes lembra que a Documentação era o coração do Departamento e adverte que não era “tudo o que se achava interessante que ia para as pastas”. Faz questão de ressaltar que o material cortado, marcado e catalogado naquele setor tinha uma relação direta com o futuro: o que seria interessante para se usar depois de um tempo e, sobretudo, que tipo de finalidade poderia ter? Ele observa<sup>79</sup>:

Era preciso ter um olhar diferente. Tipo, “essa matéria aqui da Revista Realidade sobre seringueiro, ela pode ajudar a que tipo de trabalho adiante?” Então nós tínhamos cinco leitores de material, aí o Dines e o Lemos foram padrinhos brilhantes dessa Pesquisa, porque tudo que foi necessário eles deram. Nós assinávamos jornais argentinos, chilenos, europeus, vários, espanhóis, franceses. Várias revistas e jornais americanos e ingleses. Nós não chegamos, num certo momento, a dar conta de tudo que a gente recebia pra criar, de tantas que eram as coisas. Então durante o dia esse grupo lia e marcava, batizava os recortes: “Chile, política interna, congresso”, “Chile, política interna, partidos”. E isso ia para as pastas.

Quando eu revirava a papelada empoeirada da pasta JB- História, do acervo de recortes, localizei um documento sem data de autoria de Sônia Benevides. Depois, no dia em que conversamos no banquinho do campus da UFRJ, levei comigo o texto assinado por ela e tirei algumas dúvidas, tentando saber em que ano teria sido escrito – ela me disse que isso se deu provavelmente em 1974, quando se preparava para substituir o editor da Pesquisa em uma palestra sobre o arquivo, em São Paulo. Nesta época, Roberto Quintaes já havia sido demitido do Jornal do Brasil. Quem assumiu seu lugar foi um jornalista paulista, chamado Gentil Noronha.

O documento chamado *Arquivo como instrumento de pesquisa* despertou minha atenção por algumas razões. Primeiro, refletia sobre o armazenamento e descarte realizado no setor de Documentação, além de colocar em discussão o sistema de classificação das pastas. Para ela, a Pesquisa do JB era “um manancial riquíssimo de

---

<sup>78</sup> Alice Ferry de Moraes em entrevista já citada à autora.

<sup>79</sup> Roberto Quintaes em entrevista já citada à autora.

toda sorte de documentação, seja de caráter histórico, sociológico, econômico, estatístico ou relativo e alguma nova descoberta, em qualquer ramo da ciência e da tecnologia”<sup>80</sup>.

No texto, a autora observou que um dos maiores problemas que ela e seus colegas enfrentavam era “classificar este material, rápida e eficientemente, para posterior recuperação”. E que, diariamente, era feita uma reflexão sobre como melhorar o mecanismo de busca. A consequência dessa tentativa de otimizar o tempo de procura pela informação aparece sob condição de importar um novo esquema de catalogação. A ideia era unificar a linguagem utilizada em todos os setores.

Benevides explica que, até janeiro de 1974, a Pesquisa utilizava apenas um sistema de classificação, “tipo cabeçalhos de assuntos, elaborado a partir das próprias notícias selecionadas. Mas esse, como todo sistema baseado em linguagem verbal, apresenta discrepâncias semânticas”. E o problema aumentava porque Índice e Documentação seguiam sua própria estrutura de indexação baseada em linguagem verbal, como a autora lembrou. Dessa forma, cruzar informações dos dois acervos era um pouco mais complicado: precisava basicamente de um profissional experiente que soubesse quais eram os termos correntes em ambos os casos. Exemplifica:

Assim, alguém que procure os recortes sobre poluição das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas ou no lago de Brasília, tanto poderá encontrá-los na pasta de Poluição das Águas – Brasil; Quanto nas de Lagoa Rodrigo de Freitas e de Brasília. A documentação tinha elaborado um Thesaurum para classificação do material arquivado, enquanto que o índice JB também criara outro Thesaurum para suas fichas. A razão principal desta divergência é a seguinte: enquanto que Índice trabalhava com o JB, a Documentação enfrentava um material muito mais amplo, inclusive textos em outras línguas, tendo que traduzir termos para classificar assuntos novos.

Por conta disso, teria surgido a necessidade de se implantar um novo esquema de catalogação: a Classificação Decimal Universal (CDU). Na década de 1970, algumas bibliotecas do Brasil começaram a adotar a esse sistema, utilizado para a indexação e recuperação por assunto. O sistema é adaptável a demandas específicas de bibliotecas e relaciona temas com uma numeração correspondente a eles, disponível em

---

<sup>80</sup> O relatório sem data escrito por Benevides está disponível no Anexo XX.

uma base de dados. Estas tabelas são atualizadas periodicamente por um órgão internacional. As bibliotecas portuguesas, por exemplo, são regidas pela CDU e unificadas pela Biblioteca Nacional de Portugal<sup>81</sup>. Benevides acrescenta:

Sentimos então a necessidade de unificar nossas linguagens documentárias e começamos a adotar a Classificação Decimal Universal (CDU), que é, como todos sabem, um sistema numérico de classificação de documentos, muito flexível e adotado nos mais variados centros de documentação em todo mundo. Estamos elaborando este Thesaurum convertendo-o para a CDU. Pensamos ter dado uma noção geral de como está organizado nosso arquivo.

Mas unificar a linguagem, por mais que parecesse interessante à época, era também um problema. A busca por assunto com o sistema de indexação antigo era motivado pelo modo de falar dos jornalistas que utilizavam o arquivo como fonte de consulta: a catalogação do material que serviria para consulta futura se baseava na necessidade do presente. Ao se subordinar ao saber técnico, a forma de catalogação de informações, há um distanciamento completo dos usos correntes do arquivo. Sistemas de catalogação são também sistemas de controle e poder.

Alice Ferry de Moraes, nesta época coordenadora da Biblioteca, tinha uma opinião contrária à da amiga<sup>82</sup>. Também em 1974, Ferry redigiu um documento em que listava vantagens e desvantagens da CDU para a Pesquisa. Primeiro, ela tenta enxergar de que maneira a CDU poderia poupar tempo dos repórteres, ao cruzar informações objetivas num sistema ágil de indexação, levando em consideração que a linguagem corrente e os jargões também estavam sujeitos à transformação ao longo dos anos. E observa:

Para os repórteres, o problema maior é o tempo. Eles precisam do máximo de informação num mínimo de tempo e o novo sistema vai facilitar a seleção do material novo. Quanto ao material antigo, por demorar mais para ser preparado dentro do novo esquema, cremos que trará problemas no manuseio. Quanto aos técnicos e estudantes também serão beneficiados com o novo sistema, mas pelas observações feitas, eles preferirão um material mais

---

<sup>81</sup> Sistemáticamente, a Biblioteca Nacional publica uma *Tabela de autoridade da Classificação Decimal Universal*. Um catálogo com as nomenclaturas e referências numéricas utilizado pelo sistema de bibliotecas. Disponível em: [www.bnportugal.pt](http://www.bnportugal.pt).

<sup>82</sup> *A abordagem temática da informação* é um texto assinado por Ferry de Moraes em 22 de janeiro de 1974, endereçado ao novo responsável pela Pesquisa, após a demissão de Quintaes. O documento está armazenado no acervo pessoal da jornalista.

extenso, manuseável por eles mesmos de maneira mais calma. De qualquer forma, o novo sistema facilitará a recuperação da informação sem necessidade de vasculhar o acervo todo.

Mas, neste processo, havia desvantagens. Ferry pondera que o sistema põe fim à “autonomia do classificador” e indica que “o assunto não poderá ser trabalhado de maneira a atender solicitações específicas, a ângulos de interesse da linha jornalística da casa. Haverá cerceamento por parte da classificação”. Em entrevista a mim posteriormente<sup>83</sup>, ela manteve a contrariedade à CDU para o arquivo do jornal. Segundo ela, o que facilitava à consulta era exatamente o que a CDU eliminava: a classificação por linguagem local. A possibilidade de adaptar grandes temas clássicos ao “jargão jornalístico”, à língua falada da redação. Ela lembra:

Depois [do Quintaes] entrou o Gentil Noronha que era um amor de pessoa, mas queria colocar tudo em CDU, que é número. Cada número imenso, mas eu tenho aqui um parecer que eu fiz pra ele que eu disse: “Olha não vai dar certo!”. Põe nome direto, assunto. E tem também... Por exemplo, em Biblioteconomia não se fala “relações exteriores” se fala “política internacional”, mas lá o jargão era “relações exteriores” então tem que ser assim, o jornalista que vai procurar vai falar assim e a gente tem que usar a linguagem deles<sup>84</sup>.

Em meio à discussão, a CDU foi implantada. Mas o JB não estava preparado para acompanhar a velocidade da informação digital. Tanto é que, até hoje, seu acervo não passou por um processo de informatização. Com a saída de Gentil Noronha da coordenação do Departamento, um ano depois, a CDU deixou de ser o esquema catalográfico do acervo.

Em um relatório anônimo, redigido em máquina de escrever no ano de 1981, também armazenado na pasta JB – História do arquivo de Recortes, há menção ao período em que os funcionários da Documentação, Biblioteca e Índice JB tiveram que se adaptar à nova norma de catalogação, indexando todo o material colhido em 1974 em CDU. Este documento faz um breve retrospecto de todos os setores do departamento, no sentido de estabelecer, em linhas gerais, uma cronologia. Ao que parece, foi um resumo realizado por algum funcionário novo que entrara para administrar o Departamento após

---

<sup>83</sup> Alice Ferry de Moraes em entrevista já citada à autora.

<sup>84</sup> Idem.

o período em que permaneceu fechado. Segundo o documento, quando a direção mudou, em 1975, a catalogação parou de ser em formato CDU. O trabalho de um ano permaneceu arquivado à parte<sup>85</sup>.

A Divisão de Documentação tem como objetivo a organização, manutenção e atualização de um serviço de recortes de jornais e revistas, com informações e dados que sirvam de subsídios à edição do jornal do dia a dia. Atualmente, com uma equipe de 14 elementos, a Documentação mantém dois arquivos de pastas de assunto e nominais: um Arquivo Antigo (de 1964 a 1974) e um Arquivo Novo (de 75 em diante). No Arquivo Antigo, o ano de 1974 precisa ser recuperado em sua classificação, já que está classificado pelo sistema CDU e arquivado separado.

Com a reabertura do DPD, em 1981, o arquivo passou por uma atualização retrospectiva. Dessa forma, os funcionários passaram a lidar com dois sistemas de busca, o velho (1965-1974) e o novo (1975-em diante). A confusão é explicada também neste relatório de atividades, que inclui um retrospecto de cada área do setor.

O arquivo antigo foi organizado com base numa classificação por ordem direta de palavras-chave (ou descritores), pelo método alfabético-dicionário e identificação de pastas por números, arrumadas em estantes de aço em ordem crescente. No arquivo de fichas (catálogo de títulos) temos uma ordem alfabética, nas estantes, temos uma ordem numérica crescente. O arquivo novo foi organizado segundo uma conceituação dos assuntos, isto é, os assuntos passaram a ser classificados a partir de conceitos e a partir do geral para o particular. Ainda, no arquivo novo, os subassuntos são agrupados e concentrados sob a classificação do assunto principal. Um Thesaurus organizado em fichas, ordenadas alfabeticamente, possibilita a localização das pastas nos arquivos de aço. Estas pastas são suspensas e tem um guia destacado com a mesma identificação das fichas do Thesaurus. Além da identificação alfabética, as pastas são também identificadas por cores, para diferenciar os locais.

Ou seja, com o passar do tempo, o arquivo se adaptou a novas demandas e a novas diretrizes. O ritmo de trabalho e a forma como os funcionários da Documentação

---

<sup>85</sup> Relatório redigido em outubro de 1981, sem data. JB – História / CPDoc JB.

se relacionavam com as tarefas diárias era ditado, conforme observamos, pelas necessidades da redação. O tempo do arquivo é o tempo da apuração da notícia.

### 2.2.1. O tempo do arquivo

Fernando Albina Rosa foi funcionário do Arquivo Fotográfico, entre 1970 e 2006. Um sujeito sério, monossilábico, respondia exatamente o que era perguntado, sem margem para rodeios, lembranças e conversa afiada. Foi indicado a mim por um funcionário que trabalhara por vinte anos no setor, sendo demitido pouco depois de colaborar com a pesquisa, em 2011. Rosa lembrava que a Pesquisa “era a primeira a abrir e a última a fechar”. O tempo de trabalho dependia do que estava acontecendo. No início da manhã, fornecia-se material para as primeiras editorias a fechar, como o Caderno B<sup>86</sup>. E precisavam acompanhar as mudanças até tarde da noite, até o fechamento do último clichê. No jornal, tudo é sujeito à mudança, até o último instante.

Alice Ferry de Moraes, coordenadora do setor de Índice, em 1973, e da Biblioteca entre 1974 e 1979, fez questão de exaltar o clima cordial e a sintonia que existia entre a Pesquisa e as outras editorias, no dia a dia do trabalho corrido<sup>87</sup>:

Nós éramos grandes cúmplices. Existia uma ligação muito forte, nós todos trabalhávamos pelo JB. Nós tínhamos nosso horário de trabalho, mas, por exemplo: morreu o Papa. Ninguém precisava falar, ninguém levantava pra ir embora, ficava pra ajudar. Ninguém nunca precisou dizer “eu vou precisar da ajuda de vocês”. A gente ficava lá automaticamente, pra fornecer informação. Você tinha que valorizar isso [as matérias]. Nós tínhamos muito *who is who?* A gente tava ali do lado deles, eles sabiam que podiam contar com a gente. Não só o Índice. Eu pelo menos tinha essa imagem...

Mesmo com a equipe reduzida o trabalho, lembra Roberto Quintaes, era intenso. Durante sua gestão, o jornalista parece ter tentado manter o ritmo de produção do Texto dos anos anteriores. Até conseguiu, se for levado em conta o volume de artigos produzidos pela Pesquisa retrospectivamente, conforme ilustra a tabela abaixo.

---

<sup>86</sup> Fernando Albina Rosa em entrevista já citada à autora.

<sup>87</sup> Alice Ferry de Moraes em entrevista à autora em 01 de abril de 2014.

Produção de texto do DPD						
	jan	fev	mar	abr	maio	jun
1964	0	0	1	10	14	16
1965	37	39	50	28	36	42
1966	48	31	41	36	32	31
1967	32	14	36	32	29	41
1968	36	28	33	39	40	26
1969	31	31	44	33	28	30
1970	30	18	33	32	20	24
1971	11	7	14	14	25	16
1972	12	14	14	10	14	8

Tabela 2 Tabela indica a quantidade de textos produzidos pela pesquisa nos seis primeiros meses dos anos em que funcionou<sup>88</sup>

Notavelmente, em 1972, a produção de texto enfraquece, tendência que se segue por 1973 – embora neste ano, os redatores se empenhassem em levar adiante outros produtos, com a criação da Edições JB, conforme será mostrado mais adiante.

A ênfase ao setor de Documentação e ao melhor funcionamento do arquivamento de informações para servir de base às reportagens produzidas pelas outras áreas foi definitivamente uma característica de sua gestão. Optou-se por manter mais funcionários na Documentação e menos no Texto, quando alguma vaga precisava ser sacrificada.

Em carta a Carlos Lemos, Quintaes comenta que a força de trabalho do setor de Texto diminuía anualmente por falta de incentivo financeiro, mas que isso não impedia que a equipe se empenhasse ao máximo para continuar produzindo material de qualidade e no ritmo antigo. Ele relata<sup>89</sup>:

16 redatores no início de abril de 1969, 8 quatro anos depois. Em alguns momentos, optou-se pelo sacrifício de uma vaga de redator para que a infraestrutura da Pesquisa (banco de dados) sobrevivesse. Em outros, não havia alternativa. (...) Perdemos Lutero e Marcos para o copydesk, sem substituição; há pouco, Renato [Machado] foi removido. O número de tarefas recebidas da Editoria

<sup>88</sup> Esta tabela foi feita após um levantamento no sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira. Não é isenta de erros. Apesar de todos os textos terem sido checados um a um com minúcia, é possível que ao longo destes nove anos, o número de publicações seja um pouco maior do que o apresentado em alguns meses. Suprimimos o ano de 1973: durante a realização do mapeamento, o site apresentou problemas.

<sup>89</sup> Carta de Roberto Quintaes a Carlos Lemos, escrita em 5 de dezembro de 1973, arquivada na pasta JB-História, que pertencia ao acervo de Recortes.

de Notícias que não podem ser cumpridas vinha crescendo até que Luís Orlando [Carneiro], compreendendo o quadro, reduziu os pedidos. Não são poucos os dias em que esse quadro altera os programas do JB. Hoje, interrompeu-se a redação de um texto para o B (os essênios e os mistérios do decálogo) para preparar-se Picasso. Não havia redatores.

Como se vê em suas observações, a força-tarefa para produzir matérias com material de arquivo quando um acontecimento era considerado importante era uma das características da produção da Pesquisa, durante os anos em que funcionou dessa forma. E a morte de Picasso foi um desses casos. O pintor espanhol morreu num domingo e, mesmo tendo vivido 91 anos, ninguém aprontara um obituário, como é costume se fazer nas redações até hoje.

Sonia Benevides era a única funcionária da Documentação de plantão naquele oito de abril de 1973. Hoje, ela ri, mas conta que passou um sufoco<sup>90</sup>: “Ninguém lembrou que Picasso poderia morrer”. Quando a redação soube que o artista padecera de edema pulmonar na França, os jornalistas envolvidos na cobertura correram para o arquivo a fim de obter mais informações sobre sua vida e obra. Sozinha, Benevides precisou atender a todos. Ela conta:

Achavam que ele era imortal... Então queriam fazer uma página inteira, aí me deixaram louca. Era um me pedindo tudo sobre a vida do Picasso. As mulheres, os herdeiros, a obra. E eu peguei aquela pasta e separei em bolinhos pra entregar para os redatores. Nesse dia era só eu. Era o meu plantão. Fiquei o dia todo arrumando a história do Picasso, essa danada. Porque quando era político tinha perfis e mais perfis. Em geral eram os redatores [que faziam os perfis], depois passou a ser a gente a organizar. [Os redatores da pesquisa preparavam esse material pra quando alguém morresse, aí já ficava tudo pronto].

A morte de Picasso foi noticiada com destaque na primeira página. Notícias saíram também nas páginas 8 (do primeiro caderno) e capa do Caderno B, como mostra a imagem abaixo. Conforme relatou Quintaes no documento, precisaram desviar sua atenção das tarefas previamente delimitadas para criar um material especial sobre o pintor. Foi uma ação conjunta entre redação e Pesquisa, realizada às pressas, contra o

---

<sup>90</sup> Sonia Benevides em entrevista já citada à autora deste trabalho.

relógio. Para que o melhor material fosse produzido antes do fechamento do último clichê.



Figura 7 Jornal do Brasil. 9 de abril de 1973, p1, Caderno B. Observar detalhe do selo “Pesquisa JB”, logo abaixo do título “Picasso”.

Essa relação de cumplicidade e ajuda mútua aparece em outras passagens. A própria Flor Marinho, que integrou o time da Pesquisa quando o Texto já não funcionava mais, fez questão de destacar que a Pesquisa “era muito dinâmica”. E, assim como Benevides, ela destaca que “a gente tinha um ambiente que entrava e não tinha a preocupação de sair”. E segue:

Nós tínhamos, assim, um comprometimento com o nosso trabalho tão grande a ponto de, no final de semana, aconteceu alguma coisa mais grave, morreu alguém que seja famoso, aconteceu um fato mais grave. E a gente saía de casa e ia para o jornal porque a gente sabia que um colega estava lá dando plantão na pesquisa e com certeza precisaria de ajuda.

Em um texto publicado em uma edição dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, Roberto Quintaes destaca outro ponto importante da Pesquisa, que estava em pauta no início dos anos 1970, quando as redações começavam a discutir a notícia sob um ponto de vista crítico, estimulando o crescimento dos cursos de graduação na área. O editor explica, em um tom que parece se dirigir a jovens jornalistas, a

importância do arquivo na concepção diária da notícia<sup>91</sup>. No texto, ele chama atenção dos novatos para o fato que não podem sair para a rua sem antes pesquisar a matéria que estão apurando. E exalta ser necessário, além disso, que o repórter saiba indicar o que procura ao solicitar ajuda do arquivo, diante da enorme quantidade de informação que se pode oferecer:

Ao voltar de um estágio nos Estados Unidos, o Secretário de Texto, Sérgio Noronha, revelou que os repórteres do NY Times jamais saem à rua sem passar antes pela Pesquisa, onde estudam o assunto que lhes foi dado como tarefa. (...) Um conjunto de falhas pode ser evitado se a Pesquisa for consultada. (...) Tenho certeza de que a Pesquisa tem muito a dar às matérias dos repórteres do JB. Mas é preciso advertir os repórteres de que nem sempre eles obterão dados que procuram anunciando apenas o título geral de suas tarefas. Não basta pedir a pasta Ponte Rio-Niterói. A documentação deve ser informada do ângulo da matéria, deve conhecer o tom do texto. Às vezes o que se procura está em outra pasta ou em outro livro de referência. É preciso ganhar tempo e trabalhar em conjunto. É importante ainda lembrar aos repórteres que, além da documentação, a pesquisa pode auxiliá-los através do índice JB, que é a reunião, com tratamento científico, de todo o material publicado no jornal. Nem sempre o que sai no JB vai para a pasta, porque o índice permite que, com extrema facilidade, se localize o texto desejado<sup>92</sup>.

As pastas de recortes foram pensadas para ser um tipo de enciclopédia da atualidade, com textos de revistas e jornais do Brasil inteiro. Com o tempo, o estímulo para que jornalistas de todas as editorias frequentassem a Pesquisa fez com que a tarefa se tornasse um hábito. Talvez por isso – para além das disputas de poder internas, que culminaram na demissão de Dines e Quintaes, em 1974 -, o setor de Texto tenha perdido força dentro do jornal. Os redatores das mais diversas áreas passaram a desenvolver o “texto em profundidade” de que tanto se falava à época.

Israel Tabak, ao contar sobre a suas atividades diárias na redação nos anos 1970, interpreta que a Pesquisa, durante o período em que Alberto Dines permaneceu como editor do jornal, se insere no “contexto daquela época com grandes novidades da

---

<sup>91</sup> Exemplo dado pelo jornalista Roberto Quintaes em: “A pesquisa como apoio”. IN: *Um jornal em debate III*. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, 1971, números 32/33. pp. 51-52.

<sup>92</sup> QUINTAES, Roberto. “A pesquisa como apoio”. In: *Um jornal em debate parte III*. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, números 32-33, Rio de Janeiro, 1971. pp.51-52.

nova fase do jornalismo brasileiro ainda em período democrático”. Para ele, era possível fazer política mesmo ao falar sobre outros assuntos e isso também era incentivado na redação. Tabak costumava escrever matérias sobre problemas sociais e conta que sempre tentava responsabilizar o Estado pelas situações, ainda que houvesse censura<sup>93</sup>. Segundo o jornalista, hoje professor da PUC Rio, o material disponível na Pesquisa, a informação de arquivo, possibilitava que as matérias fossem construídas de forma crítica. A “base histórica” teria a capacidade de fornecer isso. Ou seja, o passado, enquanto um valor, ao ser utilizado em termos retrospectivos (e explicativos) e em aliança à notícia do tempo presente seria capaz de embasar um discurso de autoridade deste meio de comunicação de massa e legitimar seu lugar de fala na sociedade.

Na visão de Tabak, as pastas temáticas da Documentação, neste sentido, “eram pastas sobre atualidade jornalística”. “Tudo que era anterior àquele dia, não era uma coisa do passado como história, quer dizer, era o que podia te embasar pra escrever outras matérias, o que você faz hoje no Google, antigamente se fazia com os recortes”. Ele lembra:

Dependendo da matéria eu usava muito a Pesquisa, pra pegar livro ou dados. Era uma espécie de diária, não só. A novidade da pesquisa era fazer pastas, de assuntos específicos que os jornalistas escreviam. A partir da intensidade das matérias eles iam criando as próprias pastas. Hoje seria um absurdo invés de você entrar no Google... Então tinha uma pasta lá grande, com tudo que já tinha saído, matérias que eu mesmo não tinha recortado, e tinha os próprios recortes. Então eram recortes com assuntos específicos que podiam ter esse nível de detalhe “Plano Lúcio Costa”, “Obra do metrô”, “Guerra do Vietnã”.

Se, por exemplo, um repórter (da Pesquisa ou não) precisasse fazer uma matéria sobre a ponte Rio-Niterói, solicitava a pasta deste tema e lá encontraria uma infinidade de notícias que saíram sobre ela desde meados da década de 1960, estando mais preparado para redigir o texto, sob o ponto de vista desejado, utilizando informações de arquivo.

---

<sup>93</sup> É importante ressaltar que o discurso de alguns jornalistas sobre trabalho realizado no Jornal do Brasil nos anos 1960 e 1970, proferido no período pós-abertura política, se configura numa retrospectiva heroica. E sugere que o JB, mesmo sob a repressão da ditadura, conseguiu se firmar como foco de resistência política, conforme observa Letícia Matheus (2011). A questão ficará mais clara no Capítulo 3.

Em algumas entrevistas sobre o cotidiano de trabalho na redação da Avenida Brasil, sede do JB a partir de 1973, os narradores utilizaram espontaneamente o exemplo da Ponte Rio Niterói. Em abril de 2014, pedi a José Martins, funcionário do CPDoc JB, que tentasse recuperar a pasta temática com material da ponte no acervo de Recortes, que hoje está espalhado em caixas de papelão, num depósito na Ilha do Governador, cujo acesso a pesquisadores é vetado. Entre móveis velhos, carcaças de computadores antigos e camadas e mais camadas de poeira, Martins, por sorte, conseguiu localizá-la.

Digo por sorte, porque o sistema de localização na Ilha do Governador funciona quase na base da adivinhação. Antes de viajar os quilômetros que separam a Casa do Bispo do depósito, o funcionário precisa saber exatamente o que procura, mas ainda assim não há garantia de que possa encontrar. Existe no arquivo uma lista de temas que foi feita após o último grande descarte, em 2009. São mais de mil eixos temáticos organizados em 290 caixas que deveriam possuir na lateral superior o número de referência (imagem abaixo).



Figura 8 A caixa 223, por exemplo, armazena as pastas de Recortes dos “Prêmios Oscar” e também “Polêmica RJ”.

Mas, quem levou e “arrumou” as caixas no espaço não tinha noção de organização de arquivos: eram funcionários terceirizados contratados para fazer a mudança. O material está espalhado de forma aleatória. Quando “sobra tempo”, Martins arruma o que pode no depósito, para facilitar seu trabalho futuro, mas não consegue dar conta da bagunça. Localizado o material desejado, precisa voltar à redação. Há muito o que fazer.

Tudo o que foi arquivado pelos funcionários da Pesquisa sobre a Ponte Rio Niterói (e que sobreviveu ao descarte ao longo dos anos) se encontra atualmente em três pastas encardidas, cuja sujeira se solta com facilidade na ponta dos dedos. É indicado o uso de luvas. Quando sou lembrada deste detalhe, pego um par do tipo cirúrgico dentro de uma caixa. Leio no verso da embalagem: o prazo de validade venceu há um ano. Faço uma avaliação arbitrária e julgo que a informação não é de todo mal. As folhas dentro da pasta se diferem entre si: as mais antigas são pautadas e têm linhas retas paralelas em cor verde, por cima das quais o papel imprensa foi colado; as mais recentes são lisas, possuem cabeçalho colorido, geralmente em cor laranja. As páginas de jornal estão envelhecidas, amareladas, puxando para o marrom. Algumas estão duras e correm o risco de quebrar caso haja algum descuido.

A capa de papelão amaciada pela umidade protege o *clipping* de notícias sobre o assunto, que não está em ordem cronológica: as últimas pessoas que reviraram o material o guardaram de forma qualquer. Para pesquisar, é preciso organizar. Há notícias publicadas, recortadas e coladas entre 1967 e 1997. Quando estas pastas começaram a ser montadas pela equipe da Documentação ainda não havia ponte (cuja construção só foi iniciada em 1969). Por isso, ali também estão reunidos os seguintes subtemas: “Navegações”, “Travessia Rio-Niterói”, “Naufrágios”, “Barcas”.

Conforme as negociações em torno da construção foram sendo feitas, começou-se a fazer menção à ponte e, dessa forma, o conjunto dos assuntos marítimos do estado da Guanabara passaram a se unir sob um novo rótulo. A seleção de fontes é vasta. Até 1980, há revistas e jornais diversos: O Globo, Folha de S. Paulo, O Fluminense, Veja, revista do Clube Militar, e o próprio JB. Na última década (anos 1990), há apenas um apanhado de matérias do JB. Não é possível saber se houve descarte de material ou se, nos últimos anos da Documentação, a seleção de notícias se restringia apenas à produção interna, já que o Índice acabara em 1990. As duas opções cabem. Sonia Benevides observou que já nos anos 1970, o JB reduziu bastante o

número de periódicos que serviam de fonte na Documentação, mas não viu isso como uma perda de qualidade:

Quem trabalhava na época comigo era a Catarina Souza Lima [Catarina Malan], que fazia os recortes de revistas estrangeiras. Aí na época do Gentil [Noronha] ela conseguiu um estágio no *New York Times*. Quando ela voltou, o *Times* estava começando a informatizar e ela descobriu que enquanto a gente fazia recorte de 300 e tantas publicações, eles faziam 10 ou 15. Ela ajudou a propor que se fizesse uma seleção. E o jornal gostou muito de diminuir a quantidade de publicações<sup>94</sup>.

Talvez a densidade do conteúdo que integra uma pasta temática reflita, em alguma medida, a importância que o assunto tinha no presente social. Quando conversava com Sonia Benevides, perguntei a respeito das instalações do jornal na Avenida Rio Branco. Durante a resposta, logo associou o jornal à Avenida Brasil e passou a falar sobre as instalações do outro prédio. O assunto da Ponte Rio Niterói surgiu. “Quando fomos para o prédio novo era com vista para o mar, assistimos à construção da ponte inteira, todo dia tinha um desastre. A visão era privilegiada. E a gente tinha um belo espaço. A parte de arquivo fotográfico ficou mais próxima, ganhou uma sala que tinha a biblioteca, que foi crescendo.”

Fazer uma relação entre demandas da redação, acontecimentos midiáticos, catalogação e arquivamento de notícias naquele presente social é inevitável, conforme veremos no capítulo 3. Os repórteres – assim como os moradores da Guanabara – acompanharam de perto a construção da ligação direta entre as duas principais cidades do estado. Foram muitos os acidentes.

Por trabalhar sob o signo da atualidade, o arquivo do JB era chamariz de pesquisadores externos, que frequentavam as instalações para fazer as mais variadas consultas. Não havia um espaço destinado a estas pessoas e muito menos um funcionário dedicado a ajudar estudantes que desejavam pesquisar. Os arquivistas precisavam se revezar para atender os visitantes que chegavam sem avisar.

Em *Arquivo como instrumento de pesquisa*, Benevides conta que o sexto andar da Avenida Brasil era frequentado por “estudantes primários ao professor universitário, do vestibulando, ao aluno da Escola Superior de Guerra, do pesquisador

---

<sup>94</sup> Sônia Benevides em entrevista já citada á autora deste trabalho.

de música popular ao historiador estrangeiro”. Às vezes, faltavam “até cadeiras para os funcionários”. Os casos eram os mais diversos:

É muito comum chegar um grupo de alunos dizendo: queremos tudo que vocês tiverem sobre Poluição. Quando informamos que tudo o que temos são cerca de 20 pastas, eles se moderam e escolhem pesquisar apenas a poluição nas praias. Outros querem tudo sobre desenvolvimento econômico. O pior foi uma garota de 13 anos que queria saber quais eram os interesses da China, Estados Unidos e URSS na Guerra do Vietname e não sabia sequer o que era Vietname e nem onde ficava isso. Sempre que podemos encaminhamos esse tipo de pesquisador para as bibliotecas públicas, pois o tempo que perdemos com eles não compensa o preço por consulta que poderiam pagar. Mas nem sempre é possível. Na maioria das vezes, temos que desempenhar o papel do professor orientando a pesquisa<sup>95</sup>.

Alice Ferry de Moraes lembra que, quando entrou na Pesquisa, Alberto Dines frequentemente comentava em reuniões que, ainda no prédio da Avenida Rio Branco, queria contratar uma pessoa para atender ao público geral. E ajudar neste tipo de consulta, como faziam os outros periódicos. Mas a direção do JB não teria se interessado e, depois que Dines saiu, a situação da Pesquisa teria ficado mais complicada: pouca verba, corte de funcionários e menos abertura para novas ideias. Ferry comenta:

Embora, eu ache que quando a pesquisa começou a dar problema, existia desde o início a ideia da época do Dines, leitora que era pra botar uma leitora na parte de baixo pra atender público pagando. Só que essa ideia não foi pra frente, porque a gente tinha a ideia da pesquisa de atender prioritariamente a redação. Por outro lado, muitos de nós éramos estudantes e a gente pesquisava enquanto estudantes, além disso amigos dessas pessoa iam lá pra estudar, e amigos desses amigos. Aí começou a gente mesmo pesquisar coisas, até classificados.

Ao longo da década de 1970, o ritmo do arquivo não acompanha mais o ritmo da redação. Quanto mais informação se quer arquivar e organizar, menos se pode atender às demandas internas. Administrativamente, a dívida da construção do prédio

---

<sup>95</sup> Benevides, Sonia. O arquivo como instrumento de pesquisa. JB – História. Acervo CPDoc JB.

novo, na Avenida Brasil, começa a comprometer as contas. O arquivo, como parte da redação, passa a sofrer com isso. O problema foi observado por Benevides naquele texto que escreveu em 1974 (ou 1975), em que além de tentar pensar o trabalho diário do DPD, tenta traçar soluções para os principais problemas funcionais, que não se adéquam mais à lógica do tempo.

O ritmo tradicional das operações documentárias, desde a leitura, marcação, recortes, classificação e arquivamento, bem como a recuperação dos documentos já arquivados, não atendem atualmente às necessidades dos grandes jornais. Isso porque, tal como já afirmamos, o volume do material e o seu processamento consomem ordinariamente um tempo que excede as limitações da imprensa diária, sobretudo nas instâncias derradeiras do que se chama o fechamento do jornal, ou seja, as horas que antecedem a sua impressão. Essa contingência está impondo um sistema de resumos das matérias selecionadas, de modo que os consulentes obtenham rapidamente uma compreensão geral dos temas que buscam. Contudo, mesmo estes resumos dependem de que sua classificação e codificação sejam multifacetadas, a fim de que se possa localizar o dado que se procura por qualquer dos ângulos que o texto possa sugerir.

Houve algumas transformações bem definitivas que extirparam as funções primordiais da Pesquisa – aquelas que se estabeleceram ao longo de seu funcionamento nos anos 1960 e que indicam, conforme pensamos, ser o produto e expressão de seu tempo. O primeiro esvaziamento significativo de sentidos se deu com o fim do setor de Texto, em 1974, paralelamente à demissão de Alberto Dines e, depois, de Quintaes. Após a saída dos editores é possível ver que a Pesquisa segue atuando sob signo de suas ideias. Em outubro deste ano, a crise financeira se agravou na empresa. Algumas demissões foram realizadas na redação e a chefia da Pesquisa, na época Catarina de Sousa Lima (Catarina Malan), recebeu o ultimato. Chegava a hora do Departamento reduzir o pessoal em 20%.

Conversas foram realizadas, mas os coordenadores de área decidiram não ser possível efetuar as demissões sem prejudicar tanto o funcionamento do setor, como o trabalho de quem continuasse. Dessa forma, ficou decidido que uma demissão coletiva seria assinada: 41 pessoas se demitiram naquele dia. O departamento foi fechado. E assim permaneceu por dois anos, quando houve uma movimentação da direção para montar uma nova equipe. Tentando esconder a emoção, Alice Ferry

comenta o dia em que deixou o sexto andar da Avenida Brasil, onde nunca mais pôs os pés:

A gente foi mandado embora no dia 1º de novembro, mas em junho já começou o que eles chamavam de passarálho. O passarálho já tava voando baixo na redação. De vez em quando eram 3/4 de uma editoria. Quando chegou a vez da Pesquisa, nós tivemos um dia, no final de outubro, que foi terrível, ficamos todos trancados lá na biblioteca, a pesquisa inteira, umas 40 pessoas (...). A massa de trabalho que a gente tinha era impossível, era horrível pra quem ia embora e pior ainda pra quem fosse ficar, porque a gente tinha que fazer o trabalho de todo mundo. (...) Alguém disse: ou tudo ou nada. E nós concordamos. Então nós vamos fazer o seguinte: você entrega a lista de demissão, as pessoas são mandadas embora, e no dia seguinte esses que ficaram entregam carta de demissão. A gente saiu (...), nós atravessamos o corredor inteiro, a redação, todas as editorias, em pé em silêncio chorando, a gente chorando também, nós atravessamos a redação inteira pra pegar o elevador principal, nós saímos pela porta da frente. Aí descemos. Então foram 41 funcionários da Pesquisa demitidos. Foi bastante traumático.

Sonia Benevides também achou necessário falar sobre a demissão coletiva, durante sua entrevista. Ela lembra com poucos detalhes, mas diz que, às vésperas de seu aniversário, recebeu um telefonema da coordenadora da Pesquisa, avisando-a que deveriam se reunir para decidir sobre o futuro do departamento. A redação já havia feito os devidos cortes de pessoal que a direção precisava e só faltava a Pesquisa, na época com 45 funcionários. Ela conta que todos pediram demissão com exceção de três pessoas: “Saímos e deixamos do jeito que estava com os três gatos pingados, maior bagunça, pra tentar fazer as coisas”.

Poucas semanas depois, um cano da cantina do jornal estourou justamente sobre o teto da Biblioteca. O material foi atingido em parte e, por conta disso, o departamento inteiro ficou interditado. Sem funcionários e sem espaço de trabalho, uma obra foi iniciada para realizar os reparos. Neste ínterim, quem precisava acessar o material, o fazia sem qualquer intermédio. Pastas e livros sumiram.

Para Fernando Albina Rosa, arquivista da parte fotográfica, com o fechamento da Pesquisa, seu setor ganhou mais independência. Foi acoplado à Agência JB, mas permaneceu funcionando: sem engrenagens no setor de imagens, o jornal não

podia sair, assim como deixava de gerar receita para os cofres da empresa (conseguida por meio da venda de material a clientes externos, assim como é feito até hoje). Ele lembra que, durante o fechamento, apenas dois funcionários se revezavam para vigiar o departamento, mas “mas já não tinha obrigação de ficar passando material para a redação”.

Em 1982, quando as ações começaram a ser recobradas na Pesquisa, as demandas da redação eram outras. O departamento tentou reestruturar suas antigas funções, mas não conseguiu.

Em 1991, ocorreu uma terceira grande mudança, que culminou na diluição do Índice e de toda a Documentação. Da seguinte forma. A informatização do JB coincidiu com o período em que estava em processo de falência. Portanto, não se teve dinheiro (ou interesse) para investir na migração. O que estava em suporte de papel, assim permaneceu. Mas, quando a mudança da Avenida Brasil para outras dependências começou a ser cogitada, já que o prédio era grande e muito se gastava com sua manutenção, novamente, passou a se pensar na questão do espaço.

Da mesma forma que ocorrera na primeira mudança, a segunda troca de sede atendeu às novas necessidades. Mas, desta vez, elas eram outras. O jornal precisava economizar dinheiro e espaço, por causa das dificuldades financeiras, que se estenderam junto com a dívida por conta da construção do edifício da Avenida Brasil, conforme mostramos no capítulo 1.

Assim, muita coisa passou a ser descartada a mando a direção do JB, que se preparava para vender a marca. Ao mesmo tempo, a década de 1990 entrava com a promessa de novas mídias que possibilitassem acesso fácil à informação. O *website* do Jornal do Brasil foi ao ar em 1996, mas os primeiros computadores que substituíram as máquinas de escrever foram instalados nos anos 1980.

Na década de 1990, a crise financeira já dominava todo o jornal. Com ela, mais demissões, salários atrasados e processos trabalhistas correndo na Justiça. Os cortes na Pesquisa se aliam ao problema geral, que forçou grande parte dos jornalistas a procurar emprego em outros lugares. Para quem ficava, restava o desgaste e a insegurança.

Fernando Albina Rosa conta<sup>96</sup>, a seu modo, como sentiu este processo de falência que se arrastou pelos anos 1990 e culminou no fim do jornal impresso, em 2010. Ele, que trabalhou como estagiário no Arquivo Fotográfico, nos anos 1960, àquela altura já era coordenador do setor. Em sua visão, a tecnologia obsoleta atrasava o processo de localização de uma imagem e entrega do pedido, um fator que pesava já que a quantidade de tarefas era a mesma e a mão de obra, reduzida. Ele observa as constantes trocas de tarefas e confusão de funções: em uma empresa em crise, cada um faz um pouco de tudo. Em certa medida, o Arquivo Fotográfico foi o setor menos prejudicado da Pesquisa. Como veremos mais à frente, foi o primeiro a ser criado e o único a sobreviver às décadas, já que era capaz de gerar dinheiro à empresa. Mas seguiu na atividade à base do trabalho duro dos funcionários, como narra o entrevistado:

O jornal continua dentro do processo dele arcaico. Aí você tem uma dificuldade da requisição de material. Você já não tinha mais o mesmo pique que você tinha antes, porque tem coisas maiores que eles tinham que cobrir. Aí começa um certo desinteresse e um certo desligamento. E através também dos salários você começa a deixar... Mesmo você reivindicando, não vem mais aquilo que você pede e é aquilo que eu posso te dar. E vem a mudança de função, aí eles começam a transferir. (...) Porque você continua recebendo uma carga de serviço muito grande que vem da redação, vindo da fotografia, na verdade, para que você processasse, mas o número de funcionários começa a reduzir. (...) Vem um volume de coisas cada vez maior, sempre crescendo, crescendo, crescendo e você não consegue dar conta. Quer dizer, você tem que fazer aquele serviço e o serviço começa a atrasar. Aí funcionários são demitidos porque você tem que encolher folha de pagamento para poder trazer o equilíbrio para um outro lado qualquer...

O jornalista Israel Tabak também presenciou essas transformações no Jornal do Brasil, onde seguiu como repórter até 2000. Para ele, a extinção da Pesquisa era um “processo lógico”, que se deveu às mudanças da tecnologia: com a chegada da internet, a conservação e manutenção de um arquivo em papel já não seria mais tão útil ao cotidiano do jornal. Todos os outros jornais cariocas seguiram o mesmo caminho. Em um primeiro momento, o entusiasmo com a internet fez com que o impulso ao descarte

---

<sup>96</sup> Fernando Albina Rosa em entrevista já citada à autora.

não fosse contido. Principalmente no JB, que precisava liberar espaço para futura mudança a uma sede menor, com menos despesas. Tabak explica:

A Pesquisa com as novas mídias deixou de ser uma necessidade tão grande, isso que esvaziou a pesquisa, as novas formas de você guardar matérias com um computador... O computador começou no jornal na década de 1980, eu comecei na década de 1960 escrevendo em máquina de escrever, onde pra você guardar sua matéria tinha que ser em papel. A pesquisa, depois que o Dines foi demitido, claro, tudo que ele tinha feito continuou, mas talvez não tenha dado tanta ênfase a isso... Por uma causa mais histórica. A pesquisa do formato antigo, pra continuar... passou a não ter tanto valor como tinha antes, mas ela continuou tendo valor porque tinha os arquivos de fotos [mesmo que hoje funcione mais como um arquivo histórico mesmo], mas continuou sendo uma biblioteca boa, até o tempo que eu trabalhei no jornal da Av. Brasil tinha Pesquisa, nós saímos de lá no ano 2000. Depois que a gente saiu do jornal a pesquisa foi pra uma outra sala [em outro prédio]...

O tempo da notícia e de sua publicação mudou, assim como a forma de acesso ao passado. No início dos anos 1990, o Índice foi dissolvido: todos os funcionários demitidos e o acervo, descartado. A Documentação também teve as atividades suspensas, apesar do acervo ter permanecido intacto. Dezenas de pessoas foram demitidas. O Texto já não existia mais desde 1974 e a Biblioteca e o Arquivo Fotográfico seguiram com suas funções, apesar de trabalhar com a equipe reduzida. Mantido pela Agência JB, a parte fotográfica e a consulta da coleção de papel imprensa eram capazes de gerar receita. Pesquisadores externos continuavam a visitar a redação ou fazer encomendas de material. Em decorrência disso, a esta *necessidade* do então presente, o material foi conservado intacto. Preservado e mantido em uso. Como o é até hoje. Por enquanto.

### **2.2.2. Um olhar sobre o Índice JB**

Alice Ferry de Moraes é jornalista e bibliotecária. Não fez graduação em Comunicação Social, mas logo no início da entrevista me mostrou sua carteira de trabalho: está registrada no sindicato desde 1972. Antes de se aposentar, fichou e

sintetizou informações e documentos em muitos arquivos: começou no Índice JB, passou pelo CDOC da TV Globo, Biblioteca Nacional, Biblioteca a Fiocruz. É uma pessoa eloquente, simpática, articulada e, sobretudo, organizada.

Na área de serviço do apartamento impecável na Gávea, arquivos de papelão em posição vertical sobre prateleiras de madeira abrigam leituras diversas segmentadas por grandes áreas (Alice – Sociologia, Alice - História, etc). Alice Ferry tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em ciência da informação. Em sua casa, nada está fora do lugar. As toalhas, organizadas por cor. Os materiais de limpeza também têm uma ordem própria. No computador, pastas e subpastas abrigam por tema e numeração cronológica, arquivos digitais. A tese de doutorado tem versão de 1 a 5.

Ao longo do tempo, indexou a vida. Em pequenas agendas retangulares que cabem na palma da mão, tem fichados os dias em semanas, meses, anos, décadas. “Hoje fico boba como eu dava conta de tanta coisa”, me mostra. Às vezes, olha os diários para lembrar algumas coisas que já havia se esquecido. “Não é à toa que tenho problema de coluna”, observa. Já tentou de tudo, está melhorando aos poucos, graças à quiropraxia.

Aos 67 anos, é aposentada. Agradeceu pela visita, me serviu biscoitos, mate, água, bolo. “Quer mais um mate gelado?”. E de novo. Tinha tudo preparado para minha chegada: escreveu dois textos para servirem de “apoio à memória”. No primeiro, resume em quatro páginas sua “atuação como profissional registrada no JB”. Lista o que fez, com quem trabalhou, fez uma breve descrição de sua formação. Na última página, indica nomes e telefones para me ajudar na pesquisa. No segundo, lista suas atividades enquanto profissional autônoma: entre 1980 e 1986, trabalhou em casa fichando jornais para o Índice JB, nas horas vagas. Para ganhar um dinheiro extra. Segundo seus cálculos, indexou 7.373 matérias em 6.554 fichas principais e 8.187 fichas secundárias.

Tem um acervo pessoal com cópias de documentos. Ela pode provar tudo o que diz. Na pasta sobre o Jornal do Brasil, guardou correspondências, contracheques, relatórios de trabalho e projetos que desenvolveu no DPD. De muito bom grado, fez cópia para mim quando manifestei interesse. Os papéis são separados por ordem cronológica. Sou desorganizada. Não consegui identificar de vista seus critérios de guarda, além da cronologia. Parece haver ali uma distribuição temática dentro desta grande área “Trabalho – JB”.

Leva poucos segundos para localizar uma informação. Da vida pessoal à do trabalho. Elogio a disposição de seus arquivos virtuais. Ela ri. “Se deixar, fico horas aqui me divertindo”.

O Índice JB, como me explica, abastecia o que era chamado de Memória do JB – diariamente, funcionários desta seção faziam a indexação do jornal por temas, em pequenas fichas. “Tamanho padrão de biblioteca”. Que significa: 12,5 cm por 7,5 cm. O necessário para caber uma síntese de duas ou três linhas do conteúdo da matéria, um cabeçalho com a indicação temática e a data em que foi publicada. “Se a pessoa fosse boa, o repórter praticamente não precisava olhar a matéria original. Toda a informação estava ali”, conta a jornalista. Em sua opinião, o Índice é a parte mais importante do arquivo de um jornal. “Se o próprio JB não sabe muito bem o que ele tem, quem vai saber?”.

O Índice foi criado em 1966. Pouco a pouco, fichas de papel começaram a lotar gavetinhas compridas de arquivos de metal. Como lembrou Sonia Benevides, em texto arquivado na pasta JB – História, o critério de indexação temático ali não era o mesmo da Documentação. E, por isso, era necessária muita sincronia quando houvesse uma solicitação de pesquisa por parte da redação: um lado ajudava o outro para que as informações fossem localizadas de forma correta. Em texto escrito em 1974, Benevides comenta, brevemente, sobre as funções do Índice. A jornalista definia o setor como área “que ficha todas as matérias publicadas pelo jornal, possibilitando encontrar em cinco minutos quantas vezes o jornal abordou o tema, por exemplo: “xisto betuminoso” ou quem foi o prefeito eleito de Nova Iguaçu em 1970”.

Assim como a Documentação e a nova Biblioteca, o Índice era organizado também por temas que se desmembravam em subtemas e microtemas. Dessa forma, quando alguém solicitava uma pesquisa no balcão sobre determinado assunto, o indexador reunia uma quantidade de fichas que considerasse que abrangesse todos os assuntos desejados. Nestas fichas, além dos resumos das matérias publicadas no JB, havia também uma sugestão de remissão de assuntos. Sempre indicando para outras fichas com outras matérias. Dessa forma, o assunto desejado era facilmente identificável, já que eram sempre interligados.

Todo o acervo do Índice foi jogado fora nos anos 1990. Nada restou. Mas, por meio de relatos e também do passar de olhos pela documentação que temos em mãos, já é possível notar alguns detalhes interessantes. Muito diz respeito à construção

do acontecimento midiático. Ao acompanhar a indexação de alguns temas, ao longo do tempo, percebemos uma síntese que registra o caminho percorrido por um fato até se tornar acontecimento.

Durante nossa conversa, Ferry de Moraes, lembrou-se de um caso curioso: o Watergate. As primeiras notícias relacionadas ao escândalo que ocorreu nos bastidores das eleições presidenciais norte-americanas, em 1972, culminou na renúncia do presidente Richard Nixon, dois anos depois. As notícias relacionadas ao acontecimento primeiro foram indexadas como “política americana”, mas conforme o caso foi ganhando destaque na mídia internacional e brasileira, percorreu um longo caminho, até que as remissivas fossem descritas sob o título corrente posteriormente: “Caso Watergate”. Alice Ferry explica com detalhes como funcionava o trabalho no Índice:

Por exemplo, quando começou o escândalo do Watergate, a gente começou com “política, eleições EUA”. As primeiras matérias estavam em “eleições EUA”, que foi um problema de maracutaia nas eleições. Depois a coisa foi engrossando, aí começou “espionagem”. Depois engrossou mais ainda aí virou “política interna EUA”, depois então virou o “caso Watergate”. Quando a gente viu que virou um caso, a gente teve que rever todas as remissivas e refazer tudo. Aí pusemos tudo de novo em caso Watergate botando ao contrário, entrou a ficha principal era o caso Watergate, mas tinha remissão pra “eleições EUA”, remissão para “espionagem”.

Ferry conta que esta tarefa era comum. Por vezes, os funcionários do Índice precisavam rever fichas e refazer remissivas. Dessa forma, em um mundo de localização analógico, os assuntos relacionados ficavam interligados por um sistema manual de indexação. Ela relata que cada funcionário tinha um setor de trabalho, assim como havia na Documentação. Quando chegava para trabalhar, o arquivista já encontrava em sua mesa o caderno de costume, separado, para fazer as fichas. Todas as notícias do jornal eram indexadas, menos os classificados. E ela, como chefe do setor, lia tudo e corrigia, se eventualmente notasse algo que saía dos padrões.

Depois deste trabalho, Ferry conta que “alfabetava tudo, porque tinha um arquivo de fichas principais, com os assuntos, e tinha as remissivas, então era bonito”. Além disso, se a síntese realizada pelo funcionário fosse boa, segundo ela, o repórter ou

a pessoa que estivesse realizando a pesquisa sequer precisava ler a fonte original. “Porque ali já tinha um resumo satisfatório”.

Durante a conversa que tive com Israel Tabak, ele falou bastante sobre a forma como a Pesquisa o ajudava quando redigia suas matérias diárias para a Geral. Mas, além disso, ressalta que um outro importante papel do departamento, para todos os jornalistas que trabalhavam lá, era ajudar a recuperar matérias que eles mesmos escreveram. “Muitas vezes nós não tínhamos tempo de ler o material pronto, que a gente fazia”, lembra ele. Por isso, recorria ao Índice JB para saber o que escreveu no passado e tentar fazer cópia deste material.

O Índice foi inaugurado em 1965, quando os contínuos Ernani Villas-Boas e Moisés Kendler, contratados por Samuel Dirceu organizam o primeiro volume daquilo que seria chamado de “Memória do JB”. Em 1977, já arquivado separado por letras, autores e siglas, o Índice era constituído de aproximadamente 1 milhão e 92 mil fichas, de acordo com um relatório interno, redigido em 1981. Segundo o documento, o Índice não pretendia “ser fonte de informação de conteúdo da notícia e sim indicador da localização de determinada matéria na coleção encadernada, solta ou microfilmada do JB. Não é descritivo nem analítico e sim indicativo, ou seja, remissivo”.

Com a atrapalhada informatização do JB nos anos 1990 e descarte do material do Índice, este trabalho de fichamento remissivo das notícias era feito via um programa chamado *HP Folio Bios*, um sistema de elaboração e diagramação de páginas de jornal conectado em rede, que permite ao repórter escrever no computador e salvar sua matéria no espaço disponível para ela. Dependendo do repórter e da editoria em que estivesse trabalhando, poderia salvar com o tipo de palavra-chave que desejasse. Assim como as fotografias.

Na euforia de se instalar esta modernidade, a direção do jornal viu por bem descartar o arquivo do Índice em detrimento do sistema virtual. Mas o processo não saiu conforme o planejado. Eram poucos os funcionários e os que ficaram não dominavam muito bem a tecnologia. Em entrevista já citada, Flor Marinho relembra esta época e deixa transparecer incômodo com a situação:

O Índice acabou. Com a informatização da redação, eles também concluíram que isso não era mais necessário. Porque existia uma coisa chamada *Folio Bios* (...). E eles queriam comparar isso com o acervo de recortes, que tinha o JB e uma infinidade de outras publicações. Então,

nós temos na pesquisa, até um determinado momento, as pastas mais do que o JB e, depois, em outro momento, você passa a contar com pesquisas no próprio JB que, para falar verdade, estava uma bagunça. Porque cada editoria liberava suas matérias e isso ficava armazenado dentro do *Folio Bios* sem organização nenhuma. Então quando você puxava, assim, “Luís Inácio”, vinha o Inácio Cavalcanti junto com o Inácio Santos... Não havia uma indexação correta desse material. Então demorava muito tempo para localizar uma matéria. Isso quando uma matéria estava no *Folio Bios*. Porque na maioria das vezes você procurava e a matéria não estava lá. Então, o que acontecia? Você tinha que bater o jornal – isso era uma coisa ridícula -, pegar o jornal para procurar matéria. Era uma coisa horrível. Porque as pessoas pediam, você ia no *Folio*, não achava a matéria...

O mesmo problema ocorreu no Arquivo Fotográfico, conforme veremos adiante.

### **2.2.3 Uma nova Biblioteca**

Em dezembro de 1979, um fio de água escorreu pelo teto e pingou no piso da biblioteca do Jornal do Brasil. Em poucas semanas, a goteira se transformou numa grande infiltração. O problema no encanamento da cantina do edifício, que ficava no sétimo andar, bem acima da Pesquisa, fez soltar o reboco da parede e encharcar alguns livros de referência, pastas e últimas edições do jornal. O material da Biblioteca precisou ser movido às pressas para as salas vazias de outras áreas do DPD. Fechado desde a demissão coletiva em outubro do ano anterior, o Departamento tinha espaço de sobra. Aos poucos, começou a ser ocupado por entulho: edições de jornais que deveriam ser separadas e enviadas ao Depósito Legal da Biblioteca Nacional se amontoavam nas mesas da Documentação. Pilhas e mais pilhas de periódicos que eram diariamente lidos, marcados e separados em pastas temáticas também se acumulavam nos cantos. A Pesquisa tinha apenas três funcionários, que também não puderam trabalhar regularmente depois da catástrofe. As obras duraram sete meses.

De acordo com um relatório interno redigido no final de 1981, seria necessário o dobro de meses para recuperar o “tempo perdido” e organizar todo o

setor<sup>97</sup>. Mas com pessoal reduzido, o departamento nunca conseguiria ficar em dia com as tarefas planejadas. Alice Ferry de Moraes, que depois da demissão coletiva “não quis nunca mais colocar os pés naquele lugar”, fez uns trabalhos de *freelancer* no JB até 1986. Ela fichava algumas seções para o Índice, em casa. O trabalho era feito com outros colegas, contratados para recuperar o atraso. Em entrevista já citada, Ferry comenta: “dizem que teve esse vazamento logo depois que nós saímos. Eu não quis nem saber. A biblioteca era como um filho para mim, sabe. Eu costumava achar isso, quando estava planejando o projeto na nova biblioteca, eu estava grávida da minha filha então isso foi muito simbólico”.

O nascimento da Biblioteca aconteceu em 1973, quando alguns funcionários foram contratados para ajudar na catalogação do material já existente. Foram indexados livros de referência e periódicos científicos (que antes davam volume a pastas da Documentação). E também foi elaborado um projeto que colocasse em prática uma subárea de fichas temáticas. Em 1973, o acervo da Biblioteca reunia 3.500 obras. Segundo cálculos feitos por Ferry na época, por mês, o setor recebia 70 novos volumes de material variado, precisando estar preparado para receber cerca de 750 pessoas, no período de 30 dias<sup>98</sup>.

Antes da mudança para a Avenida Brasil, a biblioteca era um conjunto de material de consulta sem funcionários responsáveis por ela. O plano para montar a nova área começou a ser pensado em maio de 1973. Na época, Alice Ferry de Moraes era coordenadora do Índice e acabara de concluir o curso de Biblioteconomia.

Em um relatório redigido por ela em 1975, endereçado ao então editor da Pesquisa, ela conta como foi o processo de implantação e lista as atividades desenvolvidas no setor. Armazenado em uma de suas pastas indexadas por assunto, em seu acervo pessoal, o documento é escrito em letra de máquina e timbrado: possuiu o cabeçalho em cor verde, com a logomarca do jornal, idêntico às correspondências internas abrigadas na pasta JB- História, hoje no CPDoc JB. No texto, Ferry destaca a ideia que a biblioteca de um jornal, para funcionar da melhor maneira, tem que se estruturar de forma que atenda às necessidades da redação. Ou seja, não pode copiar a rotina de outras bibliotecas, voltadas a outro público.

---

<sup>97</sup> Relatório anual de atividades da Biblioteca está disponível na pasta JB – História, armazenada no CPDoc JB.

<sup>98</sup> Informações presentes em carta a Roberto Quintaes, disponível no acervo pessoal de Alice Ferry de Moraes.

Os livros são registrados, catalogados e classificados de forma que seu conteúdo seja analisado em tudo o que possa ser importante como informação para o jornal. O tratamento é uma soma da técnica biblioteconômica e das necessidades do jornal. O resultado deste trabalho traduz-se em fichas datilografadas e ordenadas para consulta. Por se tratar de um trabalho detalhado e pela falta de pessoal, a preparação dos livros se faz de uma maneira lenta. Para facilitar a consulta, enquanto não está pronta a preparação dos livros, as estantes estão arrumadas por assunto, em ordem lógica e crescente. Por exemplo: a estante de Política é arrumada por continentes, que são arrumados por países, que são arrumados na ordem de política interna e depois externa, separados por sua vez dos livros teóricos gerais sobre o assunto<sup>99</sup>.

Uma das novidades inseridas na Biblioteca em 1973, que perdurou pelo menos até 1979, com o fechamento da Pesquisa, foi a elaboração de fichas com pequeno resumo das obras de referência. Ferry relata (1975) que todo o material do acervo é controlado “através de fichas feitas especialmente para as necessidades da Biblioteca e são também no caso dos mais importantes, analisados por cada artigo com um produto final datilografado tecnicamente em fichas para consulta”.

A Pesquisa foi a primeira área da redação a se mudar para o novo edifício: enquanto as outras editorias só fizeram as malas em janeiro de 1974, a Biblioteca estava sendo instalada no sexto andar da Avenida Brasil desde maio do ano anterior. Nessa primeira fase, Alice Ferry, que estava grávida, como ela mesma contou, diz durante nossa conversa que “depois de muita briga”, tudo se ajeitou. “Chegaram as caixas dos jornais, que os livros já existiam no prédio velho, algumas coisas desde 1920, já tinha livro carimbado, muita coisa antiga”, lembra, antes de se levantar para pegar um exemplar restaurado de uma obra do início do século XX, que tem na folha de rosto o carimbo da Biblioteca do Jornal do Brasil. “Quando separávamos material para descartar, eu que sempre fui apaixonada por Rio Antigo e livros antigos, trazia para casa para não jogar fora. Esse, por exemplo, está faltado páginas, mas só eu sei”.

Pouco antes de concluir a transferência para a nova sede, Roberto Quintaes, escreveu uma carta ao editor-chefe, Carlos Lemos, explicando como funcionaria a nova biblioteca. Em papel timbrado, o jornalista defende que o setor era absolutamente necessário ao funcionamento da redação e que não poderia ser organizado como uma

---

<sup>99</sup> Carta de Alice Ferry de Moraes a João Luís, editor da Pesquisa, em 7 de abril de 1975. Documento está armazenado no acervo pessoal da jornalista.

“biblioteca universal”. A disposição do material, por exemplo, seguiria um critério chamado de “Referência”, adotado em outros lugares, como no Departamento de História da PUC. Dessa forma, as obras não seriam indexadas em “divisões consagradas”, como Literatura, Economia, História, Direito. Receberia um tratamento especial, criado com ajuda do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Ele exemplifica<sup>100</sup>:

Assim, teremos fichários por tema e por autor, com as adaptações determinadas pelas exigências de uma empresa jornalística. O método que se vai adotar permitirá atendimento imediato a qualquer consulta vaga (O que é que nós temos sobre Nelson Carneiro?) ou precisa (Quero tudo sobre a política interna peruana). Implantada a Biblioteca, para lá irão os livros de referência, os de informação em geral e os folhetos que até então faziam engordar as pastas da Documentação. Lá ficarão também, até o diagnóstico de um crescimento-problema, as coleções encadernadas do JB.

Como Quintaes mesmo mencionou, para as estantes foram encaminhados os periódicos científicos que antes lotavam as pastas da Documentação. Mesmo os periódicos estrangeiros eram armazenados e fichados, em português. Por isso seria imprescindível que houvesse profissionais que falassem mais de uma língua nestes setores. Alice Ferry, por exemplo, desde cedo aprendeu Inglês, Francês, Italiano, Espanhol. Em 1974, os periódicos encadernados mais consultados da Biblioteca eram os internacionais *Foreign Affairs*, *International Affairs*, *Revue de Defense Nationale* e *Survey*.

No mesmo período em que era criada a Biblioteca, Alice Ferry ajudou a elaborar o projeto de microfilmagem da coleção de papel imprensa. O projeto foi colocado em prática em 1975, com uma parceria firmada com a Biblioteca Nacional. Custeada pelo Jornal do Brasil, a microfilmagem era um processo delicado, que exigia da equipe “excesso de zelo”, conforme observa Ferry. Ela mesma enviava à equipe que faria a cópia recomendações detalhadas sobre o modo como o material deveria ser tratado. Esta parceria se estendeu pelos anos e durou até a última edição do jornal, em setembro de 2010.

---

<sup>100</sup> Roberto Quintaes em carta a Carlos Lemos, 5 de dezembro de 1973. CPDoc JB.

#### 2.2.4. Capturas fotográficas

As reformas gráficas implementadas no Jornal do Brasil dos anos 1950 abriram espaço privilegiado para a fotografia, tanto na primeira página, quanto ao lado das matérias de editoriais internas. Era uma tendência inaugurada no Brasil pelo jornal Última Hora que, no JB, se tornou prática. Com o destaque da imagem no projeto gráfico, o fotojornalismo enquanto prática profissional também foi valorizado. O empenho e criatividade dos fotógrafos em retratar de forma bela e precisa a informação (e por vezes irônica) foi consagrado por processos de legitimação, como o Prêmio Esso de Fotografia, criado em 1961. A equipe do JB, nas primeiras duas décadas de existência da premiação, venceu cinco vezes na categoria (1962, 1963, 1965, 1971, 1977).

Para além das imagens vistas nas páginas de papel imprensa, havia um sistema de organização por trás, que permitiu, após 1962, a localização de qualquer fotografia tirada pela equipe em tempo curto: para acessar os negativos que possibilitavam a reprodução da imagem em tamanho ideal, o arquivista consultava um acervo de referência, com pastas temáticas, mas ainda com um sistema rudimentar. Antes disso, quando havia armazenamento de imagens, era apenas com pouco do material produzido diariamente, somente em papel fotográfico.

A ideia de criar este departamento veio junto com as outras mudanças inseridas com a entrada de Alberto Dines, conforme mostrado no Capítulo I. Como lembrou Dines<sup>101</sup>, até meados da década de 1960, “fotografia publicada era fotografia velha, sem utilidade” e, por isso, não havia o hábito de arquivar os negativos daquilo que era produzido – tanto as imagens publicadas no jornal, como as outras captadas no dia pela equipe do departamento fotográfico.

No JB, a imagem de arquivo ganhou uma nova funcionalidade no jornalismo diário, acompanhando a tendência da contextualização do fato, sistematizada pelo Departamento de Pesquisa. Conforme a notícia ganhava importância nas páginas do jornal, o Arquivo Fotográfico, assim como os outros setores da Pesquisa, trabalhavam dobrado para produzir um material com outros enfoques. A imagem cada vez mais se tornava necessária. Dines conta que, “hoje você tem tudo em disquete, mas,

---

<sup>101</sup> Alberto Dines em entrevista já citada à autora.

naquela época você precisava ter tudo em negativo para você pegar uma fotografia, ampliar e utilizar ela com outro corte. Não tinha”.

O Arquivo Fotográfico foi o primeiro setor da Pesquisa a ser inaugurado, assim como o último a ser fechado. Até a conclusão deste trabalho, a venda de imagens para encomendas externas e o uso de material de arquivo na confecção diária do jornalismo online do JB ainda estava em funcionamento.

Roberto Quintaes se lembra<sup>102</sup> da organização deste arquivo assim que assumiu como chefe do DPD, em 1969. Para ele, o Jornal do Brasil tinha o “melhor time de fotógrafos da imprensa brasileira”, reunia nomes como Evandro Teixeira, Alberto Jacó, Alberto Ferreira Lima. Apesar do grande time, o material ainda era desorganizado. O jornalista conta que “era caótica a questão de um fotógrafo chegar da rua, revelar, copiar em contato, esse contato ir pro editor que havia pedido o serviço, ou não... Escolher a foto, copiar as fotos selecionadas para que a noite os editores tivesse material fotográfico para poder montar o jornal”.

Segundo Quintaes, a organização do arquivo conforme perdurou ao longo das décadas - tanto no que diz respeito ao armazenamento de negativos, quanto à catalogação para que se encontrasse o material buscado - começou a ser colocada em prática principalmente após 1969. Justamente quando há uma preocupação com o acesso à informação também no Índice e Documentação. Quintas relata: “nesse momento se cria um arquivo de altíssima qualidade. Eu fui à França e passei quinze dias no *Le Monde*. Que era uma das referências que nós tínhamos e, quando voltei, a gente implantou essa área fotográfica que foi irretocável.”

Foi justamente neste período em que os arquivistas-pesquisadores decidiram eleger como foto de número 001 nas referências do arquivo de negativos, o gol de bicicleta do Pelé, em um jogo amistoso contra a Seleção da Bélgica, em 1965<sup>103</sup>. Captada por Alberto Ferreira no Maracanã, a imagem era a preferida de Aldemar Vaz Pereira, chefe do setor. Aldemar começou a trabalhar no JB em 1959. Em 1962, via o arquivo ser formado por quatro armários com prateleiras, nas quais caixinhas com envelopes de papel de seda que armazenavam uma série de três fotogramas, se dispunham lado a lado. Em 1972, dez anos depois, o número de armários subiu para 53, somando um total de 2 milhões de negativos, divididos em 550 mil papelotes.

---

<sup>102</sup> Roberto Quintaes em entrevista já citada à autora.

<sup>103</sup> Informação retirada de: *Arquivo do JB com 2 milhões de fotos e negativos é modelo*. In: Jornal do JB, setembro de 1972, p.2.

Fernando Albina Rosa aprendeu tudo o que sabe com Vaz Pereira. E se lembra das tarefas diárias que executava, nos anos 1970:

Eu pegava todo o material, catalogava os jornais, as fotos dos jornais do dia, para que fossem guardados em pastas. Então com a classificação que você tinha da foto, você passava para outra pessoa que juntasse ao acervo de negativos, para que houvesse a abertura dos serviços. Aí você teria atendimento de redação, atendimento de outras revistas, quer dizer, todo esse comportamento dentro do funcionamento do Arquivo Fotográfico<sup>104</sup>.

Similar ao sistema da Documentação, o arquivamento dos negativos era uma tarefa coletiva. Havia no setor corte, marcação e colagem. Tudo para que as séries de três fotogramas fossem abrigadas corretamente em papelotes com numerações que casassem com a referência das pastas temáticas. Dentro das pastas constavam – e ainda constam – folhas de contato, separadas de três em três, coladas sobre folha branca com inscrição da numeração do negativo acima da série. No cabeçalho, as informações a respeito do tema fotográfico da série. Em uma pasta temática podem conter séries fotográficas de diversos anos, desde que indexadas por tema em comum, conforme ilustra a imagem abaixo:

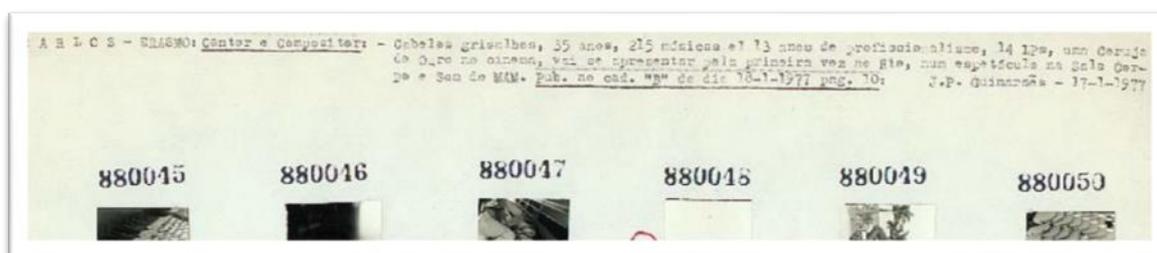


Figura 9 Cabeçalho de folha de contato da pasta Erasmo Carlos, Arquivo CPDoc JB.

Desde os anos 1960, o Jornal do Brasil tem direitos patrimoniais sobre as imagens captadas por seus repórteres. Seu acervo de negativos é o maior acervo particular do período da ditadura civil-militar (1964-1989) – 9 milhões de imagens registradas na época. Até meados da década de 1970, as imagens que estão armazenadas em folhas de contato nas pastas temáticas (que são a referência palpável dos papelotes

<sup>104</sup> Fernando Albina Rosa em entrevista já citada à autora.

de negativos e que indicam a carreira numérica para a imagem original) sequer têm o nome do fotógrafo responsável. Estão catalogadas como “Equipe JB”. Ao longo dos anos, alguns fotógrafos tomaram a liberdade de, em rondas pelo arquivo, colocar a caneta seu nome ao lado de alguns contatos. Assim estão até hoje. A sequência das imagens da “Tomada do forte de Copacabana”, a princípio captadas por Evandro Teixeira, no dia 31 de março de 1964, são um destes casos.

Como foi implantando antes da Documentação, o Arquivo Fotográfico era o único meio, por exemplo, de se acessar matérias publicadas no JB antes da criação do Índice, em 1966, pela localização temática. Sonia Benevides, em *Arquivo como instrumento de pesquisa*<sup>105</sup>, comenta que “é a única fonte que podemos recorrer para encontrar alguma matéria publicada pelo JB, antes da implantação do Índice, ou seja, anterior a 1966. O arquivo de Fotos guarda, também, vinhetas”.

Em 1972, o arquivo empregava oito funcionários e recebia em média mil negativos por dia, vindos diretamente do Departamento Fotográfico, sucursais e correspondentes do JB no exterior. Os funcionários também catalogavam todas as fotos publicadas na edição do dia do jornal – em torno de cem. O material começava a chegar às 9h e, depois de identificado, era deslocado imediatamente às pastas temáticas, divididas por assuntos, como esporte, cinema e teatro. Ou por perfil biográfico, que, por sua vez, se organizava em ordem alfabética. Os funcionários, em 1973, atendiam todas as seções da redação, começando logo cedo pelo Caderno B e terminando à noite, com a editoria de Esportes. Os funcionários recebiam pesquisadores e estudantes que estivessem de hora marcada para realizar consultas, tirar dúvidas e levar adiante diferentes investigações.

Dentro da Pesquisa, o Arquivo funcionou até a demissão coletiva. Depois, foi migrado para a Agência JB, funcionando de forma “mais independente”, na opinião de Albina Rosa. Ele lembra que o “único arquivo que nunca fechou foi o Fotográfico, o jornal sempre tirou foto o tempo todo e nunca teve alteração”. Assim como ocorria nos outros setores do arquivo, havia tanto uma catalogação por assunto do material captado pelos fotógrafos (assim como imagens de agências compradas e publicadas pelo jornal), quanto indexação cronológica, com indicação do fotógrafo, local, data e página de publicação, caso tenha sido publicada. Albina Rosa narra:

---

<sup>105</sup> Sonia Benevides, 1974, texto já citado.

Então já levava só a pasta direto em cima do assunto que estava sendo requisitado. Era diferente da parte fotográfica, porque eles vinham fazer a escolha, nós tínhamos que mandar ao laboratório para que ela fosse processada, para que fosse colocada na rede e que fosse disponibilizada... Na verdade não era nem rede nesse período. Mas depois... O processo então é que ela tinha que ser feita o processo todo fosse feito junto da matéria para depois descer e ser impressa junto com o clichê.

Rosa considera que o Arquivo Fotográfico era a “última ponta” do processo de feitura do jornal. Da reunião da pauta, à apuração da notícia, captação e seleção de imagens, assim como busca no arquivo, o setor funcionava de forma integrada com o jornal e tinha função fundamental.

Quando a redação iniciou o processo de informatização, com adesão de sistema de computadores em rede, as fotografias passaram a ser cadastradas no ambiente virtual por funcionários do departamento fotográfico e, depois, recebiam as legendas informativas confeccionadas pelo Arquivo. Rosa conta que a migração não deu muito certo e a indexação era difusa e confusa. Depois, para localizar uma imagem digital, havia problema pela ausência de um sistema único de palavras-chave. No momento de transição, algumas fotografias chegavam a ser reveladas e ampliadas para integrar as pastas temáticas. Mas isso não se tornou uma rotina. Com as múltiplas trocas de sistema da intranet, uma parte do material se perdeu. Ele se lembra como a falta de treinamento dos funcionários prejudicou o serviço diário. E reforça como esta fase de transição digital inconclusa gerou certo sofrimento entre aqueles que permaneceram trabalhando no jornal:

Ela entra em 90, mas aí não tem o treinamento que os outros jornais tem. Que eles não estão mais dentro da velocidade que os outros jornais já estavam. Aí você fica dentro dos dois processos, o que dá um atraso muito grande. É como se você tivesse... Para trabalhar com o material todo digital, quando você recebesse você tinha que pegar, fazer a classificação e fazer tudo aquilo que fazia antes, colocar na pasta que você costumava colocar. Então quando você recebe o material na tela, a informação que veio dali... você pega: Niteroi, Camboinha, uma série de lugares que .... Mercado do Peixe... E vai vir só como Niterói. Ela não tem uma classificação específica para cada lugar daquele. Então daí a dificuldade de você conseguir essa visão. Até na hora de buscar esse material novamente. Porque a informação que você tem na tela, não condiz com o

material que você recebeu. O material está num conteúdo que ela não tem informação nenhuma. Aí você tem que abrir para classificar para depois processar o CD ou levar o DVD, coisa que não é feita. Então o material ganha essa informação e você fica perdido. Porque vem a informação principal, mas não vem o que se trata. Você tem que saber a quem você está buscando. As vezes a foto do grupo de pessoas vem lá com a identificação do principal, mas não dos outros. E não pode. Tem que ter todos.

### Capítulo 3. O passado para o futuro

Na superfície externa da caixinha de papelão, o adesivo indicava a quinzena, mês e ano da sequência de edições do jornal microfilmado. Enroscado em um rolo de plástico azul ou preto, o material nem sempre estava nas melhores condições. Algumas edições tinham as bordas escurecidas pela acidez dos anos. Nos primeiros dias, foi um pouco difícil manusear os rolos e rodá-los na máquina de leitura fabricada bem antes do meu tempo de vida. A pesada estrutura analógica podia esquentar, travar ou mesmo arranhar o filme. Era preciso cuidado. Depois de encaixar o rolo no suporte cilíndrico e puxar a ponta da fita para a extremidade oposta, um pequeno toque no sentido horário movia em poucos centímetros o botão circular do tamanho de um punho cerrado. Em marcha lenta ou super-rápida, os dias corriam diante dos olhos, embaralhando-se. Ao encontrar a página procurada, era a hora de digitalizar.

Em 2010, quando comecei a trabalhar no acervo do Jornal do Brasil, o único computador capaz de ler os comandos do antigo scanner de microfilme tinha um processador tão lento que o mínimo que se gastava para transpor a imagem à mídia eletrônica era um minuto. Se tudo corresse bem. O menor erro (de foco, ajuste, recorte) exigia que o trabalho fosse refeito. Por vezes, o aparelho – que há muitos anos não transparecia a cor original, marfim – travava. Mas, por sorte, no meio do meu ano de experiência foi comprada uma moderna máquina de visualização e digitalização, capaz de fazer o rolo deslizar à página desejada com um simples clique: o movimento era exibido em um monitor de LCD e um *software* instalado no PC fazia os ajustes de luz, cor e tamanho. Foi investida ali uma pequena fortuna, aproximadamente R\$ 30 mil.

Em um dos primeiros usos desta nova tecnologia, encontrei um material que não procurava, mas que me fez pensar a fabricação da notícia no tempo presente: *Tudo sobre a queda de Allende*. O documento já foi mencionado por nós em outros momentos, mas, neste capítulo, ganha destaque.

Naquela época, meu trabalho envolvia muita pesquisa, redação e paciência. O resultado da empreitada era publicado diariamente na metade inferior da página oito (ou sete) do JB: a coluna Hoje na História, artigo de 2.300 caracteres que falava sobre um evento noticiado pelo JB em algum lugar do passado. O gancho era a efeméride. Em

setembro de 2010, decidi escrever sobre a morte do ex-presidente chileno, noticiado de forma pouco usual pelo JB no dia 12 de setembro de 1973. A ideia era falar sobre a forma como foi abordado o fato, mas ao passar o microfilme desconfiei que o tamanho da edição ultrapassava em muitas páginas a média das publicações diárias: precisamente, 60.

Ao final da série que correspondia ao dia 12 havia uma publicação avulsa que pretendia contar a história do governo de Allende, a partir do acervo do JB. No cabeçalho, um preço diferenciado indicava que a publicação fora vendida separadamente. A hipótese depois foi confirmada tanto em entrevistas, quanto em um texto que circulou no *Jornal do JB* naquele ano, encontrado recentemente no CPDoc. O material era interessante e prendeu minha atenção, principalmente por conta de um artigo assinado por Alberto Dines na segunda página: naquele texto, o jornalista refletia, a sua maneira, sobre o papel do jornal como uma “fonte de História”.

Mesmo em 1973 não era uma novidade o fato de a imprensa brasileira lançar “subprodutos gráficos comercializados como história”, conforme apontou Letícia Cantarella Matheus (2011), em uma síntese muito precisa sobre a urgência em que a imprensa tem em enxertar sentido histórico ao presente, na tentativa de explicá-lo; e também de se colocar em uma posição de intérprete do próprio tempo. Em *Comunicação, tempo e História*, a autora inclusive cita casos anteriores à morte de Allende em que o Jornal do Brasil (e outros meios) se vendeu enquanto analista privilegiado dos acontecimentos. Já em seu primeiro ano de funcionamento (1891), por exemplo, o JB produziu uma coleção com artigos publicados em edições anteriores para ser preservado.

Muito tempo depois, em 1969, o jornal publicava duas edições extras no dia em que a nave Apolo-11 pousava na Lua, realizando uma cobertura exaustiva sobre o evento que a mídia mundial alçou à categoria de acontecimento monstruoso. A abordagem utilizada nas edições extras imediatizam a história e transformam o acontecimento em um evento midiático, assim como outros veículos de informação ao redor do mundo. Para vender o futuro em um presente alargado, a estratégia do jornal envolve a sistematização do passado numa cobertura explicativa e pretensamente científica, criando um lugar de legitimidade para si na sociedade. O JB se faz ali instantâneo pela velocidade com que consegue colocar os jornais nas ruas com novidades sensacionais que os leitores querem consumir, mas, ao mesmo tempo, se

vende como um documento a ser guardado. Uma espécie de relíquia do tempo que pode ser fruto de consulta futura quando um dia se desejar pesquisar sobre o grande acontecimento do século XX.

Essa tentativa de se vender enquanto documento também está presente na cobertura da morte de Salvador Allende, evidenciada pelo produto *Tudo Sobre*, editado pelo Departamento de Pesquisa. Assim como no momento anterior, construía uma narrativa enraizada em informações de arquivo, realizava análise sobre o presente a partir das evidências do passado e criava possibilidades de futuro. O produto também foi consumido rapidamente pelos leitores que poderiam (ou não) interpretá-lo como um documento de registro, pesquisa e informação.

O ponto principal que desenvolveremos neste capítulo é: entre os anos 1960 e meados dos anos 1970, a forma como o “enxerto” de sentido histórico no presente se mostra é bem particular. E a maneira para entender essa forma, que poderíamos chamar de usos do passado pela imprensa (e mais especificamente o *Jornal do Brasil*), é necessário entender um pouco da construção da narrativa destes acontecimentos em que as três dimensões do tempo são articuladas.

O Departamento de Pesquisa e Documentação se mostra como importante ferramenta com a qual essas narrativas são elaboradas, entre 1964 e 1974. E a ideia é mostrar uma terceira faceta de como podemos perceber esta sistematização, em complemento às elaboradas nos capítulos anteriores: a sistematização em sua forma gráfica - quando o uso do passado em texto aparece em espaço delimitado nas páginas do jornal, sob o selo do DPD; e em sua forma espacial - como vimos ocorrer com o reposicionamento físico e metafórico do lugar do arquivo no jornal.

O capítulo começa com uma análise da cobertura da chegada do homem à Lua, em 1969, um momento em que o jornal tentou ao máximo se diferenciar dos demais impressos brasileiros e se fazer essencial num contexto em que a alunissagem iria ser transmitida ao vivo, via satélite, pela televisão. Neste momento, tentaremos entender também o que significava a ideia de futuro naquela época e porque o espaço e a astronáutica ocupavam tanto a atenção do planeta a ponto de fazer da “conquista da Lua” um grande acontecimento. A partir daí, compreender como o passado era articulado para dar sentido a um futuro que cada vez mais se aproximava e se tornava, por conta disso, menos fantástico. Um ano antes de o homem pisar na Lua, em 1968, a Pesquisa passa a editar uma seção quinzenal chamada *Jornal do Futuro*, publicada em

uma página do Caderno B, que reunia matérias e artigos que especulavam sobre tecnologia, ciência e “astronáutica” em um futuro não muito distante. Um material no mínimo curioso, preparado por uma editoria cujo meio de argumentação eram as informações de arquivo, o passado instrumentalizado para conferir sentido ao presente (e ao futuro incerto).

Em um segundo momento, abordaremos outra utilização do passado com a elaboração do encarte *Tudo sobre a queda de Allende*. Um material pensado previamente em se tornar “fonte de história” e que soube capitalizar de forma muito eficaz o consumo deste tipo de registro retrospectivo dos acontecimentos.

### **3.1. Vamos à Lua com o JB**

Em 1969, 20 de julho caiu num domingo. Como ocorria em todas as semanas, o Jornal do Brasil chegou às bancas em maior volume do que nos outros dias<sup>106</sup>: 120 páginas – 40 delas dedicadas a quatro cadernos de classificados. Mas aquela edição não havia sido preparada em poucos dias, com fechamento previsto para a tarde de sábado, trazendo na capa as últimas (e as consideradas mais importantes) notícias do país e do mundo. Produto de dois meses de trabalho, o JB de 20 de julho de 1969 noticiava em grande escala um acontecimento construído pela narrativa midiática antes, durante e depois de sua realização. “Homem na Lua às 17h14”, dizia a manchete.

A alunissagem era um dos feitos mais esperados pela sociedade ocidental do pós-guerra. Ao menos, foi isso que os grandes meios de comunicação deixaram transparecer. Desde que os soviéticos mostraram ao mundo ser possível lançar ao universo um objeto terrestre, feito pela mão do homem, a Lua era o destino final; e a expectativa de “conquistá-la” dividira ainda mais este planeta, que enfrentava as consequências do trágico desfecho da Segunda Guerra Mundial.

Parece que já em 1957 o sucesso da missão soviética Sputnik representava em alguma medida o “primeiro passo para libertar o homem de sua prisão na terra”, conforme debochou no ano seguinte Hannah Arendt, no prólogo de uma de suas mais importantes obras, *A condição humana*. Arendt naquela ocasião utilizara a frase de um jornalista norte-americano para chamar atenção ao fato de que o lançamento da nave

---

<sup>106</sup> Em 1969, as edições do JB de terça a sábado circulavam com um número entre 50 e 60 páginas, dependendo da quantidade de anúncios do dia.

finalmente levava a ciência à capa de jornais “respeitáveis”, como o The New York Times, se tornando um evento que “em importância, ultrapassa todos os outros, até mesmo a desintegração do átomo”; e que a mídia de massa incorporara com seriedade aquilo que estivera “infelizmente relegado ao reino da literatura de ficção científica”<sup>107</sup>. Feito que, para ela, demonstrava quanto os homens estavam anos à frente da ciência e que os sonhos não eram nem loucos, nem ociosos.

Em busca de materializar sonhos, o homem projetou a ciência à Lua. Os grandes feitos cosmonáuticos que ocorreram entre o primeiro evento espacial e a alunissagem só não foram celebrados com “alegria triunfal” devido às “incômodas circunstâncias militares e políticas”, conforme também observou Hannah Arendt. A pensadora alemã ressaltou como outro aspecto importante da conjuntura em que estava imersa, que, talvez, quando o homem tivesse erguido os olhos aos céus para visualizar mais uma de suas conquistas científicas, talvez não o tenha feito com assombro ou orgulho, mas sim com alívio de ver que era possível materializar os desejos. A grande diferença entre aquela e as demais realizações tecnocientíficas celebradas até então seria a ênfase dada pelos meios de comunicação de massa.

Nos anos 1960, a mídia passa a exercer o “monopólio da história”, conforme observou Pierre Nora em *O retorno do fato* (1970). A partir daí seria somente por meio da mídia que o acontecimento marcaria sua presença na sociedade: com a “mundialização da informação”, passa a ser difícil de acreditar que algo “verdadeiramente importante” para a história não seja registrado no universo das comunicações. Nora indica que após a intensa cobertura que se fez ao “Maio de 1968” na França, passa a ocorrer o que chama de “acontecimento monstruoso”. Seria uma espécie de redoma que envolve um evento que não necessariamente sai do ordinário, mas que “a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimentos” (p.183). Na sociedade de massa, para que haja um acontecimento, conforme lembrou Nora, é necessário que ele seja conhecido.

Em 1969 a fome da mídia pelo sensacional alçou a expedição da Apollo-11 à categoria de acontecimento monstruoso. Havia uma década que a ciência e o espaço não saíam das páginas dos jornais e que entravam cada vez mais no campo incipiente da televisão. E, dessa, forma, cada mínimo detalhe foi coberto pela imprensa mundial (em

---

<sup>107</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p.9.

suas múltiplas mídias), reforçando a supremacia da imagem em uma era em que o futuro começa a se sobrepor ao presente. Com a ‘conquista da Lua’, o futuro chegou.

Entre o primeiro “marco conquistador” e os passos de Armstrong sobre a superfície lunar, dezenas de avanços tecnológicos foram noticiados como feitos ‘históricos’. Traçando uma curta linha que ressalta esses marcos de maneira encadeada, temos: em setembro de 1957, a cadela Laika entrou em órbita à bordo da Sputnik 2, se tornando o primeiro ser vivo a sair da estratosfera (e a morrer também, já que a União Soviética não planejou uma viagem de volta para a “peludinha”, conforme a apelidou o JB do dia 5 de novembro); em 1961, o cosmonauta soviético Yuri Gagarin descrevia em cores e detalhes a imagem que vira pela janela da Vostok 1: a Terra é azul. Um mês depois, os norte-americanos fariam Alan Shepard ser projetado em uma pequena cápsula por 15 minutos para fora da estratosfera; quase um ano depois, o “primeiro ocidental” entrava em órbita terrestre. Em 1968, os tripulantes da Apollo-8 fizeram um passeio em torno do satélite natural da Terra, o que garantiria, como estampou o JB na primeira página do dia 28 de dezembro daquele ano, “a conquista da Lua em 69”.

O sucesso da Apollo-11 foi premeditado para ser o grande acontecimento do século: entre todos os aparelhos levados pelos três cosmonautas naquela viagem, por exemplo, havia não por acaso uma câmera filmadora capaz de transmitir imagens em tempo real via satélite para o planeta azul. O pouso foi acompanhado por mais de 600 milhões de televisores ao redor do mundo, com poucos segundos de atraso. No Brasil, a imagem não chegou: apenas o áudio. A Embratel transmitiria a alunissagem ao vivo, mas por problemas técnicos adiou a exibição. O brasileiro “não viu o homem na Lua, mas ouviu pela *Voz da América* quando o cosmonauta Neil Armstrong anunciou ao mundo, exatamente às 17h18: ‘Estamos na Lua’”, publicou o JB na primeira edição extra (p.2), fazendo a ressalva que a Embratel iria transmitir as imagens em outra ocasião. Enquanto as emissoras de TV recebiam as imagens mais esperadas do dia, o JB já circulava com as radiofotos do episódio, fator que contribuiu ainda mais para o sucesso da cobertura.

Por aqui, o mercado televisivo ainda era incipiente: havia pouco mais de 3 milhões de aparelhos em território nacional. Ainda assim, a chegada do homem à Lua acompanhou a proporção internacional, tornando-se um acontecimento midiático que propiciara um novo tipo de “experiência coletiva”, o *assistir com*, conforme observou Marialva Barbosa, em um artigo sobre novos regimes de visibilidade da TV brasileira

(2004). O evento, para a pesquisadora, teria sido o “acontecimento fundador” deste novo tipo de vivência, equiparado apenas, em escala menor, ao que ocorreu décadas mais tarde com o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Diante da possibilidade da transmissão do acontecimento *em directo*, a mídia impressa lutava para criar formas criativas de se diferenciar e se vender enquanto veículo importante de informação. Nenhum dos jornais cariocas soube “capitalizar” melhor esta cobertura como o Jornal do Brasil, conforme apontou Letícia Cantarella Matheus (2011). Para a autora, a cobertura do acontecimento forneceu uma nova dimensão do familiar, “tornando-o estranho e surpreendente” (p.174). Principalmente por meio da exploração da imagem e dos recursos narrativos explicativos.

Durante a cobertura mundial da chegada do homem à Lua, a principal fonte de informação da imprensa era a agência de comunicação da Anae (como o jornal chamava a NASA). Os impressos brasileiros estavam sujeitos a boletins periódicos comprados e recebidos por telex, ou por informações enviadas pelos correspondentes e agências internacionais. Havia, portanto, um limite para realizar uma cobertura diferente dos concorrentes: por mais que os jornais tentassem incorporar um olhar próprio acerca do acontecimento, os fatos eram os mesmos para todos os veículos.

A equipe do Jornal do Brasil pensou durante dois meses uma maneira de construir a narrativa que seria utilizada durante a cobertura da missão espacial: o resultado foi a elaboração da campanha *Vamos à Lua com o JB*. Era uma espécie de selo, com direito a logotipo especial, que incorporaria todas as matérias produzidas no mês de julho sobre o cosmos, culminando em uma grande edição especial no dia da alunissagem, que contou com trabalho de fôlego de todas as editorias, incluindo o Departamento de Pesquisa e Documentação.



Figura 10 A partir de um símbolo desenhado pelo artista Aluísio Carvão, a equipe do JB chegou ao selo final para caracterizar a cobertura “Vamos à Lua com o JB”, que cobriria a missão Apollo-11.

O cabeçalho começou a ser utilizado no dia 16 de julho, quando a nave Apolo-11 foi lançada ao espaço direto do Cabo Kennedy, nos Estados Unidos. Mesmo dia em que o JB fez da missão a manchete principal – é verdade que notícias sobre a Lua já ocupavam a primeira página desde o início do mês, mas não com tal destaque. Todos os preparativos se encaminhavam para o domingo da alunissagem: o jornal publicou três edições em menos de 24 horas para manter os leitores “bem informados sobre tudo o que acontece no mundo – e acima dele”<sup>108</sup>. Entre 20 e 21 de julho, rodou a edição matutina; a “Extra 1”, que saiu da gráfica assim que as primeiras informações concretas sobre a alunissagem foram transmitidas ao mundo (30 mil exemplares foram vendidos); e a “Extra 2”, uma atualização da antecessora, que consistia também em uma versão diminuta do jornal diário, incluindo as seções tradicionais, que rodou na madrugada de segunda, já com a impressão das radiofotos compradas da agência de comunicação da Anae (todas os 70 mil exemplares distribuídos se esgotaram em poucas horas).

Para a cobertura, Oldemário Touguinhó, editor de Esportes, foi enviado aos Estados Unidos, permanecendo em Cabo Kennedy até o retorno dos astronautas. No

---

<sup>108</sup> JB, 20 de julho de 1969, p.2.

Brasil, a redação destacou repórteres de várias editorias para preparar matérias: Pesquisa, Caderno B, Esporte, Internacional. Sérgio Fleury, repórter da Geral na época, conta que colaborou ao escrever uma matéria de comportamento para a edição extra, que rodou na tarde do dia 20: a ideia era ir a uma favela do Rio de Janeiro e ver como os moradores se relacionavam àquele acontecimento tão distante de sua realidade. O jornalista comenta que a ênfase da cobertura estava nas mãos dos repórteres da Internacional:

Eu fui pra favela da Catacumba assistir à chegada do homem na Lua, numa birosca que tinha uma TV de 14 polegadas em preto e branco. E a matéria era ver qual era a expectativa dos moradores daquela favela sobre a chegada do homem na Lua. Tinha velhinha que não acreditava e bêbado que não esperava. E isso rendeu uma senhora matéria que foi publicada nessa página especial. Foi um grande evento, mas como foi a Internacional que fez a maior parte, a gente só fazia comportamento.

Naquele dia, o JB publicou uma página inteira sobre a opinião do carioca a respeito da alunissagem. Nesta seção (p.24), uma parceria do Departamento de Pesquisa com a empresa Marplan reuniu em texto dados coletados após entrevistas com moradores da cidade do Rio, noticiando *Carioca considera conquista da Lua façanha do século*. Várias questões foram abordadas, como acreditar ou não na missão, se o acontecimento se tratava de êxito maior do que a cura do câncer, ou se a façanha só se tornara possível devido ao regime democrático vigente nos Estados Unidos (contexto que analisaremos melhor adiante).

Colocar o Brasil à margem do acontecimento (ou mesmo ao centro) também fazia parte da estratégia de cobertura. É o que pode se ver na matéria *Carrapateira tem ciúmes da Apollo-11*: redigida por dois enviados especiais ao sertão da Paraíba, a reportagem falava sobre um dos municípios mais pobres do Brasil que sequer tinha energia elétrica. As noites eram iluminadas pela luz da Lua e seus moradores bem que duvidavam que o homem conseguiria chegar até lá.

De acordo com artigo publicado no *Jornal do JB*<sup>109</sup>, a campanha produziu só de material de apoio, ou seja, artigos escritos pela Pesquisa, mais de 600 laudas de texto - o suficiente para preencher com ilustrações 40 páginas do jornal. “De 8 a 25 de

---

<sup>109</sup> Jornal do JB, n.52, agosto de 1969, p.4. Acervo CPDOC JB.

julho, foram publicados 29.619cm de textos referentes ao feito da Apollo-11, divididos em 337 títulos e acompanhados por 245 fotos e 207 ilustrações”. Total de 43.520cm dedicados à Lua. Segundo o informativo, o maior vespertino carioca, O Globo, publicara 30.951cm de material, enquanto a Folha de S. Paulo, 14.025cm. Por isso, o JB teria tido a maior cobertura nacional da chegada do homem à Lua (afinal, a equipe conseguiu mensurar, em tamanho, o que foi publicado sobre o tema).

Mais de 50 assuntos foram trabalhados nas edições especiais, por todas as editorias. Os artigos abordavam, por exemplo, o cronograma das atividades dos cosmonautas no espaço (suas tarefas, dificuldades, rotina); o preço que custou a expedição espacial (em torno de US\$ 50 bilhões); o que aconteceria num tempo em que o espaço fosse dominado pelo homem; passo a passo de “como se dirige uma nave espacial”; a dieta e alimentação dos astronautas, assim como o material com que foram feitas suas roupas e apetrechos; funcionamento tecnológico dos computadores que possibilitaram a ida do homem ao espaço; e a vida familiar dos cosmonautas, apresentando-os como heróis de um tempo.

Na edição matutina de 20 de julho, o que havia eram suposições sobre a alunissagem com base no cronograma estabelecido pela Anae: Aldrin e Armstrong se preparavam para a descida na cápsula espacial e o jornal tentava acompanhar, passo a passo, o que ocorria com a dupla, mesmo já tendo saído em papel. Portanto, a notícia não podia se remeter ao tempo ido: e, por isso, os verbos eram conjugados no futuro do presente (“pousarão”, “será”, “começará”, etc). Ou mesmo no presente do indicativo, como vinha na primeira página da edição matutina: “10h32 – Aldrin entra no módulo lunar. Ainda não vestiu a roupa com que descera na Lua. 11h20 – Armstrong entra no módulo, já com a roupa de descida”.

Anúncios também alertavam aos leitores que o periódico circularia em horários não convencionais. “O Jornal do Brasil publicará hoje uma edição extra à hora em que o módulo lunar com Aldrin e Armstrong descer na Lua”, dizia a propaganda na primeira página. Para o dia seguinte (segunda, quando os matutinos cariocas não circulavam), uma novidade. “Amanhã será uma segunda-feira diferente: você começará o seu dia melhor informado, porque o Jornal do Brasil estará cedo nas bancas. Será uma edição, como sempre, completa: detalhes sobre a conquista da Lua pelo homem”, esclareceu anúncio na página dois.

O JB se antecipou e noticiou que o homem chegaria à Lua às 17h14, informando logo abaixo a agenda do módulo lunar e passo a passo das tarefas dos cosmonautas. Também privilegiou o uso de imagens: em destaque, duas radiofotos estampavam a Lua e, na legenda, a mesma ideia de noticiar o *por vir*: “Já em órbita, a Apollo-11 fotografou o satélite natural da terra, onde dois homens pousarão ainda hoje”.

Nenhum outro assunto teve espaço na capa, ou muito acuro nas seções subsequentes. A edição daquele domingo girava em torno da Lua: foram 12 páginas dedicadas ao tema, além de um caderno especial (*Lua, o mais longo voo da humanidade*) e também a Revista de Domingo (*A conquista de um símbolo*). Em cada texto, uma abordagem diferente. No caso do Caderno Especial, o que havia eram oito páginas de retrospectiva e perspectiva. O longo texto assinado pela Pesquisa traçava a linha da história falando sobre a astronáutica: começando por Ícaro que, na mitologia, construíra “um aparelho que permitiu atingir grandes altitudes”; até os últimos módulos lunares da missão Apollo, indicando que, depois da Lua, Marte seria a próxima parada. Diferente do tom analítico ancorado em eventos passados, a Revista de Domingo trazia uma abordagem voltada para as mulheres brasileiras: em que a conquista da Lua influenciaria em suas vidas? Um curto texto na primeira página do suplemento dá o tom do que a leitora encontraria no caderno: das novas dietas baseadas na comida dos astronautas à forma de se cuidar das crianças em uma era cosmonáutica, a Lua regia a vida da mulher na Terra, que caminha para um lugar de maior destaque na sociedade:

A conquista de amanhã, portanto, transcende, em significado a grande mudança que já começou a operar na vida feminina. Mais que em sua vida doméstica – as formas dos objetos decorativos e dos utensílios do cotidiano mudam; em seu vestuário – as fibras sintéticas, artificiais, são utilizadas na confecção de suas roupas. Em sua programação culinária – a dietética interpretada sobre nova luz, baseada na alimentação dos cosmonautas. Na educação e na formação dos filhos – diversa, porque deve ser diversa, já que o condicionamento das crianças que vão se tornar adultas na era espacial é outro; as informações que recebem são de outra natureza – mais que tudo, a conquista da Lua pelo homem pode simbolizar a sua última arrancada na conquista da mística da mulher. E da sua verdade com a mulher. (JB, Revista de Domingo, 20/7/1969, p.1).

Ao contemplar todas estas frentes, a ideia dos editores era tornar o jornal daquele dia um “documento histórico”. O oferecimento de um mapa da Lua como brinde integrava esta estratégia – o pôster *O mundo da Lua*, era um mapa “com precisão cartográfica, baseado nos levantamentos fotográficos feitos pelas diversas naves que a Anae já enviou ao espaço”<sup>110</sup>. A ideia de fazer do jornal um documento, contrapõe curiosamente premissa de que o jornal impresso tem como característica o efêmero – que é descartado depois de lido. Aparecia ali uma forma muito curiosa de relação do impresso com seu tempo de duração: ele é instantâneo por tentar transmitir com rapidez as notícias mais importantes, mas é duradouro, porque tenta se transformar em objeto de pesquisa e recordação.

O primeiro clichê da segunda edição extra do JB (21 de julho de 1969) trouxe um texto na última página em que tentava destacar a importância que a mídia teria enquanto testemunha dos acontecimentos e, portanto, da história. Embaixo de uma fotografia que mostrava pessoas segurando com curiosidade o jornal de domingo nas mãos, o texto *Passeio à Lua deixou terrestre em ansiedade* destacava possível corrida de leitores para comprar o jornal daquele dia. Aqui se pode perceber alguns que o jornal cria um clima de expectativa em torno do acontecimento e se coloca como um meio em que esta ansiedade pode ser apaziguada. Vende-se como fonte privilegiada dos fatos junto à sociedade.

O domingo foi um dia de expectativa, embora em nenhum instante houvesse temor: o voo dos cosmonautas decorria normalmente cumprindo todas as etapas e horários previstos. O 20 de julho, dia de glória da humanidade, marcou a chegada do homem à Lua, conquistada por três cosmonautas, com a mesma segurança com que suas mulheres e filhos passaram o tempo, à espera da grande notícia. Notícia à qual ninguém ficou indiferente: a edição extra do JB, com o relato completo da alunissagem esgotou nos 31 pontos de venda espalhados pela Guanabara e estado do Rio. Os leitores do JB, momentos após a descida do módulo lunar, já disputavam os exemplares da extra na porta do jornal, onde dois jornalheiros colocaram uma banca. (JB 21/7/1969, p.24.)

O clima de expectativa é lembrado por Roberto Quintaes, que ainda se emociona ao falar sobre o processo de espera das radiofotos que seriam enviadas dos

---

<sup>110</sup> Jornal do JB, n.52, agosto de 1969, p.5.

Estados Unidos para poder liberar a edição extra daquele domingo. Todos estariam na redação acompanhando as páginas da edição serem montadas. Segundo ele, o material estava “praticamente pronto” havia tempos. Faltavam apenas as imagens. Como pode ser percebido, as imagens não chegaram. E a primeira edição extra trouxe na primeira página algumas frases ditas pelos cosmonautas (como “Estamos levantando muita poeira”, “Uma descida muito suave”, “Há pedras com cores interessantes”).

A segunda edição extra, por outro lado, já rodara com radiofoto dos dois astronautas em solo lunar, deixando as frases para a página 2. O então editor da Pesquisa comenta que “houve um planejamento editorial e industrial com o pessoal da oficina”, que também estava de prontidão na gráfica, mesmo sendo domingo, dia em que costumavam folgar: “O resto estava tudo rascunhado. No que chegaram as radiofotos, eu falei: ‘roda!’. Uma edição especial do JB apenas sobre o homem na Lua”.

O jornal que rodou na madrugada do dia 21 era uma versão mais completa da anterior, incluindo pequenas notícias de outras editorias, como a coluna do Castello, os gols do futebol do fim de semana e notícias mais importantes que aconteceram na cidade. Em vez de *Homem na Lua*, a manchete era *Cosmonautas iniciam a viagem de regresso às 14h55 de hoje*.

### **3.1.2. As articulações do passado**

Desde a primeira reunião de pauta que deu as diretrizes da campanha *Vamos à Lua com o JB*, o Departamento de Pesquisa se ocupou da maior parte do trabalho, já que era, naquele momento, responsável pelos produtos “de longo prazo”. Formou-se a “Equipe Espaço”, com objetivo de preparar textos que dariam sustento às notícias diárias, além de artigos reflexivos e analíticos, fosse questionando as intenções da missão soviética Luna-15, lançada pouco depois da Apollo-11 com destino à Lua; fosse redigindo um retrospecto das conquistas da aviação moderna até o desenvolvimento das espaçonaves.

Mauro dos Santos, Laymert Garcia, Clotilde Hasselmann, Sheila Mazolenis, Sérgio Lemos, Luiz Paulo Horta, Luiz Eduardo de Oliveira e José Wolf trabalharam

desde maio com a supervisão de Aduino Novaes<sup>111</sup> para produzir a maior parte da edição especial de 20 de julho. A Documentação abriu uma pasta para cada assunto elencado em reunião de pauta e ficou responsável por alertar à equipe sempre que um material novo fosse catalogado.

Roberto Quintaes reitera que o DPD começou a preparar o material com dois meses de antecedência. A ideia era elaborar matérias variadas: cultura, política, comportamento, ciência, moda. As sugestões de pauta eram bem-vindas. Após a reunião com as outras editoriais, a Pesquisa realizou uma conversa interna, da onde teriam saído os nomes que integrariam a Equipe Espaço. Quintaes lembra que “fizemos uma pauta, obviamente com o apoio do Internacional, e começamos a escrever tudo que fosse possível escrever”. Entusiasmado, se lembra do velho Moacyr Andrade que, sentado em sua mesa, um dia fez uma lista de músicas brasileiras que tinham a Lua como tema:

Ele sabia tudo de música. Levantamos letras que citavam a lua. Saiu uma matéria enorme, quase uma página nesse caderno [Edição Extra]. A equipe de redatores ficou dois meses com o “homem na Lua”. A gente pediu apoio a agências internacionais; a documentação estava toda “linkada” conosco e tudo que saía, porque não era só o Jornal do Brasil que estava preocupado com a chegada do homem na Lua, eram todos os periódicos mundiais. Mal batia na documentação, a Sônia [Vasconcelos] alertava e já ia para mão do redator que estava trabalhando aquele assunto dentro do caderno de homem na Lua.

A Pesquisa foi responsável por 1/3 dos textos publicados nas três edições que saíram entre a manhã do dia 20 à madrugada de 21 de agosto – os outros 2/3 foram assinados por correspondentes do JB e outros periódicos (neste caso, traduzidas pelo DPD), agências de notícias, repórteres locais que cobriam em geral “comportamento” e reportagens especiais, como a realizada em Carrapateira.

Entre algumas das matérias publicadas sob o selo da Equipe Espaço estão: *Santos Dumont deu o primeiro passo a 20 de julho de 1903* (p.8), *Trezentos mil germes ficam na Lua* (p.15), *Os primeiros passos do homem na Lua* (p.44), *A história da astronáutica* (Caderno Especial, pp.2-4), *Depois da Conquista* (Caderno Especial, p.5) – da edição matutina do dia 20. *Mil razões de uma conquista* (p.7), *A irresistível ascensão de um projeto* (p. 8), *O preço da conquista* (p.10), *A conquista espacial e a*

---

<sup>111</sup> Vamos à Lua com o JB. Jornal do JB, edição 51, de julho de 1969, p.2.

*nova cultura brasileira* (p.11), *Quem tem direito ao Universo* (p.12), *O que eles vão trazer de lá* (p.14), *Do que é feita a Lua* (p.15), *Uma corda chega ao fim* (p.16) – da Extra 1.

Em *A história da astronáutica*, articula-se uma série de eventos desde a Grécia Antiga de forma teleológica com objetivo de mostrar que as conquistas realizadas ao longo dos séculos criaram possibilidades para o homem, enfim, chegar à Lua. A matéria tem três páginas, conforme veremos adiante, mas instrumentaliza o passado (buscando falas, fontes, referências em outras épocas) para dar sentido ao acontecimento: tudo que foi feito em direção aos céus até aquele momento tinha como objetivo final a conquista da Lua - conforme aparece nesta passagem, em que se diz “portanto, antes mesmo do lançamento espacial de qualquer artefato, a corrida já era uma realidade imposta pela guerra fria”. Não à toa, este texto é seguido de *Depois da conquista*, um artigo em que se especula com base em entrevistas com autoridades e livros e pesquisas publicados sobre o assunto, quais seriam os próximos passos da humanidade em direção à conquista do espaço e possível colonização interplanetária: “bases permanentes na Lua exigirão cidades lunares, tão sonhadas pelos mestres da ficção científica. Na construção desta realidade, muitos homens trabalharão fundando os alicerces, apreendendo as normas para transformar o meio ambiente, modificando e aproveitando os recursos naturais”<sup>112</sup>.

Técnica similar foi utilizada em *Santos Dumont deu o primeiro passo a 20 de julho de 1903*: com base em uma frágil conexão com o avião brasileiro dada pela efeméride (havia 66 anos Dumont voara nos céus de Paris), o texto é construído de forma que insira o Brasil como participante coadjuvante do grande feito. Por meio de um infográfico que traça a trajetória da Apollo-8 em torno da Lua ao lado da percorrida por Santos Dumont com o 14 Bis, em Paris, o JB busca no tempo ido as origens possíveis do acontecimento; e constrói “âncoras de significações no presente”, legitimando seu lugar social enquanto fonte privilegiada de informação. A coincidência baseada na datação é o ponto de partida para um artigo sobre a trajetória de Alberto Santos Dumont como avião, reforçando a ideia de que o brasileiro havia sido um herói dos ares, com “vontade de vencer”, mesmo ante às adversidades. “Há um pouco de esforço brasileiro na descida da Apollo-11 hoje na Lua. Há exatamente 63 anos (...), o

---

<sup>112</sup> Trecho do texto publicado no Caderno Especial do JB, 20/7/1969, p.4

brasileiro espantava o mundo fazendo-se erguer-se a 60 metros de altitude em um aparelho mais pesado do que o ar”<sup>113</sup>.

A premissa permeia as matérias da Pesquisa publicadas neste período: primeiro apresenta-se o argumento de razão “histórica”. Faz-se uma retrospectiva e indica que os eventos do cotidiano podem ser entendidos a partir da compreensão de uma série de fatos justaposta de maneira linear na narrativa jornalística, que aparece segmentada dentro da mídia impressa daquilo que se considera presente. Em seguida, com os argumentos (e a partir da maneira como esta narrativa é construída, de forma analítica com viés educacional), é possível fazer análises do futuro, uma dimensão do tempo que assustava a medida em que se aproximava. O passado, articulado no presente, conferia não apenas sentido ao que ocorria, mas também segurança diante de uma época confusa que se estendia no horizonte de expectativas, conforme explicaremos no próximo tópico.

É interessante notar que nas entrevistas realizadas, ao falar sobre a experiência do Departamento, as fontes tinham um ponto em comum em suas narrativas difusas: seria possível, naquela época, “antever” determinados fatos a partir do trabalho com o passado realizado por eles. Ao falar sobre o que pensava sobre o trabalho dos jornalistas do setor de Texto, Alice Ferry de Moraes comenta a relação que os funcionários do setor tinham com o futuro, afirmando que, talvez por isso, o jornal se destacava nas coberturas que realizava sobre os assuntos mais “quentes” e conflituosos, na ordem do dia:

Eles ficavam lendo jornais, vendo aquelas pastas, examinando aqui tudo, ou produziam textos, boxes para ilustrar alguma coisa que tivesse acontecendo, ou até prevendo coisas. Então a gente tinha isso que foi o que facilitou muito a minha vida acadêmica. Porque você conseguia ver lá na frente. Esse tipo de trabalho era comum. Eu participava depois, como chefe da biblioteca da pesquisa, da reunião de pauta então a gente começava a cantar pedra. “Olha lá na Ucrânia tá com problema...” ai já deslocava um jornalista da área e não dava outra, a gente chegava primeiro com a notícia, porque a gente tinha esse *feeling*, esse estudo.

Os textos reflexivos em perspectiva assinados pela Pesquisa ao longo dos anos demonstram no papel essa ideia de que seria possível antecipar as consequências

---

<sup>113</sup> JB, 20/7/1969, p.8.

do curso dos dias com a segurança do que se viveu no passado. Talvez um exemplo forte disso tenha sido o Jornal do Futuro, de que falaremos mais tarde neste capítulo: uma seção semanal que a Pesquisa publicaria no Caderno B (1968-1972), com intuito de discutir os rumos da humanidade com base nos adventos da ciência, medicina e tecnologia. As pautas eram variadas e criavam uma espécie de tranquilidade sobre as mudanças fabulosas reservadas ao futuro: será que as cidades se transformariam em ambientes ultratecnológicos como no retratado nas obras de ficção científica? E o espaço? Seria mesmo colonizado pelo homem? As respostas pareciam estar na ponta da língua e o arquivo se abria como o campo em que se podiam colhe-las.

A forma de trabalho da equipe da Pesquisa representava um modo de se pensar a notícia no JB da época, que conferia papel importante para a editoria na cobertura dos assuntos diários. Ao utilizar um vocabulário científico e explicativo, o jornal faz interpretações do presente e especulações sobre o futuro, em uma narrativa que demarca um lugar muito específico enquanto porta-voz da verdade: há distância durante a análise, os fatos aparecem de forma crua e taquigráfica, mas, ao mesmo tempo, acompanhados de material que ofereceria ao interessado a “profundidade” necessária à detenção do saber.

Nesta estrutura de narrativa, o jornal parece conduzir o leitor de forma mirabolante pelo passado, tentando vender o sensacional por meio de curiosidade para se compreender o “presente histórico”. Letícia Matheus (2011) observa que havia na cobertura do JB naquela campanha três linhas gerais de argumentação a respeito do “domínio da Lua”: “o passado dos grandes conquistadores e precursores da aeronavegação, a onipresença de Deus e o futuro das telecomunicações” (p.181). A essa síntese de imaginários, a autora chama de convergência comunicacional. O jornal anteciparia o futuro, imediatizando a história no presente, utilizando o passado como recurso retórico. Tornava-se documento, ao mesmo tempo em que se fazia instantâneo.

### **3.1.3 Instantaneidade e ansiedade coletiva**

Ao tecer sua centralidade enquanto mediador importante da experiência do acontecimento televisionado e amplamente noticiado, o jornal, assim como fizeram outros meios, endossou um clima de ansiedade coletiva, que podia ser apaziguado pelo

consumo de informações: ao promover uma cobertura exaustiva repleta de curiosidades, alimentava a fome por notícias, que crescia junto com o “acontecimento monstruoso”.

Entre os impressos brasileiros, o JB teria sido o que soube “capitalizar” melhor a cobertura, conforme apontou Letícia Matheus (2011). Em sua pesquisa, a autora compara o periódico com o popular Última Hora que, por exemplo, rodou três edições extras, chamando o acontecimento na primeira página três dias antes do que o JB. O tom escolhido pela UH seduzia o leitor pelo exótico, por meio de uma linguagem oral: *Homens-Lua pronto: Não temos medo; Homens-Lua avançam. Até aqui, tudo OK.; Andaram! O homem está na Lua, a Terra está em festa*<sup>114</sup>, anunciaram algumas manchetes.

Mas a linha editorial do JB o guiou por meio da linguagem científica e explicativa, o que permitia com que se colocasse em um lugar de analista dos acontecimentos, porta-voz de verdade, oferecendo respostas às possíveis incógnitas da sociedade – e parece que elas não eram apenas no sentido de saber ‘o que está acontecendo na Lua’, mas sobretudo ‘o que significa esse feito’. A abordagem poderia torná-lo duradouro e, ao mesmo tempo, instantâneo.

O próprio título da campanha, *Vamos à Lua com o JB*, sugeria que o jornal se transformava em um veículo pelo qual o leitor poderia realizar esta viagem ao espaço. O *Jornal do JB*<sup>115</sup> explicou que a campanha utilizava, “claro, de linguagem figurada, no entanto, a equipe do jornal motivava seu esforço com a meta de torná-la menos figurada possível para a imprensa escrita”. E arrisca: “só os próprios cosmonautas e os homens da administração da Anae conheceram com mais profundidade os detalhes da missão que os leitores do JB”.

A façanha de rodar três edições em menos de 24 horas também fez parte de uma ação articulada com o setor de publicidade para que fosse consumida (e que também gerasse receita por meio de anúncios). Nesta campanha rentável, houve anúncios em duas frentes: o jornal anunciando a si mesmo, em suas páginas ou por meio de publicidade externa; ou anunciantes comprando espaço nas três edições, em campanha especial para aquele dia.

Um exemplo curioso sobre o anúncio de si foi: na manhã ensolarada daquele domingo o helicóptero do JB sobrevoou a orla da Zona Sul do Rio de Janeiro,

---

<sup>114</sup> Manchetes publicadas no jornal Última Hora, nos dias: 15, 17 e 21, respectivamente.

<sup>115</sup> Jornal do JB, n.52, agosto de 1969, p.4.

exibindo um enorme cartaz para ser lido pelos banhistas: “Hoje à noite, edição extra Jornal do Brasil”, conforme ilustra a figura abaixo.

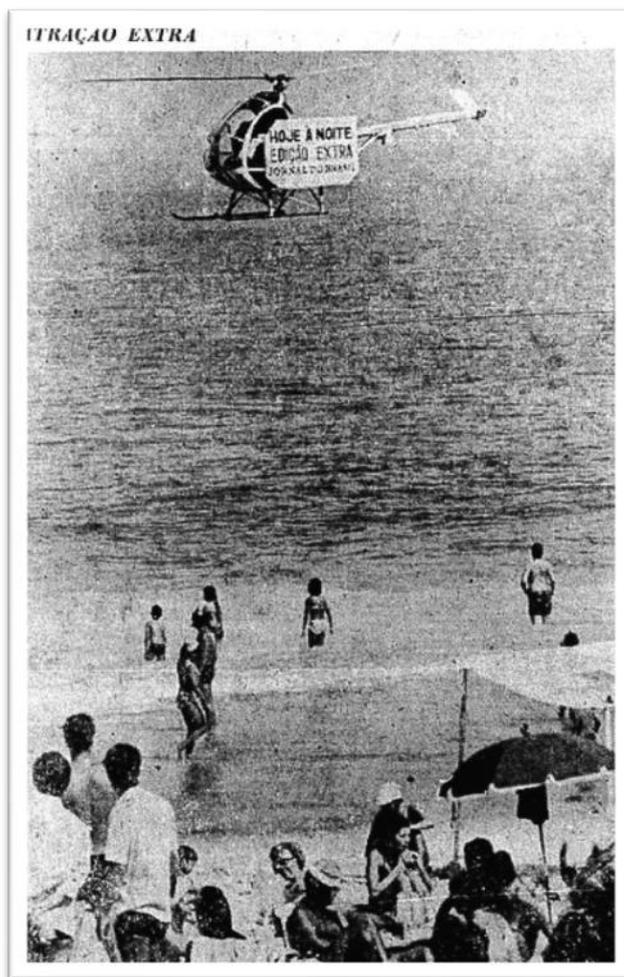


Figura 11 Imagem foi publicada na seção Geral (p.9), na segunda edição Extra, que rodou na madrugada do dia 21.

Conforme vimos no tópico anterior, os anúncios sobre si indicavam a instantaneidade da informação durante a alunissagem. Os produtos foram sucesso de venda. Se juntar as duas publicações, que rodaram apenas na região metropolitana do Rio de Janeiro, 100 mil exemplares foram vendidos.

Os anunciantes apostaram nisso e criaram maneiras oportunistas de chamar atenção para seus produtos, com direito a imagens e slogans criativos. Na primeira edição Extra, a editora Civilização Brasileira anuncia, sob a imagem de um astronauta segurando uma câmera portátil: “A Lua já não tem mais mistérios. E a Terra, você conhece?” (p.12). A revista Fatos e Fotos também marcou sua presença na edição:

anunciou sua “edição histórica”, que conteria fotografias coloridas, acompanhada de um disco com as vozes de Aldrin e Armstrong para que o consumidor pudesse visitar o satélite natural da Terra sempre que quisesse – sob o título da publicação, informavam que o número era histórico. O anúncio da Petrobras para combustível, sugeria: “20 de julho ou qualquer outro dia” (p. 10). Já a rede de loja Sears anunciava televisores em ilustrações em que a tela de 59 centímetros focalizava uma nave americana na superfície lunar, sob o slogan “Homem na Lua! Participe do maior acontecimento do século” (p.21).

Esta relação bem estabelecida com os anunciantes em produtos especiais abriu caminhos para que outros materiais desta natureza fossem produzidos. No que diz respeito à Pesquisa, nenhum trabalho foi tão grande quando o realizado em 1969 até a elaboração de *Tudo sobre a queda de Allende*, em 1973. Mas neste entremeio houve, por exemplo, a grandiosa campanha da Copa de 1970, quando o JB rodou três edições extras em um esforço coletivo grandioso para estampar a foto da conquista do mundial na primeira página em tempo recorde. Cem mil cópias foram vendidas e o produto se tornou um sucesso mercadológico. No caso da cobertura do mundial, a Pesquisa realizou um trabalho em sincronia com o Esporte, produzindo eventuais textos retrospectivos. Em janeiro daquele ano, por exemplo, ficou responsável pela seção “Copa do Mundo”, uma análise diária das seleções classificadas para a competição, que incluía informações políticas, econômicas e culturais sobre o país de origem.

Parece, portanto, que a fórmula criada para trabalhar passado, presente e futuro no JB dos anos 1960 atingiu seu ápice em 1969 e, a partir daí, começa a mudar um pouco a forma como se apresenta. Seriam ares de um novo tempo?

### **3.1.3. O futuro no passado**

Um ano depois de ter pisado na Lua, o astronauta norte-americano Neil Armstrong se queixou<sup>116</sup> da repercussão do grande feito astronáutico à imprensa: antes do pouso, achava que “a conquista da Lua pudesse desviar a atenção dos problemas do homem dos problemas mundanos e temporais para obrigá-lo a olhar um pouco para o futuro”. Consequência que, em sua opinião, não aconteceu. Ao analisar os efeitos

---

<sup>116</sup> Entrevista de Armstrong ao JB, em 20/7/1970, Espaço, p.2.

globais da missão espacial mais importante de sua carreira, o astronauta afirmou com desânimo que o que garantira o sucesso do pouso do Apolo-11 fora o “sentimento” envolvido no acontecimento; uma espécie de atmosfera imaginária e coletiva, que se perdeu com o tempo. Como se a nuvem de entusiasmo que cercasse a esperança da alunissagem tivesse se dissipado no momento em que o acontecimento se realizou.

A frustração de Armstrong talvez represente o esfriamento de um “clima de época<sup>117</sup>” compartilhado em um espaço e tempo delimitados. Nos anos 1970, o encantamento dos homens com o espaço adquire dimensão mais contida. A parábola percorrida pela corrida espacial durante quase vinte anos chegou ao clímax em 1969, quando o homem pisa na Lua.

Já falamos que o sentido do acontecimento é construído na medida em que é narrado e que suas proporções no presente social são reguladas quando ele se torna conhecido. Além disso, compartilhamos da análise feita por Koselleck (2006) que toda narrativa contém em si espaço de experiência (neste caso a conquista da América?) e um horizonte de expectativas (possível domínio do homem sobre universo, tendo a Lua como estação intermediária?): ao produzirmos sentidos sociais sobre o passado e o presente também projetamos futuros.

Sobre o espaço de experiência, o próprio vocabulário utilizado na ocasião da alunissagem para designar o grande feito do século fazia alusão à última grande experiência vitoriosa diante do desconhecido: a “conquista da América”. A Lua, assim como o continente, podia ser conquistada pela humanidade. Na edição do JB do dia 20 de julho, a relação é explícita: uma reportagem traduzida do NYT falava que o satélite natural era uma estação intermediária entre a Terra e o espaço e seu “valor estratégico” comprovaria que era o “oitavo continente”. Essa relação de dominação do desconhecido permeia a narrativa de reportagens e artigos, projetando no futuro aquilo que já sabia ter ocorrido com o Novo Mundo: fora conquistado, dominado e explorado pela humanidade.

---

<sup>117</sup> Para a crítica cultural Beatriz Sarlo (2011), “clima de época” é o inconsciente coletivo de uma sociedade em determinado espaço e tempo: um patrimônio de imagens, representações, intuições e formas de viver o real em um contexto específico. É uma forma de pensar a sensibilidade que perpassa a todos, mas que é experimentada de forma diferente por cada indivíduo, dentro do “registro cultural” que consome. Em *Tempo passado*, a autora utiliza o conceito para realizar uma análise cultural da “guinada subjetiva” da sociedade ocidental: no início do século XX, quando ao menos três escritores (Proust, Virgínia Woolf e James Joyce) expressam em sua literatura uma mudança no modo de sentir e perceber as dimensões do tempo, pode-se entender que ali já se vive outro clima de época (diferente da percepção de tempo da modernidade), que acabaria por permear a sociedade nas décadas seguintes.

No artigo *Depois da Conquista*, assinado pelo DPD, eram feitas especulações sobre possíveis missões lunares. Com base em estudos científicos e entrevistas com autoridades, imaginava-se que “bases permanentes na Lua exigirão cidades lunares, tão sonhadas pelos mestres da ficção científica. Na construção desta realidade, muitos homens trabalharão fundando os alicerces, aprendendo as normas para mudar o meio ambiente, aproveitando os recursos naturais”<sup>118</sup>. A conquista da Lua era para parte dos homens daquele tempo, “o mais longo voo da humanidade”<sup>119</sup>. E, a partir desta interpretação, especulava-se que: “em nenhuma outra época da História, o homem teve um objeto como este, concreto e racional, e ao mesmo tempo inalcançável e utópico. É essa a terrível originalidade da exploração espacial que agora se inicia”<sup>120</sup>.

Enquanto Estados Unidos e União Soviética competiam pelo domínio do satélite natural terrestre, um futuro mirabolante de riscos e tensões estava à frente. Mas este horizonte (ou seriam os sonhos, como descreveu Hannah Arendt?) tão explorado na literatura e cinema de ficção científica se mostrou mais distante do que se imaginava, pouco tempo depois.

Junto ao futuro ultratecnológico, os *media* (embasados numa estratégia da política externa norte-americana) construíram naquele momento verdadeiros heróis que se lançavam ao espaço para desbravar o desconhecido. Em *The right stuff* (1979), Tom Wolfe já fazia uma bela análise sobre a construção dos super-homens americanos que, diferente dos militares soviéticos, foram treinados e escolhidos a dedo para representar o estereótipo do *american way of life*. Pais de família, bonitos, patriotas e bem-sucedidos, os astronautas, na prática, tinham apenas uma missão: permanecer vivos no espaço minúsculo das cápsulas astronáuticas comandadas por satélite direto da base terrestre (Wolfe descobriu na longa apuração que realizou para o livro que os pilotos apenas fingiam comandar as naves, um verdadeiro escândalo). A inventividade norte-americana tornou seus astronautas quase deuses, protagonistas de um show televisionado do qual sua nação representava o que havia de mais libertário e poderoso no mundo. E deu certo: naquele 20 de julho de 1969, por exemplo, o JB chamava Edwin, Aldrin e Collins de “pioneiros, mitos como todos os que têm seus momentos de glória lembrados pela posteridade”, que “nasceram num país superdesenvolvido, há tempo bastante para estarem na faixa de idade considerada ideal quando esta nação

---

<sup>118</sup> JB, 20/7/1969, Caderno Especial, p.5.

<sup>119</sup> JB, 20/7/1969, Caderno Especial, p.1.

<sup>120</sup> JB, 20/7/1969, Caderno Especial, p.6.

avança ao ponto de colocar um ser humano na Lua” (JB, 20/7/69, p.9). Era criado um clima comovente que misturava ficção e realidade, mas que, com o passar dos anos, foi se esvaindo.

A historicidade requer um lugar e um tempo em que suas três dimensões se relacionem de maneira particular. Está incluído neste espaço e tempo delimitados “o que entendemos como legado, como presente histórico e como esperança e medo” (Matheus, 2011, p.129). Após a segunda guerra, as esperanças e medos da sociedade que o sociólogo alemão Ulrich Beck chama de “risco global”, começam a mudar de forma drástica: a crença no progresso, conforme vimos no capítulo 1, entra em colapso na medida em que o domínio da tecnologia nuclear põe em risco a vida no planeta. A ciência assume papel ambivalente: é fonte de soluções, mas também de problemas. Em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional, Tzvetan Todorov utiliza o conceito de Beck para situar este sentimento paradoxal com relação à tecnologia: por um lado, queremos artefatos eletrônicos modernos, “filhos lindos, inteligentes, geniais se possível” com os avanços na biomedicina. Mas esta ciência que era apenas fonte de esperança se torna cada vez mais “fonte de desespero, risco e inquietude”; nestas condições, é “muito difícil ser otimista”<sup>121</sup>.

Não precisou de muito tempo para se ‘sentir’ que a chegada à Lua não traria nem tão cedo o futuro mirabolante com o que se sonhava. Conforme o tempo passou, o futuro parecia se encolher em um presente que se alargava. Apesar de avanços notáveis no campo das tecnologias, o fim da União Soviética e das ditaduras da América Latina geram a ideia de que o quadro político econômico e social ocidental possa mudar muito pouco no horizonte de possibilidades, daquilo que se esperava nos anos 1960: um novo milênio repleto de carros voadores, computadores de vozes robóticas com capacidade de manipular a vida humana, estações interplanetárias e roupas ultrapratedas que acompanhavam penteados pontiagudos.

Após o voo mais desejado da humanidade, a expectativa de que a maratona nos céus decidiria um embate por hegemonia política e ideológica vigente em Terra começou a se tornar duvidosa assim como as demais lutas periféricas travadas entre os dois blocos econômicos da Guerra Fria (a colisão deste sistema se deve a inúmeros outros fatores além da descrença da colonização espacial, mas esta sem dúvida é um indício de um novo tempo). Seria este o “sentimento” de que falava Armstrong naquela

---

<sup>121</sup> Todorov em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional, n.88, janeiro de 2012, p.45.

entrevista? A especulação não tem resposta, claro, mas a partir de uma reflexão sobre esta ideia (ou sentido) podemos entender melhor como funcionava a articulação do futuro na narrativa jornalística daquele momento, tópico indispensável para se compreender os usos do passado no contexto.

Em 1991, o Jornal do Brasil comemorou seu centenário com uma edição especial, que foi publicada no dia 7 de abril, objeto de estudo de Letícia Matheus em sua tese de doutorado. A edição comemorativa trazia à tona cem anos de “história” do Brasil e do mundo, vista pela interpretação da equipe do JB: em fascículos, o jornal recapitulou por cerca de um mês acontecimentos marcantes em cada década, fazendo uma análise sobre o passado de acordo com interpretação presente da situação, culminando na Edição do Centenário, que comentava a trajetória da empresa ao longo das décadas.

Dois dias depois, foi anunciado na primeira página que o JB deixava para trás o passado, trazendo novidades ao leitor. Uma delas seria o *Jornal do próximo centenário*. Uma seção em página dupla que, até o fim daquele mês, traria “projeções sobre o futuro”.



Figura 12 Jornal do próximo centenário: Jornal do Brasil, 10 de abril de 1991, p.9

A começar por uma enquete *Qual a principal notícia que o JB vai dar na primeira página de 9 de abril de 2091?*, passando pela matéria *Occidentais e asiáticos brigam por Marte* – que tratava de outros países assumindo pesquisas e montagem de foguetes para irem ao espaço; a chegar em um artigo assinado por César Maia intitulado

*Manobras de um político do século 21*; a ideia da publicação era, conforme analisou Matheus (2011), fazer uma prospecção do futuro utilizando um repertório de ficção científica, com espaço para o lúdico. O *Jornal do próximo centenário*, segundo a autora, não passou da terceira semana, “talvez por falta de criatividade para este tipo de pauta”, arriscou (p.180).

Certamente, encontrar criatividade para pautas que versassem sobre o futuro devia ser tarefa árdua, mas talvez o “clima de época” não estivesse mais propício para tais suposições. Parece que o tipo de matéria não fazia mais sentido nos anos 1990, ao contrário de pouco tempo antes.

Entre 1968 e 1972, por exemplo, o JB publicou quinzenalmente, às quintas-feiras, o *Jornal do Futuro*. Uma seção muito similar ao *Jornal do próximo centenário* – até no que diz respeito à identidade gráfica. Editado pelo Departamento de Pesquisa, o JF teve 224 edições e uma infinidade de pautas desenvolvidas pela equipe, que tentava manter a linha editorial pautada em artigos sobre “o futuro dos transportes, da medicina, das conquistas espaciais. O futuro do homem”<sup>122</sup>. Era um verdadeiro exercício de criatividade publicado na página 4 do Caderno B, geralmente com três artigos.

---

<sup>122</sup> JB, 11/4/1968, Caderno B, p.1

O SEXO POR ENCOMENDA

Uma equipe de biólogos franceses, comandada pelo professor Shlokowski, está produzindo...

A vida surgiu por acaso, em 1944, quando Shlokowski observou que alterações nos componentes do núcleo do determinado animal...

TEM REFORÇADA A observação de Shlokowski veio reforçar uma tese antiga e quase abandonada...

dividido mesmo que seria possível suprir os despercebidos de não importa que espécie animal...

De posse de algumas células empíricas, a equipe fran-

coisa alguma mais desoladora aos bós. Uma pesquisa retrospectiva, que abrangia 26 países, revelou em estudos a severidade de pedras e de...

Incluídos os melhoramentos adquiridos para o nível dos seres humanos. Um regime alimentar...

UM AUXILIAR DO CORAÇÃO

Adrian Kantrowitz, o cirurgião americano transplantador de coração...

Jornal do Futuro

N.º 224 ANO V DA EDITORIA DE PESQUISA

O FIM DOS HOMENS-ROBÔS

Uma linha eletrônica nas proximidades de Paris. A máquina indica de montagem...

ria e redução de horas de trabalho de cada projeto...

o, mas o acortamento do tempo de trabalho...

O "HOMARI" FRENTE

As melhorias do trabalho e a redução da jornada vieram instalar-se no terreno...

Para avaliar sua tendência, empresas americanas já experimentaram suas...

UM PROBLEMA MAS BRUCADO

Uma corrente empresarial considera que a nova geração de operários franceses tem um...

“Al, então, é um desdobramento lógico” — afirma Fissac. “De um lado, existe uma sociedade de capital e de outro uma sociedade de trabalho...”

TAMBÉM NO SOCIALISMO Os mesmos problemas de melhoria das condições de trabalho, de rendimento...



Indica: pla de homem aprendendo para fazer a operação de esterilização, a qual, no ano passado, nos Estados Unidos, acortou-se para 1 milésimo de americano

AMERICANO ADERE À ESTERILIDADE

Os Estados Unidos estão adotando cada vez mais a esterilização masculina como método de controle da natalidade...

tem sido cada vez mais numerosa em razão em que a operação provoca “dificuldades sexuais, angústias e fadigas...”

Os métodos legais são muito praticamente inexistente, e desde outubro de 1969 a União Soviética...

Figura 13 Jornal do Futuro: Caderno B, 15 de março de 1972, página 4.

O JF nasceu do Jornal do Espaço, uma seção quinzenal também editada pelo DPD, sob coordenação do jornalista Roberto Pereira, que em tese saía a cada dois domingos (apesar dessa periodicidade não ser muito respeitada). Ao todo, foram publicados 101 números do JE, entre 1965 e 1968, contendo artigos e curiosidades sobre “a conquista do cosmos” e suas implicações com a vida futura na Terra.

Em 7 de junho de 1965, o primeiro número do Jornal do Espaço coincidia “com o lançamento do Gemini-4, de onde o cosmonauta Edward White projetou-se para sua grandiosa aventura”: dar 62 voltas em torno do planeta e flutuar no espaço por 20

minutos, auxiliado por um foguete. A intenção da publicação era que o leitor acompanhasse “com fácil entendimento, todas as evoluções da ciência rumo à descoberta do Universo”. Fácil entendimento porque a iniciativa integrava o projeto *A escola da notícia*, idealizado pelo Departamento Educacional, que visava a publicação de seções no jornal com fim educativo, destinada a professores e também alunos. *A escola da notícia* começou a aparecer no Caderno B em maio de 1965, reunindo textos que falavam sobre o mercado profissional, testes e enquetes sobre assuntos relacionados à atualidade. Dentro deste projeto, surgiu o *Jornal do Espaço*<sup>123</sup>, que ficou a cargo da Pesquisa. Na primeira edição, especulava-se sobre a corrida espacial: *Quem vai fincar a primeira bandeira na Lua?*, um artigo que elencava prós e contras da missão astronáutica soviética e norte-americana, exaltando o programa Apolo, que, na análise do autor, tinha mais chances de “chegar lá”. Logo abaixo, um outro texto organizava em tópicos todas as conquistas “importantes” do homem no espaço até o momento em que fora lançado o Gemini-4.

Ao ser transformado em *Jornal do Futuro*, a seção passa a englobar outros assuntos que também despertavam a curiosidade da sociedade naquela época: descobertas da medicina, avanço dos meios de transporte, planejamento urbano e respeito ao meio ambiente. Conforme a Lua se aproximava da realidade do homem, o espaço pode ter se tornado não mais o único sinônimo de futuro, apesar de ainda se mostrar essencial na construção das projeções mirabolantes do por vir.

No *Jornal do Futuro*, muita coisa era motivo de pauta. Em seu primeiro ano, quando foram publicados 38 números, por exemplo, as matérias eram bem variadas, como: *Paris, no ano 2000* (11/4), sobre as inovações tecnológicas projetadas para Paris no século XXI e que contrastariam com a arquitetura medieval e bucólica da cidade; *O homem e o computador ou algo de novo está acontecendo* (3/5), que questionava a contribuição revolucionária do advento dos computadores na indústria, inteligência humana, estilo de vida e de trabalho. *O homem por encomenda* (17/5), que falava sobre a criação de vida em laboratório como realidade advinda de obras de ficção científica; *De olho (eletrônico) no crime* (14/6), que trazia perspectivas sobre o aumento da violência e da intolerância racial até os anos 2000, que modificariam a força policial do futuro; *As agradáveis extensões* (2/8), sobre a importância e perspectivas de

---

<sup>123</sup> Infelizmente, só localizei o *Jornal do Espaço* e *Jornal do Futuro* no final desta pesquisa, o que me impossibilitou de fazer um mapeamento mais detalhado e incluir o tema da ficção científica e corrida espacial nas entrevistas que realizei anteriormente.

crescimento do design industrial no século XX; *A vida prolongada: das Escrituras ao ano 2000*, que especulava sobre o aumento da perspectiva de vida até 2020 para 130 anos; *A caminho da Lua* (18/10), sobre as etapas seguintes da corrida espacial após o retorno da Apollo-7 aos Estados Unidos; *Os mares da Lua e seus mistérios*, matéria sobre a superfície lunar, os possíveis perigos e benefícios que dará ao homem em sua caminhada por ela.

Parece haver uma ânsia em compreender um mundo que se transforma de forma rápida. Ainda que seja inviável aqui tecer certezas sobre o imaginário de futuro na década de 1960, o que é importante é saber que o horizonte de expectativas ainda ocupava muito o pensamento da sociedade ocidental. E uma das formas de dar sentido a este futuro que se aproxima é por meio do enxerto de sentido histórico no presente.

Em 1970, a página ocupada pelo JB no Caderno B começa a ser dividida com outras notícias que nada tinham a ver com o Futuro: um anúncio de que a seção enfraquecia. Talvez por “falta de criatividade”, mas também porque a Pesquisa já não funcionava mais como antes. Quando o JF circulou em sua última edição, em 1972, a estratégia de coordenação do DPD assumida por Quintaes em uma conjuntura de contenção de despesas já dava prioridade por contratar funcionários para trabalhar na Documentação e Biblioteca. O Texto enfraquecia, os redatores começavam a migrar para outras editorias (assim como outras editorias também se empenhavam em fazer um jornalismo mais denso, utilizando os recursos da própria Pesquisa e talvez não necessitando mais “terceirizar” determinadas pautas).

Pouco entusiasmado com o JF, Roberto Quintaes comenta que esta seção “foi criada para tratar de tecnologia e ciência, sempre pensando no futuro”, mas que “nunca foi amado no dia a dia do JB, aos poucos, deixou de existir”. Para o jornalista, “vivia-se o auge das aventuras espaciais, um tema constante no JF” e acrescenta que toda a equipe se envolvia na publicação quinzenal. Na Documentação, o mesmo grupo que ajudou na cobertura de *Vamos à Lua com o JB* selecionava materiais que pudessem ajudar na redação dos textos. Havia, naquela época, uma pasta de recortes alimentada diariamente no setor, que se chamava justamente “Chegada do homem na Lua”, mas que foi descartada em 2009, na última grande readaptação do arquivo.

A conquista do espaço já não é mais algo com o que se entusiasme muito. A vida política e econômica na Terra mudou e a fantasia acerca de um futuro muito diferente do que se vive hoje não é mais compartilhada tal como fora em uma época

passada. Não à toa, o *Jornal do próximo centenário* não vingou (e também, o *Jornal do Futuro* foi deixando aos poucos de existir).

### **3.2. ‘Tudo sobre’ a queda de Allende**

Em 1973, quando os redatores da Pesquisa se mobilizaram para preparar as 64 páginas daquilo que seria o maior produto exclusivo de sua trajetória, a conjuntura interna do jornal apontava para um desfecho nada agradável do setor, conforme mostramos no capítulo anterior. Mesmo com uma equipe menor de que contava no início de 1970, a Pesquisa levou adiante o projeto elaborado por Alberto Dines e Carlos Lemos de produzir um livreto com informações a respeito do governo de Salvador Allende, dois dias após o suicídio do presidente chileno, deposto por uma junta militar.

A cobertura do caso realizada pelo JB foi grande. Desde que Allende fora eleito presidente do Chile, em 1970, com o partido de esquerda Unidade Popular, o JB acompanhara as principais decisões políticas e, logo depois, a crise econômica e social do país andino. Na semana que antecedeu o pleito democrático, o enviado especial Carlos Castilho redigiu informes diários a respeito de sua interpretação da expectativa chilena da “eleição do século” – que mobilizou 3 milhões de pessoas para escolher entre três principais candidatos (Jorge Alessandri, Radomiro Tomic e Salvador Allende).

Em uma época de desenvolvimento de regimes autoritários na América Latina, o candidato vitorioso (36,3% dos votos válidos) se propunha a realizar um plano de governo de cunho socialista, apesar de não ter maioria no Congresso. A oposição controlava o poder Judiciário e tinha alta influência nos meios de comunicação de massa. Conforme o presidente implementava as mudanças, como a nacionalização do que chamava de “riquezas básicas” (minas de carvão, por exemplo, responsáveis por três quartos dos lucros de exportação do país), uma parcela da população insatisfeita com os programas sociais ia às ruas protestar, entrando em conflito com apoiadores do governo.

No ápice da crise, dia 11 de setembro, Humberto Vasconcellos, editor da Internacional, estava de férias a passeio no Chile e presenciou os acontecimentos que culminaram na morte de Allende. Prontamente, deixou de lado o descanso e passou a fazer matérias para o jornal como correspondente. A repressão era grande e os repórteres tinham dificuldades para enviar material para seus respectivos países, que

poderia ser interceptado por órgãos de segurança das forças golpistas. A própria matéria de Vasconcellos sofreu com a falha de comunicação: foi cortada abruptamente, enquanto era narrada via telex. O JB do dia 12 só pôde publicar o texto parcial elaborado pelo jornalista.

Falar sobre política e golpe militar durante um período de governo autoritário no Brasil era complicado, mas o JB decidiu arriscar, por insistência de seus editores. Quando se soube da morte de Allende naquele 11 de setembro, a redação recebeu uma comunicação das Forças Armadas, informando que estava proibida qualquer manchete ou foto em primeira página sobre a morte do presidente. Uma decisão que foi habilmente contornada pela equipe: decidiu-se publicar, na primeira página, uma notícia sobre o ocorrido em tamanho 24 (o maior para as máquinas da época), em itálico, acompanhada pelo L dos classificados. Sem fotografias e outras matérias na capa, o JB daquele dia destoava nas bancas e, por isso, esgotou em poucas horas.

“O presidente Salvador Allende, do Chile, suicidou-se ontem com um tiro na boca no palácio La Moneda, segundo dois repórteres do jornal El Mercurio, que entraram no palácio e viram o corpo reclinado no sofá no meio de uma poça de sangue”, anunciavam as primeiras linhas do texto, que terminava com um breve panorama sobre a crise econômica no país andino e a indicação de que uma Junta Militar tramava sua deposição. A edição trouxe problemas políticos para a empresa: o diretor Nascimento Brito, descontente com a audaciosa manobra, demitiu Dines e outras pessoas da equipe meses depois<sup>124</sup>.

---

<sup>124</sup> Outros fatores também contribuíram para a demissão de Dines, mas o jornalista em diversas entrevistas relata que este foi o estopim para que sua temporada no JB chegasse ao fim.



Figura 14 Capa do Jornal do Brasil publicada em 12 de setembro de 1973, na ocasião da morte de Salvador Allende e consequente golpe no Chile.

Em relatos, Lemos e Dines assumem para si a ideia da capa que se consagrou na história da imprensa brasileira: no período da abertura política, a edição foi eleita em uma narrativa institucional como símbolo de resistência política, assim como mais algumas edições (como a publicada em 14 de dezembro de 1968, com anúncio de que o governo de Costa e Silva baixara o AI-5). Em depoimento<sup>125</sup> ao Centro de Cultura Memória do Jornalismo (CCMJ), Lemos diz que um inspetor de polícia pessoalmente o visitou naquele dia para fazer com que assinasse um documento anunciando que estaria ciente das implicações legais que a possível publicação de uma manchete sobre o caso poderia lhe trazer:

<sup>125</sup> Depoimento a Carla Siqueira e Caio Barretto em 28/07/2008.

“É proibido fazer sensacionalismo com o caso Salvador Allende”. Eu digo: ‘Olha aqui, esse jornal não é sensacionalista, nós não fazemos sensacionalismo, se o senhor me explicar o que é sensacionalismo eu obedeco mas sem me explicar não posso lhe obedecer’. Aí ficava o Noronha entrando na sala, o Fenefi, cada hora vinha um, Dr. Brito estava viajando, ligaram para o Bernard Campos, que era o segundo dele. Ele disse: “o senhor dá licença para dar um telefonema”. Naquele tempo não tinha celular. Ele liga para outro e diz: “o rapaz está dizendo que não sabe o que é sensacionalismo, eu vou ter que explicar e eu não sei explicar o que é sensacionalismo”. Do outro lado disseram qualquer coisa e ele diz para mim: “não pode dar manchete”

O jornalista conta que depois dessa conclusão, que não poderia haver manchete, chamou José Carlos Avelar para fazer a capa e que iria arriscar fazer a manchete, só que sem manchete. Junto com Dines, elaboraram a capa que tão logo circulou na manhã seguinte, esgotou. Lemos lembra: “Vou fazer sem manchete, eu disse. E fiz uma página sem manchete que era uma porrada. Mandei compor em corpo 18. Virei para o Dines e disse: ‘Vai ficar mais violento do que sem manchete, vai ser uma porrada’. ‘Ele não disse que era para dar sem manchete, vai em frente’. Eu fui”.

Também em depoimento ao CCMJ (em 17/9/2008), Dines lembra que sua situação no jornal já estava delicada naquele momento, para ele, sua “resistência e determinação foram cedendo” e em setembro de 1973 não resistiu: depois da publicação da edição especial sobre a crise no Chile, Nascimento Brito precisou contornar a situação política delicada em que o jornal estava imerso e não tardou para demitir Dines e renovar a equipe. Para o jornalista, não houve qualquer instrução da diretoria para que a ideia da página sem manchetes não fosse realizada. Ele relata:

Quando eu já estou em casa jantando, 10 e meia da noite, uma coisa assim, toca o telefone da redação... “Dines, chegou uma ordem aí da polícia, proibindo que o assunto do Chile seja dado em manchete, não querem destaque, não querem manchete...”. Peguei o carro e voltei pra redação. (...) Fui pra lá e estava presente o vice-diretor, Bernardo da Costa Campos, um homem de confiança do Brito, parente dele, e um homem de confiança, da direção, nunca se meteu com jornalismo, mas ele estava lá, achei estranho, mas falei: “A gente vai cumprir estritamente, eles não querem manchete, fazemos um jornal sem manchete... Vamos fazer um negócio: tira a manchete, vamos dar aí três ou quatro blocos, corpo

maior possível, contar essa história toda, sem manchete, e essa história, ela vai servir de manchete... Nós estamos cumprindo estritamente as ordens da censura, estamos fazendo um jornal em que Allende não está na manchete”. E no dia seguinte foi aquela coisa.

A proporção do suicídio de Allende foi tão grande no JB que, conforme a equipe da redação se unia para preparar a edição daquele dia, a Pesquisa se duplicava em fornecer materiais de apoio para a edição principal e também preparar um encarte que seria vendido separadamente, com o retrospecto do governo socialista chileno, tão logo ficasse pronto. Tudo Sobre era uma ideia antiga de Dines que encontrara naquele dia a oportunidade para se materializar em um primeiro número: *Tudo sobre a queda de Allende*. Com *Tudo sobre* nascia a Edições JB, uma editora coordenada pela Pesquisa que tinha o intuito de editar os subprodutos informativos do JB. Com a mudança editorial no jornal, Edições seria extinta, assim como o que produzia. Era o fim de uma forma de pensar e fazer notícia no JB daquela época.

Mas no jornal do dia 12 de setembro, a Pesquisa assinara textos similares aos que estavam por vir na edição especial: foram aprontados dois quadros explicativos com dados de arquivo, sob o selo “Pesquisa JB”: *Forças Armadas, o último recurso* (p.2), que discute outros momentos em que as Forças Armadas chilenas intervieram no processo político; e *As limitações do regime* (p.7), matéria que acompanhava a cobertura sobre a aceitação internacional da Junta Militar no Chile, abordando a vertente socialista no governo de Allende e apontando de forma a rivalidade entre Executivo e Legislativo teria influenciado na crise econômica que fomentou as revoltas populares em seu último ano de governo. Assim como os dois textos publicados na edição regular do JB, o viés dos textos publicados no material especial que circularia nas principais cidades brasileiras no dia 15 de setembro também priorizava fazer um levantamento dos aspectos econômicos e políticos por trás da crise, contextualizando a morte de Allende como produto de uma crise generalizada que tinha o setor militar como principal oposição às medidas liberais implementadas no país.

### 3.2.1. O passado no presente

Na euforia de produzir uma edição com a cobertura completa dos acontecimentos no Chile (com direito a um selo na edição matutina, que trazia sob a foto de Allende acenando com um lenço branco o título *A queda de Allende*), a equipe da Pesquisa aproveitou o embalo para iniciar a produção do material especial. Se envolveram neste projeto de fôlego: Roberto Quintaes, Mario Pontes, Silio Boccanera, Luzia Peltier e Mauro dos Santos (do Texto); contaram com o apoio de Walter Paula Castro, James Ferry, Jair Montenegro e Aldemar Vaz Pereira (Documentação e Acervo Fotográfico).



Figura 15 Capa de 'Tudo sobre a queda de Allende', material editado pela Edições JB, com tiragem de 20 mil exemplares, que esgotou assim que chegou às bancas no dia 15 de setembro de 1973

A ideia era aproveitar a pesquisa envolvida na cobertura do acontecimento, aprofundando sua abordagem – já que o espaço destinado à notícia era limitado, na edição diária -, e vendendo de forma separada. *Tudo sobre* seria subproduto da pequena editoria Edições JB, que abraçava outras produções do JB sob coordenação da Pesquisa,

como *Cadernos de Jornalismo e Comunicação, Essências e Brasil S.A.* O primeiro número foi justamente a queda de Allende.

Em entrevista ao Jornal do JB (n.96, p.3), em 1973, Roberto Quintaes faz propaganda do novo produto: “sempre que um fato justificar, *Tudo sobre* vais às ruas. Que tipo de fato? A queda de um elevador com numerosas mortes, por exemplo”. Assim, em um ano, poderia haver muitas edições do material ou nenhuma. Quintaes afirmava que a publicação era indicativo de uma tendência de mercado: “Não temos certeza de que isso vai acontecer, mas pelo menos é o que tudo indica”.

Para a produção de *Tudo sobre a queda de Allende*, a Documentação separou havia algumas semanas uma pasta exclusiva para registrar informações sobre a crise do governo democrático de esquerda de Allende: assim que se soube da morte do presidente, a preparação começou. A equipe envolvida sequer voltou para casa para dormir ou tomar banho. Ficaram durante três dias na redação até conseguirem finalizar o material, que tinha como objetivo, como assinalou o prefácio, “aprofundar o registro dos acontecimentos”. O produto foi vendido nas bancas das principais cidades do país por C\$3 (aproximadamente R\$11) no dia 15 de setembro: ao cabo de poucas horas, os 20 mil exemplares estavam esgotados.

Quando conversei com Alberto Dines, ele se alegrou com o fato de o assunto ter vindo à tona. Ao esmiuçar a memória a procura de informações sobre a produção de *Tudo sobre*, ele disse que, assim como a Pesquisa começara a editar naquele ano os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, ficara ao cargo do setor levar adiante este novo produto, que, como lembra, teria a segunda edição inteiramente sobre Fórmula 1. A justificativa de Dines era que embora a Pesquisa trabalhasse “premiada pelo tempo, era menos premiada do que a reportagem”. Portanto, decidiu aproveitar os bons redatores e pesquisadores para passar a tarefa para o setor. Ele lembra:

Você lembrou bem... *Tudo sobre Allende*... Acho que eu tenho um exemplar. Não era em formato tabloide, acho que era metade de um tabloide. Lembro que a gente rodou em tabloide, mas depois teve que cortar e grampear. Vendeu separado. Porque ali eu queria fazer um produto chamado *Tudo Sobre*, que sairia uma vez por mês, feito pelo JB, mas para vender separadamente. E a direção do jornal confiava muito em mim, sabe, deixavam que eu desse as ideias e deixavam... Claro que desde que não fossem ideias malucas... Mas eles davam suporte. Essa nós fizemos. Mas nós não fizemos um

segundo, não, porque isso também eu já estava saindo do jornal. Saí logo depois, inclusive saí por causa do Allende. Mas não por causa desse produto, mas foi por causa daquela manchete. Ou melhor, por causa daquela página sem manchete.

O material explicava de maneira educativa e em cinco capítulos o passo a passo do governo de Salvador Allende: do momento em que foi eleito à deposição. O material foi dividido em: “Relato completo da crise chilena desde as eleições de 1970”, “Documentário fotográfico dos momentos culminantes”; “Dossiê sobre a história, a economia e a vida política no Chile”; “Biografia das primeiras personagens envolvidas no drama”; “Análise das situações que levaram à derrubada do governo”. Aspectos econômicos, políticos e sociais de seu governo foram trazidos à tona com base no que a Documentação tinha arquivado sobre a situação, além de contar com informação da memória dos próprios redatores.

Em nossa conversa, Roberto Quintaes reitera que *Tudo sobre* já estava projetado antes da morte de Allende: uma equipe de diagramadores inventara um formato (a princípio, tabloide), fontes e disposição de possíveis imagens e capítulos. Só faltava organizar o que seria feito a partir dali. Quintaes conta que quando Dines soube da morte de Allende, correu na Pesquisa e falou para o então coordenador da editoria: “Chegou a hora da gente fazer o número 1 da nossa Veja”. Segundo ele, todos os setores teriam participado do processo “colocando lenha na fogueira como se fosse uma locomotiva antiga”. Com muito ânimo, conta:

Nós fizemos o *Tudo sobre o Chile*, com a Pesquisa inteira trabalhando pra esse número 1: era o Dines e o Lemos trabalhando como maestros perguntando o tempo inteiro como é que tá a pauta, com é que tá isso, como é que tá o sumário, como tá aquilo... Eu era o “regente” dessa coisa toda e uma parte dos redatores da Pesquisa fazendo texto conforme o roteiro, a Documentação levantando dados, a Biblioteca abastecendo com referências bibliográficas. A gente fez o *Tudo sobre* em uma semana e tivemos a maior repercussão, mas ouvimos: “Acabou a brincadeira, não vai haver outro”.

Com o acirramento do desentendimento entre Dines e Nascimento Brito, o editor-chefe seria demitido no final de 1973 e todos os seus subprodutos, extintos. Em tom de lamento, Quintaes conta que com as demissões e as novas bases da linha editorial do jornal fizeram com que a Pesquisa fosse “progressivamente desmanchada”:

mesmo os outros setores do departamento, como a Documentação, sofreram com a redução de investimentos por parte da direção.

A quantidade de fontes, material-fonte, foi intensamente reduzida, a área de texto foi desativada [alguns mudaram de área outros saíram do jornal]. Se alguém no jornal queria um texto com cheiro de pesquisa esse texto tinha que ser feito pelos redatores nas editorias. Minguou muito. Se nós assinávamos 30/35 jornais, passamos a assinar menos de 20. O material, fichas, índices, nós assinávamos uns oito, ficamos só com dois. O jornal que a pesquisa ajudava a existir, sofisticado, requintado, culto, inteligente, *Tudo sobre*, pra ajudar o leitor a entender “Porque o Irã queria ter um programa nuclear”... Essa pesquisa deixou de existir.

*Tudo sobre* teve, portanto, apenas um número: a queda de Allende. Do início ao fim, o jornal narrou de forma objetiva uma série de eventos que perpassaram o governo socialista e que poderiam ter influenciado sua derrocada: ancorado no presente, selecionava material no passado de forma que pudesse justificar a “atual conjuntura”.

No dossiê, a estrutura básica era: título que indica uma situação como iminente, comentário editorial contextualizando o assunto e indicando qual a estrutura de reportagem usada no dia do evento; notícia na íntegra que relata o acontecimento descrito. Na página 14, por exemplo, *Alimento começa a rarear no final do primeiro ano*, indica que, ao mesmo tempo em que Allende comemorava o primeiro ano de seu governo, indícios de que uma crise econômica estaria por vir já eram perceptíveis aos olhos do correspondente enviado ao local. A apresentação de “contextualização” indicava isso: “Ao fim do primeiro ano de governo socialista, a situação se agravava bastante. (...) A fim de escrever sobre o primeiro aniversário da administração de Allende, foi mais uma vez a Santiago o correspondente do JB para a América Latina, Jayme Dantas”. Em seguida, a reportagem escrita por Dantas servia como “comprovação” daquilo que se dizia antes. “Mas não tem sido de flores esta caminhada chilena em direção ao socialismo pela via democrática como a entendem o presidente Allende e os que apoiam a coalizão da unidade popular”...

Dessa maneira, se localizava enquanto veículo importante para se entender os fatos da atualidade, uma tendência, que como viemos mostrando, aparece em inúmeros momentos de forma bem particular, desde que a Pesquisa fora criada.

De um jeito diferente ao que realizou na cobertura do homem à Lua ou mesmo na elaboração do Jornal do Futuro, o JB também tentou reforçar seu lugar enquanto meio de se entender o futuro, ainda que lançasse por meio de *Tudo sobre* um olhar em direção ao passado (reforço que isso ocorre diariamente nos meios de comunicação, conforme reflete a pesquisa de Letícia Matheus, mas tento perceber aqui as minúcias desta relação entre as dimensões do tempo no JB, naquele momento). Neste momento, comercializa uma interpretação apoiada no farto uso de imagens e na utilização retórica do passado sistematizado, tendo como gancho a atualidade da notícia; e ainda reforça seu papel enquanto veículo fundamental na escrita do acontecimento na cena pública.

Algumas passagens ilustram a intenção do jornal de se colocar como um intérprete do presente e adivinho do futuro, por meio de uma narrativa espetacular. Em *O prólogo do drama*, na primeira página do Capítulo I, o JB ressalta a concorrência acirrada no pleito de 1970 do qual Allende saiu como vencedor. Segundo o jornal, a agitação social era “um prenúncio da radicalização”: “O clima de exaltação, mas ao mesmo tempo de incerteza e esgotamento, foi descrito por Carlos Castilho, enviado especial do Jornal do Brasil, em correspondência publicada em 1 de setembro de 1970” (p.3). O jornal também se coloca como símbolo de presságio do desenvolvimento político em: *Oposição do Congresso faz prever crise de esquerda*, quando destaca que “os contornos que essa crise deveria assumir foram previstos com grande lucidez por Carlos Castello Branco, comentarista do JB, em artigo publicado a 8 de setembro de 1970”, seguido da transcrição integral do texto citado (p.7); e *Apreensões e justificativas*, texto em que o JB afirma que em “4 de novembro, Salvador Allende empossava-se como presidente do Chile. Em um dos editoriais, o JB expressava preocupação com os rumos políticos daquela nação latino-americana, firmando uma posição que seria reiterada muitas vezes no curso dos 34 meses seguidos” (p.9).

Na primeira parte da publicação, o que se vê é pouco da “história da crise chilena” e muito da própria trajetória do jornal vista por ele mesmo, endossando possivelmente seu papel como agente do tempo, capaz de articular o passado no entendimento do presente, mas também no sentido de antecipar o futuro. O JB aqui se localiza no presente para olhar o passado, identificando o registro jornalístico como fonte de história par o futuro, um fenômeno que reforça ainda mais a importância da mídia na atualidade, enquanto produtora de notícias.

Antes de cada reportagem reproduzida, um comentário interpretativo e de contextualização anunciava um panorama da situação, dentro de uma lógica encadeada temporal, e a matéria da época logo abaixo servia como tipo de comprovação daquilo que se dizia. Parece significativa a tentativa de se colocar no centro da relação com o tempo.

Assinado por Alberto Dines, o prefácio de *Tudo sobre a queda de Allende* chama-se *Jornal e História* e tenta anunciar não apenas o que o leitor encontra nas páginas seguintes, mas também lançar as bases para um novo produto que seria publicado outras vezes, por conta de uma pretensa preocupação editorial com a interpretação do acontecimento e o papel do jornal como “testemunha ocular da História”.

No texto (na íntegra no *Anexo 7*), há um reforço da necessidade defendida em outros momentos de se aprofundar de forma crítica na cobertura dos acontecimentos, afirmando que o JB “tem também a consciência dessa missão documental que lhe cabe”; e que, ao fazer notícia, o jornal “numa perspectiva distinta”, contribui para “fazer história”. Conforme mostra o trecho abaixo:

Podemos dizer que este caderno vem sendo preparado há três anos. A vasta e substancial matéria de que o Jornal do Brasil dispõe, impressa em suas páginas, permite nos trazer a público, em tempo recorde, um documentário como este que aqui se oferece ao leitor: Tudo sobre o Chile. Testemunha ocular da História, o repórter opera sempre num campo minado pelas paixões e emoções, a começar pelas próprias. Seu esforço pela objetividade e pela isenção é meritório e digno de todo o respeito. Sua visão não é, nem pode ser a do historiador. Seu trabalho transcende, porém o dia-a-dia, porque o interliga. (Tudo sobre a queda de Allende, Jornal do Brasil, 1973, p.2)

Esta centralidade que o jornal tenta criar em torno de si na escrita do acontecimento também aparece quando assume a premissa de dizer “tudo sobre” alguma coisa. Como se o JB, a partir de sua interpretação do acontecimento pudesse resumir a totalidade dos fatos e estivesse oferecendo ao leitor, a possibilidade de consumi-lo: “fiéis à missão da imprensa, que não se anulou, mas se aprofundou a partir do aparecimento dos meios de comunicação de massa, tratamos diariamente de não

apenas da informação sobre o Chile, mas também de entendê-la, de pô-la no registro exato e de interpretá-la”.

Neste material, aparece também a ideia de valorizar o trabalho do jornalista por traz do fato, como ocorria em outras publicações extras do JB, que tentavam discutir não somente o acontecimento, mas também a produção da notícia. No caso da cobertura especial da crise política chilena, Dines comenta no texto de abertura sobre a dificuldade do trabalho de um correspondente, que poderia ser superada por um “bom jornalismo”. Ao realizar um bom trabalho, a reportagem saberia como transpor as barreiras mais complicadas “inclusive aprimorando a criatividade, para requintar com esforço e paciência esta antiga e inesgotável arte de fazer jornal. *Tudo sobre o Chile*, esperamos, é um testemunho vivo de que isto é possível”.

Na página 53, durante o fechamento da análise política da cobertura da crise econômica e social, esta postura também se evidencia. Ali, a Pesquisa afirma que na manhã do dia 11 de setembro de 1973, “o drama chileno chegou ao final de seu último ato”, indicando que Humberto Vasconcellos “estava próximo do foco principal das operações militares e viu La Moneda ser destruído pelo canhoneio”. E informa que Vasconcellos fora o único jornalista estrangeiro que, “naquele dia conseguiu transmitir um despacho para o exterior, até o momento que a comunicação foi interrompida”. Em seguida, reproduz-se a íntegra do texto escrito pelo editor, que fora publicada na capa da edição do dia 12 de setembro e que, não por acaso, era a capa de *Tudo Sobre* – um outro indício de que talvez o jornal estivesse dando mais ênfase à sua cobertura do que ao “aprofundamento dos acontecimentos”, conforme anunciara.

Na página seguinte há um interlúdio, que divide a primeira da segunda parte: funciona como uma abertura do capítulo *Chile/Dossiê* e faz um resumo do conteúdo abordado. Por meio de uma narrativa educativa e explicativa, há o direcionamento do olhar do leitor. E também o realce do papel do jornal como analista e crítico da sociedade. Um veículo com que o leitor pode entender o mundo ao redor.

Esta posição se firmaria por meio do argumento histórico: o conhecimento sobre o passado faz com que o jornal ocupe uma posição no topo das relações de poder na hierarquia social. Conforme aparece no trecho abaixo:

Os dramáticos acontecimentos narrados nas páginas anteriores tiveram como pano de fundo um pequeno e pobre país, cujas dificuldades políticas e econômicas

duram há mais de um século. Para que o leitor possa compreender com maior profundidade a evolução e o significado dos fatos, este dossiê reúne uma considerável massa de dados sobre o meio físico, cultural e histórico ante o qual se desenrolaram. O dossiê abre-se apresentando o leque das forças políticas com seus numerosos partidos – quadro em que se destacam a fragmentação da esquerda e a coesão dos conservadores. Segue-se uma cronologia, tanto quanto possível detalhada, dos principais momentos da evolução da crise iniciada com a eleição de Allende. Os tópicos seguintes são dedicados aos personagens principais do drama: os líderes partidários, os chefes militares, os autores do projeto econômico que acabou de levar o país ao caos. (*Tudo sobre a queda de Allende*, p.53)

Este interlúdio parece funcionar como um divisor de águas no material, separando aquilo que o jornal vê como a história escrita pelos meios de comunicação - já que na primeira parte, se posiciona como testemunha participante dos acontecimentos; daquilo que acredita ser uma história imutável, depositada em um passado imóvel e longínquo, que pode ser acessada por meio do arquivo ou pela historiografia - nas páginas seguintes, há a reprodução de dois documentos elevados à categoria de históricos, assim como uma digressão contando trajetória político social do Chile desde a colonização até a crise do regime democrático.

Dos dois documentos tidos como históricos estão: o Programa de Unidade Popular, apresentado na ocasião da candidatura de Allende à presidência, em 1970; e a nota por meio da qual a Junta Militar explicou no dia 12 os motivos que levaram as Forças Armadas à derrubada do presidente socialista. “Um é o marco inicial de uma era; o limite ante o qual ela se torna o passado”, afirma.

A partir deste momento, há algumas páginas de cronologia taquigráfica com os principais acontecimentos do governo de Allende enumerados em uma narrativa pontual e linear; perfil dos “principais envolvidos na história”, como “líderes políticos” (Jorge Alessandri, Carlos Altamirando, Eduardo Frei, Carlos Prats), membros da Junta (Augusto Pinochet, José Toríbio Merino Casto, César Mendonza); e artigos que representam bem o outro tipo de matéria produzida na Pesquisa desde 1964: *A terra, o povo, a história: período colonial, Da independência a Allende, Meio século de sucessão, Chile – a economia e os centros urbanos, O panorama físico e A riqueza que vem da terra.*

Tanto antes quando depois do interlúdio, o jornal se encontra (e quer destacar esta posição) como um agente do tempo: ora registrando os acontecimentos do tempo presente, ora recuperando o conhecimento científico sobre o passado e com ele explicando a realidade para a sociedade. Esta separação (que pode ser gráfica, física ou subjetiva) entre um presente histórico e um passado que serve como recurso explicativo do presente com vistas para o futuro representa o modo com que o jornal lidava com sua época. Sempre trabalhando as demais temporalidades no presente, no intuito de reforçar, como viemos dizendo, a ideia de atualidade do jornalismo e de importância da cobertura midiática na construção dos acontecimentos. A este uso do passado que pode ser visto materializado nas páginas do JB naquele momento, chamamos de sistematização.

## **Considerações finais (ou a sistematização do passado)**

“O que mais me incomoda é uma historiografia que não se mostra muito preocupada com o mundo ao qual pertence”  
(Cardoso, 2013) <sup>126</sup>.

Chamamos de sistematização do passado uma forma específica de usos do passado no Jornal do Brasil, entre 1962 e 1974. Desenvolvemos a ideia de que o jornal, naquele momento, engrenava o passado no presente social dentro de uma lógica própria, com a finalidade de reforçar a atualidade da notícia, ao mesmo tempo em que a contextualizava (e essa contextualização se dava por meio de um discurso apoiado em pesquisa e material de arquivo). Os usos do passado naquele momento eram elaborados para atender necessidades do presente, dentro de uma estrutura de pensamento jornalístico sobre atualidade. Quando, por exemplo, a imprensa brasileira passa a se envolver em grandes coberturas jornalísticas de acontecimentos, o JB usa o passado também como elemento de consumo (para aumentar vendas em banca), em uma estrutura narrativa que busca prender a atenção do leitor, tornando um evento ordinário, sensacional. Naquele período (mas sobretudo de 1990 em diante), começa a se tornar comum o uso do adjetivo “histórico” para designar eventos considerados importantes no presente, com possibilidade de serem grandes marcos do passado, já em um olhar futuro. Ao fazerem isso, os meios de comunicação reforçariam ainda seu próprio papel enquanto testemunhas fundamentais na construção do acontecimento e, também, da memória da sociedade.

Um dos principais meios pelo qual esta nova forma de pensar a notícia e a atualidade se materializou foi no Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil. Criado e integrado por jornalistas, o DPD se tornou editoria, em 1964: nesta dissertação, nos

---

<sup>126</sup> Entrevista: Ciro Flamarion Cardoso. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: setembro de 2012.

esforçamos para compreendê-lo dentro desta nova forma de entender a notícia a partir de uma lógica jornalística.

Como foi mencionado no Capítulo 2, tínhamos em mãos documentação interna, com informações importantes sobre o funcionamento do departamento. E tentamos compreendê-lo em diálogo com a lógica de experimentação do tempo e elaboração da notícia, dentro de uma nova estruturação da linguagem jornalística na imprensa brasileira, sobretudo no JB. Desde o início, me chamou atenção o fato de que um arquivo, inicialmente caracterizado como “morto”, ganhou movimento a ponto de transformar-se em editoria de peso similar às seções que estavam em criação no jornal. Setor que produzia textos críticos, analíticos e que ofereciam ao leitor a possibilidade de compreender os fatos cotidianos pelo consumo de informações passadas – trabalhadas e retrabalhadas no presente, com intenção de, também, se tornarem fonte para o futuro.

Além da produção textual, DPD se tornou referência em pesquisa e catalogação de informação. Um modelo que rapidamente foi adotado por outros veículos de comunicação, mas que não foi reproduzido em igual escala – ao longo dos capítulos, vimos que o ideal de grandeza da empresa se refletia no setor, que chegou a ter 40 funcionários em seus diferentes setores, em 1970. Uma grandeza desproporcional que o JB não foi capaz de sustentar.

Apesar de haver uma farta bibliografia que enfatize os anos 1990 como momento em que se reforça nas sociedades ocidentais o “boom de memória” (o consumo do passado em larga escala) e a consolidação de um regime de historicidade “presentista”; é possível perceber com base na análise do nosso material que esse desejo de passado desponta nos anos 1960, em um momento de crise na ordem do tempo. Se compreendermos o período como um momento de “brecha”, dentro da acepção sugerida por Hannah Arendt (2011) e desenvolvida em grande medida por Hartog (2013), aceitamos a ideia de que seja típico destes momentos a sobreposição de noções de temporalidade e experiências de existência. Tendo o jornal como espaço de representação do real em um meio social, podemos perceber (sob diversos olhares) a maneira como esta experiência de tempo se dava.

No Capítulo 1, apresentamos o departamento e o inserimos em um contexto local e global, para entender melhor de que forma as dimensões do tempo eram percebidas e, logo, representadas de maneiras distintas no jornal. Sistematização é uma forma de organizar, dar sentido e coerência a um conjunto ou estrutura, em um processo

contínuo. A sistematização do passado no JB seria a tentativa de estabelecer um padrão de organização do uso do tempo pretérito no presente social, em acordo com a lógica jornalística. E tentamos perceber essa tentativa de estabelecer uma ordem à percepção e materialização das dimensões do tempo no JB, a partir da observação de alguns fenômenos.

Um deles seria, por exemplo, a segmentação do passado do presente nas páginas do jornal, por meio de fios e também pela criação de uma assinatura para a Pesquisa – que aparecia acompanhada dos textos que tratavam de assuntos “passados”. Assim que a editoria foi criada, em 1964, as notícias assinadas por ela vinham amparadas fios negros que emolduravam os retângulos de texto. Ainda que o projeto gráfico de Amílcar de Castro viesse retirando este recurso de separação de colunas desde 1956 – a adoção do espaço em branco foi feita aos poucos. De alguma maneira, pensou-se que o passado, vindo à tona em um tipo de discurso bem esquemático, em tom explicativo e educativo, podia ser amparado por fios. A separação deste tipo de conteúdo da notícia diária ajudava a reforçar a ideia de atualidade do jornalismo, em um contexto que, cada vez mais, se prezava a velocidade da transmissão da informação e do testemunho “ao vivo”.

Em poucos anos, os fios sumiram, mas continuou possível identificar um produto da Pesquisa, por meio de seu “selo de qualidade”, conforme Alberto Dines gostava de chamar. As matérias do DPD eram assinadas: Departamento de Pesquisa do JB (até 1965), Departamento de Pesquisa (até 1972), Editoria de Pesquisa (apenas em 1972) e Pesquisa JB (até 1974).

Tentamos também compreender o dia a dia do Departamento, levando em consideração os usos do arquivo no jornal, dentro desta lógica específica de ordenar a experiência do tempo. No Capítulo 2, fizemos uma espécie de passeio pelas dependências da redação em suas diferentes sedes, tendo como base a memória dos vivos e relatos presentes em cartas e documentação institucional (assim como periódicos de circulação interna, como o Jornal do JB). Primeiro, vimos como se deu a organização do Texto, já que os outros setores nasceram a partir dele: um local em que se concentravam os melhores redatores do jornal, capazes de elaborar matérias criativas, sobre diversos assuntos, variando entre cultura erudita e popular, esportes, filosofia e ciências humanas, história das ciências naturais, retrospectos políticos e econômicos, assim como análises críticas e prospecções sobre conjunturas futuras.

Depois, vimos em detalhes como se formou a Documentação (subdividida em Recortes – marcação, corte-cola, catalogação -, Índice JB e Biblioteca). Percebemos que a função do arquivo dentro do jornal mudou, assim como sua localização geográfica na redação. Em 1973, o JB foi transferido para a Avenida Brasil: um prédio enorme, organizado, imponente. Projetado a partir dos ensejos da década passada, com o que se cria ser de mais moderno. A partir de traços arquitetônicos de uma planta que visava atender às demandas do jornal, a redação também foi segmentada. A Pesquisa, por possuir prestígio no JB de Carlos Lemos, ajudou a construir um espaço que a tornaria cada vez mais isolada e apenas aceleraria o processo de separação completa entre produção de texto e arquivamento de informação.

No meio do caminho, passamos pelos usos do passado no arquivo e tentamos compreender quais são as forças que movem o ato de catalogar: tonar organizada a informação para que seja pesquisada futuramente. Também vimos que este ato perpassa necessidades e concepções de linguagem do presente: o material era catalogado e indexado conforme os usos do arquivo e as necessidades de seu público alvo, os jornalistas.

Mas os usos do passado também dialogam de maneira muito forma com outra dimensão importante do tempo, o futuro. Por meio da análise da narrativa construída pelo JB em torno de dois acontecimentos importantes do século XX, tentamos entender de que maneira se teceu uma autoimagem de “testemunha ocular da história”. O JB, tanto na cobertura da chegada do Homem à Lua, em 1969, quanto na produção do caderno *Tudo sobre a queda de Allende*, em 1973, comercializou o passado, quando seus leitores ansiavam por um futuro que, a cada dia, se tornava presente e, logo, passado. Somente por meio da análise da elaboração da narrativa jornalística em torno do acontecimento seria possível visualizar esta relação entre as dimensões do tempo, vivenciadas pelos jornalistas que produziam o JB de cada dia.

Foi por isso que chamamos atenção para a ideia de futuro nos anos 1960 e também ao fato de que a maioria das matérias relacionadas às especulações do *por vir* foram elaboradas pelo DPD. Não houve tempo suficiente para fazer uma análise profunda do Jornal do Espaço e Jornal do Futuro, seções que, juntas, foram publicadas entre 1965 e 1972, com a chancela da Pesquisa; e cujo objetivo era especular sobre os avanços da astronáutica, medicina, transportes, engenharia. Em um momento em que os

olhos do mundo olhavam para a Lua, o passado retrabalhado no jornal parecia surgir como “espaço de experiência” para dar sentido ao “horizonte de expectativa”.

De forma distinta, tentamos explorar este consumo do passado por meio da publicação *Tudo sobre a queda de Allende*, quando o jornal se propôs a contar “tudo sobre” o governo chileno, reforçando seu papel enquanto “testemunha da história”. Pelas páginas, pretende contar a história por meio de seu arquivo e oferecer ao leitor também um ponto de vista dos bastidores da notícia. O jornal reforçou seu lugar enquanto referência do real ao construir um discurso de testemunha indispensável dos acontecimentos, com visão privilegiada do curso da sociedade (se posicionando em algumas vezes como veículo que conseguira prever determinados eventos).

A saída de Alberto Dines do jornal parece ter antecipado uma conjuntura que poderia demorar um pouco mais para mudar, mas não tardaria. Conforme mostramos no Capítulo 2, nos anos 1970 e, principalmente, 1980, o mercado jornalístico mudou, impulsionado pelas tecnologias que agilizaram cada vez mais o acesso à informação. A qualificação dos profissionais da área também fez com que os jornalistas acumulassem em si múltiplas funções, que antes eram divididas por muitos: deixa de existir aos poucos a figura do pauteiro, copidesque, e, também, arquivista-pesquisador. O repórter acumula em si os atributos e se torna cada vez mais responsável por aquilo que produz. Isso cria uma transformação no mercado jornalístico, reduzindo as proporções das redações antigas, que, para os padrões financeiros de hoje, são insustentáveis (diante também da crise dos anunciantes, que também não pretendemos discutir aqui). O repórter hoje é pesquisador, pauteiro, copidesque, secretário e quase produtor.

Por outro lado, produtos como o *Tudo Sobre* são muito comercializados. Jornais, revistas e programas jornalísticos de TV exploram à exaustão acontecimentos “monstruosos”, esgotando cada faceta, criando as mais mirabolantes relações entre eventos, personagens e lugares, tornando-os cada vez mais sensacionais. O ímpeto por testemunhar grandes eventos e poder reproduzi-los em larga escala (tendência potencializada pela internet e as recentes redes sociais), imediatiza a história e também banaliza o acontecimento “histórico” que, no passado, só podia ser alçado a tal categoria com o passar dos anos.

A ânsia de tornar os fatos sensacionais e fazer de si o principal veículo pelo qual se pode explorá-lo é ferramenta mais comum dos meios de comunicação de massa.

A informação é uma ferramenta com a qual se barganha credibilidade. E nada mais crível do que aquilo que já passou. Ao usar o argumento tido como “histórico” na atualidade, o veículo de informação tece redes de confiabilidade e, como consequência (ou seria como princípio?), poder. Análises retrospectivas podem ajudar a trilhar novos caminhos em um mundo que o futuro está cada vez mais curto em um presente efêmero, que se renova a cada instante.

Pode parecer forçado ou fora de época, mas talvez seja possível entender um pouco dos usos do passado pela imprensa, hoje, a partir de um olhar sensível lançado sobre o JB dos anos 1960, momento que identificamos enquanto de “brecha” ou “crise” na ordem do tempo moderna.

A demora para mapear os subprodutos do JB fez com que novos fatos só viessem à tona no final desta pesquisa. O trabalho custoso com a pluralidade de fontes documentais (encontradas no arquivo, que precisaram ser organizadas, digitalizadas, e transcritas) também colaborou para a falta de pontos finais em momentos diversos. Foi difícil encontrar fontes orais, já que partimos de um objeto empírico não estudado: após elaboração de uma lista de nomes, consegui contatar uma minoria, que foi de imensa contribuição para o trabalho.

A linguagem adotada nesta dissertação – em primeira pessoa, informal e com marcas de oralidade – não foi escolhida por acaso. Durante todo o tempo, tentei mostrar o passado como uma construção feita no presente, assim como tentei indicar a importância do discurso na reconstrução do “acontecido”. Por isso, evidenciei que o trabalho se trata de uma história do Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil, entre muitas possíveis; que foi escrita a partir de uma interpretação particular de fontes (orais e documentais) que trazem consigo disputas de verdade, silenciamentos, subjetividades. Considerei um dever elaborar uma estrutura narrativa que transparecesse que o processo de pesquisa e de produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais é permeado de tensões não-objetivas, que podem tocar o campo do sensível.

Não considero, portanto, o tema esgotado e, por isso, apresento a transcrição dos documentos de que tive acesso no acervo, no final da dissertação. Para que possam ser trabalhados por outras pessoas, sem a necessidade de uma busca laboriosa num arquivo que se perde pouco a pouco, no curso dos dias.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A Imprensa em Transição*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. RJ, FGV, 1989.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BARBOSA, Marialva. A narrativa, a experiência e o acontecimento fundador de novos regimes de visibilidade da TV brasileira. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, n.17, 2004: pp.153-172.
- \_\_\_\_\_. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauaad X, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Historia da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOSI, Ecleia. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ENNE, Ana Lúcia. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: *Revista Fronteiras – estudos midiáticos VI(2)*. Unisinos: julho/dezembro 2004.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERREIRA, Marieta. MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- FREUD, Sigmund. Lembranças encobridoras. [1899]. In: FREUD, Sigmund. *Edição Eletrônica de Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir, elaborar. In: *Obras Completas*, Vol. XII, p. 193-203, 1914. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2012.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade – presentismo e experiências de tempo*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.
- HERKENHOFF, A. *Memórias de um secretário – Pautas e fontes*. Rio de Janeiro: Zit, 2010.
- HOBBSAWM, E. *O breve século XX*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna RJ, 2000.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão – a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart (2006). “espaço de experiência e horizonte de expectativas”. In: *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 311-337 [original: 1979].
- LAPLANTINE, François. Antropologia dos sistemas de representação da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea à luz de uma experiência brasileira. In: JODELET, Denise (org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.241-159.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LESSA, Washington. *Dois Estudos de Comunicação Visual*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- LIMA, Patrícia F. de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, em 2006.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Estudos Históricos*. São Paulo, n.12, nov. 1998. p.63-181.
- LOWENTHAL, David. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Acai, 2010.
- MATTHEUS, L.C. “Transfiguração do tempo e do espaço: acontecimentos tecnológicos na imprensa do Rio de Janeiro”. In: *Revista Fronteiras*, vol.12, set/dez 2010.
- \_\_\_\_\_. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.
- MELO, Alice Carvalho. *Recortes do passado: uma reconstrução da história do Departamento de Pesquisa do JB (1964-1973)*. Rio de Janeiro, 2011. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.
- MIRA, Maria Celeste. *Circo eletrônico – Silvio Santos e o SBT*. São Paulo: Olho D’Água/Loyola, 1995.
- MURAKAMI, Haruki. *Kafka à beira-mar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

- NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia – um estudo das formas do passado*. São Paulo: Nankin, 2006.
- NAVA, Rosa Maria Ferreira Dales. *Saber para continuar: a história do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil e a implantação pioneira do jornalismo interpretativo no país*. São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 1996.
- NIETZSCHE, F. Genealogia da moral. In: *Edição Eletrônica de Nietzsche*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História*. São Paulo: PUC-SP, 1993.
- \_\_\_\_\_. O retorno do fato. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.
- PEREIRA JUNIOR, A. E. V. *Jornalismo e representações sociais: algumas considerações*. E-Compós, dezembro de 2004.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5., n.10., 1992, p.200-212.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A Mídia e a Cultura da Memória”. In: MATTOS, G., JAGUARIBE, E. e QUESADO, Ana. *Nordeste Memória e Narrativas de Mídia*. Fortaleza: Mídia Nordeste, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A história de seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. “História do Jornalismo no Brasil”. Florianópolis: Insular, 2007.
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SACRAMENTO, Igor Pinto. *Depois da revolução, a televisão: cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- SARLO, Beatriz, *Tempo presente*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria e giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

- SILVA, Sonia Maria Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2011.
- SPITULNIK, Debra. Anthropology and Mass Media. *Annual Review os Anthropology*, v.22, p.293-314, 1993.
- TODOROV, Tzvetan. *Los usos y abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- WINDER, Robert. *Crashed and burned*. The Guardian, 1/11/2008.
- WOLFE, Tom. *Lo que hay que tener (elegidos para la gloria)*. Madrid: Anagrama, 1984.
- VERÓN, Eliseo. *Construir el acontecimiento*. Barcelona: Gedisa, 2002.

### **Fontes primárias**

#### *Jornal do Brasil*

Edições abril de 1964 - janeiro de 1974.

#### *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*

Edições 1-46 (1968 a 1974).

#### *Jornal do JB*

Edições 1-96 (1965 a 1973).

#### *Nós do JB*

Edições publicadas entre 1974-1978.

#### *Jornal Mural do Brasil*

Edições publicadas entre 1975-1983.

### **Entrevistas realizadas pela autora**

Alberto Dines (19/4/2011)

Alice Ferry de Moraes (01/4/2014)

Fernando Albina Rosa (11/5/2011)

Floripes Marinho (06/5/2011)

Ismael Santos (13/4/2011)

Israel Tabak (19/8/2013)

Luiz Carlos Lisboa (11/4/2014)

Nelio Horta (14/4/2011)

Roberto Quintaes (04/12/2013)

Sérgio Fleury (07/7/2013)

Sonia Benevides (12/02/2014)

### **Entrevistas realizadas por outros autores**

Alberto Dines (17/9/2008), por Carla Siqueira e Caio Barretto. CCMJ.

Carlos Lemos (28/07/2008), por Carla Siqueira e Caio Barretto. CCMJ.

Janio de Freitas (09/10/2008), por Carla Siqueira e Caio Barretto. CCMJ.

Luís Edgard de Andrade (28/08/2008), por Carla Siqueira e Caio Barretto. CCMJ.

Luiz Paulo Horta (01/06/2010), por André da Silva Tunis de Virgiliis, Daniel de Lima Fraiha, Eduardo Butter Scofano e Pedro Leonardo Gomes de Carvalho. MJB.

Mario Pontes (12/01/2007), por Claudio Carneiro. Disponível em:  
[www.abi.org.br/entrevista-mario-pontes/](http://www.abi.org.br/entrevista-mario-pontes/).

Villas-Bôas Corrêa (10/9/2008), por Carla Siqueira. CCMJ.

### **Acervos consultados**

#### CPDoc JB

Av Paulo de Frontin, 568. – Rio Comprido, Rio de Janeiro.

CEP: 20261-243

#### Fundação Biblioteca Nacional

Avenida Rio Branco, 219 – Cinelândia – Rio de Janeiro.

Cep. 20040-008

Tel. (21) 3095 3879

Acervo pessoal - Alice Ferry de Moraes.

Acervo pessoal – Floripes Marinho.

**Sites consultados:**

[acervo.estadao.com.br/](http://acervo.estadao.com.br/)

[acervo.folha.com.br/](http://acervo.folha.com.br/)

[hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br)

[memoriaglobo.globo.com/](http://memoriaglobo.globo.com/)

[veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx](http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx)

[ccmj.org.br/](http://ccmj.org.br/)

[mjb.com.br](http://mjb.com.br)

[rhbn.com.br](http://rhbn.com.br)

## ANEXOS

## ANEXO 1

*[Transcrição de correspondência. In: JB História, Acervo de Recortes. CPDoc JB.]*

DE: Roberto Quintaes

Para: Alberto Dines.

Assunto: Pesquisa

Data: 29 de abril de 1969

### 1. Documentação

O principal problema da Documentação continua sendo a evasão de recortes, revistas, livros e até pastas. A assessoria de Métodos e Sistemas, após um exame do campo, propôs – com apoio do Departamento – o fechamento da estante. A isso se seguiria, adotado ao projeto técnico de reestruturação da Documentação, o aproveitamento também de um bibliotecário.

O acervo da Documentação é o que de mais importante existe no Departamento e tudo deve ser tentado para preservá-lo. Com uma estante fechada, teríamos a salvo as coleções de publicações da importância da Revue de Défense Nationale.

De imediato, criaram-se restrições à saída de pastas da área do Departamento e, na medida do possível, aproveitou-se o pouco espaço de alguns pequenos armários para manter trancados os livros mais valiosos.

#### A) Espaço:

Do ponto de vista do espaço, seria aconselhável o fechamento do corredor ao lado da estante, usado pelos funcionários do Arquivo de Fotografias. Essa passagem única força a Documentação a permanecer aberta mesmo quando todos os seus funcionários já foram embora.

Com relação ao espaço ocupado pelos armários, aprovamos também a sugestão de montagem de novo lance de estantes entre a Documentação e o Arquivo de Fotografias. No momento, a Documentação opera com mais de 10 mil pastas e a todo momento cresce o número de jornais, revistas, folhetos e livros consultados para enriquecimento das pastas.

Sobre o mobiliário, não se amplia à Documentação o estudo para uso de novas mesas.

#### B) Reforma de processo

Mais do que nunca é indispensável a adoção de novo sistema de consultas com copiadora.

#### C) Pessoal

Moacir de Andrade, responsável direto pela Documentação, observa em relatório interno:

“O segundo problema está na carência de pessoal, acentuada com as novas características da produção do Departamento. Trabalhando no ritmo antigo, já éramos numericamente deficientes (há muita coisa para por em dia: a abertura de pastas que não vinha e não vem sendo feita no mesmo instante do surgimento do assunto; parte do serviço de arquivo de biografias não foi mudado ainda para o Sistema Remington; desatualização dos índices do JB e do L’Express; parte dos livros encaixotados quando da reforma das instalações em dezembro-janeiro não foi ainda recolocada nas estantes. “

Cuidemos, inicialmente do Índice:

Quatro funcionários, além do datilógrafo, tralham no Índice JB. Sônia Vasconcelos, chefe do setor, coordena a atuação de José Afonso, Jessé e Amélia. A equipe

não é a responsável pelo atraso e Sônia já ofereceu sugestões, em novembro de 1968, para tornar o setor mais funcional.

Para intensificar a confecção do Índice, propomos o seguinte:

a) Aumento do número de horas do datilógrafo, que aceita (a contratação de um segundo datilógrafo foi afastada; Ajor está identificado com o trabalho e é bastante eficiente – além disso, ganha pouco. É importante pensar na efetivação de Ajor, que nos será útil enquanto houver Índice);

b) Contratação de mais um funcionário, para que um dos três secundários passe a fazer a revisão geral, atualmente tarefa exclusiva da Sônia;

c) Nivelar os salários em NCr\$596, à exceção de Sônia, e mudar o horário do Índice para a noite, a fim de aliviar a documentação na hora do rush.

Teríamos assim:

José Afonso Martins – NCr\$ 596

Jessé do Nascimento - NCr\$ 596

Amélia Nascimento – NCr\$ 596

Novo funcionário – NCr\$ 596

Para Sônia, de quem temos a melhor impressão e a quem esperamos entregar também o preparo do calendário do Departamento, sugerimos um salário em torno de NCr\$ 1 mil.

Vejamos agora a Documentação propriamente dita.

A distribuição dos funcionários por turnos, com atividades das 9 horas até o fechamento do jornal, é indispensável seguir-se o aumento do quadro, com duas admissões: uma para reforço da leitura e marcação e outra para reforço no preparo e atualização das pastas. Paralelamente, se promoveria uma revisão de tarefas e salários, da seguinte forma:

Moacir de Andrade – Chefe da Documentação e, no momento, substituto do Editor. Homem de maior importância. Chega às 11h e só vai embora quando tudo está encerrado; isso não acontece antes das 21 horas – NCr\$ 2.100,00.

Walter de Paula Castro – as condições de ser o segundo homem da Documentação – NCr\$ 744.

Elisa Patti – coordenadora da marcação e primeira orientadora do arquivo – NCr\$ 744,00.

Novo funcionário para reforço da marcação (só admitirá alguém gabaritado e isso não é difícil) – NCr\$ 596.

Francisco Jesus Vasconcelos e Márcia – NCr\$ 598.

Mário César – do Índice L'Express – NCr\$ 448.

Novo funcionário para reforço no preparo e atualização das pastas (há uma estagiária com excelente rendimento) – NCr\$ 329.

Com essas duas equipes assim formadas, teremos a Documentação rapidamente em dia e o Índice em ritmo acelerado para servir como dele se precisa.

Observação final: A Documentação necessita permanentemente de quatro máquinas de escrever (no momento, só dispõe de duas). Uma das razões é a adoção do preparo de fichas (sucessão de transplantes, assaltos a bancos, etc), no invés da conservação de recortes.

É chegada a vez do Texto. Aqui, tudo é mais fácil.

Proponho a criação de uma categoria intermediária entre NCr\$ 744,00 e NCr\$ 1.443 – poderia ser cerca de 1 mil (o salário seria igual ao de Sônia) – para corrigir distorções. Nessa categoria ficariam o correto Laymert e a muito responsável Clotilde.

A NCr\$ 744 deve ser promovido Mauro dos Santos, originário da Documentação e ainda com NCr\$ 418.

Os demais salários devem ser mantidos.

O Texto precisa, urgentemente, de três pesquisadores de campo. Nessa tarefa já atua Vera Lúcia e Marco Antônio Beltrão e um estagiário, com bom rendimento. Proponho a padronização pelo salário de Antonio, de NCr\$ 596.

Defendo a adoção das novas mesas para ganhar espaço, e máquinas de escrever

10. É desagradável o empresta-empresta com a Economia e o Esportes.

A debater, caso João Máximo.

## ANEXO 2

*[Transcrição de correspondência. In: JB História, Acervo de Recortes. CPDoc JB.]*

Para: Carlos Lemos  
De: Roberto Quintaes  
Data: 05/12/1973

Lemos:

Completado o primeiro mês de vida no novo prédio, é necessário levar a você uma série de informações, levantadas com todo o cuidado desde 1 de janeiro, sobre a Pesquisa. Fique tranquilo: este não é um documento de reivindicações, mas uma exposição que pretendo bastante clara e de muito bom senso – a quem pode definir um novo posicionamento.

Ao contrário dos clássicos estudos de fim de ano, este documento pretende informá-lo sobre métodos de trabalho, pessoas, remuneração sem sentido, deformações no enquadramento profissional, necessidades materiais. Pretende, sobretudo, ajustar as peças de um carro valioso no momento em que ele ganha carroceria nova.

Acho que, depois da leitura, deveríamos trocar ideias sobre os diversos pontos abordados. Isso me parece mais ágil e mais produtivo, mas a base terá de ser, sempre, uma abordagem escrita. Aí vai ela:

### 1. Biblioteca

A Pesquisa está prestes a implantar seu núcleo n.6, a Biblioteca. Não haverá uma biblioteca universal, com as divisões consagradas: Literatura, Sociologia, Economia, Direito, etc. Vamos adotar com ajuda do IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), o critério “Referência”, a partir da experiência – bem sucedida – do Departamento de História da PUC. Assim, teremos fichários por tema e por autor, com as adaptações determinadas pelas exigências de uma empresa jornalística.

O método que se vai adotar permitirá atendimento imediato a qualquer consulta vaga (O que é que nós temos sobre Nelson Carneiro?) ou precisa (Quero Tudo sobre a política interna peruana).

Implantada a Biblioteca, para lá irão os livros de referência, os de informação em geral e os folhetos que até então faziam engordar as pastas da Documentação. Lá ficarão também, até o diagnóstico de um crescimento-problema, as coleções encadernadas do JB.

A Biblioteca da Pesquisa terá 3 funcionários, todos formados em Biblioteconomia e Documentação. Será esta, nos nove anos de existência da Pesquisa, a primeira vez em que um dos núcleos tem tudo para surgir sem deformações. Os horários serão os seguintes: 9h às 15h, 12h às 18 e 18h até o fechamento do jornal. Teremos duas moças e um rapaz (horário noturno).

O estudo-projeto da Biblioteca prevê que em 3 meses teremos os volumes ‘colocados’. Isto é: localizados nas estantes, segundo um critério de classificação; prevê ainda que entre 8 e 10 meses teremos o acervo de hoje – primeira quinzena de abril – totalmente fichado, promovida, é claro, uma seleção rigorosa de tudo que neste momento se entende a biblioteca do JB.

A implantação da biblioteca se fará a partir do momento em que esteja concluída a arrumação das estantes, sem necessidade de retoque. Isso já está previsto para a semana de 9 a 13 de abril.

Para a chefia da Biblioteca, proponho Alice Ferry de Moraes, funcionária da Pesquisa, lotada no Índice. Alice formou-se em B&D em 1972, depois de um curso de bom rendimento. Eu e ela, desde o momento em que a área da Biblioteca surgiu na planta da nova sede, temos estudado cuidadosamente a dinâmica operacional do novo núcleo, checando métodos e normas em situações rotineiras no JB. Alice promoveu três ou quatro reciclagens no plano original, e o que agora existe nos deixa confiantes e seguros.

Vejam, agora a questão salarial. O mercado de trabalho na área de B&D é bem definido. O salário inicial pago, por exemplo pela Petrobras e Furnas – duas das melhores bibliotecas de referência do Brasil – é de Cr\$ 1.650 para bibliotecários auxiliares, e de Cr\$ 2.500 para funções de chefia. O número de horas diárias de trabalho é maior, mas não há o sábado, o domingo e o feriado. Minha proposta é a seguinte:

1. Chefia – Cr\$ 2.250 (no caso de Alice, devemos considerar que ela recebe cerca de 1.454 como arquivista A, e mais Cr\$400, como subchefe de Índice, serviço extraordinário criado como prêmio à sua atuação nos dois longos períodos em que teve de substituir a chefe titular daquela área).

2. Auxiliares – Cr\$ 1.454, como arquivista A.

Agora, Lemos, é que temos nas mãos o grande problema. Se aprovada a proposta salarial, o parto será perfeito, e isso é ótimo. Mas será justo que a chefia do Arquivo Fotográfico (Aldemar Vaz Ferreira) e a chefia do Índice (Sonia Vasconcelos) continuem com seus salários atuais – Cr\$1.167 e Cr\$ 1.701, respectivamente?

A desigualdade salarial dessas duas áreas sempre me pareceu altamente nociva (. Relatórios Anuais). E, especialmente, em relação a Aldemar, de uma incompreensível injustiça.

Vejam os casos, porém, em cada uma das suas áreas.

2. Arquivo –

A equipe do Arquivo de Fotos é formada pro Aldemar e outros sete arquivistas. Por incrível que pareça, Aldemar é arquivista D (Cr\$ 644), recebendo adicional por cargo de Cr\$ 523. Todos os outros funcionários da área também são arquivistas D, à exceção de José Eduardo Lopes dos Santos, que, por trabalhar dois horários, é arquivista A, com extra de Cr\$ 413, correspondente à revisão, de madrugada, das pastas consultadas durante o dia de trabalho.

Há um erro estrutural na composição do Arquivo, e dele eu também participei. Aldemar e Gondim Paulo e Silva (que veio da Manchete) de fora, toda equipe é de ex-contínuos. Não tenho nada contra essa promoção; na verdade, algumas etapas da rotina da área são tão mecânicas (corte de negativos, numeração, colagem) que qualquer pessoa de razoável coordenação motora nelas se sairá bem.

Mas isso impediu uma qualidade A no arquivo. O know-how de Aldemar é excelente e sua explosão não só ocorreu devido à impressão nele muito clara de “visão externa do nosso trabalho como secundário”. É preciso tê-lo mais tempo no jornal (como vendedor autônomo, ele completa seu orçamento), e prepara-lo cientificamente: a base é sólida para um investimento (cursos de especialização). É preciso ainda que todos os outros sejam obrigados a estudar o que fazem, e mais: há necessidade de rever tecnicamente uma ou duas peças da equipe, até mesmo para que posamos ter arquivista de nível quase universitário, condição essencial a um melhor funcionamento da parte de radiofotos.

Vamos adotar aqui, na Av. Brasil, o Sistema Kuppler (holandês) de arquivo fotográfico. Trata-se do aprimoramento da referência cruzada. Mas isso só seria possível, Lemos, depois de adotadas algumas medidas básicas:

a) Revisão da redação JB x Aldemar;

- b) Aprimoramento da equipe, com troca de peças;
- c) Estudo de uma promoção geral – de D a C (de Cr\$ 644 a Cr\$876).
- d) Estudo da substituição total do mobiliário.

Os dois últimos pontos e, mais a colocação da obrigatoriedade do curso de especialização, são da maior importância psicológica. Durante anos e anos, esse grupo de rapazes foi visto de lado, sob todos os pontos de vista, mas jamais se negou a cumprir uma tarefa, ou a ficar no jornal o tempo que fosse preciso para perfeito atendimento de uma Editoria.

Ainda com relação ao Arquivo, é preciso atentar para a necessidade de enriquecê-lo. No JB, o Arquivo é apenas receptor, a atualização do seu acervo precisa ser mais completa, através da compra de material às agências especializadas.

### 3. Índice

Depois de dois/três anos de inexplicáveis dificuldades (quase todas de fundo emocional), o Índice rende o máximo. A equipe é excelente. Toda ela de nível universitário, e as etapas programadas são atingidas com folga. A velocidade da consulta é hoje ideal, e exatamente a mesma dos melhores jornais.

À exceção da chefia, os salários são bons. No Índice, agora, é preciso pensar no futuro. Adotar técnicas modernas, revolucionar o equipamento, acreditar na tecnologia.

Para isso, Lemos, segue anexo o sistema do jornal The New Y Times, em vias de adoção pela Editora Abril.

### 4. Documentação

A Documentação – marcação, corte-cola e guarda – está sob as ordens de Valter de Paula Castro, de ótimo nível. No corte-cola, há 11 pessoas (3 são arquivistas B, 2 são C e 6 são arquivistas D). O grupo todo trabalha 8 horas, á exceção de Rita de cássia, a última do período em que as contratações eram ainda para 5 horas.

Muita gente? Não é mesmo. O JB marca diversos jornais, em todos os sentidos (há sempre alguém interessado na cronologia dos acidentes em cancelas, na comparação de valores roubados de banco, no numero de leis que regem as atividades mais estranhas, etc), e todo o material é recortado, colado, catalogado, guardado. Não existe a menor capacidade ociosa e a qualidade do trabalho, o produto final, é muito boa.

Na Marcação, um grupo aqui de semi-autonomia, há anomalias. Catarina Sousa Lima, por exemplo, é redatora A, porque no momento da sua contratação, determinada por exigências de seu ponto limite, não foi possível abrir-se uma vaga de arquivista A, de igual salário. Sônia e James, marcadores-líderes das partes nacional e internacional, têm salários diferentes (ela é A, ele é B), embora trabalhem o mesmo número de horas (8) e tenham as mesmas responsabilidades.

Lamentavelmente, o JB jamais se abriu o bastante – ou, pelo menos assim demonstrou – para a importância dessas áreas. Temos de ter 8 marcadores, Lemos, com temas-marcação fixados, e a responsabilidade de zelar pela revisão das pastas de seus assuntos. Não é muito. É metade do que tem a Abril, um terço do que tem o Monde e, pasme: um quinto da equipe do Time e do NY Times, ambos exigentíssimos quanto ao nível universitário.

No complexo Documentação/Marcação terá de ser feita a revisão das pastas, mas não por uns e outros. Não há tempo. Nosso sistema é o melhor, não há qualquer dúvida quanto a isso. Não porque seja nosso, mas porque a aplicação diária, nas melhores empresas jornalísticas, consagrou.

Teremos de pensar numa equipe de base jornalística, relacionada diretamente com Marcação/documentação, para um trabalho que atingirá até mesmo o acervo da Biblioteca.

E por que tudo isso?

(Levantamento de consultas à Pesquisa em jan./março de 73)

1. Índice – 160

2. Documentação- 940

3. Marcação (consulta precisa) – 210.

4. Arquivo de fotos - 640

#### 5 – Texto

16 redatores no início de abril de 1969, 8 quatro anos depois. Em alguns momentos, optou-se pelo sacrifício de uma vaga de redator para que a infraestrutura da Pesquisa (banco de dados) sobrevivesse. Em outros, não havia alternativa.

O grupo é bom. Há problemas, que tem de ser abordados com franqueza. Ryff chega ao jornal entre 10h30 e 11 horas para verificação comparativa, que o esgota: aqui, na Avenida Brasil, tem saído sempre entre 16h30 e 17 horas. Seu ritmo não pode ser o mesmo dos outros, é uma máquina a meio-vapor. Suas tarefas são aquelas a médio prazo, acho que não podemos pedir a ele o mesmo que se recebe dos mais jovens.

Há também Argemiro, que nos seus fins de semana de plantão na Pesquisa trabalha em casa, porque no outro ele também deve estar no JB, compulsoriamente (copidesque), e isso é errado, e injusto em relação aos que vem sempre trabalhar.

Perdemos Lutero e Marcos para o copy, sem substituição; há pouco, Renato [Machado] foi removido. O número de tarefas recebidas da Editoria de Notícias que não podem ser cumpridas vinha crescendo até que Luís Orlando, compreendendo o quadro, reduziu os pedidos. Não são poucos os dias em que esse quadro altera os programas do JB. Hoje, interrompeu-se a redação de um texto para o B (os essênios e os mistérios do decálogo) para preparar-se Picasso. Não havia redatores.

Por outro lado, Lemos, creio chegada a hora de o JB estudar um regime full time para o Texto.

a. Para os essênios, Marçal trabalhou toda a manhã de sábado na biblioteca da PUC; na verdade, seu horário era apenas à tarde.

b. Para a poluição no Rio, Mauro teve de ouvir técnicos que só podiam falar-lhe pela manhã; isso não impediu que trabalhasse tarde-noite.

c. Para satélites na educação, Mário Pontes trabalhou em bibliotecas quase 9 horas por dia.

Sabemos hoje, de modo muito claro que um bom redator-pesquisador queima todas as fontes antes de redigir a primeira linha. E as fontes do JB crescem de valor a cada dia. Percebe, Lemos, que podemos – num estalar de dedos – ser um Grupo de Estudos e (o que é importantíssimo) de auxílio ao consultante de fora, desconhecido da potencialidade do JB.

O full time de redatores como Mário Pontes, Marçal, Sílio, Luís Paulo, é da maior importância (é claro que isso abrangia Juarez, Argemiro e Renato é assim mesmo).

#### Conclusões:

Hoje, e antes deveria ter sido igual, a Pesquisa não pode ser vista como um centro determinado de produção. O que aqui se investe não reaparece só como um produto Pesquisa JB; na verdade, 70% do que se faz diariamente, surgirá como informação (comunicação pura) ou dado indireto, em todos os setores do Grupo JB.

Para isso, é preciso manter a máquina em bom ritmo, sem ambições de marchas que lhe são impossíveis, mas consciente de sua capacidade de ser mais útil.

Quatro anos depois, o que se fez está concluído. A equipe não é mais adaptada, é técnica (Sônia Benevides e James Ferry passaram nos cinco primeiros lugares do

concurso da FGV para Documentação, entre 1.300 candidatos). Começamos a etapa (vital) da racionalização, eliminando fases desnecessárias e aprimorando técnicas.

Mas há mais a fazer. Quando mais não seja, porque tudo ao nosso lado melhora diariamente e é preciso acompanhar.

Quintaes.

### ANEXO 3

[Transcrição de correspondência. In: JB História, Acervo de Recortes. CPDoc JB.]

DE: PESQUISA  
AO : REDAÇÃO, CHEFIA DA  
DATA: 3 JAN 74

Luís Orlando:

Peço acrescentar ao documento de 5 de dezembro, encaminhado então ao Lemos:

#### 1. Índice

Recebi da Sonia Vasconcelos, encarregada da área, o *memo* anexo. Some-o às informações anteriores. Com o volume de consultas em números inéditos, temos, há algum tempo, um serviço indefinido, que não rende o que pode render: a informação de referência no menor tempo possível.

Acho as 8 horas para toda a Pesquisa absolutamente essencial. O quadro de hoje, com 5 horas é o seguinte:

Sonia	
Jessé -	1.375 + 378 = 1.753
Sérgio -	1.375 + 238 = 1.613
Carlos-	1.375
Jorge -	1.034
Luís Antonio-	760
Mário Cesar (vaga)-	1.375

#### 2. Marcação / Documentação

a) É preciso rever pastas, subdividi-las, remarcá-las (v. índios), e não há equipe para isso.

b) é preciso mais estudo na marcação da enorme quantidade de material informativo encaminhado à Pesquisa, e os marcadores existentes são poucos.

c) é preciso reforçar a área de corte/cola/catalogação e guarda. Começa a se registrar atraso.

Veja ainda, por favor, Xerox de informes anteriores.

Grato,  
Quintaes.

## ANEXO 4

[Transcrição de documento. In: *JB História, Acervo de Recortes. CPDoc JB.*]

### ARQUIVO COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA

*Sônia Andrade de Sá Benevides*

Um arquivo como é o nosso, de recortes, da Editoria de Pesquisa do Jornal do Brasil, é um manancial riquíssimo de toda sorte de documentação, seja de caráter histórico, sociológico, econômico, estatístico ou relativo a alguma descoberta, em qualquer ramo da ciência ou tecnologia.

A nossa Editoria de Pesquisa, que é um setor pioneiro no gênero, compreende os seguintes setores: 1- Textos (que produz atualmente uma resenha diária de notícias importantes publicadas nos jornais nacionais e estrangeiros, bem como o sumário dos periódicos mais importantes colocados à disposição das diversas editorias do Jornal, para leitura diária, mais a relação total dos periódicos que chegaram naquele dia).

2- Documentação (que compreende as atividades de seleção do material a ser arquivado, preparo dos recortes, classificação e arquivamento dos mesmos, além do atendimento às consultas por parte do próprio pessoal do Jornal ou do público que nos procura).

3- Índice JB (que ficha todas as matérias publicadas pelo jornal, possibilitando encontrar em 5 minutos quantas vezes o jornal abordou o tema, p.ex.: xisto betuminoso ou quem foi o prefeito eleito de Nova Iguaçu em 1970).

4- Biblioteca (que só atende a consultas internas, tendo seu acervo constituído principalmente por obras de referência e por periódicos especializados, que, por sua importância, são mantidos na íntegra e encadernados. Os mais consultados são: "Foreign Affairs", "International Affairs", "Revue de Defense Nationale" e Survey. Os livros e artigos são indexados de modo minucioso, devido à urgência de consulta por parte do público consumidor. A coleção completa do Jornal do Brasil, desde o número 1 é ali guardada. )

5- Arquivo de Fotos (que é anterior à própria Editoria de Pesquisa e é, praticamente, a única fonte que podemos recorrer para encontrar alguma matéria publicada pelo JB, antes da implantação do Índice, ou seja, anterior a 1966. O arquivo de Fotos guarda, também, "vinhetas").

#### O problema da seleção

Diariamente chegam às nossas mãos centenas de impressos, que vão desde os jornais e revistas brasileiras e estrangeiras que assinamos, aos boletins dos centros de informação de qualquer natureza; dos programas de teatros e artes plásticas aos folhetos sobre máquinas de embalagem, do perfil sobre o cavalo campeão do Grande Prêmio da França à biografia da Primeira Dama das Filipinas. Recolher desta profusão documentária aquilo que possa interessar aos diversos setores do jornal, guardando

apenas o que for realmente novo e que não possa ser encontrado nos nossos recortes ou nos livros da biblioteca, eis o princípio geral para relacionar a matéria a ser arquivada.

De uma maneira geral, não existem assuntos que não mereçam ser selecionados: um detalhe novo descoberto sobre a vida das formigas, pode, às vezes, interessar a um redator do Caderno B que está fazendo uma matéria sobre a violência nas cidades superpopulosas. Entretanto, foi a Bíblia quem nos salvou, quando a Editoria Internacional quis fazer um texto sobre a chegada de Nixon no Cairo e a multidão de moscas que o recebeu, apesar de todos os nossos recortes sobre insetos e pragas. A moral dessa estória é que por mais que nos preparemos para prever as situações, a realidade muitas vezes supera a nossa imaginação. Mas geralmente podemos estar preparados para qualquer eventualidade. Assim, já tínhamos pasta sobre fusão Guanabara-Estado do Rio, desde 1967, e sobre a crise do Petróleo, antes do Boicote Árabe. Temos até uma pasta contendo previsões de analistas políticos especulando sobre a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial, que esperamos nunca precisarmos dela.

O problema de classificar este material, rápida e eficientemente, para posterior recuperação, é um dos maiores desafios que enfrentamos cada dia. Até janeiro de 1974, usávamos apenas um sistema de classificação, tipo cabeçalhos de assuntos, elaborado a partir das próprias notícias selecionadas. Mas esse, como todo sistema baseado em linguagem verbal, apresenta discrepâncias semânticas. Assim, alguém que procure os recortes sobre poluição das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas ou no lago de Brasília, tanto poderá encontrá-los na pasta de Poluição das Águas – Brasil; Quanto nas de Lagoa Rodrigo de Freitas e de Brasília. A documentação tinha elaborado um thesaurum para classificação do material arquivado, enquanto que o índice JB também criara outro thesaurum para suas fichas. A razão principal desta divergência é a seguinte: enquanto que Índice trabalhava com o JB, a Documentação enfrentava um material muito mais amplo, inclusive textos em outras línguas, tendo que traduzir termos para classificar assuntos novos. Sentimos então a necessidade de unificar nossas linguagens documentárias e começamos a adotar a Classificação Decimal Universal (CDU), que é, como todos sabem, um sistema numérico de classificação de documentos, muito flexível e adotado nos mais variados centros de documentação em todo mundo.

Estamos elaborando este Thesaurum convertendo-o para a CDU. Pensamos ter dado uma noção geral de como está organizado nosso arquivo.

Embora toda Editoria de Pesquisa seja programada para atender qualquer setor do jornal, fornecendo-lhe embasamento informativo e, trabalhando por isso em regime de plantão permanente, com revezamento de funcionários em todos os dias do ano. Também atendemos a consultas de fora. Os nossos consulentes vão do estudante primário ao professor universitário; do vestibulando, ao aluno da Escola Superior de Guerra, do pesquisador de; música popular ao historiador estrangeiro.

Embora seja cobrada uma taxa da Agência JB, pelas consultas externas, o que não falta é gente recorrendo aos nossos recortes, à coleção do JB e às fichas do Índice. Às vezes faltam até cadeiras para os funcionários da Pesquisa, tal o enorme afluxo de consulentes. É muito comum chegar um grupo de alunos dizendo: queremos tudo o que vocês tiverem sobre Poluição. Quando informamos que tudo que temos são cerca de 20 pastas, eles se moderam e escolhem pesquisar apenas a poluição nas praias. Outros querem tudo sobre o desenvolvimento econômico. O pior foi uma garota de 13 anos que queria saber quais eram os interesses da China, Estados Unidos e URSS na Guerra do Vietname e não sabia sequer o que é Vietname e nem onde fica isso. Sempre que podemos encaminhamos esse tipo de pesquisador para as bibliotecas públicas, pois o tempo que perdemos com eles não compensa o preço da consulta que poderia pagar.

Mas nem sempre é possível fazer isso e a maior parte das vezes, temos que desempenhar o papel do professor orientando a pesquisa. Estamos citando estes casos pitorescos, que ocorrem diariamente em nosso jornal, justamente para comunicar a ideia de como o JB, à semelhança de outros órgãos de imprensa, como por exemplo: o Estado de São Paulo, se preocupa não só com a tarefa da informação editorial mas também com a prestação de serviços culturais à comunidade na qual se acha integrado por longa tradição. Agora que acabamos de descrever singelamente quais são os critérios e as atividades do setor a que servimos, convém que fizemos, ainda que sumariamente, algumas conclusões.

a) Um arquivo de imprensa se distingue dos demais por algumas características, tais como: Seu repertório tem necessariamente uma amplitude universal, englobando todas as atividades humanas de todos os campos, e tanto deve distinguir não só o fato, como o seu agente. Daí o volume do material a documentar, assim como a complexidade de sua classificação e arquivamento.

b) O ritmo tradicional das operações documentárias, desde a leitura, marcação recortes, classificação e arquivamento bem como a recuperação dos documentos já arquivados, não atendem atualmente as necessidades dos grandes jornais. Isso porque, tal como já afirmamos, o volume do material e o seu processamento consomem ordinariamente um tempo que excede as limitações da imprensa diária, sobretudo nas instâncias derradeiras do que se chama o fechamento do jornal, ou seja, as horas que antecedem a sua impressão. Esta contingência está impondo um sistema de resumos de matérias selecionadas, algo mais que uma simples referência bibliográfica, de modo que os consulentes obtenham rapidamente uma compreensão geral dos temas que buscam. Contudo, mesmo estes resumos dependem de que sua classificação e codificação sejam multifacetadas, a fim de que se possa localizar o dado que se procura por qualquer dos ângulos que um texto possa sugerir.

Isso logo nos traz a ideia do uso dos computadores eletrônicos digitais ou analógicos – que se define como sendo o tratamento mecânico da documentação – PE necessário a constituição de equipes de documentaristas de alto nível, familiarizados, inclusive, com os fenômenos econômicos e sociais ocorrentes nos nossos dias. Sem essa familiaridade, sem este nível de experiência, sem a vivência de problemas gerais e específicos, corremos o risco de um uso deficitário dos computadores. E os ônus que estes equipamentos, naturalmente, impõem, às vezes, significar um custo econômico alto para um rendimento baixo, mesmo quando cotejados com o de equipes humanas que usem métodos menos sofisticados, mas que tenham grande experiência profissional. Este já é outro assunto, que não me cabe debater. Prefiro ouvir os nossos colegas mais bem informados. Muito obrigada.

## ANEXO 5

*[Transcrição de relatório. In: JB História, Acervo de Recortes. CPDoc JB].*

Centro de Documentação  
Pesquisa – Relatório de outubro de 1981

### Divisão de Documentação

A Divisão de Documentação tem como objetivo a organização, manutenção e atualização de um serviço de recortes de jornais e revistas, com informações e dados que sirvam de subsídios à edição do jornal do dia a dia.

Atualmente, com uma equipe de 14 elementos, a Documentação mantém dois arquivos de pastas de assunto e nominais: um Arquivo Antigo (de 1964 a 1974) e um Arquivo Novo (de 75 em diante).

No Arquivo Antigo o ano de 1974 precisa ser recuperado em sua classificação, já que está classificado pelo sistema CDU e arquivado separado.

O Arquivo Novo pode ser considerado atualizado, considerando-se o período de junho de 1980 a agosto de 1981<sup>1</sup>.

### Sistemas

O controle dos dois arquivos obedece a dois sistemas de classificação, distintos em forma, mas semelhantes em conteúdo. O arquivo antigo foi organizado com base numa classificação por ordem direta de palavras-chave (ou descritores), pelo método alfabético-dicionário e identificação de pastas por números, arrumadas em estantes de aço em ordem crescente. No arquivo de fichas (catálogo de títulos) temos uma ordem alfabética, nas estantes, temos uma ordem numérica crescente.

O arquivo novo foi organizado segundo uma conceituação dos assuntos, isto é, os assuntos passaram a ser classificados a partir de conceitos e a partir do geral para o particular. Ainda, no arquivo novo, os subassuntos são agrupados e concentrados sob a classificação do assunto principal. Um Theasaurus organizado em fichas, ordenadas alfabeticamente, possibilita a localização das pastas nos arquivos de aço. Estas pastas são suspensas e tem um guia destacado com a mesma identificação das fichas do Theasaurus.

Além da identificação alfabética, as pastas são também identificadas por cores, para diferenciar os locais.

### Dificuldades e vantagens

O arquivo antigo pode oferecer facilidades na localização das pastas quando o assunto é específico, isto é, quando a palavra-chave a ser usada é o próprio assunto. Ex: Café.

Por outro lado, a classificação direta provoca a dispersão dos assuntos ou a duplicidade de classificação para um mesmo assunto. Ainda, a identificação das pastas por números nesse sistema torna o arquivo inoperante, na medida em que as pastas de um mesmo grupo de assuntos são arquivadas distantes umas das outras.

---

<sup>1</sup> Em junho de 80 a Pesquisa foi reativada, após período de sete meses de paralisação dos trabalhos. As atividades foram reiniciadas em 1º de junho de 80 com sete elementos para indexação dos recortes.

O arquivo novo oferece a vantagem de se encontrar sob um mesmo grupo todos os possíveis assuntos coordenados do assunto principal ou genérico. Ex: Agropecuária – Café. Agropecuária – Feijão. Agropecuária – Bovinos. Entretanto, sob esse sistema, exige-se um controle rígido de referências cruzadas, que facilitem a busca e a localização das pastas. Obrigatoriamente, no Thesaurus devemos encontrar como referências as palavras Café, Pecuária, Agricultura, Feijão, Bovinos, Carnes, Etc.

Tanto no arquivo antigo como no arquivo novo o nominal não oferece dificuldades, a não ser no que se refere ao controle rígido do mesmo, isto é, deve-se mantê-lo sob controle atualizado.

Atualmente, estamos tentando recuperar o arquivo nominal antigo para o arquivo nominal novo. Pastas de nominais de uma mesma pessoa nos dois arquivos são transformadas em uma só, no arquivo novo.

A classificação por conceito exige do indexador não só um acompanhamento do assunto mas também um relativo conhecimento do mesmo. Entretanto, não há necessidade de que o indexador seja um expert no assunto, bastando apenas que use o bom senso e lembre-se sempre de que o usuário do arquivo é o pessoal da redação.

Com a evolução natural dos assuntos do thesaurus apresenta, no momento, um quadro não muito coerente com os seus princípios de classificação. Sentimos a necessidade urgente de procedermos a uma revisão, tanto no Thesaurus quanto nas pastas. Na área de Economia detectamos uma série de impropriedades e, até mesmo, duplicidade de títulos.

O arquivo antigo com aproximadamente 10 mil pastas precisa ser enquadrado em um plano de recuperação, preservação, para que o tempo a médio prazo não destrua tão precioso acervo.

A curto prazo, os dois arquivos precisam ser desinfestados para que a proliferação de insetos (baratas) não os destruam.

### Rotina de trabalho

Como a atividade de arquivista-pesquisador tem uma fase artesanal, que é a colagem do recorte e, por conseguindo, demanda tempo, consideramos após observação que os atrasos, na maioria das vezes, devem-se mais à colagem do que por outros motivos passíveis de consideração. Concluimos, portanto, que é necessário um elemento só para colar os recortes.

A atividade de indexação (classificação) exige pessoal em nível superior, com conhecimentos gerais e capacidade de acompanhamento dos diferentes assuntos. Naturalmente, devido à especificidade da atividade, o indexador deverá passar por um período probatório e de treinamento.

Com a recuperação do material pendente, recolhido de gavetas e armários, e com a recuperação de recortes de jornais nacionais do período de desativação da Pesquisa, o arquivamento não apresenta, no momento, um quadro satisfatório, levando-se em consideração que os dois funcionários que arquivam também desempenham inúmeras atribuições burocráticas e participam do atendimento.

Etapas de atualização das pastas:

- recuperação nominal
- seleção, corte e cola dos jornais nacionais do período de desativação - em fase de conclusão por um colaborador contratado até novembro de 1981.
- Indexação dos recortes desse período está sendo feita lentamente.
- os jornais estrangeiros (sete meses) estão embrulhados e separados à espera de uma oportunidade para serem cortados.

Ao longo de um ano e meio de atividades, a equipe então formada pode ser considerada uma equipe de bom desempenho, mas sempre surgem dificuldades quando é necessário substituir um funcionário em férias, de folga ou licenciado.

#### Distribuição das tarefas:

- leitura, seleção, corte, distribuição de jornais nacionais correntes, - 01 arquivista-pesquisador.
- leitura, seleção, corte, distribuição de jornais e revistas estrangeiras – 01 arquivista pesquisador.
- leitura, cola e indexação de jornais nacionais na área de Política nacional, Governo ... – 01 arquivista pesquisador (atualmente com o apoio de mais 01 arquivista pesquisador).
- leitura, cola, indexação de jornais e revistas estrangeiras na área de Internacional em geral – 01 arquivista pesquisador e 1 auxiliar administrativo adjunto, no mesmo nível.
- leitura, cola, indexação de jornais nacionais na área de cultura em geral, Medicina ... – 01 arquivista-pesquisador (contratado como repórter fotográfico)
- leitura, cola, indexação, jornais nacionais na área de Cidades, Estados... e mais leitura, corte, seleção, cola e indexação das revistas Veja e Isto É – 01 arquivista pesquisador.
- leitura, cola e indexação de jornais nacionais na área de Esporte, Polícia, Justiça – 01 arquivista pesquisador.
- atendimento, arquivamento, burocracia, preparo de jornais para microfilmagem – 2 auxiliares administrativos.

#### Horário

A jornada de trabalho, a partir de agosto de 81, passou a ser de seis horas diárias e cinco nos fins de semana e feriados (em escala), para o arquivista-pesquisador.

Achamos seis horas insuficiente para a tarefa de leitura, seleção, corte-cola e indexação, mas também reconhecemos que a atividade exige muito do funcionário, em relação à sua capacidade de concentração. Sugerimos uma jornada maior, mas com um período maior para descanso.

A Pesquisa funciona, atualmente, de 8h da manhã às 24 horas, ou mais, dependendo da hora do fechamento do jornal. Na parte da manhã, a equipe de arquivistas pesquisadores pode ser diminuída, já que o maior número de solicitações da redação é a partir das 12h. e os dois funcionários que atendem já estão bem treinados.

O período de 16h às 21h é um período que exige uma equipe maior de arquivistas-pesquisadores, tendo em vista uma maior demanda de informações.

O horário de fechamento é um horário crítico, na medida em que encontramos dificuldades em recrutar elementos da equipe atual, já que foram contratados para cumprirem um horário fixo e determinado. Sugerimos como medida paliativa um rodízio para o horário de fechamento e, principalmente, para substituir o funcionário que fica até as 24h, em seu dia de folga.

Os fins de semana e feriados são cobertos com plantões a partir das 13h. Os plantões são divididos em duas jornadas de cinco horas cada; de 14h às 18h, e de 16h ao fechamento. Nos feriados estamos encontrando dificuldades para escalonar pessoal para o fechamento: às vezes o jornal fecha no horário de sábado e domingo (no máximo às 21h), mas às vezes não tem hora para fechar. Teremos de modificar os horários. A segunda turma terá que entrar mais tarde.

#### Atendimento

A Pesquisa limita-se, atualmente, a atender às solicitações da redação, diretoria, gerências (quando em função das atividades desenvolvidas pelas mesmas). É impraticável o atendimento externo, na medida em que a Pesquisa ainda se encontra em seu período de recuperação, segundo o Projeto Alternativo.

Diariamente, a Pesquisa recebe em média de 10 a 15 solicitações externas, em geral por telefone. Por carta, já contamos com número significativo e pessoalmente não facilitamos o acesso.

Para que a Pesquisa seja aberta ao público (previsão para junho de 1982) algumas questões precisarão ser resolvidas, tais como:

- local de consulta – o mesmo local para a consulta interna e externa?
- pessoal para atendimento – um funcionário apenas?
- utilização dos equipamentos – as máquinas de microfilme serão operadas pelos usuários?
- o público externo fará consulta direta nas pastas? – no jornal O Estado de S. Paulo, o público tem acesso direto às pastas, mas existe sempre o risco da perda de material.
- a consulta será cobrada? Como?
- As consultas por carta serão respondidas? De que forma?
- o Centro de Documentação terá um esquema para consulta em seus cinco setores?

### Divisão de Índice

O Índice do Jornal do Brasil é o registro diário de todas as matérias publicadas em seus cadernos, suplementos especiais e edições extras, inclusive de matérias pagas de interesse público.

O Índice existe desde 1964, sendo que até 65 era feito sob critérios mais seletivos (as fichas existentes foram descobertas há dois anos e estão desordenadas). O período de 1966 até a letra G de 70 está organizado em livros encadernados. De 70 em diante precisa de revisão para que chegue ao produto final, que são os livros.

Em junho de 80, a indexação do Jornal do Brasil foi retomada com apenas um funcionário para indexar o jornal corrente, o período de sete meses de desativação da Pesquisa e o período já em atraso em 79. Hoje, contamos com três funcionários (arquivistas-pesquisadores para indexar o jornal corrente; um para indexar o jornal até maio de 80, com o apoio de um colaborador contratado até novembro, e dois para arquivar as fichas.

O Índice é feito em fichas 12x8 de papel jornal. A indexação é feita a partir da leitura e análise de conteúdo de cada matéria que é classificada por títulos convencionados em um Thesaurus.

O Índice é alfabético-dicionário até 1975 e, a partir de 1976, é alfabético enciclopédico, com títulos genéricos desdobrados em subtítulos específicos.

O princípio do Índice é a remissão com referências cruzadas e com indicações para localização da matéria na coleção.

A ordenação das fichas no arquivo, a partir de 1976, é a de letra por letra, sendo que o nominal é arquivado junto com o assunto. Apenas as fichas remissivas para autores de matérias assinadas e as fichas de siglas são arquivadas separadamente. Consideramos o arquivamento de palavra por palavra mais adequado, já que possibilita o agrupamento de títulos desdobrados ou compostos, facilitando a consulta.

Tanto o Thesaurus quanto o total de anos ainda em fichas precisa ser revisado. A equipe é insuficiente e os atrasos não são mais conjunturais, mas estruturais.

Consideramos o Índice atividade mais do que necessária, levando-se em conta de que é a própria memória do Jornal do Brasil.

Etapas de atualização do Índice:

- Dezembro de 1979 – em fase de conclusão por um funcionário efetivo e um contratado até novembro.
- Janeiro a maio de 1980 – será feito apenas por um funcionário.
- Setembro, outubro, novembro de 1980 – indexado, precisando ser datilografado em fichas (o método de indexar em laudas foi adotado no início, quando existia apenas um indexador e uma datilógrafa).
- o arquivamento e revisão dos três períodos correm paralelos.

### Fontes

Publicações que abastecem as pastas de assunto da Documentação<sup>2</sup>.

#### Jornais nacionais:

##### Jornal do Brasil

O Globo (assinatura) – 4 exemplares

O Estado de S.P. (permuta) – 4 exemplares

Folha de SP (reparte) – 4

Jornal da Tarde (reparte) – 4

Tribuna (reparte) – 1

O Dia (permuta) – 1

Última Hora (permuta) – 1

O Fluminense (reparte) – 2

Gazeta Mercantil (assinatura) – 3 (cortar uma)

Pasquim (bancas) – 2 (comprar)

Jornais locais: doações irregulares de: Correio do Povo, Estado de Minas, Correio Brasiliense.

#### Jornais estrangeiros:

The New Y Times (assinatura) – 2 exemplares

The Guardian (assinatura) – 1

Le Monde (malote) – 2

Le Figaro (malote) – 2

Journal de Genève (malote) – 1

Herald Tribune (malote) 0 2

Washington Post (assinatura) – 2 (renovar)

### Conclusão

Os principais usuários da Pesquisa são os funcionários da redação e em função deles e para eles a Pesquisa foi organizada. Os assuntos são os mais abrangentes possíveis e o material é selecionado de forma que se possa obter informações sobre todas áreas de conhecimento.

A partir dessa ideia consideramos que o ideal para a Pesquisa seria uma equipe formada de profissionais de dupla formação, isto é, não é rigorosamente necessário um profissional ligado exclusivamente ao jornalismo nem exclusivamente à Biblioteconomia.

---

<sup>2</sup> Para o corte são necessários dois exemplares.

## **ANEXO 6**

*[Transcrição de correspondência. In: JB História, Acervo de Recortes. CPDoc JB.]*

Walter,

Se a Pesquisa tiver no jornal a função de fornecer informações complementares às editorias – o que parece ser a sua mais correta vocação – seria conveniente:

- 1- Atualizar o Índice com uma equipe extra de datilógrafos. É trabalho para 11 pessoas durante o período de 1 ano.
- 2- Catalogar os 8 mil volumes da biblioteca e manter o catálogo atualizado.
- 3- Adotar, para preservar as coleções que se estão deteriorando, sistema de microfilmagem das coleções do JB.
- 4- Reestruturar fisicamente os diversos departamentos.
- 5- Trocar, pois a atual é extremamente deficiente, a máquina de xérox.
- 6- Recuperar e selecionar, na medida do possível, as pastas anteriores a 74 para desocupar espaço.

Catarina Sousa Lima

29.03.1976

## ANEXO 7

Jornal e História. In: *Tudo sobre a Queda de Allende*. Jornal do Brasil, setembro de 1973. p.2.

### Jornal e História

Os jornais sempre foram uma fonte de História. Repositório de fatos, recolhidos, selecionados e editados no calor do acontecimento, um grande jornal, hoje em dia, ampliou e aprofundou seu campo visual. Tem o mundo por horizonte, graças aos extraordinários recursos técnicos que tornaram instantânea tanto a transmissão da foto quanto a impressão gráfica do texto.

O Jornal do Brasil, empenhado a cada dia, a cada hora, a cada minuto, na luta pela notícia objetiva e exata, tem também a consciência dessa missão documental que lhe cabe. Fazemos jornalismo e, ao mesmo tempo, numa perspectiva distinta, contrubuímos para fazer história. A manchete de hoje não desaparece com o correr dos dias, nem dos anos. Transforma-se. Recolhe-se a essa vasta e insubstituível memória que distingue um grande jornal e lhe enriquece a contribuição.

O drama do Chile, que ocupa a atenção do mundo, vem sendo dia a dia documentado, analisado e interpretado, há vários anos, pelo Jornal do Brasil. A partir da eleição direta de Salvador Allende, não se passou praticamente um dia sem que o Chile fosse notícia – maior ou menos, mais importante ou menos importante. Fiéis à missão da imprensa, que não se anulou, mas se aprofundou a partir do aparecimento dos meios de comunicação de massa, tratamos diariamente de não apenas da a informação sobre o Chile, mas também de entendê-la, de pô-la no registro exato e de interpretá-la.

Não é outra a razão por que podemos dizer que este caderno vem sendo preparado há três anos. A vasta e substancial matéria de que o Jornal do Brasil dispõe, impressa em suas páginas, permite-nos trazer a público, em tempo recorde, um documentário como este que aqui se oferece ao leitor: Tudo sobre o Chile. Testemunha ocular da história, o repórter opera sempre num campo minado pelas paixões e emoções, a começar pelas próprias. Seu esforço pela objetividade e pela isenção é meritório e digno de todo o respeito. Sua visão não é, nem pode ser a do historiador. Seu trabalho transcende, porém, o dia a dia, porque o interliga.

Num episódio como o do Chile, é fácil imaginar as dificuldades com que trabalharam os repórteres de jornais e agências, sobretudo nas primeiras horas do desfecho militar. Dificuldades de toda ordem nunca anularam o jornalismo desde que lhe fique um mínimo de desenvoltura para o seu exercício. Na linha de frente, lá onde a notícia está ocorrendo, como na retaguarda, cá onde a notícia está sendo editada, sempre há campo para dificuldades e constrangimentos. O bom jornalismo sabe como superá-los, inclusive aprimorando a criatividade, para requintar com esforço e paciência esta antiga e inesgotável arte de fazer jornal. Tudo sobre o Chile, esperamos, é um testemunho vivo de que isto é possível.

É início também de uma série de publicações com que o Jornal do Brasil pretende aprofundar o registro dos acontecimentos.